



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 825

Quinta-feira - 15 de Setembro de 2011

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	1
Antônio Carlos	4
Arroio Trinta.....	5
Caçador.....	6
Campo Alegre	16
Campos Novos	17
Canoinhas.....	19
Capinzal	21
Chapadão do Lageado	55
Concórdia	55
Cordilheira Alta	58
Coronel Martins.....	63
Corupá	64
Curitibanos	64
Eral Velho	69
Forquilha.....	77
Fraiburgo.....	82
Garopaba.....	93
Gaspar	97
Governador Celso Ramos	98
Guaramirim.....	98
Herval do Oeste	99
Imbituba	100
Iomerê	101
Irineópolis	103
Itaiópolis	104
Itapoá	105
Joaçaba.....	112
Lauro Muller	113
Lindóia do Sul.....	113
Macieira.....	114
Maracajá	120
Massaranduba.....	122
Meleiro	125
Monte Carlo	126
Navegantes.....	127
Nova Trento.....	127
Palhoça	150
Palmitos	151
Passo de Torres.....	155
Pinheiro Preto	159
Porto Belo.....	159
Porto União.....	160
Rio do Sul.....	160
Salto Veloso	160
São Lourenço do Oeste.....	161
São Pedro de Alcântara.....	181
Schroeder.....	181
Timbó	183

Três Barras	185
Videira.....	189
Vitor Meireles.....	202

Consórcios

CIGA	203
------------	-----

Água Doce

PREFEITURA

Decreto N° 076/2011

DECRETO N° 076/2011- DE 25 DE AGOSTO DE 2011

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CRIA ELEMENTO DE DESPESA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17 da Lei n° 1.959, de 07 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei n° 1.959 de 07 de dezembro de 2010, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para manutenção do Convênio com o Corpo de Bombeiros de Catanduvas.

Art. 2º. Fica criado no orçamento vigente o elemento de despesa 3.3.90.00.0.1.0110.0/178 Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

01 DEPTO. DE SERVIÇOS GERAIS

06.182.0006.2.011 SEGURANÇA CONTRA SINISTRO

3.3.90.00.0.1.0110.0/178 Aplicações Diretas R\$ 10,000,00

TOTAL R\$ 10.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado o superávit 2010 verificado nas rubricas de recursos ordinários.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 25 de agosto de 2011.

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

João Romão - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Dantes Guilherme e Guilherme Noronha - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, n° 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI
Prefeita Municipal

Decreto Nº 077/2011

DECRETO Nº 077/2011 - DE 26 DE AGOSTO DE 2011

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, ANULA PARCIALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 18 da Lei nº 1.959, de 07 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 1.959 de 07 de dezembro de 2010, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) para o Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para compra de equipamentos para o Fundo Municipal de Saúde.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa a seguir especificado, com a seguinte classificação orçamentária:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE
10.301.0042.2.052 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SUS
4.4.90.00.0.1.0023/16 Aplicações diretas R\$ 400,00
TOTAL R\$ 400,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, fica anulado parcialmente o recurso da seguinte dotação orçamentária:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE
10.301.0042.2.052 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SUS
3.1.90.00.0.1.0023/7 Aplicações Diretas R\$ 400,00
TOTAL R\$ 400,00

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º: Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 26 de agosto de 2011.
NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI
Prefeita Municipal

Decreto Nº 078/2011

DECRETO Nº 078/2011- DE 26 DE AGOSTO DE 2011

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17 da Lei nº 1.959, de 07 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 1.959 de 07 de dezembro de 2010, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 132.100,00 (cento e trinta e dois mil e cem reais), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo

serão para manutenção da Secretaria de Administração e Fazenda e da Secretaria da Educação Cultura e Esporte.

Art. 2º. Ficam suplementados os elementos de despesas com as seguintes classificações orçamentárias:

03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

01 DEPTO. DE SERVIÇOS GERAIS

04.122.0006.2.006 MANUTENÇÃO SECRETARIA ADM. FAZENDA E DEPTOS.

4.4.90.00.0.1.0000.0/18 Aplicações Diretas R\$ 16.100,00

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

01 DEPARTAMENTO DE ENSINO

12.361.0025.1.007 AQUISIÇÃO DE EQUIP. E MÓVEIS P/ SECRETARIA E SEGMENTOS

4.4.90.00.0.1.0000.0/179 Aplicações Diretas R\$ 116.000,00

TOTAL R\$ 132.100,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado o provável excesso de arrecadação nas rubricas de Recursos ordinários.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 26 de agosto de 2011.
NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI
Prefeita Municipal

Decreto Nº 079/2011

DECRETO Nº 079/2011- DE 30 DE AGOSTO DE 2011

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17 da Lei nº 1.959, de 07 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 1.959 de 07 de dezembro de 2010, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 207,01 (duzentos e sete reais e um centavo), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para aplicação dos rendimentos de aplicações financeiras do Salário Educação, PNATE e Transporte Escolar do Estado.

Art. 2º. Ficam suplementados os elementos de despesas com as seguintes classificações orçamentárias:

05 SEC. DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

01 DEPARTAMENTO DE ENSINO

12.361.0025.2.023TRANSPORTE ESCOLAR CONVÊNIO - ESTADO -S.E.E

3.3.90.00.0.1.0024.0/173 Aplicações Diretas R\$ 73,06

12.361.0025.2.024 APLICAÇÃO DO SALÁRIO EDUCAÇÃO

3.3.90.00.0.1.0024.0/174 Aplicações Diretas R\$ 55,93

12.361.0025.2.025 ATENDIMENTO A PROJETOS DO FNDE- PNATE E OUTROS

3.3.90.00.0.1.0024.0/175 Aplicações Diretas R\$ 78,02

TOTAL R\$ 207,01

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado o provável excesso de arrecadação nas rubricas de rendimentos de aplicações financeiras.



Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 30 de agosto de 2011.
NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI
Prefeita Municipal

Decreto Nº 080/2011

DECRETO Nº 080/2011- DE 31 DE AGOSTO DE 2011
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17 da Lei nº 1.959, de 07 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 1.959 de 07 de dezembro de 2010, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para manutenção das atividades do Departamento de Ensino.

Art. 2º. Fica suplementado o elemento de despesa com a seguinte classificações orçamentária:

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE
01 DEPARTAMENTO DE ENSINO
12.361.0025.2.020 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ENSINO
3.3.90.00.0.1.0001.0/59 Aplicações Diretas R\$ 15.000,00
TOTAL R\$ 15.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado o provável excesso de arrecadação nas rubricas de Recursos Impostos - Educação.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 31 de agosto de 2011.
NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI
Prefeita Municipal

Decreto Nº 081/2011

DECRETO Nº 081/2011 - DE 31 DE AGOSTO DE 2011
"ANULA PARCIALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 18 da Lei nº 1.959 de 07 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º. Com fundamento no artigo 18 da Lei nº 1.959 de 07 de dezembro de 2010, fica anulado parcialmente o valor do seguinte elemento de despesa do orçamento vigente:

05 SEC. DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE
01 DEPARTAMENTO DE ENSINO

12.361.0025.2.023 TRANSPORTE ESCOLAR CONVÊNIO - ESTADO S.E.E.

3.1.90.00.0.1.0022.0/67 Aplicações Diretas R\$ 14.300,00
TOTAL R\$ 14.300,00

Art. 2º. O valor anulado conforme artigo 1º deste Decreto, será utilizado para suplementar o seguinte elemento de despesa:

05 SEC. DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE
01 DEPARTAMENTO DE ENSINO
12.361.0025.2.023 TRANSPORTE ESCOLAR CONVÊNIO - ESTADO S.E.E.
3.3.90.00.0.1.0022.0/68 Aplicações Diretas R\$ 14.300,00
TOTAL R\$ 14.300,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 31 de agosto de 2011.
NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI
Prefeita Municipal

Decreto Nº 082/2011

DECRETO Nº 082/2011- DE 05 DE SETEMBRO DE 2011
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17 da Lei nº 1.959, de 07 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 1.959 de 07 de dezembro de 2010, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 10.700,00 (dez mil e setecentos reais), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para manutenção das atividades do Departamento de Ensino.

Art. 2º. Ficam suplementados os elementos de despesas com as seguintes classificações orçamentárias:

05 SEC. DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE
01 DEPARTAMENTO DE ENSINO
12.271.0010.2.008 INATIVOS E PENSIONISTAS
3.1.90.00.0.1.0000.0/54 Aplicações Diretas R\$ 3.700,00

05 SEC.DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE
01 DEPARTAMENTO DE ENSINO
12.361.0025.2.020 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ENSINO
3.1.90.00.0.1.0001.0/57 Aplicações Diretas R\$ 7.000,00
TOTAL R\$ 10.700,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado o provável excesso de arrecadação nas rubricas de Recursos Impostos - Educação e de Recursos Próprios.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.
Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 05 de setembro de 2011.
NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI
Prefeita Municipal

Decreto Nº 083/2011

DECRETO Nº 083/2011- DE 05 DE SETEMBRO DE 2011
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17 da Lei nº 1.959, de 07 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 1.959 de 07 de dezembro de 2010, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para manutenção das atividades da Secretaria de Transportes e Infra-Estrutura Rural.

Art. 2º. Fica suplementado o elemento de despesa com a seguinte classificação orçamentária:

08 SECRETARIA DE TRANSPORTES E INFRA-ESTRUTURA RURAL
01 DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES
26.782.0055.2.050 MANUT. DA SEC. DE TRANSPORTES E INFRA-ESTRUTURA RURAL
3.3.90.00.0.1.0000.0/152 Aplicações Diretas R\$ 60.000,00
TOTAL R\$ 60.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado o provável excesso de arrecadação nas rubricas de Recursos Impostos - Educação e de Recursos Próprios.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 05 de setembro de 2011.
NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI
Prefeita Municipal

Edital Nº 011/2011

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 011/2011

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 101/2000 de 04/05/2000, combinada com a Lei Municipal nº 1.163/01 de 29/05/2001, faz saber a quem interessar possa, que será realizada a Audiência Pública para Prestação de Contas do 2º quadrimestre referente aos meses de maio a agosto do exercício de 2011.

Data da Audiência: 27/09/2011

Início: 09hs 30min.

Local: Salão Nobre da Prefeitura Municipal de Água Doce

E, para que chegue ao conhecimento de todos, se expede o presente Edital.

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Água Doce, 09 de setembro de 2011.
NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI
Prefeita Municipal

Edital Nº 012/2011

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 012/2011

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 101/00 de 04/05/2000, combinada com a Lei Municipal nº 1.163/01 de 29/05/2001, faz saber a quem interessar possa, que será realizada a Audiência Pública para discutir a Lei Orçamentária Anual - LOA para o Exercício de 2012.

Data da Audiência: 29/09/2011

Início: 14:00 horas

Local: Salão Nobre da Prefeitura Municipal de Água Doce

E, para que chegue ao conhecimento de todos, se expede o presente Edital.

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Água Doce, 09 de setembro de 2011.
NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI
Prefeita Municipal

Antônio Carlos

PREFEITURA**2º Extrato de Termo Aditivo ao Contrato Nº 112/2011**
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Segundo Termo Aditivo ao Contrato: nº 112/2011; Origem: Tomada de Preços nº 009/2011 - Processo Licitatório nº 075/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: CONPESA Construção Pesada Ltda; Objeto: Execução de serviços de Terraplanagem, Drenagem e Pavimentação Asfáltica na Rua Militão José Coelho, Centro, Município de Antônio Carlos-SC, Estaca 14pp até 36+10,00m, numa extensão de 450 metros; Valor do Aditivo: 33.816,42; Valor do Contrato Aditivado: 238.996,20.

Antônio Carlos, 13 de Setembro de 2011.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Nº 130/2011

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº 130/2011; Modalidade: Pregão Presencial nº 076/2011; Tipo: Menor Preço Por Lote - Registro de Preços; Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de troca de óleo lubrificante, fluido de freio, filtros e graxa, com fornecimento diário de materiais para a manutenção da frota de veículos e máquinas da Prefeitura municipal de Antônio Carlos, quando estiverem, na Sede Municipal de acordo com os quantitativos e especificações, conforme descrito no edital e seus anexos; Abertura: dia 28/09/2011 às 09:00 (nove) horas. Obtenção dos Editais e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 7:30 as 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas. Fone (48) 3272-1123. Ou no site: www.antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 14 de Setembro de 2011.

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Portaria N.º 372/2011

PORTARIA N.º 372/2011

Designa servidor para assinar cheques e movimentações bancárias e dá outras providências.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, e da competência que lhe confere o inciso VI do art. 56 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora pública municipal VERA LÚCIA CONTRAT SILVEIRA, Secretária de Saúde e Assistência Social, matrícula n.º 947, para assinar em conjunto com o Prefeito Municipal, cheques e qualquer movimentação bancária das seguintes contas do Fundo Municipal de Saúde: Banco do Brasil - Contas n.º 8.801-3 (Recursos Próprios); 51.815-8 (Vigilância Sanitária Municipal); 51.831-X (F.B-Estadual) e 49.426-3 (ESF-Estadual).

Art. 2º. - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 13 de setembro de 2011.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Portaria N.º 375/2011

PORTARIA N.º 375/2011.

Concede Licença Premio.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, LICENÇA PREMIO, por 30 dias, ao servidor efetivo, ALBANO WEBER, ocupante do Cargo de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, a partir de 15 de setembro de 2011, relativo ao período de Junho/2005 a Junho/2010.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 14 de Setembro de 2011.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 14 de Setembro de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria N.º 376/2011

PORTARIA N.º 376/2011.

Concede Adicional de Titulação.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, conforme a Lei nº 1028/2005,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, ADICIONAL DE TITULAÇÃO, por PÓS-GRADUAÇÃO, a servidora ELISANGELA MARIA FELICIO CARDOSO, a partir do mês de Setembro de 2011.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 14 de Setembro de 2011.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 14 de Setembro de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Arroio Trinta

PREFEITURA**Portaria N.º 168, de 13/09/2011.**

PORTARIA N.º 168, de 13/09/2011.

Concede Licença Prêmio a Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal e a Lei Complementar nº 1043 de 02/07/2004 - Estatuto dos Servidores Municipais de Arroio Trinta,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder a pedido LICENÇA PRÊMIO a servidora Municipal MAGDA CRISTINA DONADELI GEMELI, admitida por concurso público para o cargo efetivo de FISIOTERAPEUTA, através da Portaria nº 149 de 01/08/2006, relativas aos períodos aquisitivos de 01/08/2006 a 31/07/2011 e gozo das mesmas no período de 16/09/2011 à 15/10/2011, ou seja, 30 (trinta) dias consecutivos, conforme previsto na Lei Complementar nº 1043 de 02/07/2004.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 13 de setembro de 2011.

CLAUDIO SPRICIGO
Prefeito Municipal

Caçador

PREFEITURA

Ata 94-2011 PREFEITURA

Ata nº 94/2011 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2011 – Registro de preços para contratação de serviços de recapagem de pneus, consertos para recape e vulcanizações para máquinas e veículos. Fornecedor: F. VACHILESKI & CIA LTDA - CNPJ nº 93.388.031/0001-42 – Erechim, RS. Prazo: 12 meses.

LOTE 01

ITEM	QUANT.	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
1	20	UNID	RECAPAGEM DE PNEU 1.400 X 24 16 L - PARA MOTONIVELADORA	VIPAL	600,00	12.000,00
			TOTAL GERAL		R\$	12.000,00

LOTE 02

ITEM	QUANT.	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
2	4	UNID	RECAPAGEM DE PNEU 16.9 X 28 R4 10 L PARA RETROESCAVADEIRA JCB	VIPAL	849,9654	3.399,86
3	2	UNID	RECAPAGEM DE PNEU 19.5 X 24 10 L (TRAS) PARA RETROESCAVADEIRA FIAT ALLIS	VIPAL	660,0795	1.320,16
4	2	UNID	RECAPAGEM DE PNEU 16.5 X 12 NHS BORRACHUDO (DIANT) PARA RETROESCAVADEIRA FIAT ALLIS	VIPAL	254,9896	509,98
			TOTAL GERAL		R\$	5.230,00

Ata 95-2011 PREFEITURA

Ata nº 95/2011 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2011 – Registro de preços para contratação de serviços de recapagem de pneus, consertos para recape e vulcanizações para máquinas e veículos. Fornecedor: FM PNEUS LTDA - CNPJ nº 81.374.845/0001-49– Maravilha, SC. Prazo: 12 meses.

LOTE 03

ITEM	QUANT.	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
5	4	UNID	RECAPAGEM DE PNEU 14.9 X 28 12 L (TRAS) PARA TRATOR VALMET	VIPAL	679,0796	2.716,32
6	4	UNID	RECAPAGEM DE PNEU 7.5 X 16 (DIANT) PARA TRATOR VALMET	VIPAL	175,7059	702,82

7	4	UNID	RECAPAGEM DE PNEU 14.9 X 24 10L (DIANT) PARA TRATOR VALMET STAND 1118	VIPAL	636,3403	2.545,36
8	4	UNID	RECAPAGEM DE PNEU 18.4 X 34 10 L (TRAS) PARA TRATOR VALMET STAND 1118	VIPAL	1.098,8742	4.395,50
			TOTAL GERAL		R\$	10.360,00

LOTE 07

ITEM	QUANT.	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
22	50	UNID	CONERTO PARA RECAPE DO Nº 02 Á 05	VIPAL	12,6092	630,46
23	50	UNID	CONERTO PARA RECAPE DO Nº 06 A 09	VIPAL	15,7615	788,08
24	20	UNID	CONERTO PARA RECAPE DO Nº 12 A 22	VIPAL	9,4569	189,14
25	20	UNID	CONERTO PARA RECAPE DO Nº 40 A 46	VIPAL	22,0662	441,32
			TOTAL GERAL		R\$	2.049,00

Ata 96-2011 PREFEITURA

Ata nº 96/2011 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2011 – Registro de preços para contratação de serviços de recapagem de pneus, consertos para recape e vulcanizações para máquinas e veículos. Fornecedor: GRANDO PNEUS LTDA - CNPJ nº 03.562.696/0001-38– Vacaria, RS. Prazo: 12 meses.

LOTE 04

ITEM	QUANT.	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
9	20	UNID	RECAPAGEM PNEU BORRACHUDO 1.000X20 PARA CAMINHÕES	INBRAS	295,26	5.905,20
10	20	UNID	RECAPAGEM DE PNEU CAMINHÕES 1000 X 20 LISO	INBRAS	285,4176	5.708,35
11	15	UNID	RECAPAGEM DE PNEU CAMINHÕES 1000 X 20 LISO PRÉ-MOLDADO	INBRAS	285,4176	4.281,26
12	20	UNID	RECAPAGEM DE PNEUS CAMINHÕES 1000 X 20 BORRACHUDO PRÉ-MOLDADO	INBRAS	295,2596	5.905,19
			TOTAL GERAL		R\$	21.800,00

LOTE 08

ITEM	QUANT.	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
26	10	UNID	VULCANIZAÇÃO DO Nº 02 a 05	INBRAS	20,00	200,00

27	5	UNID	VULCANIZAÇÃO DOS Nº 06 A 09	INBRAS	40,00	200,00
28	10	UNID	VULCANIZAÇÃO, TELA E MANCHÃO PNEU 750 x 16	INBRAS	30,00	300,00
29	10	UNID	VULCANIZAÇÃO, TELA E MANCHÃO PNEU 1000 X 20	INBRAS	40,00	400,00
30	10	UNID	VULCANIZAÇÃO, TIP TOP PNEU ARO 24	INBRAS	120,00	1.200,00
31	10	UNID	VULCANIZAÇÃO, TIP TOP PNEU ARO 25	INBRAS	140,00	1.400,00
32	10	UNID	VULCANIZAÇÃO, TIP TOP PNEU ARO 28	INBRAS	140,00	1.400,00
33	10	UNID	VULCANIZAÇÃO, MANCHÃO PNEU ARO 24	INBRAS	120,00	1.200,00
34	10	UNID	VULCANIZAÇÃO, MANCHÃO PNEU ARO 25	INBRAS	140,00	1.400,00
35	10	UNID	VULCANIZAÇÃO, MANCHÃO PNEU ARO 28	INBRAS	140,00	1.400,00
36	10	UNID	VULCANIZAÇÃO, MANCHÃO PNEU ARO 30	INBRAS	150,00	1.500,00
			TOTAL GERAL		R\$	10.600,00

Ata 97-2011 PREFEITURA

Ata nº 97/2011 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2011 – Registro de preços para contratação de serviços de recapagem de pneus, consertos para recape e vulcanizações para máquinas e veículos. Fornecedor: RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP - CNPJ nº 82.989.096/0001-27 – Rio dos Cedros, SC. Prazo: 12 meses. LOTE 05

ITEM	QUANT.	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
13	20	UNID	RECAPAGEM DE PNEU PARA ÔNIBUS 7,50 X 16 BORRACHUDO	RUBBER-NEW	145,95	2.919,00
			TOTAL GERAL		R\$	2.919,00

LOTE 06

ITEM	QUANT.	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
14	5	UNID	RECAPAGEM PNEU 215/75R 17.5	RUBBER-NEW	157,926	789,63
15	5	UNID	RECAPAGEM PNEU LISO 735 X 14	RUBBER-NEW	83,7493	418,75
16	5	UNID	RECAPAGEM PNEU BORRACHUDO 735 X 14	RUBBER-NEW	89,3326	446,66

17	10	UNID	RECAPAGEM DE PNEU 9.50 X 17.5 LISO	RUBBER-NEW	167,4986	1.674,99
18	10	UNID	RECAPAGEM DE PNEU 9.50 X 17.5 BORRACHUDO	RUBBER-NEW	173,0819	1.730,82
19	10	UNID	RECAPAGEM DE PNEU LISO 9.00 X 20	RUBBER-NEW	215,3554	2.153,55
20	5	UNID	RECAPAGEM DE PNEU 23.5 X 25	RUBBER-NEW	1.994,0315	9.970,16
21	5	UNID	RECAPAGEM DE PNEU 17.5 X 25	RUBBER-NEW	973,0874	4.865,44
			TOTAL GERAL		R\$	22.050,00

Ata SRP 76-2011 SAÚDE

Ata SRP 76/2011 FMS - registro de preços aquisição de lanches, frutas e verduras referente ao processo licitatório nº 30/2011, PR 22/2011. Contratado: FRUTOLANDIA CENTRAL LTDA. Valor: R\$ 39.905,90. Prazo: 08/03/2012, sendo:

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNID.
05	5.400	Quilo	Banana Caturra - Características: tamanho médio em processo de amadurecimento.	1,09
06	5.250	Quilo	Laranja Pêra - Características: casca de cor alaranjada, odor agradável e doce.	1,18
07	5.250	Quilo	Maçã tipo Fuji	2,90
08	400	Quilo	Mamão - Características: casca fina, lisa, amarela, sem manchas e amassados, polpa macia.	2,20
09	425	Quilo	Melancia - Características: casca rígida s/ amassados.	0,94
10	180	Quilo	Melão - Características: casca com parede espessa e de cor amarela, sem manchas e amassados.	2,98
11	5.250	Quilo	Pokan - Características: casca de cor alaranjada, textura rígida e sem manchas.	1,85
12	100	Quilo	Cebola branca - Características: de 1ª qualidade, nacional e tamanho médio.	1,48
13	150	Unidade	Alface - Folhas tenras e sem manchas.	0,99
14	10	Quilo	Alho - Características: de 1ª qualidade, firmes.	9,40
15	95	Quilo	Repolho - Características: de 1ª qualidade, fresco, tipo branco.	1,20
16	180	Quilo	Tomate - Características: bem formados, lisos, livres de defeitos, cor vermelho vivo (maduros).	2,65

Ata SRP 77-2011 SAÚDE

Ata SRP 77/2011 FMS - registro de preços aquisição de lanches, frutas e verduras referente ao processo licitatório nº 30/2011, PR

22/2011. Contratado: INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA. Valor: R\$ 5.220,00. Prazo: 08/03/2012, sendo:

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNID.
02	2.000	Unidade	Refrigerante 600 ml	2,61
04	200	Pacote	Biscoito recheado diversos sabores, pacote com 150 gramas	1,20

Ata SRP 78-2011 SAÚDE

Ata SRP 78/2011 FMS - registro de preços aquisição de lanches, frutas e verduras referente ao processo licitatório nº 30/2011, PR 22/2011. Contratado: PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA. Valor: R\$ 5.050,00. Prazo: 08/03/2012, sendo:

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNID.
01	1.000	Unidade	X-Salada simples	3,80
03	100	Quilo	Grostoli feito no dia acondicionados em embalagem com 01 kg cada	12,50

Ata SRP 79-2011 SAÚDE

Ata SRP 79/2011 FMS - registro de preços para contratação de exames radiograficos panorâmicos odontológicos com laudo referente ao processo licitatório nº 33/2011, PR 25/2011. Contratado: SCARDUA & CIA LTDA. Valor: R\$ 16.556,40. Prazo: 12/09/2012, sendo:

QTD	DESCRIÇÃO	R\$ UNID.
360	Exame radiográfico panorâmico odontológico com laudo.	45,99

Contrato 102-2011 PREFEITURA

Contrato nº 102/2011 – aquisição de material permanente e material de expediente para a Polícia Militar. Referente ao processo licitatório nº 68/2011 PR nº 38/2011. Contratado: JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA /CNPJ sob o nº 13.965.228/0001-68. Valor: R\$ 1.715,20. Prazo: 09/09/2012.

ITEM	QUANT.	UND.	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
10	30	CAIXAS	GRAMPO 26/6 COM 5.000 UNIDADES	VMP	2,75	82,50
12	1000	UNID	ENVELOPE PAR-DO 17 X 25	ENVELO-MAX	0,12	120,00
19	40	UNID	LÁPIS PRETO	VMP	0,23	9,20
20	20	UNID	APONTADOR	VMP	0,15	3,00
21	30	UNID	BOBINA PARA FAX	VMP	3,95	118,50
22	20	UNID	FITA ADESIVA TRANSPARENTE 12 MM X 50 M	EUROCEL	0,84	16,80
23	20	UNID	FITA ADESIVA TRANSPARENTE 19 MM X 50 M	EUROCEL	1,13	22,60
25	20	UNID	FITA CREPE 25 MM X 50 M	EUROCEL	3,48	69,60
27	15	CAIXAS	COLCHETE Nº 03 CAIXA COM 72 UNIDADES	GASFER	1,53	22,95

28	15	CAIXAS	COLCHETE Nº 04 CAIXA COM 72 UNIDADES	GASFER	1,53	22,95
29	15	CAIXAS	COLCHETE Nº 05 CAIXA COM 72 UNIDADES	GASFER	1,56	23,40
30	15	CAIXAS	COLCHETE Nº 06 CAIXA COM 72 UNIDADES	GASFER	1,60	24,00
31	15	CAIXAS	COLCHETE Nº 07 CAIXA COM 72 UNIDADES	GASFER	1,78	26,70
32	10	CAIXAS	COLCHETE Nº 08 CAIXA COM 72 UNIDADES	GASFER	2,11	21,10
33	10	CAIXAS	COLCHETE Nº 15 CAIXA COM 72 UNIDADES	GASFER	6,46	64,60
34	30	UNID	COLA EM BAS-TÃO COM 10 GR	VMP	0,55	16,50
35	3	CAIXAS	CANETA VERMELHA, CAIXA COM 50 UNIDADES	VMP	16,44	49,32
36	10	CAIXAS	CANETA AZUL, CAIXA COM 50 UNIDADES	VMP	16,44	164,40
37	5	CAIXAS	CANETA PRETA, CAIXA COM 50 UNIDADES	VMP	16,44	82,20
38	30	UNID	CORRETIVO COM 18 ML	VMP	0,79	23,70
39	50	UNID	CANETA MARCA TEXTO (VÁRIAS CORES)	MARIPEL	0,78	39,00
40	30	UNID	RÉGUA EM PLÁSTICO DURO, COM 30 CM	VMP	0,64	19,20
41	50	UNID	PASTA DE PAPELÃO COM ELÁSTICO	VMP	0,90	45,00
46	20	UNID	LAPISEIRA 07	MARIPEL	0,96	19,20
47	30	CAIXAS	GRAFITE PARA LAPISEIRA 07	VMP	2,39	71,70
48	30	UNID	PINCEL MARCA-DOR (VÁRIAS CORES)	MARIPEL	0,75	22,50
49	30	UNID	PINCEL PARA QUADRO BRAN- CO (VÁRIAS CORES)	MARIPEL	1,09	32,70
51	100	UNID	CARTOLINA VÁRIAS CORES	VMP	0,21	21,00
53	10	CAIXAS	PAPEL CARBO- NO, CAIXA COM 100 UNIDADES	HARDCO- PY	24,77	247,70
54	10	UNID	TESOURA TA- MANHO MÉDIO	VMP	1,38	13,80
55	15	UNID	ESTILETE TAMA- NHO GRANDE	VMP	0,96	14,40
56	8	UNID	GRAMPEADOR TAMANHO MÉDIO	VMP	5,91	47,28
58	5	UNID	TINTA PARA CARIMBO AZUL	VMP	1,54	7,70

59	1000	UNID	PAPEL VERGÊ	VMP	0,13	130,00
			TOTAL GERAL			1.715,20

Contrato 103-2011 PREFEITURA

Contrato nº 103/2011 – aquisição de material permanente e material de expediente para a Polícia Militar. Referente ao processo licitatório nº 68/2011 PR nº 38/2011. Contratado: PAPELARIA PARAÍSO LTDA-EPP /CNPJ sob o nº 02.949.623/0001-30. Valor: R\$ 8.024,50. Prazo: 09/09/2012.

ITEM	QUANT.	UND.	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
3	50	CAIXAS	PAPEL A4 COM 10 RESMAS	CHAMEX	98,00	4.900,00
4	10	CAIXAS	CLIPS NIQUELADOS TAMANHO 01, CAIXA COM 500 GR	NILL	5,90	59,00
5	10	CAIXAS	CLIPS NIQUELADOS TAMANHO 02, CAIXA COM 500 GR	NILL	5,90	59,00
6	10	CAIXAS	CLIPS NIQUELADOS TAMANHO 03, CAIXA COM 500 GR	NILL	5,90	59,00
7	10	CAIXAS	CLIPS NIQUELADOS TAMANHO 04, CAIXA COM 500 GR	NILL	5,90	59,00
8	10	CAIXAS	CLIPS NIQUELADOS TAMANHO 06, CAIXA COM 500 GR	NILL	5,90	59,00
9	10	CAIXAS	CLIPS NIQUELADOS TAMANHO 08, CAIXA COM 500 GR	NILL	5,90	59,00
11	3000	UNID	ENVELOPE PARADO 11 X 23	FORONI	0,06	180,00
13	1000	UNID	ENVELOPE PARADO 21 X 29	FORONI	0,18	180,00
14	1000	UNID	ENVELOPE PARADO 23 X 33	FORONI	0,18	180,00
15	1000	UNID	ENVELOPE PARADO 23 X 36	FORONI	0,22	220,00
16	1000	UNID	ENVELOPE PARADO 31 X 41	FORONI	0,32	320,00
17	2000	UNID	ENVELOPE NA COR BRANCA 17 X 25	FORONI	0,15	300,00
18	30	UNID	BORRACHA MÉDIA	MERCUR	0,35	10,50
24	20	UNID	FITA ADESIVA TRANSPARENTE 45 MM X 50 M	EUROCEL	2,20	44,00
26	20	UNID	FITA CREPE BRANCA 50 MM X 50 M	EUROCEL	6,90	138,00
42	50	UNID	COLA BRANCA COM 90 GR	FRAMA	0,82	41,00
43	150	UNID	CAIXA DE ARQUIVO MORTO	ADAMI	1,65	247,50

44	30	UNID	PRANCHETA EM ACRÍLICO TRANSPARENTE OFÍCIO	DELO	8,75	262,50
45	10	UNID	LIVRO ATA COM 200 FOLHAS	SÃO DOMINGOS	14,00	140,00
50	10	UNID	APAGADOR PARA QUADRO BRANCO	FABER	7,00	70,00
52	30	UNID	PASTA DE PLÁSTICO PARA DOCUMENTOS	ACP	2,25	67,50
57	5	UNID	ALMOFADA PARA CARIMBO COR AZUL	RADEX	3,90	19,50
60	500	UNID	TRANSPARÊNCIA	USA	0,70	350,00
			TOTAL GERAL			8.024,50

Contrato 104-2011 PREFEITURA

Contrato nº 104/2011 – aquisição de material permanente e material de expediente para a Polícia Militar. Referente ao processo licitatório nº 68/2011 PR nº 38/2011. Contratado: VICOLOR LTDA-EPP /CNPJ sob o nº 11.987.826/0001-02. Valor: R\$ 1.880,00. Prazo: 09/09/2012.

ITEM	QUANT.	UND.	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
1	04	UND.	CÂMERA DIGITAL. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: -TIPO: FOTOGRÁFICA DIGITAL -RESOLUÇÃO: MÍNIMO 10 MEGAPIXELS -CONEXÃO: USB (CABO INCLUSO) -MEMÓRIA EXPANSÍVEL POR CARTÕES -CARTÃO DE MEMÓRIA: MÍNIMO 2 GIGAS -MONITOR/DISPLAY: MÍNIMO 2,7 POLEGADAS -MODO DE FLASH: AUTO/ON/OFF -ALIMENTAÇÃO: BATERIA DE ÍONS DE LÍTIO COM CARREGADOR -ZOOM ÓPTICO: MÍNIMO 3 X -GARANTIA MÍNIMA DE 1 ANO -ASSISTÊNCIA TÉCNICA LOCAL -À PROVA D'ÁGUA	FUJIFILM	470,00	1.880,00
			TOTAL GERAL			1.880,00

Contrato 105-2011 PREFEITURA

Contrato nº 105/2011 - Locação de terreno urbano sem benfeitorias com área de 10.937,80 m2 para exploração de pedreira e instalação de britador, localizada na Rua Alfredo Cachoeira, Bairro Bom Jesus, Caçador (SC), para a exploração de pedreira para retirada de materiais, cascalho e pedras, destinados a melhorias nas estradas vicinais urbanas e rurais e instalação de um britador para aproveitamento de todo o material retirado pela Prefeitura Municipal de Caçador/SC. Referente ao processo licitatório nº 73/2011 DL nº 11/2011. Contratados/Locadores: MARINA PADILHA ZENI/CPF-944.298.989-87 e JULIANO ZENI/CPF-933.489.599-34. Valor: R\$ 500,00 mensais. Prazo: 15/08/2012.

Contrato 106-2011 PREFEITURA

Contrato nº 106/2011 - Locação de terreno urbano sem benfeitorias com área de 30.632,50 m2 para exploração de pedreira e instalação de britador, localizada na Rua Alfredo Cachoeira, Bairro Bom Jesus, Caçador (SC), para a exploração de pedreira para retirada de materiais, cascalho e pedras, destinados a melhorias nas estradas vicinais urbanas e rurais e instalação de um britador para aproveitamento de todo o material retirado pela Prefeitura Municipal de Caçador/SC. Referente ao processo licitatório nº 73/2011 DL nº 11/2011. Contratados/Locadores: IRIS FAITA ZENI CPF-767.297.109-34. Valor: R\$ 500,00 mensais. Prazo: 15/08/2012.

Contrato 11-2011 FUNDEMA

Contrato nº 11/2011 - FUNDEMA - Contratação de empresa para elaboração de projeto de tratamento de lodos gerados pela estação de tratamento de água de Caçador/SC. Referente ao processo licitatório nº 11/2011 TP nº 01/2011. Contratado: CISM ENGENHEIROS CONSULTORES LTDA/CNPJ sob nº 03.210.572/0001-82. Valor: R\$ 90.000,00. Prazo: 150 dias contados da emissão da ordem de serviço.

Decreto Nº 4.967

DECRETO Nº 4.967, de 30 de agosto de 2011.
Regulamenta os arts. 2º, 5º e 6º da Lei Municipal nº 2.774/2010, que dispõe sobre o Estacionamento Controlado de Veículos, e dá outras providências, alterada pela Lei nº 2823/2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador e de acordo com o previsto na Lei Municipal nº 2774/2010 alterada pela Lei nº 2823/2011,

DECRETA:

Art. 1º Ficam estabelecidos os seguintes trechos de ruas, denominadas de ESTAR, com via de rolamento e de estacionamento controlado de veículos, de que trata o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.774, de 16 de dezembro de 2010, alterada pela Lei nº 2.823, de 21 de julho de 2011, conforme mapa que fica fazendo parte integrante deste Decreto:

I - Avenida Barão do Rio Branco, no trecho compreendido entre a Rua Fernando Machado e a Rua Herculano Coelho de Souza;

II - Rua Carlos Sperança, nos trechos compreendidos entre a Rua Emilio Joaquim até o início da Rua Moacir Sampaio esquina com a Rua Prudente de Moraes, e, até o início da Rua Salgado Filho entroncamento com a Avenida Santa Catarina;

III - Rua Lauro Muller;

IV - Avenida Santa Catarina, no trecho compreendido entre a Rua Emilio Joaquim e a Rua Senador Salgado Filho;

V - Avenida Sete de Setembro, no trecho compreendido entre a Rua Carlos Sperança e a Rua General Osório;

VI - Rua Altamiro Guimarães, no trecho compreendido entre a Rua Miguel Couto até o trecho da Rua São Francisco de Assis que se encontra com a Rua Irmão Guido Gabriel;

VII - Rua Benjamin Constant;

VIII - Rua Emilio Joaquim;

IX - Rua Nereu Ramos, no trecho compreendido entre a Rua Curitiba e a Rua Carlos Sperança;

X - Rua General Osório.

Art. 2º As tarifas fixadas para utilização do Estacionamento Rotativo são as seguintes:

I - cartão de estacionamento, com período de 30 min. (trinta minutos): R\$ 0,50 (cinquenta centavos de real);

II - cartão de estacionamento com período de 01h (uma hora): R\$ 1,00 (um real).

Parágrafo único. A tarifa referente ao "Estacionamento Rotativo" será reajustada a cada dois anos, segundo a variação acumulada do INPC/IBGE no período, podendo ser revisada quando se constatar desequilíbrio econômico-financeiro na manutenção do sistema.

Art. 3º A Comercialização poderá ser efetuada por blocos ou cartões e será de responsabilidade da Prefeitura Municipal ou de estabelecimentos comerciais e entidades, autorizados por ela.

Art. 4º O controle das áreas ESTAR será efetuado pela Prefeitura Municipal de Caçador, através da Diretoria de Trânsito, Transporte e Segurança de Caçador - DITTESC.

Parágrafo único. A Prefeitura Municipal poderá delegar a exploração das áreas ESTAR a empresa ou entidade beneficente, na forma da legislação vigente.

Art. 5º Os usuários do sistema de estacionamento rotativo que tenham adquirido os blocos e/ou cartões de estacionamento, antes da data deste regulamento, poderão utilizá-los por prazo indeterminado.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir do dia 1º de outubro de 2011.

Art. 7º Fica revogado o Decreto nº 1.670, de 06 de janeiro de 1998 e demais disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 30 de agosto de 2011.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal

NEWTON MARÇAL SANTOS
Presidente do Ippuc

OSMAR PEREIRA DIAS
Diretor Geral da Dittesc.

OBSERVAÇÃO: O mapa poderá ser visualizado no site www.cacador.sc.gov.br

Decreto Nº 4.978

DECRETO nº 4.978, de 08 de setembro de 2011.

Designa Comissão Especial de Avaliação.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam designados os cidadãos ANTONIO CARLOS DO NASCIMENTO BITTENCOURT, SEBASTIÃO RIBEIRO DOS SANTOS, JOSÉ BRESSAN e JUAREZ HOFFELDER, para sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Especial de Avaliação dos seguintes bens móveis, que se encontram na Secretaria de Infra-Estrutura, conforme segue:

- vibroacabadora de asfalto, marca Barber Reeme, modelo AS 35, ano 2005, cadastrada sob o nº 25.114;
- demarcadora de faixas para sinalização e pintura horizontal Auto Propelida de pneus tipo hidrostática, marca Sinalmaq, ano 2010, cadastrada sob o nº 30.355;
- carcaça com rolo compactador;
- concha de pá carregadeira com braço e lâmina de trator de esteira.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se os Decretos nº 4.960, de 19 de agosto de 2011 e 4.961, de 24 de agosto de 2011.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito municipal de Caçador, em 08 de setembro de 2011.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal

Decreto Nº 4.979

DECRETO nº 4.979, de 09 de setembro de 2011.

Aprova desmembramento de terreno urbano.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008 - Lei de Parcelamento do Solo Urbano e Lei nº 2.119/04,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de um terreno urbano com área total de 843,00 m² (oitocentos e quarenta e três metros quadrados), objeto da matrícula nº 25.185, do Registro de Imóveis desta Comarca, localizado na Rodovia Daniel Lessing, Bairro dos Municípios, nesta cidade, de propriedade de Nelza Paes de Farias, ficando após o desmembramento constituído de dois lotes, com as seguintes medidas e confrontações, tudo de conformidade com o mapa e o memorial descritivo, que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto:

I - Lote 12 "A" com área de 409,25 m² (quatrocentos e nove metros e vinte e cinco decímetros quadrados), confrontando: ao Norte, com lote 14 de propriedade de Osnira Paes de Farias, medindo 14,50 metros; ao Sul, com a Rodovia Daniel Lessing, medindo 16,00 metros; ao Leste, em dois planos, no primeiro confronta com parte do lote 13 de propriedade de Sandra Marcelli dos Santos Perboni, medindo 21,00 metros, e no segundo com parte do lote 15 de propriedade de Clair José Finilli, medindo 8,00 metros; e ao Oeste, com o lote 12 "B" do desmembramento, medindo 24,80 metros.

II - Lote 12 "B" com 433,75 m² (quatrocentos e trinta e três

metros e setenta e cinco decímetros quadrados), confrontando: ao Norte, com lote 14 de propriedade de Osnira Paes de Farias, medindo 23,50 metros; ao Sul, em dois planos, no primeiro em linha reta com a Rodovia Daniel Lessing, medindo 11,00 metros, e no segundo em forma de contorno, esquina com a Rua João Kuczer, medindo 10,00 metros; ao Leste, com o lote 12 "A" do desmembramento, medindo 24,80 metros; e ao Oeste, com a Rua João Kuczer, medindo 12,00 metros.

Parágrafo único. A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes deste desmembramento.

Art. 2º O Registro do Desmembramento no Cartório de Registro de Imóveis, desta Comarca, deverá ser feito no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 09 de setembro de 2011.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal

Decreto Nº 4.980

DECRETO nº 4.980, de 09 de setembro de 2011.

Aprova o Regimento Interno da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI, baixado com o presente Decreto e que fica fazendo parte integrante do mesmo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 09 de setembro de 2011.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal

REGIMENTO INTERNO DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS
DE INFRAÇÕES - JARI

**CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º A Junta Administrativa de Recurso de Infrações - JARI funcionará junto ao Órgão Executivo de Trânsito, cabendo-lhes julgar os recursos das penalidades por inobservância de preceitos do Código de Trânsito Brasileiro, das Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito e da Legislação Complementar.

**CAPÍTULO II
DA COMPOSIÇÃO, COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES**

Art. 2º Compete a JARI:

I - julgar os recursos interpostos contra as penalidades aplicadas

pela autoridade de trânsito no exercício de sua competência originária ou delegada mediante convênio ou ato próprio;

II - solicitar aos órgãos e entidades executivas de trânsito e executivos rodoviários informações complementares relativas aos recursos interpostos, objetivando uma melhor análise da situação ocorrida;

III - encaminhar aos órgãos e entidades executivas de trânsito e rodoviárias, informações sobre problemas observados nas autuações, na sinalização ou nas vias, e apontados em recurso, e que se repitam sistematicamente;

IV - formular seu encaminhamento interno, segundo as diretrizes do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN - mediante homologação do Chefe do Poder Executivo Municipal;

V - os recursos interpostos contra as decisões da JARI serão encaminhados para o Conselho Estadual de Trânsito - CETRAN.

Art. 3º A JARI será constituída por três membros, sendo:

I - um Presidente da Junta e respectivo suplente, portadores de curso superior, indicados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal;

II - um representante da entidade executiva municipal de trânsito e respectivo suplente, indicados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal;

III - um representante da entidade máxima representativa dos condutores de veículos do Município de Caçador, indicado pelo Presidente da entidade.

§ 1º Cada membro da JARI será substituído, em seus impedimentos, pelo respectivo suplente, cuja designação obedecerá aos mesmos critérios exigidos para os membros titulares.

§ 2º A vacância definitiva do titular, implica a ascensão do suplente à condição de titular.

§ 3º Os membros da JARI deverão possuir conhecimento na área de trânsito com, no mínimo, o nível médio, idoneidade moral e ser habilitado para a condução de veículo automotor.

§ 4º A nomeação dar-se-á por ato do Chefe do Poder Executivo ou autoridade por ele delegada.

Art. 4º O mandato dos membros da JARI será de 2 (dois) anos, permitida a recondução por períodos sucessivos, conforme orientações do CETRAN.

Art. 5º Havendo superveniência de incompatibilidade ou impedimento, o Órgão de Trânsito adotará providências cabíveis para substituir o membro alcançado, garantido o direito de defesa dos atingidos pelo ato.

Art. 6º Não poderá fazer parte da JARI:

I - pessoa que esteja cumprindo suspensão do direito de dirigir ou pena aplicada pela prática de crime de trânsito;

II - pessoa cujos serviços, atividades ou funções profissionais estejam relacionados com Centros de Formação de Condutores, Despachantes, Fabricantes de Placas de Veículos e seus complementos ou ligada a entidade que, de qualquer forma, possa ser beneficiada por essa condição;

III - pessoa nomeada como membro do Conselho Estadual de Trânsito de Santa Catarina - CETRAN/SC.

Art. 7º Será destituído da JARI, o membro que:

I - deixar de comparecer a 3 (três) sessões consecutivas ou 6 (seis) alternadas, sem causa justificada, no prazo de 1(um) ano, desde que não seja possível convocar o suplente;

II - reter, sem motivo justificado, qualquer processo, além do prazo regimental, sem relatá-los;

III - praticar, no exercício da função, algum ato de favorecimento ilícito, apurado em regular processo administrativo, em que seja assegurado ao acusado o contraditório e a ampla defesa.

CAPÍTULO III DAS ATRIBUIÇÕES DOS MEMBROS DA JARI

Art. 8º Ao Presidente da JARI compete:

I - convocar, presidir, suspender e encerrar as reuniões;

II - convocar os suplentes para eventuais substituições dos titulares;

III - resolver questões de ordem, apurar votos e consignar por escrito no processo, o resultado do julgamento;

IV - convocar reuniões extraordinárias, mediante justificativas;

V - assinar atas de reuniões;

VI - fazer constar das atas as justificativas das ausências nas reuniões;

VII - representar a JARI.

Art. 9º Aos membros da JARI compete:

I - relatar, por escrito, matéria que lhe for distribuída, fundamentando o voto;

II - discutir a matéria apresentada pelo relator, justificando o voto quando divergente;

III - pedir vista de processo relatado por outro membro, para, na próxima reunião ordinária, exarar seu voto;

IV - solicitar reuniões plenárias extraordinárias para apreciação de assunto relevante, bem como apresentar sugestões objetivando a boa ordem dos julgamentos e o correto procedimento dos recursos;

V - solicitar informações ou diligências sobre matéria pendente de julgamento, quando necessário ao seu convencimento;

VI - sugerir medidas de aperfeiçoamento dos serviços.

Parágrafo único. O voto deverá contemplar a análise dos argumentos levantados pelo autor do recurso, devendo pronunciar-se conclusivamente sobre eles, de forma escrita, contendo no parecer um resumo descritivo, a fundamentação e a decisão do relator.

Art. 10. Ao secretário da JARI compete:

I - redigir, ler e assinar a ata de cada reunião, tomando assinatura dos presentes, após a sua aprovação;

II - dar encaminhamento às correspondências recebidas e expedidas, mantendo arquivo de documentos da JARI;

III - numerar e rubricar as folhas dos processos;

IV - distribuir, equitativamente, os processos aos relatores;

V - receber os processos encaminhados pelo órgão de trânsito, anotando a data de recebimento;

VI - encaminhar ao órgão de trânsito os processos julgados, tomando ciência da decisão;

VII - elaborar a planilha referente aos jetons.

CAPÍTULO IV DO FUNCIONAMENTO DA JARI

Art. 11. A JARI reunir-se-á, ordinariamente duas vezes por mês e extraordinariamente, quando convocado pelo presidente, conforme orientações do CETRAN.

Art. 12. Somente serão abertas e realizadas as sessões da JARI, com a composição completa.

Art. 13. No dia e hora indicado no ato de convocação e atendido o quorum, o Presidente abrirá a sessão e fará observar a seguinte ordem do dia:

I - leitura, discussão e aprovação da ata da sessão anterior;

II - expediente;

III - discussão e julgamento dos recursos em pauta.

Art. 14. Anunciada a apresentação do processo para julgamento o Presidente oferecerá a palavra ao respectivo relator, que fará a leitura do relatório.

§ 1º Ao final da leitura do relatório, os outros membros podem solicitar vistas dos autos pelo prazo máximo de 5 (cinco) dias.

§ 2º Encerrados os debates, o Presidente colherá os votos e consignará por escrito no processo, o resultado do julgamento.

Art. 15. Os recursos julgados, tão logo seja feita a ata da sessão, deverão ser encaminhados à autoridade de trânsito, mediante protocolo.

Art. 16. As sessões serão públicas, cabendo ao Presidente a manutenção da ordem, o andamento dos trabalhos e a garantia de manifestação e concessão de apertes.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 17. Os membros e o secretário da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI farão jus a uma remuneração por sessão ordinária e extraordinária, fixada por Lei Municipal específica.

Art. 18. O Órgão Executivo de Trânsito prestará todo o apoio técnico, administrativo e financeiro necessário ao funcionamento da JARI e ao julgamento dos recursos.

Art. 19. O funcionamento da JARI, obedecerá ao disposto neste Regimento, observado as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN e ao Conselho Estadual de Trânsito - CETRAN.

Art. 20. Os casos omissos neste Regimento Interno serão resolvidas pela JARI.

Art. 21. Este Regimento Interno entrará em vigor na data de sua

publicação.

Decreto Nº 4.983

DECRETO Nº 4.983, de 13 de setembro de 2011.

Dispõe sobre a homologação do resultado final do Processo de Seleção Simplificado para Contratação de Pessoal em Caráter Temporário e Formação de Cadastro de Reserva – Edital nº 02/2011

O PREFEITO MUNICIPAL, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

D E C R E T A:

Art.1º Fica homologado o resultado final do Processo de Seleção Simplificado para contratação em caráter temporário e formação de cadastro de reserva, para atuarem na Fundação Municipal de Meio Ambiente – FUNDEMA, no Município de Caçador – Edital nº 02/2011, de 08 de agosto de 2011, conforme consta dos anexos que ficam fazendo parte integrante do presente decreto.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 13 de setembro de 2011.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal

ATA DA COMISSÃO DO PROCESSO DE SELEÇÃO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 002/2011 - FUNDEMA

Aos seis dias do mês de setembro de 2011, a Comissão do Processo de Seleção Simplificado para Contratação de Pessoal em Caráter Temporário e Formação de Cadastro de Reserva - Edital nº 002/2011, formada pelas seguintes integrantes, Diala Marchi Gonçalves Bridi, Anemari Socreppa Buscarons, Ivonete Ruppel, Denise Chiarello Hartmann e Luiz Gustavo Pavelski, reunidos no Auditório da Prefeitura Municipal de Caçador, após a análise dos documentos apresentados, atribuíram a seguinte pontuação aos candidatos inscritos:

RESULTADO FINAL PARA OS CARGOS DO PROCESSO SELETIVO

Nome do Cargo: AUXILIAR DE SERVIÇOS E OBRAS PÚBLICAS

Classificação	Candidato	Experiência Profissional	Filhos	Idade	Pontuação Final
1º	Amilto Melo Cesar				2,0
2º	Marcio Silveira Pinto				1,7
3º	Jocelim Gonçalves de Freitas				1,6
4º	Rudinei Góes	0,3	1		1,3
5º	Izaías Ribeiro dos Santos	0,3	0		1,3
6º	Rene Luiz Santin	0,2	2		1,2
7º	Jose Monteiro da Silva	0,2	0		1,2
8º	Scheila Maris de Oliveira dos Santos	0,0	1		1,0
9º	José Luiz Dalla Santa	0,0	0		1,0
10º	Marcos Antônio dos Santos				0,9



11º	Izaltino Fernandes				0,3
12º	Claudia Aparecida Gomes Marques	0,2	1		0,2
13º	Gilberto Carlos Gomes	0,2	0		0,2
14º	Antonio Marcos Borges Gonsalves				0,1
15º	Delio Borges	0,0	2		0,0
16º	Maria Aparecida de Lima	0,0	1	25a, 11m.	0,0
17º	Cleonice Rosa de Oliveira	0,0	1	25a, 05m.	0,0
18º	Elias Lima de Oliveira	0,0	1	19a	0,0
19º	Jose Maria Gomes	0,0	0	61a	0,0
20º	João Brusque	0,0	0	56a	0,0
21º	Davi Rodrigues Rocha	0,0	0	39a	0,0

Desta forma, encaminhamos para publicação, abrindo-se, nos termos do item 11.1, do Edital nº 002/2011, o prazo para interposição de recursos.

Caçador (SC), 09 de setembro de 2011.

DIALA MARCHI GONÇALVES BRIDI
Assessora de Gabinete do Prefeito

ANEMARI SOCREPPA BUSCARONS
Procuradora do Município

IVONETE RUPPEL
Secretária Escolar

DENISE CHIARELLO HARTMANN
Presidente da Fundação Municipal do Meio Ambiente de Caçador

LUIZ GUSTAVO PAVELSKI
Diretor Técnico da Fundação Municipal do Meio Ambiente de Caçador.

Lei Complementar Nº 224

LEI COMPLEMENTAR Nº 224, de 09 de setembro de 2011.
Acrescenta dispositivo ao art. 8º, alínea "j", da Lei Complementar nº 209, de 23 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre a nova Organização Administrativa da Prefeitura Municipal de Caçador, estabelece as diretrizes gerais para a modernização administrativa, estabelece as atribuições e competências dos Órgãos e Secretarias Municipais, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I :

Art. 1º Fica acrescentado dispositivo ao art. 8º, alínea "j", da Lei Complementar nº 209, de 23 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre a nova Organização Administrativa da Prefeitura Municipal de Caçador, estabelece as diretrizes gerais para a modernização administrativa, estabelece as atribuições e competências dos Órgãos e Secretarias Municipais, e dá outras providências, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 8º

j) quanto a Secretaria de Educação:

1.

4. Secretário Adjunto para Assuntos da Educação. (NR)

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a contar de 1º de junho de 2011.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 09 de setembro de 2011.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal

Lei Complementar Nº 225

LEI COMPLEMENTAR Nº 225, de 09 de setembro de 2011.

Extingue o cargo de Assessoria Técnica previsto no Anexo V da Lei Complementar nº 22/2001, que alterou a Lei Complementar nº 7/1999, que dispõe sobre o novo Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação do Município de Caçador, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I :

Art. 1º Fica extinto o cargo de Assessoria Técnica previsto no Anexo V da Lei Complementar nº 22, de 28 de dezembro de 2001, que alterou a Lei Complementar nº 7, de 27 de dezembro de 1999, que dispõe sobre o novo Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação do Município de Caçador, e dá outras providências.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem de 1º de junho de 2011.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 09 de setembro de 2011.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal

ANEXO – V

DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA E FUNÇÕES GRATIFICADAS

Quantidade	Funções de Confiança	Nível	Valor
1	Assessoria Técnica (Extinto)	FCA-1	3.907,07
1	Coordenadoria de Serviços Administrativos de Pessoal e Encargos Gerais	FCD-2	2.495,68
1	Coordenadoria de Serviços Administrativos Pedagógicos	FCD-2	2.495,68
1	Coordenadoria de Serviços Administrativos de Cultura	FCD-2	2.495,68
1	Coordenadoria de Serviços Administrativos de Esportes	FCD-2	2.495,68
1	Coordenadoria de Serviços Administrativos de Alimentação, Nutrição e Higiene	FCD-2	2.495,68
1	Coordenadoria de Serviços Operacionais de Manutenção e Conservação de Prédios Escolares	FCD-2	2.495,68

1	Coordenadoria de Serviços Administrativos de Pessoal e Encargos Gerais do CAIC	FCD-2	2.495,68
8	Direção de Escola acima de 721 alunos	FCDE-1	1.144,07
3	Direção de Escola de 481 a 720 alunos	FCDE-2	1.092,22
6	Direção de Escola de 241 a 480 alunos	FCDE-3	659,87
4	Direção de Escola de 120 a 240 alunos	FCDE-4	439,67
1	Chefe de Equipe do Transporte Escolar	FCC-1	1.791,48
Quantidade	Função Gratificada	Nível	Valor
20	Função de Maior Responsabilidade além do cargo de carreira	FGR	Vencimento + até 50%

ANEXO – V

DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA E FUNÇÕES GRATIFICADAS

Quantidade	Funções de Confiança	Nível	Valor
1	Coordenadoria de Serviços Administrativos de Pessoal e Encargos Gerais	FCD-2	2.495,68
1	Coordenadoria de Serviços Administrativos Pedagógicos	FCD-2	2.495,68
1	Coordenadoria de Serviços Administrativos de Cultura	FCD-2	2.495,68
1	Coordenadoria de Serviços Administrativos de Esportes	FCD-2	2.495,68
1	Coordenadoria de Serviços Administrativos de Alimentação, Nutrição e Higiene	FCD-2	2.495,68
1	Coordenadoria de Serviços Operacionais de Manutenção e Conservação de Prédios Escolares	FCD-2	2.495,68
1	Coordenadoria de Serviços Administrativos de Pessoal e Encargos Gerais do CAIC	FCD-2	2.495,68
8	Direção de Escola acima de 721 alunos	FCDE-1	1.144,07
3	Direção de Escola de 481 a 720 alunos	FCDE-2	1.092,22
6	Direção de Escola de 241 a 480 alunos	FCDE-3	659,87
4	Direção de Escola de 120 a 240 alunos	FCDE-4	439,67
1	Chefe de Equipe do Transporte Escolar	FCC-1	1.791,48
Quantidade	Função Gratificada	Nível	Valor
20	Função de Maior Responsabilidade além do cargo de carreira	FGR	Vencimento + até 50%

Lei Nº 2.837

L E I Nº 2.837, de 09 de setembro de 2011.

Autoriza transferir recursos financeiros, a título de contribuições correntes, à Câmara de Dirigentes Lojistas de Caçador.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I :

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal de Caçador autorizado a transferir recursos financeiros, a título de contribuições correntes, à Câmara de Dirigentes Lojistas de Caçador, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.059.733/0001-29, estabelecida na Avenida Barão do Rio Branco, nº 399, Centro, neste Município de Caçador, na importância de R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais), a serem repassados em 03 (três) parcelas mensais e iguais de R\$ 9.000,00 (nove mil reais) cada, após a aprovação desta Lei.

Parágrafo único. Os recursos transferidos nos termos da presente Lei destinam-se a custear curso avançado de qualificação de mão-de-obra de costura industrial na área de confecções.

Art. 2º As despesas decorrentes com a execução desta Lei, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Caçador:

02.09 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

Programa 22.691.0027.2.154 - Programa Força ao Empreendedor
Elemento 3.3.50.00.00 R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais).

Art. 3º A Entidade prestará contas dos recursos financeiros recebidos, de acordo com as normas expedidas pela Secretaria Municipal da Administração e Fazenda e pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 09 de setembro de 2011.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal

Lei Nº 2.838

L E I Nº 2.838, de 09 de setembro de 2011.

Abre crédito especial no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I :

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito especial no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social, na importância de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), com a seguinte classificação:

05.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0005.2.177 - Manutenção do Programa Bolsa Família

4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

TOTAL R\$ 8.000,00

Art. 2º Para atender a abertura de crédito especial especificada no art. 1º, fica anulada a seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social, no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais):

05.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0005.2.177 - Manutenção do Programa Bolsa Família

3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

TOTAL R\$ 8.000,00



Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 09 de setembro de 2011.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal

Lei Nº 2.839

L E I Nº 2.839, de 09 de setembro de 2011.

Suplementa dotações orçamentárias, por conta de anulação de dotação orçamentária e do excesso de arrecadação.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I :

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as dotações orçamentárias abaixo especificadas, no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Caçador, na importância total de R\$ 1.727.000,00 (um milhão, setecentos e vinte e sete mil reais):

02.05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.0011.2.049- Manutenção do Transporte Escolar
3.3.90.00.00.0019 - Aplicações Diretas R\$ 500.000,00
12.365.0011.2.055 - Manutenção da Educação Infantil
3.3.90.00.00.0001 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
Soma R\$ 550.000,00

02.09 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

22.661.0027.1.091- Aquisição de Imóveis
4.5.90.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 75.000,00
Soma R\$ 75.000,00

03.01- ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

04.122.0000.2.113 - Contribuição para Amarp, Fecam e CNM
3.3.50.00.00.0000 - Transferência Instituições Privadas sem Fins Lucrativos . R\$ 22.000,00
28.843.0000.0.001- Pagamento de Juros da Dívida Interna
3.2.90.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00
28.843.0000.0.002 - Amortização da Dívida Interna
4.6.90.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 250.000,00
4.6.91.00.00.0000 - Aplicações diretas Intra Orçamentárias R\$ 630.000,00
Soma R\$1.102.000,00
Total R\$1.727.000,00
(um milhão, setecentos e vinte e sete mil reais)

Art. 2º Para atender as suplementações especificadas no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes da anulação da dotação orçamentária da Fundação Municipal do Meio Ambiente, abaixo descrita, no valor de R\$ 1.227.000,00 (um milhão, duzentos e vinte e sete mil reais) e do Excesso de Arrecadação no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais):

14.01 - Fundação Municipal do Meio Ambiente
17.512.0012.2.040 - Ampliação e Manutenção do Sistema de Esgotamento Sanitário
4.6.90.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$1.227.000,00
Soma R\$1.227.000,00
Excesso de Arrecadação R\$ 500.000,00
Total R\$1.727.000,00
(um milhão, setecentos e vinte e sete mil reais)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 09 de setembro de 2011.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal

Ata RECURSOS e AMOSTRAS PR 15-2011 SAÚDE

ATA DA REUNIÃO DA PREGOEIRA E EQUIPE DE APOIO PARA JULGAMENTO DE RECURSOS DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23/2011, PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2011 DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAÇADOR

Aos treze dias do mês de setembro de dois mil e onze, às quinze horas, na sala do Setor de Licitações e Contratos do Fundo Municipal de Saúde de Caçador, situada na Rua Brasília, nº 1.111, nesta cidade de Caçador, SC, reuniu-se a Pregoeira e Equipe de Apoio, designada pelo Decreto nº 4.951 de 12 de agosto de 2011, em sessão reservada, para análise de recursos interposto pelos licitantes: CIRURGICA MAFRA LTDA e NUTRIFAR E NUTRIÇÃO FARMACEUTICA LTDA, que se insurgiram quanto a aprovação das amostras referente aos itens 07, 08, 17, 03 e 15 alegando que as amostras aprovadas não atendem o especificado no Edital. Foi encaminhado cópia dos recursos, bem como das contra razões apresentadas pela empresa CASA DA DIETA SUPLEMENTOS NUTRICIONAIS LTDA a nutricionista da Secretaria Municipal de Saúde a qual reviu sua decisão quanto aos itens 03, 15 e 17 conforme consta em anexo e reprovou as amostras apresentadas nos referidos itens. As amostras dos itens 07 e 08 permanecem aprovadas conforme consta em anexo. Desta forma, desclassifica-se os itens abaixo e convoca-se o segundo colocado para apresentação de amostras no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas a contar da publicação do presente instrumento.

ITEM	Empresa com amostra desclassificada	Segundo colocado convocado para apresentação de amostra	Marca
03	Medigram Distribuidora de Medicamentos Ltda	Nutrifar Nutrição e Farmaceutica Ltda	Danone Aptamil sem lactose
15	Rossane Serafim Matos	Nutrifar Nutrição e Farmaceutica Ltda	Danone Fortini Multi Fiber
17	Nutrifar Nutrição e Farmaceutica Ltda	Rossane Serafim Matos	Prolev Sust'up Mais

Na sequência, determinou-se que seja publicada a presente ata e comunicada as empresas. Nada mais havendo a tratar e digno de nota, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pela Pregoeira e pela Equipe de Apoio. Caçador/SC, 13 de setembro de 2011.

Campo Alegre

PREFEITURA

Portaria Nº 8.438 de 12 de Setembro de 2011

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 8.438 DE 12 DE SETEMBRO DE 2011
CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

A Prefeita Municipal em Exercício de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 187, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Licença Maternidade a Servidora Srª. JULIANE FERNANDES, Professor XI - Educação Especial, Registro no Sistema sob nº 954929, por um período de 103 (cento e três) dias, a partir de 09 de setembro de 2011 à 20 de dezembro de 2011.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 09 de setembro de 2011.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Campo Alegre "SC", 12 de setembro de 2011.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal em Exercício

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 12/09/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.439 de 14 de Setembro de 2011

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 8.439 DE 14 DE SETEMBRO DE 2011
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE
SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Licença para Tratamento de Saúde a Servidora - Agente Operacional I - MARIA OLÍVIA DOS SANTOS, Matrícula Funcional nº 0223, Registro no Sistema sob nº 549500, por motivo de doença, pelo período de 09 de setembro de 2011 à 24 de dezembro de 2011.

Parágrafo único: A Licença concedida de que trata o Art. 1º desta Portaria, será custeada pelos cofres públicos do Tesouro Municipal - Poder Executivo a partir de 09 de setembro de 2011 à 23 de setembro de 2011, já o período de 24 de setembro de 2011 à 24 de dezembro de 2011, será custeado pelo IPRECAL - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos retroativos à 09 de setembro de 2011.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 14 de setembro de 2011.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal em Exercício

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 14/09/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL

Extrato Contrato 02/2011

EXTRATO DO CONTRATO Nº 02/2011

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
Contratado: EDITORA GAZETA DO NORTE LTDA

Objeto: O objeto do presente contrato consiste na prestação de serviços de publicação das tramitações de proposições e notícias decorrentes das sessões ordinárias e extraordinárias da CONTRATANTE, no jornal editado pela CONTRATADA, intitulado "JORNAL A GAZETA", de acordo com as solicitações da Câmara Municipal de Campo.

Valor R\$ 4.500,00

Vigência: 15/06/2011 a 31/12/2011

Dotação orçamentária: 01.01.001.031.1101.33903900.

Campos Novos

PREFEITURA

Nº 6.359/2011

DECRETO Nº 6.359 DE 13/09/2011

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.519 de 21/05/2010 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.582 de 09/12/2010 (Lei Orçamentária),

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento geral do Município, nos projetos e nas atividades abaixo discriminados os seguintes elementos de despesas:

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIDADE: 10 - DEPTº DE EDUCAÇÃO DE ENSINO INFANTIL - PRÉ ESCOLAR
PROJETO/ATIVIDADE: 1.014- Construções, Ampliações e Reformas nas Creches
Elementos de despesa: 146-4.4.90.00.00.00.00.0.1.0063.0
Aplicações Diretas R\$ 1.086.035,45

Art. 2º - Para a cobertura do crédito previsto no Art. 3º será utilizado o valor de R\$ 1.086.035,45 (um milhão, oitenta e seis mil, trinta e cinco reais e quarenta e cinco centavos), do excesso de arrecadação - Termo de Compromisso Federal com Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/FNDE, do Ministério da Educação - TC nº 201300/2011- PAC.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 13 de setembro de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Editais de PUBLICAÇÃO Nº 25/2011 - CM

EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 25/2011 – CM

LANÇAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - ASFALTO

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Arts. 17, 18, 413 e seguintes da Lei Complementar 01/2002 de 27/12/02, baixa Edital demonstrando os custos da obra, com fins de CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, para ressarcimento parcial ou total ao erário público, dos valores despendidos nas obras de pavimentação, drenagem, meio-fio compreendendo as seguintes vias públicas da cidade de Campos Novos:

1. DO LOCAL

São beneficiadas as zonas formadas pelos imóveis lindeiros, as obras situadas na rua Rua Benito Faedo (Trecho entre a Rua Wilson Scapini até Rua Vergilio Antunes de Souza) com 2.560,00 m² de pavimentação.

2. MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO

O memorial descreve normas para a execução dos serviços de pavimentação, drenagem, meio-fio nas vias urbanas da cidade, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução das obras, conforme memorial descritivo do projeto executivo de pavimentação anexo a este Edital.

3. DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA

A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas pela obra, ou seja, dos imóveis confrontantes com a rua, que foram valorizados conforme planilha em anexo.

4. DETERMINAÇÃO DA PARCELA ABRANGIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

A cobrança de Contribuição de Melhoria terá como limite o custo da obra, computadas as despesas de estudos, projetos e todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis das respectivas zonas de influência.

A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á de acordo com a valorização do imóvel, obedecendo aos índices cadastrais junto ao Cadastro Imobiliário Urbano, laudo anexo, que será acrescida ao valor venal do mesmo.

5. DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO

O fator de absorção do benefício, em face da valorização dos imóveis, para as zonas diretamente atingidas é da ordem de 100% (cem por cento) tendo como limite máximo o custo da obra e, individualmente, o valor da efetiva valorização ocorrida no imóvel, apurada mediante procedimento administrativo que consta no laudo anexo, levando-se em conta, os índices cadastrais.

A Municipalidade participará no custo da obra com a importância de R\$ 126.545,52 (cento e vinte e seis mil quinhentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos), do orçamento, e mais os aditivos que eventualmente se fizerem necessários, face às alterações ou imprevistos ocorridos na obra.

6. PARCELA A SER FINANCIADA PELOS CONTRIBUINTES

A importância a ser absorvida pelos contribuintes será de R\$ 44.390,75 (quarenta e quatro mil trezentos e noventa reais e setenta e cinco centavos), de acordo com o laudo de valorização dos imóveis, parte integrante deste Edital.

7. DO CUSTO UNITÁRIO E TOTAL DA OBRA

O custo unitário e total para a realização da obra, de acordo com as benfeitorias realizadas nas ruas, é conforme abaixo.

Rua: Rua Benito Faedo (Trecho entre a Rua Wilson Scapini até Rua Vergilio Antunes de Souza)

Serviços: Pavimentação, Mão-de-Obra, Drenagem Pluvial, Meio Fio
Valor m²: R\$18,50 (dezoito reais e cinquenta centavos)

Participação dos Contribuintes: R\$ 44.390,75 (quarenta e quatro mil trezentos e noventa reais e setenta e cinco centavos)

Participação da Municipalidade: R\$ 126.545,52 (cento e vinte e seis mil quinhentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos)

Valor Total da Obra: R\$ 170.936,27 (cento e setenta mil novecentos

e trinta e seis reais e vinte e sete centavos)

A despesa total para a realização das obras, meio fio, drenagem pluvial e calçamento deste Edital, será da ordem de R\$ 170.936,27 (cento e setenta mil novecentos e trinta e seis reais e vinte e sete centavos).

8. FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento da contribuição de Melhoria da obra referida neste Edital será efetuado pelos contribuintes à Fazenda Municipal, obedecendo às seguintes condições:

8.1 Pagamento à Vista

A ser pago pelo contribuinte em conta única, por ocasião do final da obra. Sobre o valor será concedido desconto de 10% (dez por cento).

8.2 Pagamento Parcelado

A ser efetuado pelo contribuinte após a conclusão da obra, em até 24 (vinte e quatro) vezes, parcelas mensais, observando-se o disposto na Lei Complementar nº 02/07 de 30/04/07.

8.3 Opção de Pagamento

Ficará a critério do contribuinte, optar pela condição de pagamento que melhor lhe convier, podendo utilizar-se de uma ou mais condições previstas no presente Edital.

9. DISPOSIÇÕES GERAIS

• São partes integrantes deste Edital o memorial e projetos executivos da obra, planilha orçamentária, laudo técnico com a relação dos imóveis abrangidos, respectivos contribuintes e a valorização ocorrida.

• Os proprietários dos imóveis que serão beneficiados com a obra de que trata o presente Edital, tem o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação do mesmo, para a impugnação de quaisquer dos elementos constantes, que estão à disposição dos interessados no Departamento de Tributação e Arrecadação, durante o horário normal de expediente, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

• A impugnação deverá ser dirigida à Administração Municipal através de petição, que servirá para o início do processo administrativo, no qual o proprietário poderá reclamar contra eventuais erros de localização, cálculos, custo da obra e outros.

• Decorrido o prazo acima previsto, será emitido o carnê nas condições estabelecidas no item 8.

10. DISPOSIÇÕES FINAIS

Demais informações serão obtidas pelo contribuinte junto ao Departamento de Tributação e Arrecadação e Departamento Técnico.

Campos Novos, 29 de agosto de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 22/2011 – CM

ANEXO I

Fator de absorção da valorização para os imóveis objetos da zona de influência das obras:

1. RUA BENITO FAEDO

(trecho entre a Rua Vergilio A. de Souza até Rua Antônio Zortea Primo):

a) Valor do m² terreno sem asfalto – R\$ 7,04

b) Valor do m² terreno com asfalto – R\$ 12,32

2. RUA BENITO FAEDO

(trecho entre a Antônio Zortea Primo até Rua Wilson Scapini):

a) Valor do m² terreno sem asfalto – R\$ 7,04

b) Valor do m² terreno com asfalto – R\$ 12,32

A valorização imobiliária foi apropriada, utilizando-se como parâmetro a planta de valores genéricos utilizada pelo Município, e

aplicada nas áreas beneficiadas pelas obras.

O laudo técnico elaborado por profissional com inscrição no CREA, e apoio de corretores inscritos no CRECI.

As obras desenvolvidas pelo município, constituem-se no atendimento de uma das exigências mais frequentes da população urbana, qual seja a pavimentação de ruas.

A eleição dos trechos das ruas pavimentadas foi pactuada por critérios técnicos, levando-se em conta o restante da malha viária de forma a observar a continuidade e o fluxo viário como um todo.

Prefeitura de Campos Novos, 29 de agosto de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA – ASFALTO

Rua Benito Faedo (Trecho entre a Rua Wilson Scapini até Rua Vergílio Antunes de Souza)

Valor Total da Obra: R\$ 170.936,27

Participação da Prefeitura (%): 74,03%

Saldo (R\$): R\$ 44.390,75

Total em m²: 2.560,00

Valor do m²: R\$ 18,50

Nome	Lado	Área Asfalto	Valor Asfalto
MARIVANIA B. BENTOCHIO	ESQUERDO	150,00	R\$ 2.775,00
IGUAÇU	ESQUERDO	60,00	R\$ 1.110,00
NEREU DOS SANTOS	ESQUERDO	60,00	R\$ 1.110,00
APOEMA MIRANDA	ESQUERDO	60,00	R\$ 1.110,00
IGUAÇU	ESQUERDO	60,00	R\$ 1.110,00
IGUAÇU	ESQUERDO	60,00	R\$ 1.110,00
ELIAS MANOEL DE ANDRADE	ESQUERDO	150,00	R\$ 2.775,00
DORNELIO THIBES SCHELEDER	ESQUERDO	150,00	R\$ 2.775,00
IVONETE FÁTIMA DE ALMEIDA	ESQUERDO	60,00	R\$ 1.110,00
IVONETE FÁTIMA DE ALMEIDA	ESQUERDO	60,00	R\$ 1.110,00
IGUAÇU	ESQUERDO	60,00	R\$ 1.110,00
ANA APARECIDA GARIPUNA	ESQUERDO	15,00	R\$ 277,50
TRINDADE	ESQUERDO	45,00	R\$ 832,50
MARIA DE LURDES DE SOUZA	ESQUERDO	49,00	R\$ 906,50
ELIZETE DA SILVEIRA BOEIRA	ESQUERDO	81,00	R\$ 1.498,50
PEDRINHO CRUZ DA SILVA	ESQUERDO	80,00	R\$ 1.480,00
LUIZ DOMINGOS SCUSSIATO	DIREITO	150,00	R\$ 2.775,00
IGUAÇU	DIREITO	60,00	R\$ 1.110,00
EDIOMAR ZANONI	DIREITO	60,00	R\$ 1.110,00
ENILSON FERREIRA	DIREITO	60,00	R\$ 1.110,00
SADI PESSOA DOS SANTOS	DIREITO	60,00	R\$ 1.110,00
DEOCLIDES ANTUNES MOREIRA	DIREITO	60,00	R\$ 1.110,00
JOSÉ XAVIER LEITE e CATARINA DE FÁTIMA M. OLIVEIRA	DIREITO	150,00	R\$ 2.775,00
MARIO MACIEL DOS SANTOS	DIREITO	150,00	R\$ 2.775,00
ERCILIA VALENTINA TRAMOTIN	DIREITO	60,00	R\$ 1.110,00
LUIZ TADEU DA SILVA	DIREITO	60,00	R\$ 1.110,00
SIRLEI AP. ALMEIDA MELO	DIREITO	60,00	R\$ 1.110,00
ROBERTO CARLOS LOPES CAMARGO	DIREITO	60,00	R\$ 1.110,00
IGUAÇU	DIREITO	86,50	R\$ 1.600,25
JAIR ARRUDA	DIREITO	63,00	R\$ 1.165,50
ALEXANDRE OLIVEIRA DA SILVA	DIREITO	60,00	R\$ 1.110,00

TOTAL: R\$ 4 4.390,75

Canoinhas

PREFEITURA

Declara Situação de Emergência

DECRETO Nº. 239/2011

Declara em Situação anormal, caracterizada como Situação de Emergência a área do município afetada por Enchente.

LEOBERTO WEINERT, Prefeito Municipal de CANOINHAS - SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo Art. 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, pelo Art. 17 do Decreto Federal no 5376, de 17 de fevereiro de 2005, pela Lei Estadual nº 10.925, de 22 de setembro de 1998, e pela Resolução no 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil,

CONSIDERANDO QUE:

- A enchente que atingiu parte do Município, conforme Mapa e croqui das áreas afetadas, anexos a este Decreto;
- Como consequência deste desastre, resultaram os danos e prejuízos, constantes do Formulário de Avaliação de Danos, anexos a este Decreto;
- A recomendação da Comissão de Defesa Civil Municipal, que avaliou e quantificou os efeitos do desastre, em acordo com a Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC;
- Concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade, o grau de vulnerabilidade do cenário, da população e do despreparo da Defesa Civil local frente ao desastre.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada a existência de situação anormal provocada por desastre e caracterizada como Situação de Emergência.

Parágrafo único: Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas deste Município, comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Danos e pelo Croqui da Área Afetada, anexos a este Decreto.

Art. 2º Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado à situação real desse desastre.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres, e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre.

Parágrafo único: Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria Executiva da COMDEC.

Art. 4º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do Art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de Defesa Civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco eminente:

- Penetrar nas casas, a qualquer hora do dia ou da noite, mesmo sem o consentimento do morador, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação das mesmas;
- Usar da propriedade inclusive particular, em circunstâncias que possam provocar danos ou prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, instalações, serviços e outros bens públicos ou



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

particulares, assegurando-se ao proprietário indenização ulterior, caso o uso da propriedade provoque danos a mesma.

Parágrafo único: Será responsabilizado a agente da Defesa Civil ou a autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 90 (noventa) dias.

Parágrafo único: O prazo de validade deste Decreto poderá ser prorrogado até completar um máximo de 180 (cento e oitenta) dias.

Canoinhas/SC, 14 de setembro de 2011.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 14/09/2011.

DALSON LUIS SALOMON

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Capinzal

PREFEITURA

Edital 631/2009



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 266 631/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
IHM6857	55070926B	BENJAMIM DE SOUZA	6599/2	230 * V
MCT1646	54940545C	SIRLEI FERNANDES DE LIMA	6920/0	233
MUF9454	55071000B	PEDRO KLEINSCHMITT	6920/0	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 16 DE AGOSTO DE 2011

MARCOS ITO OKUMA

DELEGADO DE POLICIA

Edital 632/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 266 632/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
MEA2313	55070220B	ELIEZER FORMEHL	7463/0	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 16 DE AGOSTO DE 2011

ERALDO JOSE HACHMANN

DIRETOR DE TRANSITO

Edital 633/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 266 633/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
ACN4692	54940658C	ADAO ALVES DOS SANTOS	6920/0	233
AEH5681	55070830B	IVANIR SILVA	6920/0	233
AEO9399	55070832B	ELISEU RODRIGO PACHECO DOS SANTOS	6920/0	233
AOO9058	54940656C	LOURIVAL AMPOLINI	6920/0	233
CXB5595	55071063B	OMAR ERANDES DOS SANTOS	5010/0	162 * I
CXB5595	55071064B	OMAR ERANDES DOS SANTOS	5061/0	163 c/c 162 * I
ICO8367	54940667C	JANDIR GOMES	6920/0	233
IMC8522	54940665C	FABIO THIBES	6920/0	233
KKL8852	54940716C	JOAO BELARMINO ROSALEN	6920/0	233
LCJ8048	54940715C	JOAO MARIA ANTUNES O MECANICO ME	6920/0	233
LXY4389	54940657C	MOACIR ANTONIO DIAS	6920/0	233
LYK6951	55070691B	VALDIR MIOTTO	6920/0	233
LZT1885	55070689B	ALCIDES LEANDRO VIVAN	6920/0	233
MAI7201	55070824B	JOAO RICARDO PALHANO	5010/0	162 * I
MAI7201	55070825B	JOAO RICARDO PALHANO	5061/0	163 c/c 162 * I
MBO8529	54940578C	MARINES DE JESUS	6599/2	230 * V
MDH0329	54940568C	EDINEI DA CRUZ PIRES	6599/2	230 * V
MDH0329	54940569C	EDINEI DA CRUZ PIRES	6653/1	230 * XI
MDJ3155	54940659C	ELIANE DE VARGAS	6920/0	233
MDZ1392	55070793B	GENESIO BOSQUEIRO	6653/1	230 * XI
MEV4762	54940571C	JEAN CLEBER DOS SANTOS	6599/2	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 16 DE AGOSTO DE 2011

MARCOS ITO OKUMA

DELEGADO DE POLICIA

Editais 634/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 266 634/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
IDH8017	55071169B	ROSELI SONIA DA SILVA	5550/0	181 * XVIII
LYK2739	54940642C	FRANCISCO KARVASKI	6068/1	209
LZN8380	54940646C	CLEOMAR LUIZ WIECZORECK	5568/0	181 * XIX
MDZ1392	55070794B	GENESIO BOSQUEIRO	7030/2	244 * I
MFR9269	54940852C	BRUNA ELIZA DE DEA	5541/4	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 16 DE AGOSTO DE 2011

ERALDO JOSE HACHMANN

DIRETOR DE TRANSITO

Edital 635/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 266 635/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
BBL9998	55071106B	MARCIO SILVEIRA	6599/2	230 * V
BBL9998	55071107B	MARCIO SILVEIRA	5010/0	162 * I
BBL9998	55071108B	MARCIO SILVEIRA	5061/0	163 c/c 162 * I
LZV7237	55070339B	ADEMIR TENUTTI	6599/2	230 * V
LZV7237	55070340B	ADEMIR TENUTTI	5010/0	162 * I
MAN5816	54940519C	ROSELEI PANICAO	6920/0	233
MBR7759	54940505C	PEDRO ANTONIO DA SILVA	6920/0	233
MBZ4999	55070821B	CLAIR RIBEIRO DE CAMPOS	5169/1	165
MBZ4999	55070822B	CLAIR RIBEIRO DE CAMPOS	5177/0	166
MDN2892	55069350B	JANETE DOS SANTOS	6599/2	230 * V
MEF0361	54940704C	JOAO PEDRO DE ANDRADE	6920/0	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 16 DE AGOSTO DE 2011

MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

Edital 636/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 266 636/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
AAQ0449	55071182B	FABIO DE ABREU	6920/0	233
ADZ4968	54940801C	GILBERTO DA CRUZ	6599/2	230 * V
BOI2919	54940713C	IVONEI HIRT	6920/0	233
CAI0244	54940714C	MARLENE RODRIGUES DE FREITAS	6920/0	233
CBG4530	55070350B	CAMILA TERENCE DA SILVA	6920/0	233
LYS6091	55069224B	RUI MAXIMILIANO FACHIN	6769/0	230 * XXII
MBK9713	54940864C	BEATRIZ FERREIRA CAVALI	6920/0	233
MCV6596	55070294B	RUDINEI DE ALMEIDA	6912/0	232
MDA2228	54940661C	IRINEU DOMINGOS PARIZOTTO	6920/0	233
MFR1271	55071117B	LEANDRO CORDEIRO	6599/2	230 * V
MFR1271	55071118B	LEANDRO CORDEIRO	5142/0	164 c/c 162 * V
MFR1271	55071119B	LEANDRO CORDEIRO	5045/0	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 16 DE AGOSTO DE 2011

MARCOS ITO OKUMA

DELEGADO DE POLICIA

Edital 637/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 266 637/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
LXW6622	54940808C	L.E. SERVICOS LTDA ME	5428/2	181 * V
MIM2002	54940803C	ROSELEI HOESSEL DE MORAIS	5541/4	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 16 DE AGOSTO DE 2011

ERALDO JOSE HACHMANN

DIRETOR DE TRANSITO

Edital 638/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 266 638/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
MDP8987	55069281B	LUCIANA SOUZA DOS SANTOS DA SILVA	6769/0	230 * XXII
MEB8839	55069409B	MARIA MADALENA DALAVECHIA	6920/0	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 16 DE AGOSTO DE 2011

MARCOS ITO OKUMA

DELEGADO DE POLICIA

Edital 639/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 266 639/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
ABE9870	54940720C	ELISANDRO ITAMAR STURMER	6599/2	230 * V
JTK5136	54940672C	JOAO VILMAR BARRETO	6920/0	233
KJA7739	54941054C	MARLENE DUARTE DA MOTTA	5274/3	175
LYX5547	54940724C	ANDREIA JUSSIMARA DIAS DO AMARAL	5061/0	163 c/c 162 * I
LYX5547	55070382B	ANDREIA JUSSIMARA DIAS DO AMARAL	5010/0	162 * I
LZY3690	54940666C	DALCIO JESSE DA CRUZ	6920/0	233
MFE6973	55070381B	LEOVARDO FORMAIO	6610/2	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 16 DE AGOSTO DE 2011

MARCOS ITO OKUMA

DELEGADO DE POLICIA

Edital 640/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 266 640/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
KJA7739	54941051C	MARLENE DUARTE DA MOTTA	5185/1	167
KJA7739	54941052C	MARLENE DUARTE DA MOTTA	5835/0	195
MBR4444	55070405B	MARIA CONCEICAO	6050/1	208
MDU1795	54940858C	BELLA EMPORIO LTDA	5541/4	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 16 DE AGOSTO DE 2011

ERALDO JOSE HACHMANN

DIRETOR DE TRANSITO

Edital 641/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 266 641/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
AHE6554	54940651C	TIAGO REZENDE	6920/0	233
LZC5400	54940548C	BRAULIO ANTONIO PILATTI	6920/0	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 16 DE AGOSTO DE 2011

MARCOS ITO OKUMA

DELEGADO DE POLICIA

Edital 642/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 266 642/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
LZY7637	54940613C	ROSNERI RECH	5380/0	181 * I
LZY7637	54940614C	ROSNERI RECH	5452/2	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 16 DE AGOSTO DE 2011

ERALDO JOSE HACHMANN

DIRETOR DE TRANSITO

Edital 643/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 266 643/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
BOC2424	54940680C	JOSE ROBERTO DA SILVA	6920/0	233
ILI4839	54941055C	ALAN CRISTIAN RODRIGUES LIRA FRACASSO	5274/2	175
LYX5547	54940721C	ANDREIA JUSSIMARA DIAS DO AMARAL	5169/1	165
LYX5547	54940722C	ANDREIA JUSSIMARA DIAS DO AMARAL	5010/0	162 * I
LYX5547	54940723C	ANDREIA JUSSIMARA DIAS DO AMARAL	5061/0	163 c/c 162 * I
LYZ8495	55070348B	DARCI LOPES DE ABREU	5010/0	162 * I
MBE4416	54940863C	MARIA DEJANIR DA SILVA	6920/0	233
MBW8707	54940955C	RODRIGO JOAO BRANDAO	6599/2	230 * V
MBW8707	54940956C	RODRIGO JOAO BRANDAO	6912/0	232
MCP6761	54940685C	GILBERTO PEREIRA DE SOUZA	6920/0	233
MEF5429	54941057C	EDEMIR SOCCOL	6599/2	230 * V
MEG3788	54940688C	VILCEMAR KLEN	6920/0	233
MEH2496	54941017C	DIONISIO GOMES	5010/0	162 * I
MEH2496	54941018C	DIONISIO GOMES	5061/0	163 c/c 162 * I
MER7305	54941012C	MARCIO HOFMANN	6637/1	230 * IX
MEX5386	54940806C	MARILAIN EGGERS	5010/0	162 * I
MEX5386	54940807C	MARILAIN EGGERS	5061/0	163 c/c 162 * I
MGD9610	54940692C	ROVANI BRUSQUE DE PAULA	6920/0	233
MHF1922	54940581C	MAURO LUIZ NESELLO	5010/0	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 15 DE AGOSTO DE 2011

MARCOS ITO OKUMA

DELEGADO DE POLICIA

Edital 644/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 266 644/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
AJC1206	55070419B	ODAIR JOSE ALMEIDA	5185/2	167
AJC1206	55070419B	ODAIR JOSE ALMEIDA	5193/0	168
ALH8018	55070077B	ZENAIDE APARECIDA REINALDO ASCARI	6530/0	228
LWV1803	55070299B	ELIANE RIBEIRO OURIQUES	5541/2	181 * XVII
LXY6060	55070412B	GILMAR BATISTA NUNES	5185/1	167
LYH1988	55070300B	MARISA GONCALVES DA SILVA MACHADO	6068/1	209
LZP9299	54941102C	DELSON GONSALVES MOREIRA	5185/1	167
MBY0629	55071120B	SERGIO LUIS LANHI	5207/0	169
MEF5529	55070387B	CLEUNIR GASPARINI	5207/0	169
MEI5769	54940583C	AGUINALDO MORO	5878/0	199
MEM7815	54940964C	SILMAR PIGOSSO	5207/0	169
MFZ9799	54941106C	MARLI CORDEIRO DOS SANTOS	5207/0	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 15 DE AGOSTO DE 2011

ERALDO JOSE HACHMANN

DIRETOR DE TRANSITO

Edital 645/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 266 645/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
CRN3983	55070766B	REGIS EDUARDO KLAUCK	6920/0	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 15 DE AGOSTO DE 2011

MARCOS ITO OKUMA

DELEGADO DE POLICIA

Edital 646/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 266 646/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
AGC8254	54940699C	IVAN CARLOS ALVES CARNEIRO	6920/0	233
AJJ4539	54940804C	ALDINA MARIA ZANINI	5274/2	175
CXB5595	54940876C	OMAR ERANDES DOS SANTOS	5274/3	175
CXB5595	54940877C	OMAR ERANDES DOS SANTOS	5169/1	165
IFN4728	54940689C	JOAO RAUBER	6920/0	233
LXB2101	54941217C	CLOROCINDO LOPES DE ABREU	6920/0	233
LYK1954	54941210C	TAYLOR GILIOLI	6920/0	233
LZS0645	55070839B	DIRLEI DE SOUZA	6610/2	230 * VII
LZY5358	54940673C	BELARMINO LOPES DUARTE	6920/0	233
MAL1056	54940861C	EDIVAN FRA	6920/0	233
MAX2194	54941028C	RAFAEL ROSALEN	6653/1	230 * XI
MBN5090	55070846B	GUSTAVO BOTARI	6599/2	230 * V
MBO8529	55071190B	MARINES DE JESUS	5037/1	162 * III
MBO8529	55071191B	MARINES DE JESUS	5088/1	163 c/c 162 * III
MGH9109	54941030C	PEDRINHO CORDEIRO	5010/0	162 * I
MGH9109	54941032C	PEDRINHO CORDEIRO	6602/0	230 * VI
MGH9109	54941033C	PEDRINHO CORDEIRO	5061/0	163 c/c 162 * I
MHL5270	54940676C	WALDEMAR BACHES	6920/0	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 15 DE AGOSTO DE 2011

MARCOS ITO OKUMA

DELEGADO DE POLICIA

Edital 647/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 266 647/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
LZS0645	55070838B	DIRLEI DE SOUZA	5835/0	195
MAX2194	54941029C	RAFAEL ROSALEN	5835/0	195
MCF9197	55070697B	KARINA DE FIGUEIREDO	6530/0	228
MCW8384	55070408B	ADRIANE MARIA FRANKE	5185/1	167
MDM6696	54940971C	LEOMAR SILVEIRA DE AVILA	5207/0	169
MDR1439	54940586C	ELIO FRARON	6041/2	207
MDR1439	54940587C	ELIO FRARON	5207/0	169
MGH9109	54941034C	PEDRINHO CORDEIRO	5738/0	186 * II
MGH9109	54941035C	PEDRINHO CORDEIRO	5835/0	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 15 DE AGOSTO DE 2011

ERALDO JOSE HACHMANN

DIRETOR DE TRANSITO

Edital 648/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 266 648/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
AEI7705	54940668C	VALMIR FERNANDES FRAGA	6920/0	233
AJJ4539	55071171B	ALDINA MARIA ZANINI	6599/2	230 * V
ICL1913	54940675C	JANAINA DE VARGAS	6920/0	233
MAC2068	54940669C	ANGELO GILBERTO DOS SANTOS	6920/0	233
MCZ7365	54940862C	LEONILDA APARECIDA TODESCHINI	6920/0	233
MVF9701	55069573B	SERGIO DE SOUZA	6920/0	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 15 DE AGOSTO DE 2011

MARCOS ITO OKUMA

DELEGADO DE POLÍCIA

Edital 649/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 266 649/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
KKO3142	54940857C	ADELIRIO CARVALHO DA SILVA	5541/1	181 * XVII
LWZ1760	55070694B	ROSANI KRAY	6530/0	228
LXD6776	55070798B	CLIMAR JOAO RODRIGUES SOARES	5460/0	181 * IX
MAX2588	55070371B	ELLITON MORAIS	5452/0	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 15 DE AGOSTO DE 2011

ERALDO JOSE HACHMANN

DIRETOR DE TRANSITO

Edital 650/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 266 650/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
LXG2092	54941203C	ANILDO VOGT	6920/0	233
LYZ6464	54940880C	ALEXANDRE PAULO DAL VITT	6653/1	230 * XI
LYZ6464	54940881C	ALEXANDRE PAULO DAL VITT	5010/0	162 * I
LYZ6464	54940882C	ALEXANDRE PAULO DAL VITT	6599/2	230 * V
LYZ6464	54940883C	ALEXANDRE PAULO DAL VITT	5061/0	163 c/c 162 * I
LZY2053	54941115C	PAULINA BORIN	6599/2	230 * V
LZZ0078	54941204C	LUIZ UBIALLI SOBRINHO	6920/0	233
MCV9088	54941006C	CLARI JOSE MENDES RODRIGUES	5029/1	162 * II
MCV9088	54941008C	CLARI JOSE MENDES RODRIGUES	7340/0	252 * IV
MCV9088	55070841B	CLARI JOSE MENDES RODRIGUES	5274/2	175
MCV9088	55070844B	CLARI JOSE MENDES RODRIGUES	6637/2	230 * IX
MCV9088	55070845B	CLARI JOSE MENDES RODRIGUES	6610/2	230 * VII
MIM1340	54941111C	J R COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA	6599/2	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 15 DE AGOSTO DE 2011

MARCOS ITO OKUMA

DELEGADO DE POLÍCIA

Edital 651/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 266 651/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
ABE3443	54941305C	EDSON ALVES DA SILVA E CIA LTDA ME	7366/2	252 * VI
LYQ3768	54940878C	ADILSON DA SILVA	5541/1	181 * XVII
LYZ6464	54940884C	ALEXANDRE PAULO DAL VITT	5835/0	195
MCV9088	54941007C	CLARI JOSE MENDES RODRIGUES	5185/1	167
MCV9088	55070842B	CLARI JOSE MENDES RODRIGUES	5835/0	195
MCV9088	55070843B	CLARI JOSE MENDES RODRIGUES	5967/0	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 15 DE AGOSTO DE 2011

ERALDO JOSE HACHMANN

DIRETOR DE TRANSITO

Edital 652/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 266 652/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
AJX8746	54941218C	VANDA RITA DE OLIVEIRA LUZ SCHILLER	6920/0	233
MBO8529	54941038C	MARINES DE JESUS	5169/1	165
MBO8529	54941039C	MARINES DE JESUS	5177/0	166
MER7305	54941041C	MARCIO HOFMANN	5169/1	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 15 DE AGOSTO DE 2011

MARCOS ITO OKUMA

DELEGADO DE POLICIA

Edital 653/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 266 653/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
MCQ5861	54941109C	LOCI MARA CARDOSO ROOS	7234/0	250 * I * a

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 15 DE AGOSTO DE 2011

ERALDO JOSE HACHMANN

DIRETOR DE TRANSITO

Edital 654/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 266 654/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
LWZ1760	54940684C	ROSANI KRAY	6920/0	233
MFF9377	54940965C	ELIZABETE RODRIGUES	6637/2	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 15 DE AGOSTO DE 2011

MARCOS ITO OKUMA

DELEGADO DE POLICIA

Edital 655/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 266 655/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
IBZ3592	54940686C	CELIO ANTONIO CORREA	6920/0	233
MAK7773	54940693C	JAMIR JORGE LEOBET	6920/0	233
MCS6351	54941214C	FABIO ANTONIO TRIQUES	6920/0	233
MEO8354	54940957C	RAFAEL AMERICO RIBEIRO	5010/0	162 * I
MEO8354	54941019C	RAFAEL AMERICO RIBEIRO	5010/0	162 * I
MEO8354	54941020C	RAFAEL AMERICO RIBEIRO	5061/0	163 c/c 162 * I
MGL8281	54941021C	MAURO LUIZ NESELLO	5061/0	163 c/c 162 * I
MGL8281	54941022C	MAURO LUIZ NESELLO	5010/0	162 * I
MGL8281	54941023C	MAURO LUIZ NESELLO	6653/1	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 16 DE AGOSTO DE 2011

MARCOS ITO OKUMA

DELEGADO DE POLICIA

Edital 656/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 266 656/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
LZD6041	54940809C	ANDRE BIASI	7366/2	252 * VI
MBK7402	54941024C	JEFFERSON DELGADO SIQUEIRA	5207/0	169
MBK7402	54941025C	JEFFERSON DELGADO SIQUEIRA	7030/2	244 * I
MBK7402	54941026C	JEFFERSON DELGADO SIQUEIRA	5835/0	195
MBK7402	54941027C	JEFFERSON DELGADO SIQUEIRA	5797/0	191
MBZ3872	54940751C	ILSO RICARDO	5207/0	169
MCG2284	54941104C	EDSON ZANOL	5207/0	169
MCW7556	54941120C	JUCELI RODRIGUES DE LIMA	7030/2	244 * I
MDZ1392	54940960C	GENESIO BOSQUEIRO	5207/0	169
MDZ1392	55070840B	GENESIO BOSQUEIRO	6394/4	220 * XIV
MEO8354	54940810C	RAFAEL AMERICO RIBEIRO	7056/2	244 * III c/c §1º
MEO8354	54940811C	RAFAEL AMERICO RIBEIRO	5207/0	169
MEO8354	54940812C	RAFAEL AMERICO RIBEIRO	5835/0	195
MEO8354	54940958C	RAFAEL AMERICO RIBEIRO	5207/0	169
MEO8354	54940959C	RAFAEL AMERICO RIBEIRO	5835/0	195
MEO8354	55070418B	RAFAEL AMERICO RIBEIRO	5940/1	203 * III
MET8601	54940904C	IVONAR ANTONIO KLOCHINSKI	5207/0	169
MFB7432	54940866C	IZEU VIGANO	5649/2	182 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 16 DE AGOSTO DE 2011

ERALDO JOSE HACHMANN

DIRETOR DE TRANSITO

Edital 657/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 266 657/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
MCV9088	54941010C	CLARI JOSE MENDES RODRIGUES	6637/2	230 * IX
MCV9088	55070841B	CLARI JOSE MENDES RODRIGUES	5274/2	175
MCV9088	55070844B	CLARI JOSE MENDES RODRIGUES	6637/2	230 * IX
MCV9088	55070845B	CLARI JOSE MENDES RODRIGUES	6610/2	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 15 DE AGOSTO DE 2011

MARCOS ITO OKUMA

DELEGADO DE POLICIA

Edital 658/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 266 658/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
MCV9088	55070842B	CLARI JOSE MENDES RODRIGUES	5835/0	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 15 DE AGOSTO DE 2011

ERALDO JOSE HACHMANN

DIRETOR DE TRANSITO

Edital 659/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 266 659/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
IAS8497	54941234C	JAIRO STEUERNAGEL	6920/0	233
IHD8194	54941239C	GERSON JOSE DA SILVA	6920/0	233
LXS8419	54941112C	REONILSON DA SILVA MARTINS	5010/0	162 * I
LXS8419	54941113C	REONILSON DA SILVA MARTINS	5061/0	163 c/c 162 * I
LXS8419	54941114C	REONILSON DA SILVA MARTINS	6556/5	230 * I
MAL8829	54941228C	SANDRA TEREZINHA COUSSOU	6920/0	233
MDN5230	54941354C	JACKSON ADRIAN ZINI	6700/2	230 * XVI
MEF7608	54941229C	MARIZETE FATIMA CHINATO	6920/0	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 15 DE AGOSTO DE 2011

MARCOS ITO OKUMA

DELEGADO DE POLICIA

Edital 660/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 266 660/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
IER5744	54941301C	CLAUTIO MILTON CLOSS	6050/1	208
IJE8164	54941121C	ANTONIO JACINTO DE OLIVEIRA	7234/0	250 * I * a
LYI4276	54940973C	ANANIAS FERNANDES CARDOSO	5541/1	181 * XVII
MCZ8663	54941050C	EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA CASARA LTDA	5410/0	181 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 15 DE AGOSTO DE 2011

ERALDO JOSE HACHMANN

DIRETOR DE TRANSITO

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Extrato do Edital do Processo Licitatório nº 055/2011 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE CHAPADÃO DO LAGEADO
EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO N.º 055/2011 - PM
CONVITE PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 028/2011 - PM

A Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado torna público aos interessados, que estará reunida no dia 22 de setembro de 2011, às 10:00, para realização do LEILÃO nº 01/2011, do tipo MAIOR LANCE, visando à A presente licitação tem por objeto a Contratação de empresa especializada, para a execução dos serviços de PERFURAÇÃO E DETONAÇÃO de aproximadamente 10.000 m³ DE ROCHA, com malha de perfuração de 1,50 x 2,00, e 10 metros de profundidade aproximadamente, na localidade de Alto Rio Saltinho, Estrada Geral, Chapadão do Lageado, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra, para a realização dos serviços. As informações poderão ser obtidas pelo fone (47) 3537-0072, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 16h00min ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br.

Chapadão do Lageado (SC), 15 de setembro de 2011.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 371/2011 de 14.09.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
P O R T A R I A Nº 371/2011

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do município, c/c o art.78, caput, da Lei Complementar nº. 008/99,

RESOLVE:

Art.1º Conceder e autorizar o servidor, JAISON INACIO ocupante do cargo efetivo de Oficial de Nível Médio-40 horas, em exercício na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, a gozar as férias regulamentares, conforme art.78, da LC nº 008, de 23/12/99, relativas ao período aquisitivo de 2010/2011, para serem gozadas de 15.09.2011 à 14.10.2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 14 de setembro de 2011.
JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

Concórdia

PREFEITURA

Extrato do TERCEIRO Termo Contrato N.º 008/2008 EXTRATO DO TERCEIRO TERMO CONTRATO N.º 008/2008

CONTRATADA: NELLY SHEN HERMES/ GERVÁSIO LOSS

OBJETO: Prorrogação e reajuste aluguel/condomínio da sala comercial na Travessa Antônio Bruneto, 37 - Sl.1, 1.º andar, Centro.

VALOR MENSAL: R\$ 2.394,08 (dois mil trezentos e noventa e quatro reais e oito centavos) pelo aluguel e R\$ 101,03 (cento e um reais e três centavos) pelo condomínio.

FORMA DE PAGAMENTO: Mensal

PERÍODO DO CONTRATO: 15/09/2011 à 14/09/2012.

DATA DA ASSINATURA: 2 de setembro de 2011.

Assinam pelo CONTRATANTE - Lucilene L. Dal Prá Lazzarotti - Diretora Presidente
Assinam pela CONTRATADA - Nelly Shen Hermes - Locatário

Extrato de RATIFICAÇÃO de Dispensa de Licitação Nº 2/2011 - FMHIS

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE CONCÓRDIA - FMHIS
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2/2011 - FMHIS

O Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social de Concórdia - FMHIS, torna público que ratificou o ato da Senhora Margarete Dalla Costa, Diretora de Habitação, que declarou Dispensável a Licitação, nos termos do inciso IV, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, para Locação de Imóvel, em atendimento a determinação judicial, através do Ofício nº 019100011614-000-007, em favor da empresa IMOBILIARIA IDEAL LTDA, no valor de R\$1.223,20 (um mil, duzentos e vinte e três reais e vinte centavos).

Concórdia, SC, 14 de setembro de 2011.
MAURO KICHEL
Gestor do FMHIS

Extrato do Resultado do Julgamento e CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS - TP 27/2011 PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
TOMADA DE PREÇOS Nº 27/2011 - PMC

Objeto: contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada global (mão-de-obra e equipamentos) para execução de obra de pavimentação asfáltica em CBUQ e drenagem pluvial, da Rua sem Denominação em Barra do Tigre e da Rua Aquiles Jose Perondi no Bairro Vista Alegre, neste Município, de acordo com os Projetos Básicos constantes no Anexo "D" do Edital.

EXTRATO DO RESULTADO DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS



Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1º da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase classificatória da licitação em epígrafe, na seguinte conformidade: a licitante DALLAGNOL ENGENHARIA DE OBRAS LTDA sagrou - se vencedora da licitação em epígrafe com o menor valor global de R\$ 251.042,14 (duzentos e cinquenta e um mil e quarenta e dois reais e quatorze centavos), sendo que para Rua Aquiles José Perondi o valor global é de R\$ 79.071,92 (setenta e nove mil e setenta e um reais e noventa e dois centavos), e para a Rua Sem Denominação em Barra do Tigre o valor global é de R\$ 171.970,22 (cento e setenta e um mil novecentos e setenta reais e vinte e dois centavos); em segunda colocação a empresa BALBINOT TERRAPLENAGENS LTDA com o valor global de R\$ 287.322,77 (duzentos e oitenta e sete mil trezentos e vinte e dois reais e setenta e sete centavos), sendo que para Rua Aquiles José Perondi o valor global é de R\$ 84.624,90 (oitenta e quatro mil e seiscentos e vinte e quatro reais e noventa centavos), e para a Rua Sem Denominação em Barra do Tigre o valor global é de R\$ 202.697,87 (duzentos e dois mil seiscentos e noventa e sete reais e oitenta e sete centavos) e em terceira colocação a empresa SETEP CONSTRUÇÕES S.A. com o valor global de R\$ 296.520,33 (duzentos e noventa e seis mil quinhentos e vinte reais e trinta e três centavos), sendo que para Rua Aquiles José Perondi o valor é de R\$ 89.634,24 (oitenta e nove mil e seiscentos e trinta e quatro reais e vinte quatro centavos), e para a Rua Sem Denominação em Barra do Tigre o valor é de R\$ 206.886,09 (duzentos e seis mil oitocentos e oitenta e seis reais e nove centavos). Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas que dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato, a Comissão Permanente de Licitações dará vistas ao respectivo processo licitatório a qualquer das proponentes que se sinta prejudicada, para interposição de recurso.

Concórdia, SC, 14 de setembro de 2011.

NAIR KOPPE

Presidente, em exercício.

Regulamento Intervenção Urbana em Concórdia: Outubro Rosa

Intervenção Urbana em Concórdia: Outubro Rosa
Rosa, Rosa cor, mulher!

A Fundação Municipal de Cultura tendo como objetivo valorizar com, Intervenção Urbanas, como forma de manifestação artística e visando colocar em questão as percepções acerca do movimento Outubro Rosa, um desafio ou, no mínimo, um acréscimo de elementos plásticos, de forma a modificar o significado ou as expectativas do senso comum, e que devem alimentar o debate sobre os limites do ser humano em relação ao câncer de mama.

A intervenção deverá ser inusitada, realizada a céu aberto e por ter um caráter crítico, seja do ponto de vista ideológico, político ou social, referindo-se a aspectos da vida da mulher, e que introduza a dedicar alguns minutos para refletir e dar visibilidade ao câncer de mama e estimular a participação da população e de entidades na luta contra a doença.

Realizaremos uma reunião com os interessados no dia 09 de setembro, às 17 horas, na Fundação Municipal de Cultura, para informações e demais assuntos referentes às intervenções a serem realizadas.

As inscrições poderão ser feitas de 10 de setembro a 30 de setembro, na Fundação Municipal de Cultura, no seguinte endereço: Rua Abramo Eberle 322, centro, Concórdia SC. CEP 89700.000, ou no endereço eletrônico culturaprojetos@concordia.sc.gov.br, com o preenchimento da ficha de inscrição.

Serão aceitas inscrições de obras individuais e coletivas.

Cada artista poderá inscrever 01(uma) obra individual e 01(uma) coletiva.

As intervenções deverão ser instaladas somente na Praça Dogello Goss.

Não podendo interferir, danificar ou influenciar no bom andamento do local onde será instalada a obra.

Serão aceitas somente intervenções que possam, após o evento, ser retiradas sem danos ao patrimônio.

Os artistas e grupos inscritos, bem como seus componentes, concordam em ceder a Fundação Municipal de Cultura de Concórdia o direito do uso de imagem, em caráter gratuito, em relação às fotos ou filmagens realizadas durante o evento, para utilização, sem qualquer restrição.

A comissão organizadora, será composta por integrantes da FMC, sendo soberana para realizar mudanças necessárias ou resolver os casos omissos.

Ficha de inscrição: Intervenção Urbana em Concórdia
Outubro Rosa

Rosa, rosa cor, Mulher!

Nome do artista /e ou Grupo: _____

Grupo- nomes dos integrantes: _____

Nome da Obra: _____

Descrição da Obra: _____

Tamanho da obra: _____

Local de realização: (Praça Dogello Goss) _____

A inscrição implicará na plena aceitação de todos os itens deste pelo grupo e artistas inscritos.

Nome do Representante Legal: _____

CPF: _____

Endereço: _____

Email: _____

Assinatura do Representante.

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins de direitos legais que estou ciente de todo regulamento para as intervenções Urbanas Outubro Rosa: Rosa, rosa cor, Mulher! E comprometendo-me a segui-las em todas as fases. Autorizo a Fundação Municipal de Cultura de Concórdia a utilizar, sem ônus para o erário público, minha imagem, e da obra por qualquer meio, ou em ocasião posterior, para fins de divulgação, sendo que esta é de interesse público.

Local e data:

Assinatura:

REGULAMENTO MOSTRA FOTOGRÁFICA Outubro ROSA de CONCÓRDIA

REGULAMENTO MOSTRA FOTOGRÁFICA OUTUBRO ROSA DE CONCÓRDIA

A Fundação Municipal de Cultura promoverá, de 1º a 29 de outubro de 2011, a Mostra Fotográfica Outubro Rosa de Concórdia, cujo objetivo é o de integrar, valorizar e divulgar as ações desenvolvidas pela Rede Feminina de Combate ao Câncer de Concórdia durante a programação do evento Outubro Rosa.

Com o tema "Mulher e o Cotidiano", as fotografias inscritas serão expostas na Galeria Municipal de Artes, situada no quiosque, cujo acervo compreende no máximo 60 fotografias, respeitando prazo de inscrição.

DAS INSCRIÇÕES:

Artigo 1º - Poderão participar da Mostra todos os interessados, residentes no município de Concórdia (SC), mediante prévia

inscrição (ficha anexa).

Artigo 2º - Cada participante, profissional ou amador, deverá apresentar somente uma fotografia devidamente identificada com o nome do autor, título da imagem retratada, impressa no tamanho A4, podendo ser apresentada nas duas categorias: Colorida e preto e branco.

Artigo 3º - As inscrições deverão ser feitas até o dia 23 de setembro de 2011 e entregues, anexo com a fotografia, ao endereço: Fundação Municipal de Cultura - Rua Abramo Eberle, 322 - Centro - Concórdia (SC).

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 4º - Os participantes da Mostra, ao realizarem a inscrição, automaticamente autorizam a utilização do uso da imagem, por qualquer meio, com a finalidade de divulgação ainda que não relacionados a este evento, a critério da FMC.

Artigo 5º - Fica a FMC isenta a qualquer tipo de indenização ou restituição perante os participantes da Mostra.

Da devolução:

Artigo 6º - Após o término da exposição, o material poderá ser retirado pelo seu autor na sede da Fundação Municipal de Cultura.

Concórdia (SC), 25 de agosto de 2011

FICHA DE INSCRIÇÃO

Autor _____

Título da Obra _____

Endereço completo _____

CEP _____

Email _____

Fone: _____

AUTORIZAÇÃO

Eu, _____, CPF _____, residente na Rua _____, Bairro _____, cidade de Concórdia, SC, autorizo a utilização de minha imagem retratada pelo fotógrafo _____ para exposição na Mostra Fotográfica Outubro Rosa de Concórdia, bem como da utilização da mesma, por qualquer meio, pela Fundação Municipal de Cultura, sem ônus para o erário público.

Local e Data

Assinatura

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins de direitos legais que estou ciente de todas as cláusulas e condições que regem o Regulamento Mostra Fotográfica Outubro Rosa de Concórdia. Autorizo a Fundação Municipal de Cultura a utilizar, sem ônus para o erário público, meu trabalho fotográfico, por qualquer meio, durante a Mostra Fotográfica Outubro Rosa de Concórdia, ou em ocasião posterior, para fins de divulgação, ainda que não relacionadas a esta Mostra.

Local e Data

Assinatura

Cordilheira Alta

PREFEITURA

Notificação de Recebimentos de Recursos Federais 05/09/2011

Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Data do Recebimento: 05/09/2011

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		16.018,21
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	11.356,11
4.1.7.2.1.35.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	11.356,11
4.1.7.2.1.35.03.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNAE	2.958,00
4.1.7.2.1.35.04.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE	8.398,11
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	4.662,10
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	4.662,10
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	2.797,26
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	1.864,84

Notificação de Recebimentos de Recursos Federais 06/09/2011**Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Data do Recebimento: 06/09/2011

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		657,83
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	657,83
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	657,83
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	394,70
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	263,13

Notificação de Recebimentos de Recursos Federais 08/09/2011**Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Data do Recebimento: 08/09/2011

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		2.095,21
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	1.500,68
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	1.500,68
4.1.7.2.1.33.05.00.00	Programa de Assistencia Farmaceutica Basica	1.500,68
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	594,53
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	594,53
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	356,72
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	237,81

Notificação de Recebimentos de Recursos Federais 09/09/2011**Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Data do Recebimento: 09/09/2011

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		133.304,38
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	155.786,01
4.1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Rec. da União	154.535,75
4.1.7.2.1.01.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	154.482,21
4.1.7.2.1.01.02.01.00	FPM - 60 %	92.689,33
4.1.7.2.1.01.02.02.00	FPM - 25%	38.620,55
4.1.7.2.1.01.02.03.00	FPM - 15%	23.172,33
4.1.7.2.1.01.05.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	53,54
4.1.7.2.1.01.05.01.00	Cota Parte do ITR - 60 %	32,12
4.1.7.2.1.01.05.02.00	Cota Parte do ITR - 25%	13,39
4.1.7.2.1.01.05.03.00	Cota Parte do ITR - 15%	8,03
4.1.7.2.1.22.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	1.250,26
4.1.7.2.1.22.20.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Minerais	1.250,26
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	8.425,51
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	8.425,51
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	5.055,31
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	3.370,20
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-30.907,14
9.1.7.2.1.01.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-30.907,14
9.1.7.2.1.01.02.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - FPM	-30.896,44
9.1.7.2.1.01.05.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-10,70

Notificação de Recebimentos de Recursos Federais 12/09/2011**Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Data do Recebimento: 12/09/2011

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		1.002,26
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.002,26
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	1.002,26
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	601,36
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	400,90

Portaria 383/2011

PORTARIA Nº 383 DE 12 DE SETEMBRO DE 2011

"CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA PÚBLICA, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidos 03 (três) dias de licença para tratamento de saúde, sendo nos dias 12, 13 e 14 de setembro de 2011, a Servidora, Sra. ANA PAULA DAL SANTO, ocupante do cargo de Professora de Atividades Esportivas, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com atestado médico anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta - SC, 12 de setembro de 2011.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento
Registrada e Publicada em data supra.

Portaria 384/2011

PORTARIA Nº 384 DE 13 DE SETEMBRO DE 2011

"ATRIBUI ADICIONAL DE RESPONSABILIDADE À SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no Art. 70 da Lei Orgânica do Município

RESOLVE:

Art. 1º Atribui Adicional de Responsabilidade na ordem de 40% sobre o vencimento do cargo ocupado, ao Sr. ALCIR PEDERSSETTI, ocupante do cargo de Técnico em Agropecuária, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, para responder cumulativamente com suas funções, pelas atividades de Fiscal de Tributos, Obras e Vigilância Sanitária, a iniciar a partir de 14 de setembro de 2011 até a revogação por interesse público, administrativo ou encerramento do encargo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta - SC, 13 de setembro de 2011.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrada e Publicada em data supra.

Coronel Martins**PREFEITURA****Decreto N. 139, de 13 de Setembro de 2011**

DECRETO N. 139, DE 13 DE SETEMBRO DE 2011

DECRETA LUTO OFICIAL POR FALECIMENTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 94 da Lei Orgânica do Município de 28/10/94;

DECRETA:

Art. 1º LUTO OFICIAL, por 03 (três) dias, em toda a jurisdição do Município de Coronel Martins SC, pelo falecimento do Senhor Idalvino Cabral de Medeiros, irmão do Prefeito Municipal, Senhor Darci Cabral de Medeiros, ocorrido na data de 13/09/2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 13 de setembro de 2011.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 112 de 13 de Setembro de 2011.

PORTARIA Nº. 112 DE 13 DE SETEMBRO DE 2011.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994 consolidada em 12/12/2005;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias ao Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 19/09/2011 à 18/10/2011.

Nome	Cargo	Referência
Rafael Godoy	Auxiliar de Serviços gerais/Carteiro	10/02/2010 à 09/02/2011

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 13 de setembro de 2011.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 113 de 13 de Setembro de 2011.

PORTARIA Nº. 113 DE 13 DE SETEMBRO DE 2011.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994 consolidada em 12/12/2005;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias ao Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 18/09/2011 à 17/10/2011.

Nome	Cargo	Referência
Vanderlei Jose Brum	Vigia	10/02/2010 à 09/02/2011

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 13 de setembro de 2011.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

Corupá**PREFEITURA****Cancelamento de Licitação - Pregão 34/11**

LICITAÇÃO CANCELADA

MODALIDADE: Pregão Presencial 034/11

Atendendo encaminhamento feito pelo Sr. Presidente da Comissão de Licitação e ainda em conformidade com os atos do Processo Licitatório - Pregão Presencial 034/11 - Processo Licitatório nº 112/11 que resolveu sugerir o cancelamento da licitação em razão de informações confrontantes no edital de licitações relacionadas aos itens, resolvo declarar anulada a licitação já mencionada.

Corupá/SC 14 de Setembro de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Curitibanos**PREFEITURA****Resumo dos Instrumentos de Contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83..754.044/0001-34

Rua Cel. Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos - SC Agosto/2011

Resumo dos Instrumentos de Contrato

Contratado: ALPHA HIGIENE E LIMPEZA LTDA

CNPJ: 09.276.894/0001-11

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação: 3/2011 Numero do Processo:3/2011

Numero do Contrato: 49/2011

Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA MANUTENÇÃO DO ABRIGO TEMPORÁRIO MUNICIPAL, PARA PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL - PETI, CASA DE PROTEÇÃO INFANTO JUVENIL.

Data da Assinatura:08/08/2011

Data da Publicação no Diário Oficial:08/08/2011

Vigência:08/08/2011 A 31/12/2011

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor:1.572,08

Forma de Pagamento:CONFORME ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83..754.044/0001-34

Rua Cel. Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos - SC Agosto/2011

Resumo dos Instrumentos de Contrato

Contratado: AUGUSTIN COMÉRCIO DO VESTUÁRIO LTDA

CNPJ: 07.478.741/0001-21

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação: 18/2011 Numero do Processo:18/2011

Numero do Contrato: 59/2011

Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE TÊNIS ESCOLARES, PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AOS ALUNIS DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO INFANTIL - PETI.

Data da Assinatura:10/08/2011

Data da Publicação no Diário Oficial:10/08/2011

Vigência:10/08/2011 A 10/09/2011

Programa de Trabalho: 04.01 08.244.0005

2.014.3.3.90.00.00.00.00

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor:760,00

Forma de Pagamento:APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83..754.044/0001-34

Rua Cel. Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos - SC Agosto/2011

Resumo dos Instrumentos de Contrato**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

Contratado: CASA FAGUNDES COM. VAR. EM GERAL LTDA - ME
CNPJ: 73.222.994/0001-64
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 3/2011 Numero do Processo:3/2011
Numero do Contrato: 50/2011
Fundamento Legal:
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA MANUTENÇÃO DO ABRIGO TEMPORÁRIO MUNICIPAL, PARA PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL - PETI, CASA DE PROTEÇÃO INFANTO JUVENIL.

Data da Assinatura:08/08/2011
Data da Publicação no Diário Oficial:08/08/2011
Vigência:08/08/2011 A 31/12/2011
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:73,18
Forma de Pagamento:CONFORME ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83..754.044/0001-34
Rua Cel. Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto/2011

Resumo dos Instrumentos de Contrato

Contratado: SUPERMERCADO COLORIDO LTDA ME
CNPJ: 10.314.036/0001-01
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 3/2011 Numero do Processo:3/2011
Numero do Contrato: 54/2011
Fundamento Legal:
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA MANUTENÇÃO DO ABRIGO TEMPORÁRIO MUNICIPAL, PARA PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL - PETI, CASA DE PROTEÇÃO INFANTO JUVENIL.

Data da Assinatura:08/08/2011
Data da Publicação no Diário Oficial:08/08/2011
Vigência:08/08/2011 A 31/12/2011
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:98,80
Forma de Pagamento:CONFORME ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83..754.044/0001-34
Rua Cel. Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto/2011

Resumo dos Instrumentos de Contrato

Contratado: DINALINE IND. COM. DO VESTUÁRIO LTDA
CNPJ: 05.631.215/0001-24
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 17/2011 Numero do Processo:17/2011
Numero do Contrato: 58/2011

Fundamento Legal:
Objeto: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES, PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AOS ALUNOS DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO TRABALHO INFANTIL - PETI, CONFORME ANEXOS DESTA PROCESSO.

Data da Assinatura:10/08/2011
Data da Publicação no Diário Oficial:10/08/2011
Vigência:10/08/2011 A 10/09/2011
Programa de Trabalho: 04.01 08.244.0005
2.014.3.3.90.00.00.00.00
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:5.613,50
Forma de Pagamento:APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83..754.044/0001-34
Rua Cel. Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto/2011

Resumo dos Instrumentos de Contrato

Contratado: DINÂMICA COM. DE SUP. P/ INFORMÁTICA ESCR. LTDA ME
CNPJ: 07.072.908/0001-50
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 3/2011 Numero do Processo:3/2011
Numero do Contrato: 51/2011
Fundamento Legal:
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA MANUTENÇÃO DO ABRIGO TEMPORÁRIO MUNICIPAL, PARA PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL - PETI, CASA DE PROTEÇÃO INFANTO JUVENIL.

Data da Assinatura:08/08/2011
Data da Publicação no Diário Oficial:08/08/2011
Vigência:08/08/2011 A 31/12/2011
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:810,32
Forma de Pagamento:CONFORME ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83..754.044/0001-34
Rua Cel. Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto/2011

Resumo dos Instrumentos de Contrato

Contratado: ERONDINA MEIRELLES HEINZ
CPF: 477.583.419-34
Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ COMPRAS E SERVIÇOS
Numero da Licitação: 0/0 Numero do Processo:
Numero do Contrato: 55/2011
Fundamento Legal:
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA PARA MINISTRAR AS AULAS DE ARTESANATO, SENDO QUE O CURSO É OFERECIDO

NOS SEGUINTE LOCAIS: BAIRRO SÃO LUIZ, BAIRRO GETÚLIO VARGAS, BAIRRO SANTO ANTONIO, BAIRRO BOM JESUS, BAIRRO NOSSA SENHORA APARECIDA, CENTRO E COMUNIDADE INTERIOR COM DURAÇÃO DE 200 HORAS/AULA, NO PERÍODO DE 10/08/2011 A 16/12/2011, COM RECURSO PPMC II.

Data da Assinatura:10/08/2011

Data da Publicação no Diário Oficial:10/08/2011

Vigência:10/08/2011 A 16/12/2011

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor:1.200,00

Forma de Pagamento:APÓS PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83..754.044/0001-34

Rua Cel. Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto/2011

Resumo dos Instrumentos de Contrato

Contratado: GESSIA SANTOS DE OLIVEIRA

CPF: 063.058.329-35

Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ COMPRAS E SERVIÇOS

Numero da Licitação: 0/0 Numero do Processo:

Numero do Contrato: 56/2011

Fundamento Legal:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA PARA MINISTRAR AS AULAS DE ARTESANATO COM GARRAFAS PET, SENDO QUE O CURSO É OFERECIDO NOS SEGUINTE LOCAIS: BAIRRO SÃO LUIZ, BAIRRO GETÚLIO VARGAS, BAIRRO SANTO ANTONIO, BAIRRO BOM JESUS, BAIRRO NOSSA SENHORA APARECIDA, CENTRO E COMUNIDADES DO INTERIOR COM DURAÇÃO DE 200 HORAS/AULA, NO PERÍODO DE 10/08/2011 A 16/12/2011, COM RECURSO PBF.

Data da Assinatura:10/08/2011

Data da Publicação no Diário Oficial:10/08/2011

Vigência:10/08/2011 A 16/12/2011

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor:3.000,00

Forma de Pagamento:APÓS PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83..754.044/0001-34

Rua Cel. Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto/2011

Resumo dos Instrumentos de Contrato

Contratado: KLEYTON ANTÔNIO FRANÇA

CPF: 048.614.049-08

Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ COMPRAS E SERVIÇOS

Numero da Licitação: 0/0 Numero do Processo:

Numero do Contrato: 62/2011

Fundamento Legal:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE INSTRUTOR PARA MINISTRAR AS AULAS DE DANÇA E PATINAÇÃO, SENDO QUE O CURSO É OFERECIDO NOS SEGUINTE LOCAIS: BAIRRO SÃO LUIZ, BAIRRO GETÚLIO VARGAS, BAIRRO SANTO ANTONIO, BAIRRO BOM JESUS, BAIRRO NOSSA SENHORA APARECIDA, BAIRRO SÃO JOSÉ, BAIRRO SÃO FRANCISCO, CENTRO E COMUNIDADES DO INTERIOR COM DURAÇÃO DE 250 HORAS/AULA, NO PERÍODO DE 24/08/2011 A 16/12/2011, COM RECURSO PBF.

Data da Assinatura:24/08/2011

Data da Publicação no Diário Oficial:24/08/2011

Vigência:24/08/2011 A 16/12/2011

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor:3.750,00

Forma de Pagamento:APÓS PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83..754.044/0001-34

Rua Cel. Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto/2011

Resumo dos Instrumentos de Contrato

Contratado: MARIA DE LOURDES SANTOS

CPF: 476.586.659-91

Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ COMPRAS E SERVIÇOS

Numero da Licitação: 0/0 Numero do Processo:

Numero do Contrato: 61/2011

Fundamento Legal:

Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL, CASA, PARA ALOJAMENTO DA FAMÍLIA DO SRº ELIAS ALVES DOS SANTOS, PELO PERÍODO DE 4 MESES, ATÉ DIA 31/12/2011, NO VALOR MENSAL DE R\$ 250,00, SITUADA NA RUA GERMANO ANTÔNIO DE SOUZA, FRENTE Nº 150, BAIRRO SÃO FRANCISCO, CONFORME ESTUDO SÓCIO ECONÔMICO - HABITAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

Data da Assinatura:17/08/2011

Data da Publicação no Diário Oficial:17/08/2011

Vigência:17/08/2011 A 31/12/2011

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor:1.000,00

Forma de Pagamento:MENSALMENTE CFE LOCAÇÃO E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83..754.044/0001-34

Rua Cel. Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto/2011

Resumo dos Instrumentos de Contrato

Contratado: MARIA REGINA RONZANI

CPF: 036.881.369-00
Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ COMPRAS E SERVIÇOS
Numero da Licitação: 0/0 Numero do Processo:
Numero do Contrato: 60/2011
Fundamento Legal:
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA PARA MINISTRAR AS AULAS DE ARTESANATO, SENDO QUE O CURSO É OFERECIDO NOS SEGUINTE LOCAIS: BAIRRO SÃO LUIZ, BAIRRO GETÚLIO VARGAS, BAIRRO SANTO ANTONIO, BAIRRO BOM JESUS, BAIRRO NOSSA SENHORA APARECIDA, CENTRO E COMUNIDADES DO INTERIOR COM DURAÇÃO DE 200 HORAS/AULA, NO PERÍODO DE 16/08/2011 A 16/12/2011, COM RECURSO PPMC II.

Data da Assinatura:16/08/2011
Data da Publicação no Diário Oficial:16/08/2011
Vigência:16/08/2011 A 16/12/2011
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:4.000,00
Forma de Pagamento:APÓS PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83..754.044/0001-34
Rua Cel. Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto/2011

Resumo dos Instrumentos de Contrato

Contratado: INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA
CNPJ: 83.054.924/0001-06
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 3/2011 Numero do Processo:3/2011
Numero do Contrato: 52/2011
Fundamento Legal:
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA MANUTENÇÃO DO ABRIGO TEMPORÁRIO MUNICIPAL, PARA PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL - PETI, CASA DE PROTEÇÃO INFANTO JUVENIL.

Data da Assinatura:08/08/2011
Data da Publicação no Diário Oficial:08/08/2011
Vigência:08/08/2011 A 31/12/2011
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:1.307,10
Forma de Pagamento:CONFORME ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83..754.044/0001-34
Rua Cel. Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto/2011

Resumo dos Instrumentos de Contrato

Contratado: ROSELI APARECIDA FERNANDES ORTIZ
CPF: 678.147.439-15

Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ COMPRAS E SERVIÇOS
Numero da Licitação: 0/0 Numero do Processo:
Numero do Contrato: 57/2011
Fundamento Legal:
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA PARA MINISTRAR AS AULAS DE CABELEREIRA E MANICURE, SENDO QUE O CURSO É OFERECIDO NOS SEGUINTE LOCAIS: BAIRRO SÃO LUIZ, BAIRRO GETÚLIO VARGAS, BAIRRO SANTO ANTONIO, BAIRRO BOM JESUS, BAIRRO NOSSA SENHORA APARECIDA, CENTRO E COMUNIDADES DO INTERIOR COM DURAÇÃO DE 180 HORAS/AULA, NO PERÍODO DE 10/08/2011 A 16/12/2011, COM RECURSO PBV II.

Data da Assinatura:10/08/2011
Data da Publicação no Diário Oficial:10/08/2011
Vigência:10/08/2011 A 16/12/2011
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:2.700,00
Forma de Pagamento:APÓS PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83..754.044/0001-34
Rua Cel. Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto/2011

Resumo dos Instrumentos de Contrato

Contratado: ROBERTO TESSARO & CIA LTDA
CNPJ: 85.248.680/0001-10
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 3/2011 Numero do Processo:3/2011
Numero do Contrato: 53/2011
Fundamento Legal:
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA MANUTENÇÃO DO ABRIGO TEMPORÁRIO MUNICIPAL, PARA PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL - PETI, CASA DE PROTEÇÃO INFANTO JUVENIL.

Data da Assinatura:08/08/2011
Data da Publicação no Diário Oficial:08/08/2011
Vigência:08/08/2011 A 31/12/2011
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:651,24
Forma de Pagamento:CONFORME ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNREBOM DE CURITIBANOS

CNPJ: 00.883.387/0001-71
Rua Altino Gonçalves de Farias, s/n Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto/2011

Resumo dos Instrumentos de Contrato

Contratado: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
CNPJ:00.802.002/0001-02
Modalidade:PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação: 10/2011 Numero do Processo:10/2011
Numero do Contrato: 26/2011
Fundamento Legal:
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA ATENDIMENTO DE OCORRÊNCIAS PRÉ HOSPITALARES, BEM COMO, DE EQUIPAMENTOS DESTINADOS A INSTRUÇÃO E TREINAMENTO PARA TAIS ATENDIMENTOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I.

Data da Assinatura:22/08/2011
Data da Publicação no Diário Oficial:22/08/2011
Vigência:22/08/2011 A 31/12/2011
Programa de Trabalho: 03.01 06.181.0004
2.008.3.3.90.00.00.00.00.00
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:1.486,00
Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNREBOM DE CURITIBANOS

CNPJ: 00.883.387/0001-71
Rua Altino Gonçalves de Farias, s/n Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto/2011

Resumo dos Instrumentos de Contrato

Contratado: COMPRAMED COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ:04.428.100/0001-74
Modalidade:PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 10/2011 Numero do Processo:10/2011
Numero do Contrato: 27/2011
Fundamento Legal:
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA ATENDIMENTO DE OCORRÊNCIAS PRÉ HOSPITALARES, BEM COMO, DE EQUIPAMENTOS DESTINADOS A INSTRUÇÃO E TREINAMENTO PARA TAIS ATENDIMENTOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I.

Data da Assinatura:22/08/2011
Data da Publicação no Diário Oficial:22/08/2011
Vigência:22/08/2011 A 31/12/2011
Programa de Trabalho: 03.01 06.181.0004
2.008.3.3.90.00.00.00.00.00
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:1.782,77
Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNREBOM DE CURITIBANOS

CNPJ: 00.883.387/0001-71
Rua Altino Gonçalves de Farias, s/n Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto/2011

Resumo dos Instrumentos de Contrato

Contratado: E TAMUSSINO & CIA LTDA
CNPJ:33.100.082/0003-67
Modalidade:PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação: 10/2011 Numero do Processo:10/2011
Numero do Contrato: 28/2011
Fundamento Legal:
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA ATENDIMENTO DE OCORRÊNCIAS PRÉ HOSPITALARES, BEM COMO, DE EQUIPAMENTOS DESTINADOS A INSTRUÇÃO E TREINAMENTO PARA TAIS ATENDIMENTOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I.

Data da Assinatura:22/08/2011
Data da Publicação no Diário Oficial:22/08/2011
Vigência:22/08/2011 A 31/12/2011
Programa de Trabalho: 03.01 06.181.0004
2.008.3.3.90.00.00.00.00.00
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:3.800,00
Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNREBOM DE CURITIBANOS

CNPJ: 00.883.387/0001-71
Rua Altino Gonçalves de Farias, s/n Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto/2011

Resumo dos Instrumentos de Contrato

Contratado: EDUKI COMÉRCIO DE PRODUTOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS
CNPJ:11.131.582/0001-61
Modalidade:PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 10/2011 Numero do Processo:10/2011
Numero do Contrato: 29/2011
Fundamento Legal:
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA ATENDIMENTO DE OCORRÊNCIAS PRÉ HOSPITALARES, BEM COMO, DE EQUIPAMENTOS DESTINADOS A INSTRUÇÃO E TREINAMENTO PARA TAIS ATENDIMENTOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I.

Data da Assinatura:22/08/2011
Data da Publicação no Diário Oficial:22/08/2011
Vigência:22/08/2011 A 31/12/2011
Programa de Trabalho: 03.01 06.181.0004
2.008.3.3.90.00.00.00.00.00
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:5.517,00
Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNREBOM DE CURITIBANOS

CNPJ: 00.883.387/0001-71
Rua Altino Gonçalves de Farias, s/n Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto/2011

Resumo dos Instrumentos de Contrato

Contratado: IDEAL SEG COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME
CNPJ:10.416.895/0001-01
Modalidade:PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação: 10/2011 Numero do Processo:10/2011
Numero do Contrato: 30/2011
Fundamento Legal:
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA ATENDIMENTO DE OCORRÊNCIAS PRÉ HOSPITALARES, BEM COMO, DE EQUIPAMENTOS DESTINADOS A INSTRUÇÃO E TREINAMENTO PARA TAIS ATENDIMENTOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I.

Data da Assinatura:22/08/2011
Data da Publicação no Diário Oficial:22/08/2011
Vigência:22/08/2011 A 31/12/2011
Programa de Trabalho: 03.01 06.181.0004
2.008.3.3.90.00.00.00.00
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:2.584,50
Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNREBOM DE CURITIBANOS

CNPJ: 00.883.387/0001-71
Rua Altino Gonçalves de Farias, s/n Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto/2011

Resumo dos Instrumentos de Contrato

Contratado: METROMED COMÉRCIO DE MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA
CNPJ:83.157.032/0001-22
Modalidade:PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 10/2011 Numero do Processo:10/2011
Numero do Contrato: 31/2011
Fundamento Legal:
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA ATENDIMENTO DE OCORRÊNCIAS PRÉ HOSPITALARES, BEM COMO, DE EQUIPAMENTOS DESTINADOS A INSTRUÇÃO E TREINAMENTO PARA TAIS ATENDIMENTOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I.

Data da Assinatura:22/08/2011
Data da Publicação no Diário Oficial:22/08/2011
Vigência:22/08/2011 A 31/12/2011
Programa de Trabalho: 03.01 06.181.0004
2.008.3.3.90.00.00.00.00
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:3.065,00
Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo Aditivo

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNREBOM DE CURITIBANOS

CNPJ: 00.883.387/0001-71
Rua Altino Gonçalves de Farias, s/n Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto/2011

Resumo dos Instrumentos de Termo Aditivo

Contratado: TCA TRANSFORMAÇÕES VEICULARES LTDA
CNPJ:08.389.661/0001-62
Modalidade:PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação: 9/2011 Numero do Processo:9/2011
Numero do Aditivo: 32/2011
Fundamento Legal:
Objeto: ADITIVO DE VALOR DE MAIS R\$ 700,00 REFERENTE A TRANSFORMAÇÃO DE UM VEÍCULO FURGÃO MARCA FORD, MODELO TRANSIT, CHASSI LONGO, TETO ALTO, EM UMA AMBULÂNCIA TIPO AUTO SOCORRO DE URGÊNCIA.

Data da Assinatura:30/08/2011
Data da Publicação no Diário Oficial:30/08/2011
Vigência:30/08/2011 A 22/07/2012
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:700,00
Forma de Pagamento: APÓS PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E NOTA FISCAL

Erval Velho

PREFEITURA

Decreto 1552/2011

DECRETO 1552, de 02 de setembro de 2011.
Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Erval Velho e dá outras providências;

LENITA DADALT FONTANA, Prefeita Municipal de Erval Velho/SC, no uso de suas atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e Parágrafo I do art. 6º da Lei Municipal n. 1255, de 25 de novembro de 2010, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Erval Velho, no valor de R\$ 27.500,00 (vinte e sete mil e quinhentos reais) para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 02 - GABINETE O PREFEITO
UNIDADE 02 - DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
PROJ/ATIV. 2.006 - PROGRAMA DE INCENTIVO AO COMÉRCIO E SERVIÇOS
11 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 27.500,00

Total de Suplementações R\$ 27.500,00

Parágrafo Único - Os recursos orçamentários para fazer face às presentes suplementações, correrão à conta do provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício, na FONTE DE RECURSO - 01.000 - RECURSOS ORDINARIOS no valor de R\$ 27.500,00 conforme § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64, e demonstrado nos Anexos do presente decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 02 de setembro de 2011.
LENITA DADALT FONTANA
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Decreto 1553/2011

DECRETO 1553, de 08 de setembro de 2011.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Erval Velho e dá outras providências;

LENITA DADALT FONTANA, Prefeita Municipal de Erval Velho/SC, no uso de suas atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e Parágrafo I do art. 6º da Lei Municipal n. 1255, de 25 de novembro de 2010, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Erval Velho, no valor de R\$ 118.000,00 (cento e dezoito mil reais) para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
UNIDADE 03 - DEPARTAMENTO DE ESPORTES
PROJ/ATIV. 1.011 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE ESPAÇOS PARA ESPORTES E LAZER
79 - 4.4.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 118.000,00

Total de Suplementações R\$ 118.000,00

Parágrafo Único - Os recursos orçamentários para fazer face às presentes suplementações, correrão à conta do provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício, na FONTE DE RECURSO - 01.000 - RECURSOS ORDINARIOS no valor de R\$ 118.000,00 conforme § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64, e demonstrado nos Anexos do presente decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 08 de setembro de 2011.

LENITA DADALT FONTANA
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Decreto 1554/2011

DECRETO 1554, de 08 de setembro de 2011.

Dá destinação a imóvel do Município e as finalidades que especifica e dá outras providências;

LENITA DADALT FONTANA, Prefeita Municipal de Erval Velho, SC, no uso de suas atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85 da Lei Orgânica, e, tendo presentes razões de interesse público.

DECRETA

Art. 1º O imóvel localizado às margens da BR 282 composto por um terreno com a área de 4.050 m² (quatro mil e cinquenta metros quadrados), Mat. 1.933 do Registro de Imóveis da Comarca de Herval D'Oeste, SC e um barracão construído em alvenaria com abertura de aluzinco e piso de cimento alisado com área total de 450 m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados) por força do convênio nº 19949/2001-2 publicado no DOE em 28 de dezembro

de 2001, firmado entre o Município de Erval Velho e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Integração do Mercosul, fica destinado para a Concessão Real de Uso para a Implantação e Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Prestação de Serviços pelo prazo e condições previstas em lei própria e no edital de concorrência pública.

Art. 2º As condições da concessão que trata o Art. 1º são as que constam na Lei Complementar nº 030 de 19 de agosto de 2011 que dispõe sobre a Política de Desenvolvimento Econômico e demais normas aplicáveis ao caso.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário especialmente o Decreto nº 1429 de 14 de julho de 2010.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 08 de setembro de 2011.

LENITA DADALT FONTANA
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto nesta data.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Decreto 1555/2011

DECRETO 1555, de 12 de setembro de 2011.

Homologa inscrições do Processo Seletivo n. 003/2011, de que trata o Edital n. 003, de 22 de agosto de 2011 e dá outras providências.

LENITA DADALT FONTANA, Prefeita Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica Municipal em especial no Edital n. 003, de 22 de agosto de 2011, homologa as inscrições para o respectivo teste seletivo,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam homologadas as inscrições para o Processo Seletivo n. 003/2011, originado pelo Edital n. 003, de 22 de agosto de 2011, conforme abaixo:

Nº Insc.	Nome do Candidato	Cargo
001	Wilmar Bazzi	Agente de Serviços Gerais I
002	João Bazzi	Agente de Serviços Gerais I
003	Alcevir Marin	Agente de Serviços Gerais I
004	Ademir de Jesus Lima	Agente de Serviços Gerais I
005	Nevir Domingos Rosalen	Agente de Serviços Gerais I
006	Onei José Maciel	Agente de Serviços Gerais I
007	Edmar Pratto Antunes	Agente de Serviços Gerais I

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 12 de setembro de 2011.

LENITA DADALT FONTANA
Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto, em 12 de setembro de 2011.

WALTER KLEBER KUCHER JÚNIOR
Secretário de Administração e Finanças

Lei 1277/2011

Lei nº 1277, de 08 de setembro de 2011.

Altera Dispositivos da Lei nº 1218 de 03 de dezembro de 2009 e dá outras providências.

LENITA DADALT FONTANA, Prefeita Municipal de Erval Velho - Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por mim sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alterar os valores da Bolsa Estágio não obrigatória constante no parágrafo primeiro do art. 8º da Lei nº 1218 de 03 de dezembro de 2009 os quais passam a ser os seguintes:

R\$ 500,00 - carga horária 30 horas semanais 3º grau;

R\$ 375,00 - carga horária 20 horas semanais 3º grau;

R\$ 375,00 - carga horária 30 horas semanais Técnico Profissionalizante;

R\$ 315,00 - carga horária 20 horas semanais Técnico Profissionalizante;

R\$ 315,00 - carga horária 20 horas semanais Ensino Médio.

Art. 2º- Estes valores serão aplicados à partir da competência setembro/2011.

Art. 3º- As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta de dotações do orçamento vigente do Município.

Art. 4º- Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos à partir de 01 de setembro de 2011.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 08 de setembro de 2011.

LENITA DADALT FONTANA

Prefeita Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei nesta Secretaria, em 08 de setembro de 2011.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR

Secretário de Administração e Finanças

Lei 1278/2011

Lei nº 1278, de 08 de setembro de 2011.

"Autoriza celebrar termo de cooperação institucional com as centrais elétricas de Santa Catarina - Celesc e dá outras providências"

LENITA DADALT FONTANA, Prefeita Municipal de Erval Velho - Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por mim sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Termo de Cooperação Institucional com as Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A - CELESC visando à cessão gratuita de espaço físico de propriedade do Município de uma sala que comporte as instalações necessárias ao atendimento dos usuários da CELESC S.A.

Parágrafo único - O local da sala será determinado pelo Município com a concordância da CELESC SA, bem como para sua mudança quando necessária deverá haver concordância das partes, mas sempre priorizando a melhoria do atendimento.

Art. 2º. A CELESC S.A providenciará a instalação dos equipamentos necessários e a sua manutenção, assim como disponibilizará pessoal de seu quadro de funcionários para os atendimentos nos dias e horários determinados em atendimento ao capítulo XV da Resolução n. 414/2010/ANEEL - Agência Nacional de Energia

Elétrica.

Art. 3º. O Município arcará com as despesas com água, energia elétrica, limpeza e outras taxas ou impostos que venham a incidir sobre o espaço cedido.

Art. 4º. O Termo de Convênio cuja minuta está em anexo terá validade de até 60 (sessenta) meses.

Art. 5º. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotações previstas no orçamento vigente do município.

Art. 6º. Esta Lei n.1278, entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 08 de setembro de 2011.

LENITA DADALT FONTANA

Prefeita Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei nesta Secretaria, em 08 de setembro de 2011.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR

Secretário de Administração e Finanças

Lei Complementar 031/2011

LEI COMPLEMENTAR N.º 031, de 08 de setembro de 2011.

INSTITUI O PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE ERVAL VELHO, DISPÕE SOBRE AS NORMAS, FIXA OBJETIVOS E DIRETRIZES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LENITA DADALT FONTANA, Prefeita Municipal de Erval Velho - Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por mim sancionada a seguinte Lei Complementar.

TÍTULO I**CONCEITUAÇÃO, OBJETIVOS E DIRETRIZES****CAPÍTULO I****DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º. Fica Instituído, como instrumento básico da política de desenvolvimento habitacional, o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de Erval Velho, que obedecerá aos objetivos e diretrizes básicas desta Lei.

§ 1º O Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de Erval Velho, visa instituir a política habitacional do Município com o objetivo de promover o acesso à moradia digna, especialmente às de mais baixa renda, tendo por base o entendimento dos principais problemas habitacionais identificados no município.

§ 2º O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias, o orçamento anual, os planos, programas e projetos urbanísticos, assim como os demais instrumentos municipais de desenvolvimento deverão incorporar os princípios, diretrizes e prioridades contidos nesta lei.

Art. 2º. O Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de Erval Velho abrange todo o território do Município, devendo o mesmo, estar adequado a política de desenvolvimento, com a Lei Federal N.º 10257/2001 - Estatuto da Cidade e a Lei Federal N.º 11124/2005 que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, definindo:

I - Os critérios para garantir que a Cidade cumpra com sua função

social;

II - Os critérios para garantir que a propriedade cumpra com sua função social;

III - As regras para promover acesso à moradia digna e redução de déficit habitacional.

Parágrafo Único. A interpretação da presente Lei e seus anexos serão realizados de forma a articular sistemática e integradamente todos dispositivos nela contidos.

CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS

Art. 3º. Visando Orientar a articulação dos meios e o equacionamento dos programas habitacionais que integram o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de Erval Velho, os objetivos foram construídos segundo os aspectos: Habitação, Serviço Público e Infra-estrutura Social, Infra-estrutura e aspectos Socioeconômico e Ambiental.

A - São objetivos do Aspecto de Habitação, Serviço Público e Infra-estrutura Social:

I - Viabilizar para a população de menor renda o acesso à terra urbanizada, à moradia digna e sua posse, aos serviços públicos essenciais e equipamentos sociais básicos;

II - Garantir a sustentabilidade dos programas habitacionais de interesse social, associando-os ao desenvolvimento econômico, social e ambiental;

III - Promover os meios para garantir a diversidade dos programas e de agentes promotores da Política de Habitação de Interesse Social, Plano Municipal de Habitação de Interesse Social, de acordo com as características diferenciadas da demanda, estimulando o associativismo e a auto-gestão na implementação de projetos;

IV - Aproveitar os investimentos na habitação já realizados pela população de baixa renda, promovendo a urbanização e recuperação física e loteamentos precários, bem como a regularização fundiária desses assentamentos e a melhoria das moradias existentes, no que cumpre a competência de atuação do Município e conforme a disponibilidade de recursos financeiros próprios, de convênios com outras esferas governamentais ou captados de fonte extra-orçamentária;

V - Garantir no caso de necessidade de remoção de área de risco ou por necessidade de obra de urbanização, o atendimento habitacional das famílias a serem removidas, preferencialmente na mesma região ou, na impossibilidade, em outro local, com a participação das famílias no processo de decisão, conforme a disponibilidade de recursos financeiros próprios, de convênios com outras esferas governamentais ou captados de fonte extra-orçamentária;

VI - Coibir novas ocupações por assentamentos habitacionais nas áreas inadequadas para essa finalidade, em especial áreas de preservação ambiental e de proteção aos mananciais, áreas de risco, áreas contaminadas e bens de uso comum do povo;

VII - Priorizar ações nas áreas de risco;

VIII - Organizar e manter programas de aquisição de Imóveis e terras para Habitação de Interesse Social;

IX - Oferecer condições para o funcionamento dos canais instituídos e outros instrumentos de participação da sociedade nas definições e no controle social da política habitacional;

X - Incentivar a produção pelo mercado de moradias de padrão acessível aos grupos de renda média e baixa, simplificando, agilizando e dando transparência aos processos de aprovação de novos empreendimentos habitacionais;

XI - Desenvolver mecanismos de negociação de conflitos relacionados com o uso e a posse de imóveis, visando evitar despejos e ações reintegratórias;

XII - Manter informação atualizada sobre a situação habitacional do Município, especialmente em relação ao déficit e às necessidades habitacionais, através da criação por decreto do Chefe

do Executivo Municipal de um Banco de Dados Habitacional para controle da estatística e cumprimento das metas, considerando quaisquer fontes de recursos orçamentária ou extra-orçamentária e quaisquer obras e empreendimentos de iniciativa pública de qualquer nível ou esfera de governo, comunitária ou de iniciativa privada;

XIII - Fortalecer a relação com os demais municípios da região estabelecendo parcerias na formulação de planos e programas habitacionais, e desenvolvendo ações integradas em áreas de interesse regional, como as de proteção ambiental e de mananciais;

XIV - Propiciar a participação da população moradora e dos movimentos que lutam por moradia, bem como das universidades, ONGs e entidades empresariais, na definição das ações e prioridades e no controle social da política habitacional;

XV - Instituir o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social e demais instância de participação;

XVI - Fornecer gratuitamente assessoria jurídica, bem como de engenharia e arquitetura, a indivíduos, entidades, grupos comunitários e movimentos na área de habitação de interesse social;

XVII - Reservar parcela das unidades habitacionais de interesse social para o atendimento aos idosos e aos portadores de deficiências, físicas ou mentais;

XVIII - Articular de forma democrática as instâncias municipal, estadual e federal de política e financiamento habitacional, visando a otimização dos recursos disponíveis;

XIX - Garantir na legislação do Plano Diretor áreas relativa a ZEIS - Zonas Especiais de Interesse Social;

XX - Viabilizar, através dos instrumentos do estatuto da cidade, recursos para investimentos em programas Habitacionais de Interesse Social;

XXI - Estimular a diversidade de soluções e a adequação dos projetos as condicionantes do meio físico, visando melhoria da qualidade paisagística e ambiental dos empreendimentos habitacionais de interesse social;

XXII - Considerar as características diferenciadas da demanda, desenvolvendo programas e projetos habitacionais coerentes com suas necessidades;

XXIII - Adotar tecnologias de projeto, construção e manutenção dos empreendimentos habitacionais voltados para os princípios do desenvolvimento sustentável, contemplando alternativas de conservação de água e energia, reciclagem de resíduos sólidos e valorização das áreas de lazer, dentre outros;

B - São objetivos do Aspecto de Infraestrutura:

I - Integrar as ações em habitação com as demais políticas urbanas e sociais, de forma a garantir o direito à habitação como direito à cidade, incluindo o fornecimento de meios de transporte coletivo de qualidade, o acesso a equipamentos sociais e de infraestrutura urbana, bem como a proteção dos recursos naturais e da paisagem;

II - Garantir o melhor aproveitamento da infra-estrutura instalada e das edificações existentes, de forma a reverter a atual tendência de expulsão da população de baixa renda para as periferias não dotadas de infra-estrutura, áreas de risco e de proteção ambiental;

C - São objetivos do Aspecto Socioeconômico:

I - Articular a melhoria das condições de habitação com políticas de inclusão social e projetos complementares que visem o desenvolvimento humano;

II - Preocupar-se com a sustentabilidade econômica de suas intervenções, articulando-se à política socioeconômica e a programas de capacitação profissional, geração e trabalho e renda voltados para as comunidades beneficiadas;

III - Criar incentivos fiscais e urbanísticos para implantação de atividades econômicas, pequenos centros de negócios e serviços, e investimentos em projetos estruturantes e de fortalecimento da comunidade;

IV - Vincular a inclusão em Programas Habitacionais de Interesse Social à contrapartida de participação em cursos de qualificação profissional e alfabetização nas famílias que possuam desempregados e analfabetos.

D - São objetivos do Aspecto Ambiental:

I - Articular e integrar as ações e atividades ambientais desenvolvidos pelos diversos órgãos e entidades do município, com as ações e atividades ambientais desenvolvidas pelos órgãos federais e estaduais;

II - Compatibilizar o desenvolvimento econômico e social com a preservação da qualidade do meio ambiente e dos ecossistemas;

III - Aumenta e regenerar a vegetação das margens dos rios e recuperar as matas ciliares com espécies nativas;

IV - Conscientizar sobre a importância da proteção de fontes e nascentes.

CAPÍTULO III DAS DIRETRIZES

Art. 4º. Para que se atinja o objetivo básico do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de Erval Velho, ficam estabelecidas as seguintes diretrizes:

I - Prioridade para planos, programas e projetos habitacionais para a população de menor renda, articulados no âmbito Federal, Estadual e Municipal;

II - Incentivo ao aproveitamento de áreas dotadas de infra-estrutura não utilizada ou subutilizada, inseridas na malha urbana;

III - Utilização prioritária de terrenos de propriedade do poder público para implantação de Projetos Habitacionais de Interesse Social;

IV - Sustentabilidade econômica, financeira e social os programas e projetos elencados;

V - Incentivo à implementação dos diversos institutos jurídicos que regulamentam o acesso à moradia, previstos no Estatuto da Cidade;

VI - Adoção de mecanismos de acompanhamento e avaliação e de indicadores de impacto social das políticas, planos e programas;

VII - Observar mecanismos de quotas para idosos, deficientes e famílias chefiadas por mulheres dentre o grupo identificado como de menor renda;

VIII - Desenvolvimento Institucional para que a atuação local tenha cada vez mais institucionalidade para que possa contar com os meios administrativos, técnicos e financeiros necessários para o desenvolvimento de ações que reduzam a problemática habitacional;

IX - Implantar no município os eixos estratégicos de desenvolvimento elencados e definidos com a participação popular, definidos como programas prioritários para o programa de PMHIS de Erval Velho:

1 - Habitação, Serviço Público e Infra-estrutura Social;

2 - Programa de Infra-Estrutura;

3 - Programa Sócio-Econômico;

4 - Programa Ambiental.

X - Os quantitativos previstos no Plano, em termos de investimento, cumprimento da demanda habitacional e infra-estrutura devem ter limites: na lei, no montante de recursos liberados pelo Governo Federal e na disponibilidade de recursos financeiros próprios do Município, respeitadas as demais áreas orçamentárias.

TÍTULO II PROGRAMA DE HABITAÇÃO, SERVIÇO PÚBLICO E INFRAESTRUTURA SOCIAL

CAPÍTULO I DAS DEFINIÇÕES E OBJETIVOS

Art. 5º. O Programa tem por definição promover o direito a moradia. Como direito social básico, incorporando o direito ao serviço público e infra-estrutura e serviços. Como direito social através da política habitacional induzir o repovoamento dos vazios urbanos, destinando áreas infra-estruturadas na cidade para provisão de Habitação de Interesse Social, democratizando o acesso ao solo urbano e a própria cidade.

Art. 6º. O Programa tem por objetivos:

I - Mobilizar recursos para viabilizar a produção e comercialização subsidiada de habitação para a população de menor renda; reduzindo o déficit habitacional do município;

II - Facilitar o acesso à habitação mediante incentivos para a população, na compra de imóveis;

III - Combater os fenômenos da segregação urbana, desequilíbrios sociais e urbanísticos.

CAPÍTULO II DAS MEDIDAS PRIORITÁRIAS

Art. 7º. O Programa de Habitação, Serviço Público e Infra-estrutura social têm como medidas prioritárias:

I - Implantação de programa de ampliação e reforma das unidades habitacionais urbanas e rurais;

II - Implantação de programas de construção de unidades habitacionais isoladas para redução do déficit habitacional urbano e rural;

III - Implantação de programa de regularização fundiária;

IV - Reurbanização e/ou relocação das ocupações irregulares em áreas de risco;

V - Incentivo a criação de novos loteamentos;

VI - Criação de ZEIS;

VII - Criação de um observatório habitacional;

VIII - Melhoria e/ou implantação de áreas sociais nas principais comunidades rurais;

IX - Recuperação ou criação de áreas de lazer na área urbana e no meio rural;

X - Ampliação dos espaços físicos nas escolas municipais;

XI - Continuidade e/ou ampliação aos programas de alfabetização da população adulta;

XII - Ampliação do quadro de profissionais da saúde;

CAPÍTULO III DO ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES HABITACIONAIS

SEÇÃO I DAS AÇÕES E CRITÉRIOS DE PRIORIDADE PARA O ATENDIMENTO

Art. 8º. No âmbito do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social, o atendimento das necessidades habitacionais compreende as seguintes ações:

I - Produção de unidades habitacionais;

II - Urbanização das áreas ocupadas precariamente;

III - Regularização fundiária das áreas ocupadas irregularmente;

IV - Melhoria das condições de habitabilidade.

Parágrafo Único: A atuação do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social abrange situações de legislação, substituição, inadequação, reposição e superação de deficiências da unidade e do espaço coletivo, podendo atuar no âmbito da casa, do parcelamento, do assentamento, do bairro ou mesmo cidade,

Art. 9º. O Plano Municipal de Habitação de Interesse Social estabelecerá os seguintes critérios para a priorização do atendimento:

I - Predominância de população com renda familiar mensal até três salários mínimos em situação de risco social, com alta incidência de criminalidade;

II - Incidência de problemas ambientais graves, como insalubridade, degradação natural, poluição atmosférica ou por despejos industriais e domésticos;

III - Alto risco para a segurança da população residente, com probabilidade de inundações, deslizamentos de encostas e desmoronamento de edificações precárias;

IV - Estar residindo no município no mínimo de três anos contínuos;

V - Famílias com pessoas desempregadas e/ou analfabetas deverão participar de programas de qualificação e/ou alfabetização.

VI - Famílias com pessoas portadoras de necessidades especiais, doenças crônicas e/ou idosos;

VII - Famílias em situação de coabitação;

VIII - Não ter sido beneficiado por programa habitacional;

IX - Não ser proprietário de imóvel residencial em qualquer município;

X - Morar em área de risco, situação irregular e/ou invasão;

XI - Famílias com maior número de filhos;

XII - Preferência a mulheres chefes de famílias;

XIII - Ter terreno legalizado para ser beneficiado por programa de reforma e ampliação.

SEÇÃO II DA PRODUÇÃO DA MORADIA

Art. 10. O atendimento às necessidades habitacionais requer a construção de novas unidades atendendo as seguintes diretrizes:

I - Construção de habitação de Interesse Social - HIS diretamente pelo poder público ou por entidades a ele conveniadas, abrangendo:

- a) Desenvolvimento de padrões tipológicos urbanísticos e habitacionais adequados às condições morfológicas do sítio, climáticas;
- b) Incentivo à promoção da qualidade do setor da construção habitacional, com ação de métodos construtivos mais eficientes, com melhores índices de produtividade e qualidade;
- c) Criação de mutirão.

II - Incentivo à autoprodução de moradias;

III - Estimulo à ação do setor privado na produção de habitação ao alcance das faixas de renda mais baixas;

IV - Implantação de programas de assistência técnica, voltados para a elaboração e implantação de projetos de construção.

§ 1º. A produção de unidades habitacionais de que trata o inciso I deve assegurar a:

I - Redução do preço final das unidades imobiliárias;

II - A destinação exclusiva a quem não seja proprietário de outro imóvel residencial.

§ 2º. Visando a orientação e o apoio aos casos de que tratam os incisos II, III e IV, o Executivo municipal estruturará um banco de projetos de casa populares, projeto padrão quando da criação do observatório municipal habitacional.

SEÇÃO III DA URBANIZAÇÃO DAS ÁREAS OCUPADAS PRECARIAMENTE

Art. 11. A urbanização de áreas ocupadas precariamente envolve a adequação de infra-estrutura e serviços urbanos, sistema viário e acessibilidade, redefinições do parcelamento, criação e recuperação de áreas públicas, inserção de áreas verdes e de arborização de acordo com as seguintes diretrizes:

I - A urbanização de áreas ocupadas precariamente deve garantir a permanência da comunidade em seu local de moradia;

II - As obras de urbanização devem respeitar a configuração física geral do assentamento, buscando o menor número de remoções

e remanejamentos, desde que seja possível garantir condições mínimas e adequadas de mobilidade, salubridade e saneamento;

III - A intervenção deve preservar espaços públicos ligados às tradições culturais das comunidades.

SEÇÃO IV DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DAS ÁREAS OCUPADAS

Art.12. O Executivo municipal deverá promover a regularização urbanística e fundiária dos assentamentos precários, loteamentos irregulares e clandestinos de interesse social, por meio da criação de legislação municipal que respeite as disposições de lei federal e estadual crie os seguintes instrumentos:

I - Zonas Especiais de Interesse Social, ZEIS;

II - Assistência Técnica, Urbanística, jurídica e social gratuita.

SEÇÃO V DA MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE DE MORÁDIAS

Art. 13. Visando a melhoria das condições de habitabilidade do Poder Público Municipal promoverá gestões junto aos agentes financeiros, para que, em conjunto com o Município, possam ser ampliadas as possibilidades de acesso ao crédito destinado à melhoria e à ampliação da moradia.

Parágrafo Único: No oferecimento de crédito será priorizado o atendimento ao direito à moradia, flexibilizando-se as condições de empréstimos e subsídios que considerem:

I - A capacidade de endividamento da clientela;

II - A instabilidade socioeconômica das famílias devido à instabilidade e informalidade dos postos de trabalho;

III - A necessidade de dilatação dos prazos e do estabelecimento de acordos nos casos de inadimplência.

SEÇÃO VI DA ATUAÇÃO EM ÁREAS DE RISCO E DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

Art. 14. O atendimento às necessidades habitacionais prevê intervenções pontuais ou conjugadas, em áreas de risco à vida humana e ao meio ambiente, tais como encostas, córregos, áreas alagadiças e outras situações inapropriadas, promovendo readaptações de uso e tratamento das áreas remanescentes, restringindo o reassentamento de famílias ao indispensável.

Parágrafo Único: O Executivo municipal elaborará um plano de atuação em áreas de risco, incluindo os seguintes aspectos:

I - Oferecimento de alternativas habitacionais para a população removida das áreas de risco;

II - Realização de obras de contenção de risco;

III - Prevenção da reocupação das áreas de risco que foram atendidas por programas habitacionais, mediante a destinação para outros usos imediatamente após o término da desocupação;

IV - Prevenção da ocupação de novas áreas de risco e de proteção ambiental.

CAPÍTULO IV GESTÃO DO CONSELHO GESTOR DO FMHIS

Art. 15. A Lei nº 1.211/2009 cria o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, com atribuição de gestor do FMHIS, definida no Art. 1º da referida Lei.

Art. 16. O Conselho Gestor do FMHIS de Erval Velho será órgão integrante do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de Erval Velho e terá como atribuições:

I - Promover estudos e divulgações de conhecimento relativo às ações no que se refere a Habitação de Interesse Social;
II - Colaborar com a equipe técnica municipal encarregada da área habitacional do município, encaminhando sugestões, crítica e reivindicações e emitir pareceres sobre os mesmos;
III - Zelar pela boa aplicação e interpretação exata do Plano Municipal de Habitação;
IV - Realizar bienalmente a Conferência Municipal de Habitação para avaliar a aplicação e os resultados do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social revendo as diretrizes e os rumos da política para:

- 1 - Redução do déficit habitacional;
- 2 - Redução do desemprego;
- 3 - Garantir o controle social no processo de implantação de políticas urbanas;
- 4 - Integrar as diferentes políticas sociais.

V - Aprovar os estoques construtivos do Direito de Construir adicional a serem oferecidos através de Outorga Onerosa;
VI - Apreçar e deliberar acerca das ações propostas pelo Poder Público para a operacionalização dos instrumentos previstos neste Plano Municipal de Habitação de Interesse Social;
VII - Definir as atribuições do Presidente, do Plenário e da Secretaria Executiva do Conselho;
VIII - Elaborar o seu regimento interno, que deve prever suas responsabilidades, organização e atribuições;
IX - Assessorar o Poder Executivo Municipal na elaboração da política habitacional do Município;
X - Analisar e aprovar projetos e empreendimentos privados voltados à habitação de mercado popular, para que os mesmos estejam de acordo com a política habitacional do Município;
XI - Zelar pela correta aplicação dos recursos do Fundo.

§ 1º O Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social de Erval Velho integrará a estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal, não estando a esta, subordinado no exercício de suas funções.

§ 2º A integração do Conselho à estrutura administrativa municipal se dará tendo em vista unicamente a necessidade de suporte administrativo, operacional e financeiro para seu pleno funcionamento.

§ 3º O Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social de Erval Velho será composto por um Presidente, pelo Plenário e um Secretário, cujas atribuições serão definidas no regimento a que se refere o inciso VIII deste artigo.

Art. 17. O Conselho será formado pela totalidade dos titulares do Conselho Municipal de Habitação de Erval Velho e por membros representativos da sociedade e poder público, eleitos ou indicados por seus respectivos órgãos ou categorias, e homologados pelo Prefeito Municipal, com renovação a cada dois anos.

Art. 18. O Poder Executivo apresentará cada dois anos à Câmara Municipal e ao Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social relatório das ações realizadas contidas na Tabela do Plano de Ação do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social, Anexo 1- Parte Integrante desta Lei.

SEÇÃO I DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Art. 19. As Audiências Públicas configuram direito do cidadão e da comunidade, associado ao direito constitucional ao planejamento participativo, e tem por objetivos:

I - A cooperação entre diversos atores sociais Poder Executivo e o Poder Legislativo de Erval Velho;
II - Promover debates sobre temas de interesse da Política Habitacional com a população e associações representativas dos vários segmentos da comunidade;
III - Garantir o direito político de participação do cidadão, individualmente considerado;
IV - Possibilitar a participação de diversos setores da sociedade, em especial:

- 1 - Organizações e movimentos populares;
- 2 - Associações representativas dos vários segmentos das comunidades;
- 3 - Associações de classe;
- 4 - Fóruns e redes formuladas por cidadãos, movimentos sociais e organizações não-governamentais .

Art. 20. As Audiências Públicas são obrigatórias na esfera do Poder Público Municipal, devendo ser realizadas por este, tanto no processo de elaboração do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social como no processo de sua implantação.

Parágrafo Único. A falta de realização de Audiências Públicas pelo Poder Público no processo de elaboração do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social configurará desrespeito ao preceito constitucional da participação popular, passível de declaração de inconstitucionalidade por omissão do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social.

Art. 21. As Audiências Públicas deverão ser convocadas e divulgadas com antecedência mínima de quinze dias, buscando a ampla participação dos envolvidos no tema a ser discutido.

Parágrafo Único. Fica instituída, como principal meio para divulgação das Audiências Públicas, sem prejuízo da utilização de meios auxiliares e secundários, a publicação de edital de convocação em espaço visivelmente destacado em jornal impresso de grande circulação e leitura do Município.

Art. 22. As Audiências Públicas deverão sempre procurar extrair a posição das diferentes partes envolvidas no tema a ser decidido, que devem ter igualdade de espaço para expressar sua opinião.

SEÇÃO II DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA PARTICIPATIVA

Art. 23. No âmbito do Município de Erval Velho, será aplicada a Gestão Orçamentária Participativa tendo por objetivos:

I - Propiciar condições para que os cidadãos exerçam o direito de fiscalização e controle das finanças públicas;
II - Possibilitar o direito à participação na elaboração e execução dos orçamentos públicos, o que significa direito à obtenção das informações sobre as finanças públicas, bem como à participação nas definições das prioridades de utilização dos recursos e na execução das políticas públicas.

Art. 24. A realização de consultas, audiências e debates públicos é condição obrigatória para a aprovação do orçamento municipal, cabendo ao Município dispor, em ato administrativo oriundo do Poder Público, os mecanismos garantidos da ampla e irrestrita participação popular.

Parágrafo Único. A não realização de audiências e consultas públicas no processo de aprovação da Lei do Orçamento Municipal resultará na nulidade da norma orçamentária.

CAPÍTULO V

DAS ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL

Art. 25. Zonas Especiais de Interesse Social, ZEIS, são aquelas destinadas à implementação de programas de regularização urbanística, fundiária e à produção, manutenção ou qualificação de Habitação de Interesse Social, HIS.

Art. 26. As Zonas Especiais de Interesse Social tem como objetivos:

I - Promover a regularização fundiária sustentável, levando em consideração as dimensões patrimonial, urbanística e ambiental, dando segurança jurídica da posse da terra e da edificação aos moradores de áreas demarcadas, garantindo a permanência da população;

II - Assegurar as condições de habitabilidade e integrar os assentamento informais ao conjunto da cidade;

III - Incentivar a utilização de imóveis não utilizados e subutilizados para programas Habitacionais de Interesse Social;

IV - Permitir a participação e controle social na gestão desses espaços urbanos;

V - Promover o respeito às áreas de proteção cultural e ambiental;

VI - Proteger os assentamentos ocupados pela população de baixa renda da pressão do mercado imobiliário.

Art. 27. As Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS - são aquelas discutidas e definidas com a participação popular definidas no Plano Diretor do Município de Erval Velho.

Art. 28. Atendidos os critérios estabelecidos nesta lei, novas Zonas Especiais de Interesse Social, ZEIS, poderão ser criadas mediante indicação do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social de Planos Específicos, ou de Programas Habitacionais.

Parágrafo Único: A criação e a delimitação de novas ZEIS, por constituir em alteração do Zoneamento do Município, serão feitos obrigatoriamente por Lei Municipal.

Art. 29. Poderão ser criadas ZEIS na área rural, especialmente na ocorrência de formação de vilas e de situações já consolidadas.

Art. 30. Com a criação das ZEIS rurais, poderá ocorrer o desmembramento de lotes rurais a ser definido na lei de criação da ZEIS.

TÍTULO III**PROGRAMA DE INFRAESTRUTURA****CAPÍTULO I****DAS DEFINIÇÕES E OBJETIVOS**

Art. 31. O Programa tem por definição promover a melhoria da Infra-estrutura Urbana e Rural visando a melhoria da qualidade de vida da População, buscando a integração da Área Urbana com a Área Rural.

Art. 32. O Programa tem por Objetivos:

I - Promover a integração da Área Rural com a Urbana, melhorando a Infra-Estrutura na Área Rural;

II - Garantir a melhoria das Vias Urbanas e Estradas Municipais;

III - Implantar sistema adequado de saneamento básico.

CAPÍTULO II**DAS MEDIDAS PRIORITÁRIAS**

Art. 33. O programa de Infra-estrutura tem como medidas prioritárias:

I - Melhoria e alargamento das estradas municipais;

II - Viabilização de implantação e execução de rotatória nos trevos

e entradas do município;

III - Ampliação da pavimentação das ruas;

IV - Implantação de passeios públicos padronizados;

V - Melhoria do abastecimento de água no interior;

VI - Ampliação do sistema de tratamento e abastecimento de água;

VII - Proteção dos poços artesianos;

VIII - Implantação de rede e estação de tratamento de esgoto;

IX - Continuidade de programa de instalação de fossa, filtro e sumidouro individuais nas residências da área rural;

X - Aumentar a frequência da coleta de lixo no interior;

XI - Ampliação da drenagem;

XII - Ampliar os serviços de internet;

XIII - Melhoria e manutenção da iluminação pública.

TÍTULO IV**PROGRAMA SÓCIOECONÔMICO****CAPÍTULO I****DAS DEFINIÇÕES E OBJETIVOS**

Art. 34. O Programa tem por definição promover a geração de emprego e renda como fator de desenvolvimento social e econômico através do fortalecimento da indústria e comércio, incentivando o empreendedorismo, a diversificação e a qualificação da mão-de-obra priorizando o desenvolvimento sustentável e melhoria da qualidade de vida.

Art. 35. O Programa tem por objetivos:

I - Qualificar a mão-de-obra;

II - Fomentar o desenvolvimento de novas áreas econômicas priorizando as atividades relacionadas às vocações do Município;

III - Apoiar o fortalecimento das empresas instaladas.

CAPÍTULO II**DAS MEDIDAS PRIORITÁRIAS**

Art. 36. O programa sócio-econômico tem como medidas prioritárias:

I - Diversificação da atividade industrial e viabilização da implantação de novas indústrias para geração de emprego e renda;

II - Fortalecimento do setor terciário através de incentivos fiscais;

III - Continuidade de programas de incentivo à agregação de valor a produção da pequena propriedade rural;

IV - Busca de parcerias para implantação de cursos de qualificação profissional.

TÍTULO V**PROGRAMA AMBIENTAL****CAPÍTULO I****DAS DEFINIÇÕES E OBJETIVOS**

Art.37. O programa tem por definição promover a melhoria das condições ambientais, visando a melhoria da qualidade de vida da população urbana e rural, através de políticas relacionadas ao abastecimento de água, saneamento básico, manejo de resíduos sólidos e manejo de águas pluviais urbanas;

Art.38. O programa tem por objetivo:

I - Preservar os mananciais superficiais e subterrâneos valorizando os corpos d'água, bem como a flora e a fauna ribeirinha;

II - Compatibilizar o desenvolvimento econômico e social com a preservação da qualidade do meio-ambiente e dos ecossistemas;

III - Implantar a rede de atendimento de tratamento do esgoto;

IV - Implantar programas de reciclagem e adequada destinação dos resíduos urbanos;

CAPÍTULO II

DAS MEDIDAS PRIORITÁRIAS

Art.39. O programa ambiental tem como medidas prioritárias:

- I - Legislação e orientação ambiental;
- II - Recuperação dos rios e da mata ciliar;
- III - Implantação do programa de coleta seletiva do lixo.

TÍTULO V**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 40. Fica definido o tempo de quatro anos para as ações de curto prazo, sete anos para as ações de médio prazo e dez anos para as ações de longo prazo, estabelecidos na Tabela do Plano de Ação do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social - Anexo I, parte integrante desta lei.

Art. 41. Ficam estabelecidos os seguintes prazos, contados imediatamente após a publicação desta Lei;

- I - De cento e vinte dias, para o Poder Executivo Municipal promover reformas em sua estrutura administrativa, com o objetivo de conferir plena operacionalidade à aplicação deste Plano Municipal de Habitação de Interesse Social, bem como os instrumentos de indução à redução do déficit habitacional e de gestão democrática.
- II - De cento e cinquenta dias, para que o Poder Executivo Municipal elabore e envie ao Poder Legislativo as modificações na legislação municipal que sejam imprescindíveis aos objetivos referidos nos termos do inciso anterior;
- III - De cento e oitenta dias, para que se propiciem as condições para instalação do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social de Erval Velho, com as atribuições previstas no Art. 21º da presente Lei.

Parágrafo Único: As medidas previstas nos incisos I, II e III não prejudicarão os dispositivos auto-aplicáveis deste Plano Municipal de Habitação de Interesse Social.

Art. 42. O Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de Erval Velho deverá ser revisado após dez anos de sua entrada em vigor.

Parágrafo Único: Qualquer alteração no Plano Municipal de Habitação de Interesse Social só poderá ocorrer, mediante aprovação em Audiência Pública.

Art. 43. Visando a consecução dos objetivos expressos nesta Lei, integra o anexo:

Anexo I - Tabela do Plano de Ação do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de Erval Velho.

Anexo II - Atas das Audiências Públicas para elaboração do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de Erval Velho.

Art. 44. Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 08 de setembro de 2011.

LENITA DADALT FONTANA
Prefeita Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei nesta Secretaria, em 08 de setembro de 2011.

WALTER KLEBER KUCHER JÚNIOR
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2517/2011

PORTARIA 2517, de 02 de setembro de 2011.

Prorroga Contrato do Estagiário para o atendimento do Projeto Abrindo Caminhos e dá outras providências.

LENITA DADALT FONTANA, Prefeita Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI, do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, e, conforme Lei Municipal n. 1125, de 16 de março de 2007,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica prorrogada a contratação do estudante IVAIR MANGOLTE, pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social, de acordo com o artigo 7º da Lei Municipal n. 1125/2007, até 12 de fevereiro de 2012.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC, em 02 de setembro de 2011.

LENITA DADALT FONTANA
Prefeita Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

WALTER KLEBER KUCHER JÚNIOR
Secretário de Administração e Finanças

Forquilha

PREFEITURA**Extrato do Termo Aditivo PMF Nº 51/2011**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 51/2011

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 199/2010

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - TECNICON CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA. ME
DO OBJETO -Execução dos serviços na reforma e adaptação do Centro Comunitário de Santa Líbera na Rodovia Vante Rovaris, Bairro Santa Líbera, município de Forquilha/SC, compreendendo o fornecimento dos materiais, mão-de-obra, máquinas, equipamentos e ferramentas normais e especiais necessárias

DO PRAZO - O presente termo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução do contrato 199/PMF/2010 de 30/08/2011 para 29/09/2011 bem como a vigência do contrato para 28/12/2011.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

Data da Assinatura - 17 de agosto de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Decreto Nº. 70 de 19 de Agosto de 2011

DECRETO Nº. 70 DE 19 DE AGOSTO DE 2011

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES

VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 13, da Lei Municipal 1.601/2010;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento geral da Prefeitura Municipal de Forquilha, no montante de R\$ 56.660,00 (Cinquenta e seis mil reais e seiscentos e sessenta centavos), distribuídos nas seguintes contas:

Órgão 05 - Secretaria de Educação

2014 Manutenção do Ensino Fundamental/Departamento de Educação

59 - 3190 - Aplicações Diretas R\$ 23.000,00

Órgão 08 - Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo

2041 Manutenção da Secretaria de Esporte, Cultura e Turismo

119 - 3350 - Aplicações Diretas R\$ 13.660,00

2022 Manutenção da Seção de Esportes

137 - 3390 - Aplicações Diretas R\$ 18.000,00

Órgão 14 - Fundo Municipal Direito da Criança e Adolescência

2043 Manutenção do Fundo Municipal Direito da Criança e Adolescência

200 - 3190 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

TOTAL R\$ 56.000,00

Art. 2º - Para Atender ao montante do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º, serão utilizados como fonte de recursos, as anulações de valores de dotações orçamentárias, que relacionamos a seguir:

Órgão 05 - Secretaria de Educação

2014 Manutenção do Ensino Fundamental/Departamento de Educação

62 - 3390 - Aplicações Diretas R\$ 23.000,00

Órgão 08 - Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo

2041 Manutenção da Secretaria de Esporte, Cultura e Turismo

121 - 4490 - Aplicações Diretas R\$ 13.660,00

2022 Manutenção da Seção de Esportes

138 - 4490 - Aplicações Diretas R\$ 18.000,00

TOTAL R\$ 56.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 19 de agosto de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado em 19 de agosto de 2011.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº. 076, de 31 de Agosto de 2011.

DECRETO Nº. 076, DE 31 DE AGOSTO DE 2011.

REGULAMENTA A LEI Nº 494 DE 17 DE DEZEMBRO DE 1998, QUE DISPÕE SOBRE O IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISS, RELATIVO À COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, bem como pela Lei nº 494 de 17.12.1998,

DECRETA:

Art. 1º A base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS é o preço do serviço.

§ 1º Para os efeitos deste artigo, considera-se preço do serviço a importância bruta recebida dele proveniente, ou seja, tudo o que for cobrado em virtude da prestação do serviço, em dinheiro, bens, serviços ou direitos, seja na conta ou não, inclusive a título de reembolso, reajustamento ou dispêndio de qualquer natureza;

§ 2º O preço do serviço não admite quaisquer deduções, ainda que a título de sub-empitada, de serviço, frete, despesa ou imposto.

§ 3º O valor do imposto, quando cobrado em separado, integrará a base de cálculo.

§ 4º Os descontos ou abatimentos concedidos sob condição integram o preço do serviço.

§ 5º A prestação de serviço a crédito, sob qualquer modalidade, implica inclusão, na base de cálculo, dos ônus relativos à obtenção do financiamento, ainda que cobrados em separado.

§ 6º Nos serviços contratados em moeda estrangeira, o preço será o valor resultante da sua conversão em moeda nacional, ao câmbio do dia da ocorrência do fato gerador.

§ 7º Na falta de preço, será tomado como base de cálculo o valor cobrado dos usuários ou contratantes de serviços similares.

Art. 2º Quando se tratar de organização de viagens ou excursões, as agências poderão deduzir do preço contratado os valores relativos às passagens aéreas, terrestres e marítimas, bem como a hospedagem dos viajantes ou excursionistas.

Art. 3º - Nos serviços de propaganda e publicidade, a base de cálculo compreenderá:

I - o preço dos serviços próprios de concepção, redação, produção, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários e sua divulgação por qualquer meio;

II - o valor das comissões ou dos honorários relativos à veiculação em geral, realizada por ordem e conta do cliente;

III - o valor das comissões ou dos honorários cobrados sobre o preço dos serviços relacionados ao inciso I deste artigo, quando executados por terceiros, por ordem e conta do cliente;

IV - o valor das comissões ou dos honorários cobrados sobre a aquisição de bens ou contratação de serviços por ordem e conta do cliente;

V - o preço dos serviços próprios de pesquisa de mercado, promoção de vendas, relações públicas e outros ligados às suas atividades;

VI - o valor das comissões ou dos honorários cobrados sobre reembolsos de despesas decorrentes de pesquisas de mercado, promoção de vendas, relações públicas, viagens, estadas, representação e outros dispêndios feitos por ordem e conta do cliente.

Parágrafo único. A aquisição de bens e os serviços de terceiros serão individualizados e inequivocamente demonstrados ao cliente por ordem e conta de quem foram efetuadas despesas, mediante documentação hábil e idônea, sob pena de integrar-se à base de cálculo.

Art. 4º O Secretário Municipal da Fazenda normalizará, supletivamente, as situações omissas ou emergentes, relativas à composição da base de cálculo.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 31 de agosto de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 31 de agosto de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Decreto Nº. 078, de 31 de Agosto de 2011.

DECRETO Nº. 078, DE 31 DE AGOSTO DE 2011.

PRORROGA PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO CONCLUSIVO DA APURAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 51 da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, de conformidade com a Lei Municipal nº 487, de 02 de dezembro de 1998, de acordo com o que consta do Processo de Sindicância nº 001/2010 e,

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado em 60 (sessenta) dias o prazo para Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, designada pelo Decreto nº. 057, de 30 de julho de 2010, apresentar o Relatório Conclusivo da apuração Processo Administrativo Disciplinar.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 31 de agosto de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 31 de agosto de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Aviso de Licitação
AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Concorrência Pública do tipo menor preço Nº. 106/PMF/2011.

OBJETIVO: Contratação de empresa, para prestação de serviços de pavimentação, drenagem pluvial, sinalização viária, obras de arte correntes e serviços complementares a serem executados em diversas vias públicas urbanas municipais, conforme contrato de empréstimo nº. 2011016500, firmado entre o Município de Forquilha e a Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. - BADESC, de acordo com o Programa Badesco Cidades.

DATA DE ABERTURA: Dia 18 de outubro de 2011 às 14:00 horas.
EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelos telefones (**48) 3463 8121 ou fone/fax 3463 8123.

Forquilha, 14 de setembro de 2011.

REJANE MARIA LOCH
Presidente da Comissão de Licitações

Portaria Nº. 313, de 15 de Agosto de 2011.

PORTARIA Nº. 313, DE 15 DE AGOSTO DE 2011.

NOMEIA MURIEL ZANETTE PARA OCUPAR O CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DO DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO, NÍVEL DAS-2.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e

XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 1º, da Lei Municipal Nº. 005, de 09 de fevereiro de 1990, Lei Municipal Nº. 1.408, de 08 de dezembro de 2008, seus anexos,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado MURIEL ZANETTE para ocupar o cargo em Comissão de Chefe do Departamento de Planejamento, Nível DAS-2.

Art. 2º - O servidor supra nomeado terá o vínculo empregatício pelo regime estatutário estabelecido pela Lei nº 487/98, vinculado ao Regime Geral da Previdência Social, nos termos do art. 40, parágrafo 13 da Constituição Federal.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 15 de agosto de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 15 de agosto de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Portaria Nº. 314, de 16 de Agosto de 2011.

PORTARIA Nº. 314, DE 16 DE AGOSTO DE 2011.

EXONERA DO CARGO TEMPORÁRIO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL A SERVIDORA RITA DE CASSIA JQUES.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora RITA DE CASSIA JQUES do Cargo Temporário de Professor de Educação Infantil.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 16 de agosto de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 16 de agosto de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Portaria Nº. 315, de 16 de Agosto de 2011.

PORTARIA Nº. 315, DE 16 DE AGOSTO DE 2011.

NOMEIA EM CARÁTER TEMPORÁRIO CRISTIANE DEMO MEZZARI SAVIO PARA OCUPAR O CARGO DE AUXILIAR DE ENSINO DE

EDUCAÇÃO INFANTIL, NÍVEL 1, REFERÊNCIA "INICIAL" DO ANEXO XI.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 1º, da Lei Municipal 005, de 09 de fevereiro de 1990, Lei Municipal nº 751, de 20 de setembro de 2001 e Lei Municipal nº 487, de 02 de dezembro de 1998, Lei nº 875, de 06 de junho de 2002, Lei nº 876, de 06 de junho de 2002 e Lei nº 862, de 15 de maio de 2002.

CONSIDERANDO a necessidade de contratação temporária para substituir a servidora do quadro efetivo Marilsa Daniel da Rosa que está afastada para tratamento de saúde;

CONSIDERANDO que, no quadro permanente não tem servidor para ocupar a vaga, sendo que a contratação é de vital importância para a manutenção normal dos serviços públicos.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada, em caráter temporário, CRISTIANE DEMO MEZZARI SAVIO para ocupar o cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, com carga horária de 30 horas semanais, Nível 1, Referência "INICIAL" do Anexo XI.

Art. 2º - A servidora supra nomeada terá o vínculo empregatício regido pelo regime estatutário estabelecido pela Lei nº 862/02, vinculada ao Regime Geral da Previdência Social, nos termos do art. 40, parágrafo 13 da Constituição Federal, pois é contratação temporária.

Art. 3º - A vigência desta Portaria será pelo período em que a servidora do quadro efetivo estiver afastada para tratamento de saúde.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 16 de agosto de 2011.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 16 de agosto de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Portaria Nº. 316, de 17 de Agosto de 2011.

PORTARIA Nº. 316, DE 17 DE AGOSTO DE 2011.
EXONERA DO CARGO TEMPORÁRIO DE MOTORISTA DO SAMU O SERVIDOR GEDERSON DA SILVA FRANK.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor GEDERSON DA SILVA FRANK do Cargo Temporário de Motorista do SAMU.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento

despesas de pessoal.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 17 de agosto de 2011.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 17 de agosto de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Portaria Nº. 317, de 18 de Agosto de 2011.

PORTARIA Nº. 317, DE 18 DE AGOSTO DE 2011.
EXONERA DO CARGO TEMPORÁRIO DE AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS A SERVIDORA GIOMARA LUCIANE MACHADO.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora GIOMARA LUCIANE MACHADO do Cargo Temporário de Agente de Serviços Gerais.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 18 de agosto de 2011.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 18 de agosto de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Portaria Nº. 318, de 22 de Agosto de 2011.

PORTARIA Nº. 318, DE 22 DE AGOSTO DE 2011.
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL AO SERVIDOR CELSO HOBOLD.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o Parágrafo Primeiro do Art. 8º da Lei Municipal nº. 751, de 20 de outubro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida, ao servidor abaixo relacionado, progressão funcional horizontal, por antiguidade, conforme quadro abaixo:

Cód.	Nome	Função	Data da Progressão	Nível Progressivo
252	CELSO HOBOLD	TECNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO	07/08/2011	OAG-12

Art. 2º - O servidor referido no artigo 1º desta Portaria receberá o novo valor do salário mensal, de acordo com os anexos IV e VI da Lei Municipal nº. 751/01, devidamente corrigido pelos índices oficiais de reajustes do funcionalismo público municipal, desde a data da progressão.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de agosto de 2011.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 22 de agosto de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 22 de agosto de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Portaria Nº. 319, de 22 de Agosto de 2011.

PORTARIA Nº. 319, DE 22 DE AGOSTO DE 2011.

EXONERA, A PEDIDO, DO CARGO TEMPORÁRIO DE AUXILIAR DE ENSINO DE EDUCAÇÃO INFANTIL A SERVIDORA ROBERTA DA SILVA FEIJÓ FERNANDES.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990;

CONSIDERANDO que a servidora Roberta da Silva Feijó Fernandes apresentou pedido de exoneração do cargo temporário de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora ROBERTA DA SILVA FEIJÓ FERNANDES do Cargo Temporário de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 22 de agosto de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 22 de agosto de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Portaria Nº. 320, de 22 de Agosto de 2011.

PORTARIA Nº. 320, DE 22 DE AGOSTO DE 2011.

NOMEIA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ELOI MEDEIROS PARA OCUPAR O CARGO DE PEDREIRO, NÍVEL TSA- 8.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e

XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 1º, da Lei Municipal 005, de 09 de fevereiro de 1990, Lei Municipal nº. 751, de 20 de setembro de 2001, seus anexos e alterações posteriores, Lei Municipal nº. 487, de 02 de dezembro de 1998 e Lei nº. 862, de 15 de maio de 2002,

CONSIDERANDO a necessidade de contratação temporária para o cargo de Pedreiro;

CONSIDERANDO que não há lista de espera em Concurso Público para o cargo de Pedreiro;

CONSIDERANDO que, no quadro permanente não tem servidor para ocupar a vaga, sendo que a contratação é de vital importância para a manutenção normal dos serviços públicos.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado, temporariamente, ELOI MEDEIROS para ocupar o cargo de Pedreiro, Nível TSA-8.

Art. 2º - O servidor supra nomeado terá o vínculo empregatício pelo regime estatutário estabelecido pela Lei nº 862/02, vinculado ao Regime Geral da Previdência Social, nos termos do art. 40, parágrafo 13 da Constituição Federal, pois é contratação temporária.

Art. 3º - A vigência desta Portaria será até a realização de Concurso Público.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 22 de agosto de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 22 de agosto de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Portaria Nº. 321, de 22 de Agosto de 2011.

PORTARIA Nº. 321, DE 22 DE AGOSTO DE 2011.

NOMEIA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MARIA JOSÉ NANDI FLORENCIO PARA OCUPAR O CARGO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, NÍVEL 1, REFERÊNCIA "INICIAL" DO ANEXO IX.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 1º, da Lei Municipal 005, de 09 de fevereiro de 1990, Lei Municipal nº 751, de 20 de setembro de 2001, Lei nº 875, de 06 de junho de 2002, Lei nº 876, de 06 de junho de 2002 e Lei nº 862, de 15 de maio de 2002.

CONSIDERANDO que houve desdobramento de turma;

CONSIDERANDO que, no quadro permanente não tem servidor para ocupar a vaga, sendo que a contratação é de vital importância para a manutenção normal dos serviços públicos.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada, temporariamente, MARIA JOSÉ NANDI FLORENCIO para ocupar o cargo de Professor de Educação

Infantil, Nível 1, Referência "Inicial" do anexo IX da Lei Nº 875, de 06 de junho de 2002.

Art. 2º - A servidora supra nomeada terá o vínculo empregatício pelo regime estatutário estabelecido pela Lei nº 862/02, vinculada ao Regime Geral da Previdência Social, nos termos do art. 40, parágrafo 13 da Constituição Federal, pois é contratação temporária.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 22 de agosto de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 22 de agosto de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Fraiburgo

PREFEITURA

Extrato do Contrato CT11PMF202

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

REPUBLICAÇÃO DE EXTRATO DO CONTRATO Nº CT11PMF202

CONTRATADA: CONSTRULACER COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LACERDÓPOLIS LTDA. Objeto: Execução dos serviços de construção de instalações para cancha de laço e reforma de cerca no Parque da Maçã, bairro Liberata, neste município Valor Total: R\$ 65.088,27 (sessenta e cinco mil, oitenta e oito reais e vinte e sete centavos). Data: 09.08.2011. Vigência: 120 (cento e vinte) dias, tendo seu início a partir do dia 09 de agosto de 2011 e término no dia 09 de dezembro de 2011. Prazo de Execução: 90 (noventa) dias contados da ordem de serviço. PAL nº: 0132/2011-PMF. Tomada de Preços nº: 0018. Recursos: Próprios.

Fraiburgo(SC), 14 de setembro de 2011

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Anexo Decreto Nº 0273/2011 - Código 1



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0024 DE 24 DE AGOSTO DE 2011**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Educação Infantil** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **1** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Educação Infantil**

Critérios de Desempate

Disciplina: Educação Infantil

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º Especial. (Pós)	2º Cursos Atualiz.	3º Tempo Serviço	4º Núm. Filhos	5º Portador Defic.	6º Data Nascimento
1	36	JACINTA PEREIRA	12	6	5	1	0	NÃO	21/7/1983
2	22	NEIVA APARECIDA CAMPAGNARO XAVIER	10	4	4	2	2	NÃO	1/9/1959
3	43	KÁTIA FRANCIELLE FELTRIN	9	4	5	0	1	NÃO	26/3/1989
4	55	ROSENI DE FATIMA MARCONDES	7	0	5	2	2	NÃO	15/6/1975
5	38	JULIA KARINE MACHADO DOS SANTOS	6	0	5	1	2	NÃO	30/10/1979
6	8	RODRIGO DOS ANJOS MOTTA	6	0	5	1	0	NÃO	30/8/1979
7	10	MARLI APARECIDA DA ROSA	5	0	5	0	2	NÃO	2/7/1970
8	14	TATIANE GONÇALVES MATEUCCI	5	0	5	0	2	NÃO	5/11/1984
9	47	GERUSA ANDREA SCRAMOCIM ZAGO	5	0	5	0	1	NÃO	13/11/1979
10	7	MARCIA APARECIDA TIBES DOS SANTOS	5	0	5	0	1	NÃO	21/1/1981
11	4	DELYRIA BENTO DE ANDRADE	5	0	5	0	0	NÃO	17/4/1984
12	1	RUBIA FERNANDA RIBEIRO DA SILVA	5	0	5	0	0	NÃO	13/1/1990
13	19	TACIANA BOGO	5	0	5	0	0	NÃO	20/3/1990
14	40	ANGELA JULIANA PONTES DOS SANTOS	2	0	2	0	0	NÃO	19/3/1988
15	26	EDIANE MOLIM	2	0	2	0	0	NÃO	19/11/1989
16	53	DANIELA DE BAIRROS CERON	0	0	0	0	1	NÃO	25/1/1981

Anexo Decreto N° 0273/2011 - Código 10



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT N° 0024 DE 24 DE AGOSTO DE 2011**

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Educação Física** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **10** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Educação Física**

Critérios de Desempate

1^o

2º

3º

4º

5º

6º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Especial. (Pós)	Cursos Atualiz.	Tempo Serviço	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	58	ELAINE CAROLINE BOSCATTO	7	4	3	0	0	NÃO	21/1/1987

quarta-feira, 14 de setembro de 2011

Página 1 de 1

Anexo Decreto Nº 0273/2011 - Código 11

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0024 DE 24 DE AGOSTO DE 2011**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Educação Infantil** Quadro: **II - QUADRO ESPECIAL DE INSCRIÇÕES**

Código: **11** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Educação Infantil**

CrITÉRIOS de Desempate

Disciplina: Educação Infantil

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º Especial. (Pós)	2º Cursos Atualiz.	3º Tempo Serviço	4º Núm. Filhos	5º Portador Defic.	6º Data Nascimento
1	64	EDILVANA CRUZ DA SILVA	8	4	2	2	1	NÃO	14/4/1974
2	18	MARISA APARECIDA SCHISSI FERREIRA	5	0	5	0	2	NÃO	25/12/1972
3	61	MELANIA DE FATIMA SUTIL DE OLIVEIRA DE BAIROS	5	0	5	0	1	NÃO	3/2/1980
4	51	JOEDNA AOARECIDA DA SILVA	5	0	5	0	1	NÃO	5/10/1984
5	5	ADRIANA DANIELI DA SILVA VIERO	5	0	5	0	0	NÃO	8/9/1980
6	12	MARILZA BILIK	5	0	5	0	0	NÃO	23/5/1985
7	65	FABIANA TELLE	5	0	5	0	0	NÃO	21/2/1989
8	16	PATRICIA FAQUIN	5	0	5	0	0	NÃO	21/2/1991
9	67	IVONETE APARECIDA DOS SANTOS	3	0	3	0	1	NÃO	31/3/1984
10	69	DAIANE PIRES DA SILVA	2	0	2	0	0	NÃO	23/6/1989
11	29	NITA DOMINGUES DOS SANTOS	2	0	0	2	0	NÃO	17/5/1975
12	57	SIRLEI APARECIDA REITZ SANTOS	1	0	1	0	2	NÃO	28/6/1976
13	31	AGUIDA REGINA DRUN	1	0	1	0	2	NÃO	12/2/1979
14	45	ROSMARI DE SOUZA	1	0	1	0	1	NÃO	15/10/1968
15	34	MARLI GONÇALVES DE SOUZA	1	0	1	0	1	NÃO	26/10/1976
16	59	JUCÉLIA DAS GRAÇAS RIBEIRO	1	0	1	0	0	NÃO	28/7/1983
17	24	ANA CLAUDIA BECKER LAZZARI	0	0	0	0	3	NÃO	21/3/1981
18	33	ALESSANDRA MARIA DORNELLES	0	0	0	0	2	NÃO	18/4/1980

Anexo Decreto Nº 0273/2011 - Código 12

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0024 DE 24 DE AGOSTO DE 2011**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Anos Iniciais** Quadro: **II - QUADRO ESPECIAL DE INSCRIÇÕES**

Código: **12** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Anos Iniciais**

Critérios de Desempate

Disciplina:

Anos Iniciais

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º Especial. (Pós)	2º Cursos Atualiz.	3º Tempo Serviço	4º Núm. Filhos	5º Portador Defic.	6º Data Nascimento
1	42	ACIR RIBEIRO	8	0	4	4	2	NÃO	19/1/1955
2	62	MELANIA DE FATIMA SUTIL DE OLIVEIRA DE BAIROS	5	0	5	0	1	NÃO	3/2/1980
3	52	JOEDNA AOARECIDA DA SILVA	5	0	5	0	1	NÃO	5/10/1984
4	13	MARILZA BILIK	5	0	5	0	0	NÃO	23/5/1985
5	17	PATRICIA FAQUIN	5	0	5	0	0	NÃO	21/2/1991
6	68	IVONETE APARECIDA DOS SANTOS	3	0	3	0	1	NÃO	31/3/1984
7	70	DAIANE PIRES DA SILVA	2	0	2	0	0	NÃO	23/6/1989
8	30	NITA DOMINGUES DOS SANTOS	2	0	0	2	0	NÃO	17/5/1975
9	32	AGUIDA REGINA DRUN	1	0	1	0	2	NÃO	12/2/1979
10	46	ROSMARI DE SOUZA	1	0	1	0	1	NÃO	15/10/1968
11	35	MARLI GONÇALVES DE SOUZA	1	0	1	0	1	NÃO	26/10/1976
12	60	JUCÉLIA DAS GRAÇAS RIBEIRO	1	0	1	0	0	NÃO	28/7/1983
13	25	ANA CLAUDIA BECKER LAZZARI	0	0	0	0	3	NÃO	21/3/1981

Anexo Decreto Nº 0273/2011 - Código 18

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0024 DE 24 DE AGOSTO DE 2011**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo:	Artes	Quadro:	II - QUADRO ESPECIAL DE INSCRIÇÕES								
Código:	18	Área de Atuação:	Geral								
Disciplina:	Artes										
			Critérios de Desempate								
					1º	2º	3º	4º	5º	6º	
Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato			Soma de Pontos	Especial. (Pós)	Cursos Atualiz.	Tempo Serviço	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	72	RENALDO VELOSO			0	0	0	0	0	NÃO	27/5/1991

Anexo Decreto Nº 0273/2011 - Código 2

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0024 DE 24 DE AGOSTO DE 2011**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Anos Iniciais** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **2** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Anos Iniciais**

CrITÉrios de Desempate

Disciplina:

Anos Iniciais

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º Especial. (Pós)	2º Cursos Atualiz.	3º Tempo Serviço	4º Núm. Filhos	5º Portador Defic.	6º Data Nascimento
1	37	JACINTA PEREIRA	12	6	5	1	0	NÃO	21/7/1983
2	50	LUCIANE DA ROSA	11	4	5	2	1	NÃO	17/2/1986
3	23	NEIVA APARECIDA CAMPAGNARO XAVIER	10	4	4	2	2	NÃO	1/9/1959
4	44	KÁTIA FRANCIELLE FELTRIN	9	4	5	0	1	NÃO	26/3/1989
5	63	EDILVANA CRUZ DA SILVA	8	4	2	2	1	NÃO	14/4/1974
6	56	ROSENI DE FATIMA MARCONDES	7	0	5	2	2	NÃO	15/6/1975
7	39	JULIA KARINE MACHADO DOS SANTOS	6	0	5	1	2	NÃO	30/10/1979
8	9	RODRIGO DOS ANJOS MOTTA	6	0	5	1	0	NÃO	30/8/1979
9	11	MARLI APARECIDA DA ROSA	5	0	5	0	2	NÃO	2/7/1970
10	15	TATIANE GONÇALVES MATEUCCI	5	0	5	0	2	NÃO	5/11/1984
11	48	GERUSA ANDREA SCRAMOCIM ZAGO	5	0	5	0	1	NÃO	13/11/1979
12	6	MARCIA APARECIDA TIBES DOS SANTOS	5	0	5	0	1	NÃO	21/1/1981
13	3	DELYRIA BENTO DE ANDRADE	5	0	5	0	0	NÃO	17/4/1984
14	2	RUBIA FERNANDA RIBEIRO DA SILVA	5	0	5	0	0	NÃO	13/1/1990
15	20	TACIANA BOGO	5	0	5	0	0	NÃO	20/3/1990
16	41	ANGELA JULIANA PONTES DOS SANTOS	2	0	2	0	0	NÃO	19/3/1988
17	27	EDIANE MOLIM	2	0	2	0	0	NÃO	19/11/1989
18	54	DANIELA DE BAIRROS CERON	0	0	0	0	1	NÃO	25/1/1981

Anexo Decreto Nº 0273/2011 - Código 20

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0024 DE 24 DE AGOSTO DE 2011**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Educação Física** Quadro: **II - QUADRO ESPECIAL DE INSCRIÇÕES**

Código: **20** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Educação Física**

CrITÉRIOS de Desempate

Disciplina: Educação Física

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º	2º	3º	4º	5º	6º
				Especial. (Pós)	Cursos Atualiz.	Tempo Serviço	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	21	IBIANI CABRAL BORGES	5	0	5	0	0	NÃO	29/9/1987
2	71	JANAINA PITT	4	0	4	0	0	NÃO	9/6/1990
3	66	ADRIANO FRANCO DE CAMARGO	0	0	0	0	1	NÃO	28/7/1976
4	49	ALEXSANDRO RIBEIRO DAS ALMAS	0	0	0	0	0	NÃO	17/10/1989
5	74	JULIANA DANIELLI	0	0	0	0	0	NÃO	27/8/1992

Anexo Decreto Nº 0273/2011 - Código 5

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0024 DE 24 DE AGOSTO DE 2011**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **História** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**
Código: **5** Área de Atuação: **Geral**
Disciplina: **História**

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	<i>CrITÉRIOS de Desempate</i>					
				1º	2º	3º	4º	5º	6º
				Especial. (Pós)	Cursos Atualiz.	Tempo Serviço	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	73	MARCONDES BIALESKI	0	0	0	0	0	NÃO	19/2/1976

Anexo Decreto Nº 0273/2011 - Código 6

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0024 DE 24 DE AGOSTO DE 2011**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Geografia** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **6** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Geografia**

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º	2º	3º	4º	5º	6º
				Especial. (Pós)	Cursos Atualiz.	Tempo Serviço	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	28	NITA DOMINGUES DOS SANTOS	2	0	0	2	0	NÃO	17/5/1975

Decreto Nº 0273/2011

DECRETO Nº 0273, DE 14 DE SETEMBRO DE 2011.

HOMOLOGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0024 DE 24 DE AGOSTO DE 2011.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologada a classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0024, de 24 de agosto de 2011, conforme listas anexas.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Fraiburgo, SC, 14 de Setembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Aviso do Pregão Presencial Nº 0115/2011-PMF-RP0054

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0115/2011 - PMF

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0054/2011

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados, de uniformes, para uso dos servidores do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (SANEFRAI, FME e FMS), durante os meses de outubro de 2011 a janeiro de 2012. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 09:15 horas do dia 03/10/2011. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 13 de setembro de 2011.

Nelmar Pinz - Prefeito Municipal

Notificação de Recebimento de Recursos Federais

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS

O Município de Fraiburgo-SC, nos termos da Lei Federal nº 9452 de 20/03/1997, notifica os partidos políticos, sindicatos e entidades empresariais a liberação de crédito na data de 12/09/2011 no valor de R\$ 25.330,50 (vinte e cinco mil, trezentos e trinta reais e cinquenta centavos), vinculado ao contrato de Convênio Nº 0259131/2008, assinado em 15/12/2009, objetivando a "Ampliação e Reformulação da Praça do Colono".

Secretaria de Finanças

Portaria Nº 1786/2011

PORTARIA Nº 1.786 DE 14 DE SETEMBRO DE 2011.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, a pedido, o contrato de ADRIANA RODRIGUES DA VEIGA MOTTER, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº. 052.350.529-94, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ANOS INICIAIS, por 20 horas semanais, a partir de 08 de setembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de setembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1787/2011

PORTARIA Nº 1.787 DE 14 DE SETEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº. 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº. 0022 de 05 de novembro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, ADRIANA RODRIGUES DA VEIGA MOTTER, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº. 052.350.529-94, na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 15 de setembro de 2011 até 16 de dezembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de setembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1788/2011

PORTARIA Nº 1.788, DE 14 DE SETEMBRO DE 2011.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a pedido, a servidora CARLA REGINA PEREIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 047.081.819-06, nomeada no cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, por 40 horas semanais, em 02 de setembro de 2011.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de setembro de 2011.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1789/2011

PORTARIA N.º 1.789 DE 14 DE SETEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 023 de 11 de novembro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando que está substituindo a servidora BELONIDA APARECIDA DE JESUS LINS, que se encontra afastada em Auxílio Doença;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARIVONE MORAIS BAIRO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 020.192.379-38, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de outubro de 2011 até 01 de dezembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de setembro de 2011.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1790/2011

PORTARIA N.º 1.790 DE 14 DE SETEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0017 de 03 de junho de 2011 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - ARTES, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando que está substituindo a servidora MIRIAN CARLA CRUZ, que se encontra afastada em Auxílio Doença;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, JANICE LOPES KOHAUT DA SILVA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 075.226.169-05, na função de PROFESSOR - ARTES, com carga horária de 14 horas semanais, no período de 15 de setembro de

2011 até 01 de novembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de setembro de 2011.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Garopaba

PREFEITURA

Extrato de Ata de Registro de Preço Nº 62.2011 PMG /FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

AVISO DE EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 62.2011 PMG

Ata nº. 62/2011; Processo nº. 166/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: ANCS INFORMATICA LTDA EPP; MARCELO GALVAN SEBASTIÃO -ME; SUPER LIDER ALIMENTOS LTDA. Objeto: AQUISIÇÃO DE ELETRODOMESTICOS PARA EQUIPAR A UNIDADE DE SAÚDE E POLICIA MILITAR. Valor: 4838,99; Data da Assinatura da Ata: 23/08/2011.

AVISO DE EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 62.2011 FMS

Ata nº. 62/2011; Processo nº. 166/2011; Contratante: Fundo Municipal de Saúde; Contratada: ANCS INFORMATICA LTDA EPP; Objeto: AQUISIÇÃO DE ELETRODOMESTICOS PARA EQUIPAR A UNIDADE DE SAÚDE E POLICIA MILITAR. Valor: 1843,00; Data da Assinatura da Ata: 23/08/2011.

Decreto N.º 128/2011

DECRETO N.º 128, DE 12 DE SETEMBRO DE 2011.

DEFINE AUDIÊNCIA PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal n.º 717/ 2001,

DECRETA:

Art. 1º. Fica definida a realização de Audiência Pública com o objetivo de demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais referentes à competência do 1º quadrimestre de 2011, junto a Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara, Vereadores e representantes da sociedade.

Art. 2º. Será realizada a Audiência no dia 28 de Setembro de 2011, às 09:00 horas, na Câmara Municipal de Vereadores.

Art. 3º. A Audiência será coordenada pelo Senhor: Ronye Paes, Secretário Municipal de Fazenda, juntamente com representantes da Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara Municipal de Vereadores de Garopaba.

Art. 4º. A Audiência será aberta a qualquer munícipe interessado.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 12 de Setembro de 2011.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 15/09/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA CRISTINA A. VIEIRA
Secretária Municipal de Administração

COMUNICADO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, em cumprimento ao disposto no artigo 9º, § 4º c/c artigo 63 da Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei Municipal n.º 717/2001, COMUNICA a realização, e CONVIDA os representantes das entidades civis organizadas de Garopaba a comparecerem a AUDIÊNCIA PÚBLICA, no dia 28/09/2011, às 09:00 horas, na Câmara Municipal de Vereadores, à Rua Professor Antonio José Botelho, n.º 113, Centro, com o objetivo de demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais referentes à competência do 2º quadrimestre de 2011, junto a Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara, Vereadores e representantes da sociedade.

Garopaba, 12 de Setembro de 2011.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Decreto Nº. 129/2011

DECRETO Nº. 129, DE 14 DE SETEMBRO DE 2011.
DISCIPLINA O EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 007/2011.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Garopaba, e considerando o artigo 37, IX, da Constituição Federal, e

Considerando o déficit no quadro de pessoal, bem como ausência de Cadastro de Reserva para reposição do quadro;

Considerando que as atividades da Secretaria Municipal de Saúde são consideradas serviços públicos indispensáveis, que exigem pessoal qualificado para seu pleno funcionamento.

Considerando a necessidade de atender o aumento de demanda por serviços públicos, devido a excesso de contingente populacional, ocasionado durante a temporada de verão;

Considerando, o projeto do Município de Garopaba, de atendimento de atendimento 24 (vinte e quatro horas).

Considerando que o Município está trabalhando na reorganização de seus setores e no planejamento para realização de concurso público para suprir todas as vagas necessárias ao atendimento da população.

DECRETA:

Art. 1º. Este Decreto disciplina o EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 007/2011, que objetiva a contratação por tempo determinado de servidores, para atuarem na Administração Municipal.

Art. 2º. As dotações orçamentárias, específicas para o atendimento das despesas de pessoal, decorrentes das contratações serão

as previstas no Orçamento vigente.

Art. 3º. Os requisitos para a contratação são os previstos no Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais e demais legislação pertinente.

Art. 4º. O registro do contrato e o regime previdenciário obedecerão ao previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Garopaba.

Art. 5º. A Comissão de avaliação será formada por 03 (três) servidores municipais, designados por Ato do Poder Executivo Municipal.

Art. 6º. Após o resultado final do Processo Seletivo Simplificado, a Comissão encaminhará ao Chefe do Poder Executivo todos os atos inerentes ao referido Processo Seletivo Simplificado para conhecimento, apreciação e posterior homologação.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de Setembro de 2011.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 15/09/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA CRISTINA A. VIEIRA
Secretária Municipal de Administração

Aviso de Licitação LL001/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
AVISO DE LICITAÇÃO
LEILÃO Nº. 01/2011

O Município de Garopaba, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 82.836.057/0001-90, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Luiz Carlos Luiz, torna público para conhecimento dos interessados, que às 15h00min do dia 30/09/2011, na Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, realizará licitação, na modalidade LEILÃO, do tipo MAIOR LANCE OU OFERTA POR ITEM, objetivando a venda de bens móveis declarados inservíveis para a Administração Municipal.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no site www.garopaba.sc.gov.br e no endereço acima especificado, no horário das 13h30min às 18h00min.

Garopaba, 12 de setembro de 2011.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação PR97/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 97/2011

O Município de Garopaba torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, para REGISTRO DE PREÇO do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, em conformidade com a Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, objetivando a aquisição de equipamentos para atender o Serviço de Nutrição do NASF. Os documentos

referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 - "PROPOSTA" e nº. 2 - "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser protocolados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, até às 16h25min do dia 28/09/2011.

A sessão se dará a partir das 16h30min do dia 28/09/2011, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados no site www.garopaba.sc.gov.br.

Garopaba, 12 de setembro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Aviso Inexigibilidade de Licitação IL 20/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

AVISO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Garopaba, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, de acordo com o artigo 25 da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, contratou por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Processo nº. 181/2011; IL nº. 20/2011; Contratada: ICOMCEL Comércio e Representação Ltda., CNPJ: 05.738.565/0004-37; Objeto: Aquisição de emulsão asfáltica formulada com óleo de xisto, para tratamento superficial betuminoso (TSB); Valor: R\$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais); Data da Assinatura: 09/09/2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Edital de Processo Seletivo Simplificado N.º 0007/2011

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 0007/2011

Considerando o déficit no quadro de pessoal, bem como ausência de Cadastro de Reserva para reposição do quadro;

Considerando que as atividades da Secretaria Municipal de Saúde são consideradas serviços públicos indispensáveis, que exigem pessoal qualificado para seu pleno funcionamento.

Considerando a necessidade de atender o aumento de demanda por serviços públicos, devido a excesso de contingente populacional, ocasionado durante a temporada de verão;

Considerando, o projeto do Município de Garopaba, de atendimento de atendimento 24 (vinte e quatro horas).

Considerando que o Município está trabalhando na reorganização de seus setores e no planejamento para realização de concurso público para suprir todas as vagas necessárias ao atendimento da população.

O Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições, com base no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Garopaba e considerando o artigo 37, IX, da Constituição Federal, TORNA PÚBLICO que estão abertas as inscrições do Processo Seletivo Simplificado de contratação de pessoal, por prazo determinado, para reposição de vagas e para formação de Cadastro de Reserva - CR, para atuar na Secretaria Municipal de Saúde de Garopaba/SC.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelo presente Edital, coordenado por Comissão do Processo Seletivo, designada pelo Secretário Municipal de Saúde e nomeada pelo Prefeito Municipal.

1.2. A seleção dos candidatos será publicada no Diário Oficial dos Municípios, DOM/SC, www.diariomunicipal.sc.gov.br, e consistirá no somatório de pontos da entrevista, contagem de títulos e da experiência comprovada.

1.3. O Processo Seletivo Simplificado destina-se à seleção de profissionais para contratação em caráter especial e para formação de Cadastro de Reserva - CR, em contrato temporário pelo período de até 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

1.4. O Cadastro de Reserva destina-se a reposição de pessoal para suprir eventual déficit de pessoal no quadro, no caso de férias dos servidores e eventual afastamento por licença saúde e licença maternidade.

1.5. O período do contrato temporário destinado a reposição de pessoal e poderá ser reduzido em virtude do interesse público.

1.6. O chamamento dos candidatos obedecerá à ordem decrescente de classificação.

1.7. No caso da desistência do profissional convocado o mesmo passará ao final da lista de aprovados, mediante pedido expresso.

1.8. O contrato por prazo determinado extinguir-se-á:

I. pelo término do prazo contratual;

II. por iniciativa do contratado;

III. por conveniência e oportunidade do serviço público.

2. DA INSCRIÇÃO

2.1 As inscrições serão recebidas de 15 de setembro de 2011 a 29 de setembro de 2011, das 14h às 18h, na Secretaria Municipal de Saúde de Garopaba, situada na Rua Antonio José Botelho- Prédio do ESF, Centro, em Garopaba/SC, fone: (48) 3354-1036, devendo o servidor responsável, proceder ao devido protocolo e autuação.

2.2 No ato da inscrição o candidato deverá informar dados pessoais e apresentar originais e fornecer cópias dos documentos a seguir:

- Carteira de Identidade;

- CPF;

- Diploma, de formação em Medicina, devidamente registrado no MEC;

- Curriculum vitae documentado com todas as folhas rubricadas;

- Registro no órgão de classe do Estado de Santa Catarina;

- Comprovante de Residência;

- Comprovante de tempo mínimo de exercício profissional 2 (dois) anos; experiência comprovada em Serviços de Atendimentos de Emergência.

2.3. ATENÇÃO: O candidato, por ocasião da INSCRIÇÃO, deverá comprovar todos os requisitos acima elencados, bem como indicar qual o cargo a que pretende concorrer. A não apresentação dos comprovantes exigidos tornará sem efeito a respectiva inscrição, inviabilizando a avaliação do curriculum vitae apresentado pelo candidato.

3. DAS VAGAS

3.1 Será realizado Cadastro de Reserva - CR para suprir eventual déficit de servidores no quadro, no caso de férias do quadro atual e afastamento por Licença Saúde e Licença Maternidade:

Função	Nº. Vagas	Carga Horária Semanal	Remuneração R\$
Médico Emergencista	02 + CR	30 h	6.895,20

4. DO PROCESSO SELETIVO

4.1 O processo seletivo dar-se-á mediante somatório de pontos da entrevista, contagem de títulos e da experiência comprovada, os quais deverão constar do curriculum vitae de forma detalhada com a identificação dos títulos e especialmente do conteúdo e da carga horária dos cursos de aperfeiçoamento.

4.2 Para contagem de títulos na área de atuação serão considerados válidos os cursos, seminários, jornadas, treinamentos, oficinas, workshops, simpósios, congressos, voltados para Estratégia da Família, e com data de emissão do comprovante dentro dos últimos 5 (cinco) anos, contados da abertura das inscrições, conforme descritos no Anexo II, devendo os candidatos apresentarem os documentos comprobatórios a estes.

4.3 Entende-se como documentos comprobatórios os certificados, declarações ou atestados, em papel com timbre da entidade promotora, devendo ser expedidos pela mesma. Não serão pontuados documentos sem timbre da entidade promotora.

4.4 O tempo de experiência profissional poderá ser comprovado através de fotocópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS e/ou Certidão de Tempo de Serviço emitida por Entidade Pública, e declaração, em papel com timbre, da instituição hospitalar e/ou empresa em que atuou.

4.5 A Entrevista consistirá na aplicação de entrevista estruturada, visando identificar a postura profissional, o grau de conhecimento e as perspectivas do candidato.

4.6 A aplicação e avaliação da entrevista serão realizadas por banca de três profissionais com experiência na área, na sede da Secretaria Municipal de Saúde, situada Rua Antonio José Botelho - Prédio do ESF, A Centro, em Garopaba/SC, fone: (48) 3354-1036, data, horário e local a ser divulgada pela Secretaria Municipal de Saúde no DOM/SC, www.diariomunicipal.sc.gov.br, após finalizadas as inscrições.

5. CLASSIFICAÇÃO

5.1 A classificação final dos candidatos consistirá no somatório de pontos da entrevista, da contagem de títulos e da experiência comprovada.

5.2 Serão classificados os candidatos que obtiverem nota igual ou superior à 1,0 (um) ponto, não podendo zerar na entrevista.

5.3 Os candidatos classificados serão chamados obedecendo à ordem decrescente de pontos, conforme conveniência e interesse público.

5.4 Na classificação final, entre candidatos com igual número de pontuação, serão fatores de desempate:

- maior tempo de serviço público vinculado à Saúde;
- maior idade;
- maior número de filhos menores de 14 anos.

6. DA CONTRATAÇÃO

6.1. A contratação e o exercício da função dependerão da comprovação dos seguintes requisitos básicos (documentos originais e cópias):

- Classificação no processo seletivo simplificado;
- Idade mínima de 18 (dezoito) anos completados até a data da contratação;
- Cédula de Identidade;
- Cartão de inscrição no CPF;
- Título de Eleitor, com comprovante de votação na última eleição;
- Certificados de quitação das obrigações relativas ao serviço militar ;
- Carteira de Trabalho;
- Prova de inscrição no PIS/PASEP;
- Certidão de casamento, se for casado (a); ou de nascimento;
- Certidões de nascimento dos filhos, se os tiver;
- Comprovante de Escolaridade e/ou Formação Profissional, devidamente registrado no MEC;
- Carteira Nacional de Habilitação, Categoria "D", na validade (para Motorista);

- Registro na Entidade de Classe de Santa Catarina e Certidão de Regularidade (para Técnico de Enfermagem e Médico);
- Comprovante de residência;
- Folha de antecedentes judiciais (cível e criminal, expedidas pelos cartórios das Varas Cíveis e Criminais ou do Foro da Comarca em que teve residência nos últimos 5 (cinco) anos;
- Uma foto 3X4, de frente e recente;
- Declaração de acumulação ou não de cargos e de proventos de inatividade ;
- Declaração de bens;

7. DOS RECURSOS

7.1. Os recursos poderão ser interpostos em até 48h (quarenta e oito horas), a contar da divulgação por edital das homologações das inscrições e do resultado final.

7.2. Os mesmos deverão ser protocolados junto à Prefeitura Municipal de Garopaba, no setor de Protocolo, no referido prazo, devendo conter os seguintes elementos:

- a) Nº do Processo Seletivo;
- b) Cargo a que concorre;
- c) Sucinta exposição dos motivos, critérios adotados, certificados ou títulos que deveriam ser atribuídos maior grau ou número de pontos;
- d) Razões do pedido, bem como o objeto pleiteado (revisão e/ou nova classificação).

7.3. Serão desconsiderados os recursos interpostos fora do prazo, ou em desacordo com este Edital.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. As habilitações necessárias ao exercício das funções objeto deste processo seletivo simplificado são as constantes no Anexo I.

8.2. A homologação das inscrições e do resultado será publicada no www.diariomunicipal.sc.gov.br.

8.3. Os candidatos serão contratados em regime administrativo, ficando vinculado ao Regime Geral da Previdência Social;

8.4. Os casos omissos deste edital e as decisões que se fizerem necessárias serão resolvidas pela Comissão do Processo Seletivo Simplificado.

8.5. Fica eleito o Foro da Comarca de Garopaba para dirimir questões oriundas do presente processo seletivos.

8.6. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Garopaba (SC), 14 de setembro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

ANEXO I

FUNÇÃO	ATRIBUIÇÕES	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
--------	-------------	--------------------------

Médico Emergencista	Realizar avaliação de todos os pacientes encaminhados para atendimento médico, atender os pacientes clínicos e vítimas de trauma no setor de emergência, priorizar o atendimento em função da gravidade/risco, estabilizar e encaminhar os pacientes para outras especialidades, prestar atendimento quando solicitado por outras especialidades diante de situações avaliadas como emergência, ser responsável pelo acompanhamento e prescrição dos pacientes adultos deixados em observação pela equipe, atender, avaliar, encaminhar e/ou liberar pacientes, prestar informações a familiares quando pertinente, responsabilizar-se pela transferência de pacientes, procedendo ao contato com o médico receptor e relatório de transferência, participar da coleta de dados que orientem a gestão assistencial (escores, indicadores de qualidade e complexidade), conhecer e cumprir as normas constantes do Estatuto dos Funcionários do Município de Garopaba, e outras tarefas afins e correlatas.	Portador do diploma de médico, com registro no Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina; tempo mínimo de exercício profissional comprovado de 2 (dois) anos; experiência comprovada em Serviços de Atendimento de Emergência
---------------------	--	---

ANEXO II

FUNÇÕES DE NÍVEL SUPERIOR

Avaliação	Pontuação	Valor Máximo
Experiência no exercício de atividades inerentes a função	0,5 ponto (por ano)	3 pontos
Curso de Especialização	0,5 ponto	0,5 ponto
Curso de Residência Médica	0,5 ponto	0,5 ponto
Curso de Mestrado	1 ponto	1 ponto
Especialização em Urgência e Emergência, Pronto Socorro ou CTI.	2 pontos	2 pontos
Entrevista	3 pontos	3 pontos
Pontuação Máxima		10 pontos

OBS 1: Somente serão considerados válidos os cursos, seminários, jornadas, treinamentos, oficinas, workshops, simpósios, congressos, desde que relacionados diretamente com CARGO PRETENDIDO e com data de emissão do comprovante dentro dos últimos 5 (cinco) anos, contados da abertura das inscrições.

OBS 2: O tempo de serviço poderá ser comprovado, através de fotocópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS e/ou Certidão de Tempo de Serviço emitida por Entidade Pública e declaração, em papel com timbre, da instituição hospitalar, informando o tempo de serviço prestado naquela instituição, pelo responsável pelo setor de recursos humanos.

ANEXO III

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

PREFEITURA DE GAROPABA

PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO

EDITAL 0007/2011

Formulário de inscrição nº _____

Cargo: MÉDICO EMERGENCISTA

Nome: _____

Endereço: _____

Telefone para contato: _____

Doc. de Identidade nº: _____ CPF nº: _____

Documentos necessários para a inscrição, ORIGINAL E CÓPIA:

- Carteira de Identidade;
- CPF;
- Diploma, de formação em Medicina, devidamente registrado no MEC;
- Curriculum vitae documentado com todas as folhas rubricadas;
- Registro no órgão de classe do Estado de Santa Catarina;
- Comprovante de Residência;
- Comprovante de tempo mínimo de exercício profissional 2 (dois) anos; experiência comprovada em Serviços de Atendimento de Emergência.

Garopaba - SC, ____/____/2011

Assinatura do Candidato

Assinatura do (a) responsável pela inscrição

Gaspar

PREFEITURA

Aviso da Tomada de Preços Nº 136/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Aviso da Tomada de Preços nº 136/2011

O OBJETO é a construção de mirante e recuperação ambiental de terreno público, às margens do Rio Itajaí-Açú. A ENTREGA dos envelopes contendo os documentos de Habilitação e a Proposta Comercial deverá ocorrer até às 14h do dia 30/09/2011 no Depto. de Compras do Paço Municipal sito a Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435 Centro, Gaspar/SC. A ABERTURA do certame será dia 30/09/2011 às 14h30min no local anteriormente citado. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital no Depto. de Compras do Paço Municipal, ou através do site www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 14 de setembro de 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

SAMAE

Extrato de Aditivo de Contrato Nº 35/2009 - SAMAE
 SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

- CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2011

Número do contrato: 35/2009 - Número do Aditivo: 2 (Reajuste)

Data vigência: 12/09/2011

Data vencimento: 18/08/2014

Contratante/Cessionário: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratados/Cedentes: ELISEU KRAUSE E RENATA MARIA SCHMITT KRAUSE - CPF dos contratados: 226.426.509-44 e



021.823.829-09.

Objeto: Cessão onerosa de direito real de uso de áreas de propriedade de ELIZEU KRAUSE e RENATA MARIA SCHMITT KRAUSE, situadas na Rua: Nova Biguaçu - Belchior Alto, Gaspar/SC, utilizadas para a alocação da estrutura de um poço tubular artesiano, rede de distribuição e acesso de passagem, destinado ao abastecimento público de água potável à comunidade do Bairro Belchior.

Novo valor mensal: R\$ 521,20 (quinhentos e vinte e um reais e vinte centavos).

Valor acrescido: R\$ 1.256,15 (um mil, duzentos e cinquenta e seis reais e quinze centavos).

Gaspar (SC), em 13 de setembro de 2011.

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor Presidente

CÂMARA MUNICIPAL

CONVITE

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

C O N V I T E

A Câmara de Vereadores de Gaspar tem a grata satisfação de convidar a comunidade a participar de Audiência Pública pertinente demonstração e avaliação do cumprimento das Metas Fiscais do 2º Quadrimestre de 2011 pelo Município de Gaspar.

DATA: 27/9/2011.

HORÁRIO: 16h.

LOCAL: Plenário da Câmara de Vereadores de Gaspar.

Avenida das Comunidades, nº. 133, Centro.

Prédio do GASCIC.

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

Extrato do Contrato Nº. 118/2011

MUNICÍPIO DE GOV. CELSO RAMOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 118/2011.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gov. Celso Ramos.

CONTRATADO: SANEAMENTO PRE-MOLDADOS IND. E COM. LTDA

EPP. OBJETO: Aquisição de 7.500 m² de lajota sextavada 25 x 25 x 08 e 2.700 meio-fio 100 x 30 x 12, entregues em todo o município nos locais das obras, conforme edital. PRAZO: da assinatura do contrato até 27/02/2012. VALOR: R\$ 217.650,00 (duzentos e dezessete mil seiscentos e cinquenta reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos.

Governador Celso Ramos, 01 de setembro de 2011.

ANÍSIO ANATÓLIO SOARES

Prefeito Municipal.

CANCELAMENTO Processo Seletivo

EDITAL DE CANCELAMENTO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 05/2011.

O Prefeito Municipal DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, no uso de suas atribuições legais, considerando a necessidade de reestruturação administrativa, torna público o cancelamento do Processo Seletivo Simplificado 05/2011.

Para a devolução dos documentos entregues os candidatos deverão comparecer pessoalmente a Secretaria Municipal de Saúde de Governador Celso Ramos entre os dias 20 e 23/09/2011 das 13:00 as 19:00 horas com algum documento de identificação.

Guaramirim

PREFEITURA

Extrato alteração de edital cultura 04/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

FUNDAÇÃO CULTURAL DE GUARAMIRIM

AVISO DE ALTERAÇÃO

LICITAÇÃO

Onde lê-se:

Edital: Pregão Presencial - Registro de Preço- 04/2011

Se lê:

Edital: Pregão Presencial - 04/2011

Tipo : Menor Preço - Por Item

Objeto : AQUISIÇÃO DE ELETRONICOS E ELETRODOMÉSTICOS PARA A FUNDAÇÃO CULTURAL DE GUARAMIRIM

NOVA DATA DE ABERTURA

Entrega dos Envelopes: 29/09/2011 às 14:00h

Abertura dos Envelopes: 29/09/2011 às 14:15h

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, ou pelo fone (47) 3373-0247

Guaramirim (SC), 14 de Setembro de 2011.

NILSON BYLAARDT

Prefeito Municipal

Extrato alteração de edital cultura 06/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

FUNDAÇÃO CULTURAL

AVISO DE ALTERAÇÃO

LICITAÇÃO

Onde lê-se

Edital: Pregão Presencial - Registro de Preço - 06/2011

Se lê:

Edital: Pregao Presencial - 06/2011

Tipo : Menor Preço - por itens

Objeto : AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PARA A FUNDAÇÃO CULTURAL DE GUARAMIRIM

NOVA DATA DE ABERTURA

Entrega dos Envelopes: 28/09/2011 as 14:00 horas.

Abertura dos Envelopes: 28/09/2011 as 14:15 horas.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h,

fone (47) 3373-0247, ou ainda, através do site: www.guaramirim.sc.gov.br.

Guaramirim, 14 de setembro de 2011.

NILSON BYLAARDT

Prefeito Municipal

Extrato alteração edital cultura 05/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

FUNDAÇÃO CULTURAL DE GUARAMIRIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Onde lê-se:

Edital: Pregão Presencial - Registro de Preço - 05/2011.

Se lê:

Edital: Pregão Presencial - 05/2011.

Tipo : Menor Preço - por item

Objeto : AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PLANEJADOS PARA FUNDAÇÃO CULTURAL DE GUARAMIRIM

NOVA DATA DE ABERTURA

Entrega dos Envelopes: 29/09/2011 as 09:00 horas.

Abertura dos Envelopes: 29/09/2011 as 09:15 horas.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, fone (47) 3373-0247, ou ainda, através do site: www.guaramirim.sc.gov.br.

Guaramirim, 14 de setembro de 2011.

NILSON BYLAARDT

Prefeito Municipal

Extrato edital alteração cultura 07/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

FUNDAÇÃO CULTURAL DE GUARAMIRIM

AVISO DE ALTERAÇÃO

LICITAÇÃO

Onde lê-se

Edital: de Pregão Presencial - Registro de Preço - 07/2011

Se lê

Edital: Pregão Presencial - 7/2011

Tipo : Menor Preço - por Lote

Objeto : AQUISIÇÃO DE ESTANTES , ACRÍLICOS E ACESSÓRIOS PARA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

NOVA DATA DE ABERTURA

Entrega dos Envelopes: 28/09/2011 as 09:00 horas.

Abertura dos Envelopes: 28/09/2011 as 09:15 horas.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, fone (47) 3373-0247, ou ainda, através do site: www.guaramirim.sc.gov.br.

Guaramirim, 14 de setembro de 2011.

NILSON BYLAARDT

Prefeito Municipal

Herval do Oeste

PREFEITURA

Decreto Nº 2.947/2011.

DECRETO Nº 2.947/2011.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AUTORIZADO PELA LEI MUNICIPAL Nº 2.837 DE 30/12/10 (LOA) AO ORÇAMENTO VIGENTE DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA - SC."

O Prefeito do Município de Herval d' Oeste-SC, no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao orçamento vigente, crédito adicional suplementar na importância de R\$ 141.145,86 (cento e quarenta e um mil, cento e quarenta e cinco reais e oitenta e seis centavos) por conta da anulação parcial de dotação orçamentária dos recursos próprios do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D' Oeste e Luzerna, na forma do disposto no Art. 43, Parágrafo 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64, destinado a suplementar as dotações abaixo descritas:

17.122.0029.2.060 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - SIMAE

3.3.90.00.00.00.00.0.1.0200.0 Outras Desp. Correntes - Aplic. Diretas R\$ 90.000,00

17.512.0029.2.061 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ÁGUA - URBANO

3.3.90.00.00.00.00.0.1.0200.0 Outras Desp. Correntes - Aplic. Diretas R\$ 50.000,00

4.4.90.00.00.00.00.0.1.0200.0 Investimentos - Aplic. Diretas R\$ 1.145,86

Art. 2º O crédito aberto no art. 1º deste Decreto, será coberto com as anulações das dotações abaixo descritas:

28.843.0026.0.002 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA - SIMAE

3.3.91.00.00.00.00.0.1.0200.0 Outras Desp Correntes - Aplic. Diretas Dec Op Intra R\$ 90.121,20

17.122.0029.2.060 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - SIMAE

3.3.50.00.00.00.00.0.1.0200.0 Transf A Instituições Privadas sem Fins Lucrativos - Aplic. Diretas R\$ 446,92

3.3.91.00.00.00.00.0.1.0200.0 Outras Desp Correntes - Aplic. Diretas Dec Op Intra R\$ 577,74

17.512.0029.2.061 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ÁGUA - URBANO

3.1.90.00.00.00.00.0.1.0200.0 Outras Desp. Correntes - Aplic. Diretas R\$ 50.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Herval d' Oeste- SC, em 12 de setembro de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 878/2011

PORTARIA Nº 878/2011

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe faculta a Legislação Pertinente, e tendo em vista o que consta no processo de Aposentadoria,

RESOLVE,

Transformar o Benefício de Aposentadoria por Invalidez Permanente Decorrente de Doença Comum, não especificada em Lei, concedido através das Portarias nº 781/2005 e 785/2009, fundamentado no art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº. 41/2003, ao Servidor Inativo Orides Galvão Pereira, matrícula de aposentado sob o nº 2096, em Pensão por Morte aos Dependentes, sem paridade, às Senhoras Maximilia Alves Pereira e Marina Lima Pereira, dependentes legais na forma da Lei, com fulcro no artigo 40, § 7º, inciso I, da Constituição Federal, com redação dada pela EC nº. 41/2003 e nos arts. 46, 47, 48, 51 e 52 da Lei Complementar nº 179/2005; equivalente ao rateio de 50% (cinquenta por cento) do valor do último provento percebido em vida para cada beneficiária, a partir da data do óbito ocorrido em 03.05.2006.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste (SC), em 13 de setembro de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito

Portaria Nº 879/2011

PORTARIA Nº 879/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, à Servidora FABIANA CORBARI DE VARGAS (Matr. 1689), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde do Nível - 8, Referência "B", para o Nível 8, Referência "C", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, a contar do mês de Janeiro de 2011, conforme o disposto no art. 32, § 4º da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 13 de Setembro de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA

Publicação de Extrato de Anulação de Pregão Presencial 06/2011 (Funrebom)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
FUNREBOM

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que fica revogado o Processo Licitatório nº 10/2011, na modalidade de Pregão Presencial nº 06/2011, devido o não comparecimento de interessados caracterizando a licitação como deserta.

Imbituba, 15 de setembro de 2011.

MILENE RIBEIRO

Pregoeira Oficial

Publicação de Extrato de Dispensa 43/2011 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 157/2011

DISPENSA Nº 43/2011

Objeto: Locação de um imóvel não residencial para instalação da SDR-Sul, situada no Bairro de Roça Grande.

Locador: Vera Lucia Querino.

Valor Mensal: 900,00 Prazo: 04 meses

Valor Total: R\$ 3.600,00

Fundamento: Artigo 24, X da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 15 de setembro de 2011.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Portaria DGP/SEAGP N.º 192/2011

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 192, de 13 de setembro de 2011.

Dispõe sobre a concessão de licença sem vencimentos e, dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais e com base na legislação em vigor;

Considerando o Processo Administrativo nº 10955, de 29 de agosto de 2011.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora MILENE RIBEIRO, inscrita no CPF sob o n.º 043.356.679-57, Agente Administrativo, matrícula n.º 4850, LICENÇA SEM VENCIMENTOS, pelo prazo de 1 (um) ano, a partir de 1º de outubro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 13 de setembro de 2011.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e publique-se:

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Diretora de Gestão de Pessoas

Portaria DGP/SEAGP N.º 193/2011

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 193, de 13 de setembro de 2011.

Dispõe sobre a demissão de Odontólogo, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art.1º Demitir a pedido, o abaixo relacionado, admitido em 01/03/1994, contrato nº 07, com carga horária de 40 horas semanais, afastado por Licença sem Vencimentos para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração

consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Ademir Fantucci	Odontólogo	452.565.199-72	12/09/2011

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 13 de setembro de 2011.
DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO
Diretora de Gestão de Pessoas

Iomerê

PREFEITURA

Decreto 1181/2011

DECRETO Nº. 1181 DE 13 DE SETEMBRO DE 2011.

Abre Crédito Suplementar alterando a Lei nº. 608/2010 de 24 de novembro de 2010, que estima a Receita e fixa despesa para o exercício de 2011.

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 7º da lei nº 608/2010 de 24 de novembro de 2010.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, no valor de R\$ 1.733,63 (um mil, setecentos e trinta e três reais e sessenta e três centavos) na seguinte dotação orçamentária:

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
2055 Manutenção da Iluminação Pública
33900000 Aplicações Diretas
117.00 Contribuição p/ o Custeio dos Ser. de Iluminação
R\$ 1.733,63

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do excesso de arrecadação do exercício corrente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 13 de setembro de 2011.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretário de Administração e Finanças

Lei 646/2011

LEI Nº 646 DE 14 DE SETEMBRO DE 2011.

Declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores de Linha Paulina e dá outras providências

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ Faz Saber Que A Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a declarar de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA LINHA PAULINA, pessoa jurídica de direito privado, sem fins econômicos, de caráter filantrópico, com sede na Linha Paulina, s/n, interior, neste Município, inscrita no CNPJ sob nº 02.770.508/0001-02.

Art. 2º Fica assegurada a Associação dos Moradores da Linha Paulina, todos os direitos e vantagens da legislação vigente, enquanto cumprir as suas finalidades estatutárias.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Iomerê (SC), 14 de setembro de 2011.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a Presente Lei nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretário de Administração e Finanças

Edital de Pregão Presencial Nº 0009/2011

Prefeitura Municipal de Iomerê
Edital de Pregão Presencial 009/2011

O Prefeito Municipal de Iomerê, SC, torna público a realização de Pregão Presencial nº 009/2011 para aquisição de veículo automotor novo.

A abertura das propostas se dará no dia 29/09/2011 às 09:00h na sede da Prefeitura Municipal.

Cópia do Edital ou mais informações podem ser adquiridos no site: www.iomere.sc.gov.br, ou pelo fone (49) 3539-6000.

Iomerê, 14 de setembro de 2011.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Ata da COMISSÃO de AVALIAÇÃO de IMÓVEIS

ATA DA COMISSÃO CRIADA ATRAVÉS DO DECRETO MUNICIPAL Nº 1158 DE 12 DE JULHO DE 2011, PARA FINS DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS

Aos cinco dias do mês de setembro de dois mil e onze, às catorze horas, nas dependências do Auditório da Prefeitura Municipal de Iomerê, localizada na Rua João Rech, 500, reuniram-se os membros da Comissão nomeada pelo Decreto nº 1158 de 12 de julho de 2011, composto pelos Srs. Robson Santi - corretor de imóveis, inscrito no CRECI sob nº 9231; Ronaldo Regalin - engenheiro civil, inscrito no CREA sob nº 36714-0; Alexandre Luiz Padilha - geomensor/agrimensor, inscrito no CREA-SC sob nº 91849-8 / INCRA - EE2; Jean Marcelo Ziero - arquiteto, inscrito no CREA sob nº 055783-6; Jurandir Crestani Nunes - técnico de tributos, inscrito no CPF sob nº 016.874.729-47; Jaqueline Terezinha Deon, funcionária pública, inscrita no CPF sob nº 019.439.459-00; Valcir Afonso Serighelli, funcionário público, inscrito no CPF sob nº

789.542.589-72, para procederem a avaliação dos imóveis localizados nas ruas Irma Aparecida; Otávio de Carvalho - trechos 1 e 2; Francisco Zardo; Ademar Mendes - trechos 1 e 2 e Natal Braghini, no município de Iomerê, os quais serão beneficiados pela realização de obra pública (pavimentação asfáltica), constante do Edital nº 001/2011. A Comissão abriu o debate e ficou estabelecido que os valores dos imóveis, no caso, somente o terreno sem qualquer benfeitoria, terão como base os praticados no mercado imobiliário para compra e venda, seguindo ainda os seguintes critérios individuais: a) situação do terreno; b) topografia; c) pedologia; d) área do terreno; e) localização. Entendeu a Comissão que esses critérios são os elementares para se aferir o real valor dos terrenos que serão avaliados. A Comissão resolveu, ainda, estabelecer os preços por metro quadrado dos imóveis, o que criará uma isonomia e imparcialidade. Assim, após rigorosos critérios, ficaram estabelecidos os seguintes valores: a) na Rua Irmã Aparecida, Rua Francisco Zardo; Rua Otavio de Carvalho nos trechos 1 e 2; Rua Natal Braghini; Rua Ademar Mendes nos trechos 01 e 02 e para os localizados em esquina o valor será de R\$ 110,00 (cento e dez reais) por metro quadrado (m²) e para os localizados no meio de quadra o valor será de R\$ 100,00 (cem reais) por metro quadrado (m²), destacando-se que estas áreas são destinadas exclusivamente para uso misto, residencial e comercial; b) para os imóveis localizados no trecho 02 da Rua Ademar Mendes referentes a quadra 01 lotes nº 12 (parcial), 13 e 15, o valor será de R\$ 75,00 (setenta e cinco reais) por metro quadrado (m²), ressaltando-se que valor é inferior aos demais terrenos devido a um pequeno riacho que passa em meio aos lotes e a Comissão, após vistoria in loco concluiu que por este fato o imóvel possui uma desvalorização. Com base nos valores afixados pela Comissão os imóveis ficam avaliados da seguinte forma: 1) Associação Santa Marcelina - Inscrições imobiliárias 02.46.05.0 e 01.50.01.01, avaliados em R\$ 1.472.000,00; 2) Antônio Zanferrari - Inscrição Imobiliária 01.47.07.01, avaliado em R\$ 176.000,00; 3) José Camilo Faccin - Inscrição Imobiliária 01.45.02.01, avaliado em R\$ 88.000,00; 4) Iriberto Antônio Volpato - Inscrição Imobiliária 01.45.06.01, avaliado em R\$ 80.000,00; 5) Ademir Bridi - Inscrição imobiliária 01.45.05.01, avaliado em R\$ 40.000,00; 6) Celso Munaro - Incrissão Imobiliária 01.45.04.01, avaliado em R\$ 40.000,00; 7) José Camilo Faccin - Inscrição Imobiliária 01.45.03.01, avaliado em R\$ 88.000,00; 8) Valdecir Peretti - Inscrição imobiliária 01.45.01.0, avaliado em R\$ 88.000,00; 9) Veículos Real - Inscrição Imobiliária 01.44.01.0, avaliado em R\$ 88.000,00; 10) Jair Madureira - Inscrição Imobiliária 01.44.08.01, avaliado em R\$ 143.000,00; 11) Prefeitura Municipal de Iomerê - inscrição imobiliária 01.44.05.01, avaliado em R\$ 209.000,00; 12) Gema Valentini - inscrição imobiliária 01.02.03.01, avaliado em R\$ 512.000,00; 13) Lourdes Elisa Breda Crestani e outros - inscrição Imobiliária 01.02.02.01, avaliado em R\$ 328.000,00; 14) Adirce Tomazzi - inscrição imobiliária 01.02.07.01, avaliado em R\$ 88.000,00; 15) Valdomiro Mugnol - inscrição imobiliária 01.02.09.0, avaliado em 132.000,00; 16) Joana Simionatto Baseggio - inscrição imobiliária 01.52.01.01, avaliado em R\$ 760.000,00; 17) Roque Comelli e outros - inscrição imobiliária 01.01.18.01 avaliado em 960.000,00; 18) Solange De Bortolli Beal - inscrição imobiliária 01.01.17.01, avaliado em R\$ 88.000,00; 19) Joliani Transportes Ltda - inscrição imobiliária 01.01.15.01 avaliado em R\$ 240.000,00; 20) Clary Mariani e Olir João Rech - inscrição imobiliária 01.01.13.01, avaliado em R\$ 660.000,00; 21) Clary Mariani e Olir João Rech - inscrição imobiliária 01.01.12.01, avaliado em R\$ 320.000,00; 22) Maria Clara Penso Von Mecheln - inscrição imobiliária 01.01.07.01, avaliado em R\$ 200.000,00; 23) Angelo Rech - inscrição imobiliária 01.01.06.01, avaliado em R\$ 200.000,00; 24) Genoveva Boff - inscrição imobiliária 01.01.05.0, avaliado em R\$ 208.000,00; 25) Ernando Pagno - inscrição imobiliária 01.06.01.0, avaliado em R\$ 88.000,00; 26) Rodrigo Pagno - inscrição imobiliária 01.06.02.0, avaliado em R\$ 80.000,00; 27) José Pagno e Outro - inscrição imobiliária 01.06.03.0, avaliado em R\$ 80.000,00; 28) Anselmo Golin - inscrição imobiliária 01.06.04.01 e 01.06.08.0, avaliados em R\$ 176.000,00; 29) Olir Marino Savaris

- inscrição imobiliária 01.07.05.0, avaliado em R\$ 88.000,00; 30) Juarez Lima e Outro - inscrição imobiliária 01.07.01.01, avaliado em R\$ 88.000,00; 31) Fiorindo Antônio Pagno - inscrição imobiliária 01.07.03.01, avaliado em R\$ 80.000,00; 32) Ermínio Colissi - inscrição imobiliária 01.07.04.01, avaliado em R\$ 168.000,00; 33) Rosalino Camilo Toneta - inscrições imobiliárias 01.10.01.0, 01.10.02.0 e 01.10.03.0, avaliados em R\$ 248.000,00; 34) Adriano Fantinel e Outro - inscrição imobiliária 01.10.04.0, avaliado em R\$ 88.000,00; 35) Marina Lucia Savaris Wilsen - inscrição imobiliária 01.11.01.01, avaliado em R\$ 88.000,00; 36) Maria Albina Paganini - Inscrição imobiliária 01.11.02.0, avaliado em R\$ 88.000,00; 37) Adilso Mugnol - inscrição imobiliária 01.12.01.01, avaliado em R\$ 88.000,00; 38) Valdir Crestani - inscrição imobiliária 01.12.01.02, avaliado em R\$ 88.000,00; 39) Leocir Harz - inscrição imobiliária 01.13.01.01, avaliado em R\$ 88.000,00; 40) Gentil Harz - inscrição imobiliária 01.13.02.01, avaliado em R\$ 80.000,00 e 41) Gopal Materiais de Construção Ltda - inscrições imobiliárias 01.13.03.01 e 01.13.04.01, avaliados em R\$ 168.000,00. Finalmente, houve deliberação para que a presente ata seja fixada no Mural Público localizado na Rua João Rech, 500, junto à sede da Prefeitura Municipal, conforme determinado pelo Edital 001/2011, aguardando-se eventuais impugnações pelo prazo de 30 (trinta) dias. Nada mais havendo e tendo cumprido o seu objetivo, encerra-se a presente que vai por todos assinada.

A Comissão

Portaria 1744/2011

PORTARIA Nº 1744 DE 13 DE SETEMBRO DE 2011.

Concede férias a prefeito municipal

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a Prefeito Municipal ANTONINHO BALDISSERA, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01/01/2010 a 31/12/2010 a contar de 19/09/2011 a 18/10/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Iomerê, 13 de setembro de 2011.

ANTONINHO BALDISSERA

Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 13 de setembro de 2011.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI

Secretario de Administração e Finanças

Portaria 1745/2011

PORTARIA Nº 1745 DE 13 DE SETEMBRO DE 2011.

Concede férias a servidor municipal

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora INES KUMIECHICK MARIANI, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 19/02/2010 a 18/02/2011 a contar de 19/09/2011 a 18/10/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Iomerê, 13 de setembro de 2011.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 13 de setembro de 2011.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretario de Administração e Finanças

Portaria 1746/2011

PORTARIA Nº 1746 DE 13 DE SETEMBRO DE 2011.
Concede férias a servidor municipal

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora DALVA CANDIAGO BALDISSERA, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 23/02/2010 a 22/02/2011 a contar de 19/09/2011 a 18/10/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Iomerê, 13 de setembro de 2011.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 13 de setembro de 2011.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretario de Administração e Finanças

Portaria 1747/2011

PORTARIA Nº 1747 DE 13 DE SETEMBRO DE 2011.
Concede férias a servidor municipal

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor PAULO CESAR DORE, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 02/01/2010 a 01/01/2011 a contar de 26/09/2011 a 25/10/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Iomerê, 13 de setembro de 2011.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 13 de setembro de 2011.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretario de Administração e Finanças

Irineópolis

PREFEITURA

Edital 001/2011

EDITAL 001/2011

O Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, abre prazo para Registro de Requerimentos para Progressão Funcional através de promoção por Cursos de Aperfeiçoamento ou Capacitação, conforme estabelece a Lei Complementar n.º 07/2001 de 15/10/2001, Título II Cap. I, Art. 87, com redação dada pela LC 043/2009 de 01/12/2009 regulamentado pelo Decreto n.º 2092/2011, de 27/04/2011;

1. DO REGISTRO DOS REQUERIMENTOS

1.1 A Secretaria Municipal de Administração, através do Departamento Recursos Humanos, abre prazo para o registro de requerimentos para Progressão Funcional através de promoção por Cursos de Aperfeiçoamento ou Capacitação, no período de 12 (doze) à 23 (vinte e três) de setembro de 2011, das 08h30min às 11h30min, na sede administrativa da Prefeitura Municipal, cito à Rua Paraná, n.º 200 Centro.

1.2 O Servidor interessado deverá encaminhar requerimento próprio, conforme modelo fornecido pelo Departamento de Recursos Humanos, anexando às fotocópias dos Certificados para fins comprobatórios, devidamente autenticados, ou juntamente com os originais.

2. DOS CRITÉRIOS

2.1 Serão validados, neste processo, certificados referentes aos anos de 2005 à 2011, com carga horária igual e/ou superior a 6 (seis) horas cada curso, devendo totalizar 120 horas.

2.2 Caso haja servidores que já progrediram funcionalmente por cursos de aperfeiçoamento somente serão computados os certificados dos cursos realizados nos períodos compreendidos entre o dia posterior a data da progressão anterior e a data da nova progressão, sendo sempre processado no mês de Outubro de cada ano.

2.3 Terão direito a requerer os benefícios da Progressão os servidores do Quadro de Pessoal Efetivo do Município, que tenham ingressado no serviço público há pelo menos 3 (três) anos, bem como tenham adquiridos estabilidade no cargo perante o qual pretendem a progressão

2.4 A concessão da progressão será validada pela comprovação de cursos de aperfeiçoamento e atualização relacionados diretamente com a área de atuação do servidor, cumulativamente com o desempenho BOM no exercício do cargo, realizada pelo Chefe Imediato e Comissão de Avaliação Funcional.

3. DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

3.1 Não terão direito a Progressão os servidores que encontrar-se em cumprimento do Estágio Probatório.

3.2 A concessão da Progressão Funcional por Cursos de Aperfeiçoamento será concedida, a partir do mês de OUTUBRO.

3.3 A conferência dos Certificados será realizada pelo Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal juntamente

com a Comissão de Avaliação Funcional.

3.4 A listagem dos requerimentos deferidos será publicada no Mur-
ral Público Municipal.

3.5 Os servidores que tiverem seus requerimentos indeferidos te-
rão 03 (três) dias úteis para entrarem com recurso.

3.6 Não serão aceitos requerimentos que não atendam as especi-
ficações do presente Edital.

3.7 Os casos omissos serão resolvidos pelo Departamento de Re-
cursos Humanos da Prefeitura acompanhados pela Assessoria Ju-
rídica do Município.

3.8 Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Irineópolis, 30 de agosto de 2011.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

Extrato Edital 001/2011

EXTRATO EDITAL 001/2011

A Secretaria Municipal de Administração, através do Departamento
Recursos Humanos, da Prefeitura Municipal de Irineópolis COMU-
NICA a todos os servidores públicos estatutários, que se encontra
aberto o prazo para o registro de requerimentos para Progres-
são Funcional por Cursos de Aperfeiçoamento no período de 12
(doze) à 23 (vinte e três) de setembro de 2011, das 08h30min
às 11h30min, na sede administrativa da Prefeitura Municipal, Rua
Paraná, nº 200 Centro.

O servidor interessado deverá encaminhar requerimento próprio,
conforme modelo fornecido pelo Departamento de Recursos Hu-
manos, anexando às fotocópias dos Certificados para fins com-
probatórios, devidamente autenticados, ou juntamente com os
originais.

O EDITAL na íntegra encontra-se afixado nos Murais de Divulga-
ção Pública das Secretarias Municipais da Educação, Saúde, Infra-
Estrutura e na sede da Prefeitura Municipal.

Irineópolis, 30 de agosto de 2011.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

Itaiópolis

PREFEITURA

Extrato 1º Termo Aditivo

Extrato do 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 83/2011 referente a
Tomada de Preços nº 7/2011 - Processo Licitatório nº 32/2011.
Contratada: Rede Cidade Desenvolvimento Sustentável Ltda. Ob-
jeto: suprimir o valor de R\$ 33.832,00 do valor total do contrato de
R\$ 84.580,00, ficando o valor total do contrato de R\$ 50.748,00.

Itaiópolis, 17 de Agosto de 2011.

HELIO CÉSAR WENDT

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato

Extrato de Contrato - Processo Licitatório nº 35/2011 - Pregão

Presencial nº 19/2011 - Objeto: prestação de serviços para atu-
alização do Cadastro Imobiliário Urbano - 2ª etapa. CONTRATA-
DA: SC Soluções e Serviços em Geomática Ltda. CONTRATO Nº
88/2011. VALOR: R\$ 64.000,00. PRAZO: 180 dias.

Itaiópolis, 12 de Setembro de 2011.

HELIO CÉSAR WENDT

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato

Extrato de Contrato - TOMADA DE PREÇOS Nº 7/2011 - Processo
Licitatório nº 32/2011 - objeto: contratação de Projetos para Or-
denamento dos Espaços e Restauração de Patrimônios Culturais
de Itaiópolis - SC, por meio de Contratação de Projeto Executi-
vo de Restauro do Salão Hugo Dylla e Sociedade Rui Barbosa,
localizados no Município de Itaiópolis. Contratada: Rede Cidade
Desenvolvimento Sustentável Ltda., Contrato nº 83/2011, Valor:
R\$ 84.580,00. Prazo: até 240 dias.

Itaiópolis, 17 de Agosto de 2011.

HELIO CÉSAR WENDT

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato

Extrato de Contrato - TOMADA DE PREÇOS Nº 8/2011 - Processo
Licitatório nº 33/2011 - objeto: contratação de Projetos para Or-
denamento dos Espaços e Restauração de Patrimônios Culturais
de Itaiópolis - SC, por meio de Contratação de Projeto Executi-
vo de Restauro de Moinhos Artesanais, localizados no Município
de Itaiópolis. Contratada: Estilo Nacional Ltda. EPP, Contrato nº
84/2011, Valor: R\$ 145.708,50. Prazo: até 240 dias.

Itaiópolis, 17 de Agosto de 2011

HELIO CÉSAR WENDT

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato

Extrato de Contrato - Dispensa de Licitação nº 5/2011 - Proces-
so Licitatório nº 43/2011 - objeto: prestação de serviços e ven-
da de produtos. Contratante: Prefeitura Municipal de Itaiópolis.
Contratada: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Contrato
nº 9912282604. Valor: R\$ 5.000,00. Vigência: até 31-12-2011,
podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos de 12
meses, até o limite de 60 meses.

Itaiópolis, 15 de Agosto de 2011.

HELIO CÉSAR WENDT

Prefeito Municipal.

Extrato de Termo de Rescisão

Extrato do Termo de Rescisão do Contrato nº 68/2011 Objeto:
prestação de serviços para atualização do Cadastro Imobiliário Ur-
bano - 2ª etapa. CONTRATADA: Avena S/C Ltda.

Itaiópolis, 01/09/2011.

HELIO CÉSAR WENDT

Prefeito Municipal

Extrato Termo Aditivo

Extrato do 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 84/2011 referente a
Tomada de Preços nº 8/2011 - Processo Licitatório nº 33/2011.
Contratada: Estilo Nacional Ltda. EPP Objeto: suprimir o valor de
R\$ 17.485,02 do valor total do contrato de R\$ 145.708,50, ficando
o valor total do contrato de R\$ 128.223,48.

Itaipópolis, 17 de Agosto de 2011.
HELIO CÉSAR WENDT
Prefeito Municipal

Itapoá

PREFEITURA

Ata de Registro de Preço Nº 48/2011

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 48/2011
PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2011
REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2011
PROCESSO Nº 49/2011

INTERESSADO: SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS,
EDUCAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS E SAÚDE.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO (HIDRÁULICA, ELÉTRICA E MARCENARIA) PARA USO GERAL DO MUNICÍPIO.

Aos doze dias do mês de setembro do corrente ano de 2011, o Município de Itapoá/SC, devidamente representado e assistido pelas Secretarias de Administração e Finanças, Educação, Obras e Serviços Públicos e Saúde aqui denominados, ÓRGÃOS GERENCIADORES, através do Secretário de Administração e Finanças, o Sr. CARLITO JOAQUIM CUSTÓDIO JÚNIOR, portador do CNPF/MF nº: 492.980.979-72, e CI.RG: 15.128.741-7/SP e matrícula nº 60464-0, Secretária de Educação, a Sra. VALCI TEREZINHA DE SOUZA, portadora do CNPF/MF nº: 533.363.309-63, CI.RG. nº 9.109.618-2 e matrícula nº 57844-4, Diretor de Serviços Públicos, o Sr. VILMAR MARIO DA GRAÇA, portadora do CI.RG. nº 3.559.174-5, inscrita no CNPF/MF nº: 650.856.559-15, matrícula nº 101-5, Secretária de Saúde, a Sra. SUSINEI RIBEIRO SCHULTZ, portadora do CNPF/MF nº: 944.334.299-53, CI.RG. nº 3.410.151-9 e matrícula nº 1210-6, e pelo Prefeito Municipal ERVINO SPERANDIO, brasileiro, divorciado, portador do CNPF/MF nº 028.559.099-53 e RG nº 81.1881-7 SSP/PR, residente e domiciliado à Ana Maria Rodrigues de Freitas, s/nº, nesta cidade, e a empresa MATERIAL DE CONSTRUÇÃO JPC LTDA ME com sede à Rua Ana Maria Rodrigues de Freitas, nº 897, sala 02, Bairro: Balneário Nossa Senhora Aparecida, na cidade de Itapoá/SC, CEP: 89.249-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 06.933.224/0001-32 e Inscrição Estadual nº 422.034.918-61, representada neste ato por sócia, a Sra. JUSSARA MATIOLO LEMONIE, portadora do CNPF/MF nº 029.799.109-45 e do CI.RG nº 3.894.800 SSP/SC, acordam proceder, nos termos nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto Municipal nº 877/2009, de 23 de março de 2.009 e do edital do Pregão nº 20/2011 em epígrafe, ao Registro de Preços nº 18/2011 resolvem registrar preço aos itens abaixo discriminados:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	ABRAÇADEIRA P/ TUBO SOLDÁVEL 3/4 3/4	Unid.	10	SINTER	R\$ 0,41	R\$ 4,10
2	ABRAÇADEIRA PARA CAIXA TRIFÁSICA ALUMINIO	Unid.	5	TAF	R\$ 5,86	R\$ 29,30

3	ADAPTADOR PVC CURTO SOLDÁVEL 25MM X 3/4	Unid.	20	KRONA	R\$ 0,43	R\$ 8,60
4	ADESIVO PVC, 175 GR C/PINCEL.	Unid.	10	KRONA	R\$ 6,05	R\$ 60,50
5	ANEL DE CERA P/ VEDACAO DE VASO	Unid.	10	PLAST-BOR	R\$ 4,85	R\$ 48,50
6	ARAME RECOZIDO	Kg	40	--	R\$ 4,82	R\$ 192,80
7	AREIA FINA P/ REBOCO EM M³	m³	10	--	R\$ 33,75	R\$ 337,50
8	AREIA GROSSA	m³	10	--	R\$ 37,60	R\$ 376,00
9	AREIA MEDIA.	m³	10	--	R\$ 37,60	R\$ 376,00
10	AREIA MISTA	m³	100	--	R\$ 37,50	R\$ 3.750,00
11	ARGAMASSA 20 KG AC1	Saco	30	LIGAFIX	R\$ 4,95	R\$ 148,50
12	ARMAÇÃO REX 2X2	Unid.	10	TAF	R\$ 15,55	R\$ 155,50
13	ARRUELA PARA ELETRODUTO 1"	Unid.	10	TAF	R\$ 0,89	R\$ 8,90
14	ARRUELA PARA ELETRODUTO 2"	Unid.	10	TAF	R\$ 0,94	R\$ 9,40
15	ARRUELA QUADRA-DA	Unid.	40	TAF	R\$ 0,46	R\$ 18,40
16	ASSENTO SANITARIO BRANCO	Unid.	10	ALUMAS-SA	R\$ 9,80	R\$ 98,00
17	ASSENTO SANITÁRIO INFANTIL	Unid.	10	KRONA	R\$ 25,50	R\$ 255,00
18	BANDEJA PINTURA 23 CM	Unid.	5	KRONA	R\$ 2,70	R\$ 13,50
19	BOIA P/ CX. D'ÁGUA 3/4 METAL	Unid.	15	CENSI	R\$ 6,76	R\$ 101,40
20	BOTA CANO LONGO PV DE 38 A 44	Pares	5	7 LÉGUAS	R\$ 23,90	R\$ 119,50
21	BRITA (PEDRISCO) Nº 01	m³	10	--	R\$ 44,10	R\$ 441,00
22	BRITA N.º 1.M³	m³	70	--	R\$ 43,20	R\$ 3.024,00
23	BROCA DE MADEIRA 4,6,8,10	Unid.	40	IRWIN	R\$ 16,00	R\$ 640,00
24	BROCA DE VIDEA DE ALVENARIA 4,6,8,10	Unid.	40	IRWIN	R\$ 16,40	R\$ 656,00
25	BUCHA DE REDUÇÃO ESGOTO 75X50MM	Unid.	10	KRONA	R\$ 2,25	R\$ 22,50
26	BUCHA RED. SOLD. 3/4 X 1/2	Unid.	20	KRONA	R\$ 0,42	R\$ 8,40
27	BUCHA RED. SOLD. 50 X 25MM	Unid.	20	KRONA	R\$ 1,75	R\$ 35,00
28	BUCHA REDUÇÃO ESGOTO 50X40	Unid.	10	KRONA	R\$ 1,35	R\$ 13,50
29	CABEÇOTE 2"	Unid.	6	TAF	R\$ 5,80	R\$ 34,80
30	CABO ROLO PINTURA	Unid.	5	ROMA	R\$ 2,98	R\$ 14,90
31	CABO SINTENAX 16 MM 1 KV PRETO	Metro	40	CORFIL	R\$ 5,18	R\$ 207,20
32	CABO SINTENAX 16 MM 1 KV BRANCO	Metro	40	CORFIL	R\$ 3,75	R\$ 150,00
33	CABO SINTENAX 16 MM 1 KV VERMELHO	Metro	40	CORFIL	R\$ 3,75	R\$ 150,00
34	CABO SINTENAX 16MM 1 KV AZUL	Metro	40	CORFIL	R\$ 3,75	R\$ 150,00
35	CABO SINTENAX 35 MM 1KV AZUL	Metro	210	CORFIL	R\$ 10,99	R\$ 2.307,90

36	CABO SINTENAX 35 MM 1KV BRANCO	Metro	210	CORFIL	R\$ 10,99	R\$ 2.307,90
37	CABO SINTENAX 35 MM 1KV PRETO	Metro	210	CORFIL	R\$ 10,99	R\$ 2.307,90
38	CABO SINTENAX 35 MM 1KV VERDE	Metro	210	CORFIL	R\$ 10,99	R\$ 2.307,90
39	CABO SINTENAX 35 MM 1KV VERMELHO	Metro	210	CORFIL	R\$ 10,99	R\$ 2.307,90
41	CAIXA D\ÁGUA 1000L FIBRA	Unid.	5	BAKOF-TEC	R\$ 202,00	R\$ 1.010,00
42	CAIXA D\ÁGUA 500L FIBRA	Unid.	5	BAKOF-TEC	R\$ 107,50	R\$ 537,50
43	CAIXA DE LUZ 4X2 AMARELA	Unid.	30	HOME-LUX	R\$ 0,20	R\$ 6,00
44	CAIXA DE SOBREPOR 4X2	Unid.	50	HOME-LUX	R\$ 2,10	R\$ 105,00
45	CAIXA DESCARGA BRANCA	Unid.	10	ALUMASA	R\$ 12,00	R\$ 120,00
46	CAIXA MEDIDOR TRIFASICO ALUMINIO	Unid.	5	TAF	R\$ 76,40	R\$ 382,00
47	CAIXA PARA ATERAMENTO (PVC)	Unid.	10	TAF	R\$ 4,50	R\$ 45,00
48	CAIXA SIFONADA 100 X 100 X 50MM PVC	Unid.	10	KRONA	R\$ 4,45	R\$ 44,50
49	CAIXA SIFONADA 150 X 185 X 75 PVC	Unid.	10	KRONA	R\$ 16,00	R\$ 160,00
50	CAL FINO PARA CALFINAR SACO 18KG	Saco	40	CERRO BR	R\$ 6,48	R\$ 259,20
51	CAL HIDRATADO 20KG	Saco	300	CERRO BR	R\$ 6,65	R\$ 1.995,00
52	CAL PARA PINTURA 20 KG	Pacte	30	CERRO BR	R\$ 5,60	R\$ 168,00
53	CANAleta SISTEMA X 50X20X2.20MTS	Pç	50	HOME-LUX	R\$ 2,45	R\$ 122,50
54	CANO DE ÁGUA 25MM DE 6MTS	Unid.	30	KRONA	R\$ 8,20	R\$ 246,00
55	CANO DE ÁGUA 50MM DE 6MTS	Unid.	5	KRONA	R\$ 31,30	R\$ 156,50
56	CANO DE ESGOTO 40MM DE 6MTS	Unid.	10	KRONA	R\$ 11,50	R\$ 115,00
57	CANO DE ESGOTO 50MM DE 6MTS	Unid.	10	KRONA	R\$ 11,80	R\$ 118,00
58	CANO ESGOTO 100MM- 1ª QUALIDADE 6 METROS	Barra	10	KRONA	R\$ 28,20	R\$ 282,00
59	CANO GALVANIZADO DE 2" DE 6M	Metro	3	KRONA	R\$ 96,00	R\$ 288,00
60	CAP DE PVC 100MM ESGOTO	Unid.	10	KRONA	R\$ 2,78	R\$ 27,80
61	CAP PVC SOLDÁVEL 40 MM	Unid.	20	KRONA	R\$ 2,75	R\$ 55,00
62	CAP PVC SOLDÁVEL 50MM	Unid.	20	KRONA	R\$ 2,55	R\$ 51,00
63	CAPA DE CHUVA	Unid.	10	VONDER	R\$ 12,75	R\$ 127,50
64	CAPACITOR P/ VENTILADOR 250VAC MF	Pç	10	VONDER	R\$ 5,75	R\$ 57,50

65	CARRINHO DE MÃO CHAPA C/ESPESURA 0,75MM, C/ CAÇAMBA QUADRA-DA DIMENSÕES 57,0X73X22CM, CAPACIDADE DE 60L, RODA E PNEU MACIÇO PESO 15KG	Unid.	5	FISCHER	R\$ 69,00	R\$ 345,00
66	CAXILHO CAMBARÁ 12CM	Unid.	5	JOAZA	R\$ 48,50	R\$ 242,50
67	CAXILHO CAMBARÁ 14CM	Unid.	5	JOAZA	R\$ 48,50	R\$ 242,50
68	CHAVE COMBINADA DE 6MM À 24MM	Jogo	3	VONDER	R\$ 19,60	R\$ 58,80
69	CHAVE DE FENDA	Jogo	4	VONDER	R\$ 36,50	R\$ 146,00
70	CHAVE INGLESA CROMADA COM 12"	Unid.	5	VONDER	R\$ 24,80	R\$ 124,00
71	CHAVE TESTE DE 100À 500A	Unid.	10	DECOR-LUX	R\$ 5,70	R\$ 57,00
72	CHUVEIRO ELETRICO TIPO DUCHA 1ª QUALIDADE	Unid.	10	SINTEX	R\$ 18,85	R\$ 188,50
73	CIMENTO 50KG	Saco	550	VOTO-RAN	R\$ 20,40	R\$ 11.220,00
74	CIMENTO BRANCO 1KG	Saco	40	JUNTA LIDER	R\$ 1,82	R\$ 72,80
75	COLA ADESIVA PLASTICA (75 GR)	Unid.	10	KRONA	R\$ 2,72	R\$ 27,20
76	COLA BRANCA 250GR PARA COLAR MADEIRA	Lata	5	PULVI-TEC	R\$ 6,26	R\$ 31,30
77	COLHER DE PE-DREIRO DE 8"	Pç	5	ATLAS	R\$ 8,85	R\$ 44,25
78	CONECTOR SAPATA 35MM	Unid.	30	GERMER	R\$ 4,46	R\$ 133,80
79	CONECTOR SPRIT BOLD 35MM	Unid.	50	GERMER	R\$ 3,50	R\$ 175,00
80	CONJUNTO DOBRADICA C/ PARAFUSO 3PCS 3.1/2"	Pç	50	FERÇA	R\$ 3,89	R\$ 194,50
81	CURVA ELETRODUTO CONDULETE 90º 1 1/2"	Unid.	20	TIGRE	R\$ 2,00	R\$ 40,00
82	CURVA ELETRODUTO CONDULETE 90º 1"	Unid.	20	TIGRE	R\$ 0,81	R\$ 16,20
83	CURVA ELETRODUTO CONDULETE 90º 1/2"	Unid.	20	TIGRE	R\$ 0,58	R\$ 11,60
84	CURVA ELETRODUTO CONDULETE 90º 2"	Unid.	20	TIGRE	R\$ 1,44	R\$ 28,80
85	CURVA ELETRODUTO CONDULETE 90º 3/4"	Unid.	20	TIGRE	R\$ 0,58	R\$ 11,60
86	CURVA ESGOTO 100 MM	Pç	10	KRONA	R\$ 7,40	R\$ 74,00
87	CURVA ESGOTO 40MM	Pç	10	KRONA	R\$ 1,42	R\$ 14,20
88	CURVA ESGOTO 50 MM	Pç	10	KRONA	R\$ 3,96	R\$ 39,60
89	DISJUNTOR 16A MONO DIN	Unid.	5	WEG	R\$ 4,92	R\$ 24,60
90	DISJUNTOR 20A MONO DIN	Unid.	5	WEG	R\$ 4,92	R\$ 24,60

91	DISJUNTOR 25A MONO DIN	Unid.	5	WEG	R\$ 5,20	R\$ 26,00
92	DISJUNTOR 30 A BIFASICO	Unid.	5	LOREN-ZETTI	R\$ 29,80	R\$ 149,00
93	DISJUNTOR 30 A TRIFASICO	Unid.	5	LOREN-ZETTI	R\$ 29,80	R\$ 149,00
94	DISJUNTOR 32A MONO DIN	Unid.	5	WEG	R\$ 5,00	R\$ 25,00
95	DISJUNTOR 3X63A	Unid.	1	LOREN-ZETTI	R\$ 30,00	R\$ 30,00
97	DISJUNTOR 40 A TRIFASICO	Unid.	5	LOREN-ZETTI	R\$ 54,25	R\$ 271,25
98	DISJUNTOR 50 A TRIFASICO	Unid.	5	LOREN-ZETTI	R\$ 54,25	R\$ 271,25
99	DISJUNTOR DIN 25A BRANCO	Unid.	5	WEG	R\$ 5,22	R\$ 26,10
100	ELETRODUTO 1"	Barra	5	TUBO VALE	R\$ 4,25	R\$ 21,25
101	ELETRODUTO 2"	Barra	60	TUBO VALE	R\$ 9,15	R\$ 549,00
102	ENGATE FLEXIVEL 40CM	Unid.	40	KRONA	R\$ 1,90	R\$ 76,00
103	ENGATE FLEXIVEL 60CM PVC	Pç	10	KRONA	R\$ 2,56	R\$ 25,60
104	ENXADA C/ CABO	Unid.	5	KRONA	R\$ 12,90	R\$ 64,50
105	ESCADA DE MADEIRA DE CORRER 3MTS	Unid.	10	SÓ ESCADAS	R\$ 65,00	R\$ 650,00
106	ESPÁTULA PLÁSTICA LISA 8"	Unid.	10	ROMA	R\$ 0,84	R\$ 8,40
107	FECHADURA EXTERNA 1ª QUALIDADE.	Unid.	100	STAM	R\$ 23,90	R\$ 2.390,00
108	FECHADURA NORMAL EXTERNA DE BANHEIRO 1ª QUALIDADE.	Unid.	10	STAM	R\$ 20,42	R\$ 204,20
109	FECHADURA NORMAL INTERNA 1ª QUALIDADE.	Unid.	20	STAM	R\$ 20,42	R\$ 408,40
110	FECHADURA NORMAL INTERNA DE BANHEIRO 1ª QUALIDADE.	Unid.	10	STAM	R\$ 19,82	R\$ 198,20
111	FECHO P/ CADEADO PRENSAL 4"	Pç	10	FERCA	R\$ 4,20	R\$ 42,00
112	FECHO P/ CADEADO PRENSAL 6"	Pç	10	FERCA	R\$ 5,29	R\$ 52,90
113	FERRO 4,2 MM COM 12M	Barra	160	GERDAU	R\$ 4,25	R\$ 680,00
114	FERRO A50 1/4" COM 12 METROS	Barra	100	GERDAU	R\$ 10,81	R\$ 1.081,00
115	FERRO CA 50 3/8" C/ 12 MT	Barra	100	GERDAU	R\$ 24,85	R\$ 2.485,00
116	FERRO CA 50 5/16" C/ 12 MT	Barra	300	GERDAU	R\$ 15,85	R\$ 4.755,00
117	FIO CABO DE REDE PARA INTERNET	Metro	2000	NEX-SANS	R\$ 1,16	R\$ 2.320,00
118	FIO DE NYLON P/ ROÇADEIRA 3MM	Unid.	2000	EKILON	R\$ 0,46	R\$ 920,00
119	FIO FLEXIVEL 1,5MM AMARELO	Metro	500	CORAL	R\$ 0,44	R\$ 220,00
120	FIO FLEXIVEL 1,5MM AZUL	Metro	500	CORFIL	R\$ 0,44	R\$ 220,00
121	FIO FLEXIVEL 1,5MM BRANCO	Metro	500	CORFIL	R\$ 0,45	R\$ 225,00

122	FIO FLEXIVEL 1,5MM PRETO	Metro	500	CORFIL	R\$ 0,45	R\$ 225,00
123	FIO FLEXIVEL 2,50MM2, AZUL	Metro	500	CORFIL	R\$ 0,68	R\$ 340,00
124	FIO FLEXIVEL 2,5MM PRETO	Metro	500	CORFIL	R\$ 0,68	R\$ 340,00
125	FIO FLEXIVEL 2,5MM VERDE	Metro	300	CORFIL	R\$ 0,68	R\$ 204,00
126	FIO FLEXIVEL 2,5MM VERMELHO	Metro	300	CORFIL	R\$ 0,68	R\$ 204,00
127	FIO FLEXIVEL 4,0MM AZUL	Metro	300	CORFIL	R\$ 1,05	R\$ 315,00
128	FIO FLEXIVEL 4,0MM PRETO	Metro	300	CORFIL	R\$ 1,05	R\$ 315,00
129	FIO FLEXIVEL 4,0MM VERMELHO	Metro	300	CORFIL	R\$ 1,05	R\$ 315,00
130	FIO RIGIDO PRETO 2,5MM	Metro	200	CORFIL	R\$ 0,48	R\$ 96,00
131	FIO TELEFONE	Metro	1000	--	R\$ 0,30	R\$ 300,00
132	FIO TELEFONICO INTERNO CCI 2 PARES	Unid.	400	--	R\$ 0,30	R\$ 120,00
133	FIO TELEFONICO INTERNO CCI I PAR	Metro	200	--	R\$ 0,30	R\$ 60,00
134	FITA DE ALTA FUSÃO 10M	Unid.	5	DECOR-LUX	R\$ 9,35	R\$ 46,75
135	FITA ISOLANTE 10MT	Unid.	20	KRONA	R\$ 2,90	R\$ 58,00
136	FITA ISOLANTE 20MT	Unid.	30	KRONA	R\$ 4,25	R\$ 127,50
137	FITA P/ISOLAMENTO DO TRÂNSITO NA COR AMARELA E PRETA COM 700MMX200MM	Unid.	20	VEDA	R\$ 4,55	R\$ 91,00
138	FITA VEDA ROSCA	Unid.	20	KRONA	R\$ 1,44	R\$ 28,80
139	FLANGE 25MM P/ CAIXA DÁGUA	Unid.	10	KRONA	R\$ 4,20	R\$ 42,00
140	FLANGE 50MM P/ CAIXA DÁGUA	Unid.	10	KRONA	R\$ 8,89	R\$ 88,90
141	FORRO CAMBARÁ M² 1º LINHA	M²	50	--	R\$ 26,40	R\$ 1.320,00
142	FOTOCELULA	Unid.	30	QUALI-TRONIX	R\$ 15,35	R\$ 460,50
143	GESSO 1KG	Pacte	50	JUNTA LIDER	R\$ 1,75	R\$ 87,50
144	HASTE TERRA 5/8/2,40M COM PRESILHA	Unid.	20	LOBATO	R\$ 24,70	R\$ 494,00
145	INTERRUPTOR 1 TECLA SISTEMA X	Unid.	30	MEC-TRONIC	R\$ 2,73	R\$ 81,90
146	JOELHO 90° DE 25 X 1/2" LR	Pç	50	KRONA	R\$ 1,20	R\$ 60,00
147	JOELHO 90° DE 25 X 3/4" LR	Pç	50	KRONA	R\$ 1,26	R\$ 63,00
148	JOELHO 90° INTERNO 3/4	Pç	50	KRONA	R\$ 0,48	R\$ 24,00
149	JOELHO PVC SOLDÁVEL 50MM X 90°	Unid.	40	KRONA	R\$ 2,75	R\$ 110,00
150	JUNCAO ESGOTO 100 X 50MM	Pç	10	KRONA	R\$ 5,90	R\$ 59,00
151	LAJE PRE FABRICADA C/ ACO 1/4	M²	200	--	R\$ 18,71	R\$ 3.742,00
152	LAMPADA FRIA ECONOMICA 20W	Pç	50	EMPA-LUX	R\$ 8,40	R\$ 420,00

153	LAMPADA FRIA ECONOMICA 25W	Pç	50	EMPA-LUX	R\$ 8,40	R\$ 420,00
154	LAMPADA FRIA ECONOMICA 30W	Pç	100	EMPA-LUX	R\$ 9,30	R\$ 930,00
155	LAMPADA FRIA ECONOMICA 36 W	Unid.	100	EMPA-LUX	R\$ 18,80	R\$ 1.880,00
156	LIXA FERRO 120	Unid.	15	NORTON	R\$ 1,38	R\$ 20,70
157	LIXA FERRO 180	Unid.	15	NORTON	R\$ 1,38	R\$ 20,70
158	LIXA MASSA 100	Unid.	15	NORTON	R\$ 0,45	R\$ 6,75
159	LIXA MASSA 150	Unid.	15	NORTON	R\$ 0,45	R\$ 6,75
160	LONA PRETA - 4M LARGURA	Metro	2000	LONAX	R\$ 1,80	R\$ 3.600,00
161	LUVA 100MM DE CORRER	Pç	20	KRONA	R\$ 7,46	R\$ 149,20
162	LUVA 40MM DE CORRER ESGOTO	Unid.	20	KRONA	R\$ 3,48	R\$ 69,60
163	LUVA 50MM DE CORRER ESGOTO	Pç	20	KRONA	R\$ 4,58	R\$ 91,60
164	LUVA DE BORRACHA P,M,G	Pares	30	SANRO	R\$ 3,79	R\$ 113,70
165	LUVA DE PANO P,M,G	Pares	30	HSD	R\$ 2,10	R\$ 63,00
166	LUVA ELETRODUTO 1" CONDULETE	Pç	15	TIGRE	R\$ 0,39	R\$ 5,85
167	LUVA ELETRODUTO 1.1/2" CONDULETE	Pç	15	TIGRE	R\$ 0,68	R\$ 10,20
168	LUVA ELETRODUTO 1.1/4" CONDULETE	Pç	15	TIGRE	R\$ 1,60	R\$ 24,00
169	LUVA ELETRODUTO 2" CONDULETE	Pç	100	TIGRE	R\$ 1,06	R\$ 106,00
170	LUVA ELETRODUTO 3/4" CONDULETE	Unid.	30	TIGRE	R\$ 0,39	R\$ 11,70
171	LUVA PVC DE CORRER P/ TUBO SOLDAVEL 25MM	Unid.	30	KRONA	R\$ 5,35	R\$ 160,50
172	LUVA SOLDAVEL 25MM	Unid.	50	KRONA	R\$ 0,35	R\$ 17,50
174	MADEIRA DE PINUS SERRADA 3M CÚBICO	m³	3	--	R\$ 412,00	R\$ 1.236,00
175	MANGUEIRA DE JARDIM DE 50 M	Unid.	20	MANTAC	R\$ 74,50	R\$ 1.490,00
176	MARRETA DE 2 KG	Unid.	2	MONFORT	R\$ 21,40	R\$ 42,80
178	MASSA CORRIDA ACRILICA 18L	Lata	3	MAXICRON	R\$ 39,80	R\$ 119,40
179	MASSA CORRIDA PVA 18 LITROS LATA	Lata	2	MAXICRON	R\$ 43,80	R\$ 87,60
180	MASSA PRONTA P/ REBOCO 20 KG	Saco	200	LIGAFIX	R\$ 5,58	R\$ 1.116,00
181	MEIO TIJOLO 6 FUROS	Unid.	300	CANELINHA	R\$ 0,30	R\$ 90,00
182	ÓCULOS P/ PROTEÇÃO TRANSPARENTE ANTI - EMBACANTE	Unid.	20	DISMA	R\$ 5,10	R\$ 102,00
183	OLEO DESENGRIANTE DE 300ML	Unid.	20	WHITE LUB	R\$ 5,10	R\$ 102,00
184	ÓLEO W40 (LATA PEQUENA)	Lata	10	WADO	R\$ 13,80	R\$ 138,00
185	OSMOCOLOR 3,6	Lata	5	OSMOCOLOR	R\$ 74,30	R\$ 371,50
187	PARAFUSO 30X22 PHILIPS	Unid.	100	CISER	R\$ 0,07	R\$ 7,00

188	PARAFUSO 4,5X50 PHILIPS	Unid.	100	CISER	R\$ 0,13	R\$ 13,00
189	PARAFUSO 4.8 X 90	Pç	100	CISER	R\$ 0,26	R\$ 26,00
190	PARAFUSO 40X20 PHILIPS	Unid.	100	CISER	R\$ 0,08	R\$ 8,00
191	PARAFUSO 40X22 PHILIPS	Unid.	100	CISER	R\$ 0,06	R\$ 6,00
192	PARAFUSO 60X50 PHILIPS	Unid.	100	CISER	R\$ 0,11	R\$ 11,00
193	PARAFUSO 60X80 PHILIPS	Unid.	100	CISER	R\$ 0,18	R\$ 18,00
194	PARAFUSO CABECA CHATA 3,5 X 22	Pç	200	CISER	R\$ 0,10	R\$ 20,00
195	PARAFUSO FENDA 38X25	Unid.	100	CISER	R\$ 0,11	R\$ 11,00
196	PARAFUSO FENDA 45X45	Unid.	100	CISER	R\$ 0,22	R\$ 22,00
197	PARAFUSO FENDA 48X25	Unid.	100	CISER	R\$ 0,07	R\$ 7,00
198	PARAFUSO FENDA 48X30	Unid.	100	CISER	R\$ 0,07	R\$ 7,00
199	PARAFUSO FENDA 48X45	Unid.	100	CISER	R\$ 0,07	R\$ 7,00
200	PARAFUSO FENDA 55X100	Unid.	100	CISER	R\$ 0,22	R\$ 22,00
201	PARAFUSO FENDA 55X50	Unid.	100	CISER	R\$ 0,16	R\$ 16,00
202	PARAFUSO FENDA 55X65	Unid.	100	CISER	R\$ 0,16	R\$ 16,00
203	PARAFUSO PARA REX	Unid.	20	CISER	R\$ 4,75	R\$ 95,00
204	PASTA LUBRIFICANTE P/ TUBO 300ML	Pç	10	KRONA	R\$ 2,78	R\$ 27,80
205	PINCEL 2"	Unid.	15	ROMA	R\$ 2,95	R\$ 44,25
206	PISO CERAMICO (PEI4)MED.(40X40) CM	m²	200	ROCHAGRES	R\$ 9,00	R\$ 1.800,00
207	PLAFONIER DE PLASTICO BRANCO	Unid.	300	PERLEX	R\$ 2,74	R\$ 822,00
208	PORTA CEDRO INTERNA 90X2,10	Unid.	5	--	R\$ 80,00	R\$ 400,00
209	PORTA DE CEDRO 60X2.10 METRO EXTERNA	Unid.	20	--	R\$ 58,10	R\$ 1.162,00
210	PORTA DE CEDRO 70X2.10 MT EXTERNA	Unid.	20	--	R\$ 58,10	R\$ 1.162,00
211	PORTA DE CEDRO 80X2.10 MT EXTERNA	Unid.	20	--	R\$ 58,10	R\$ 1.162,00
212	POSTE DE ALAMBRADO CURVO DE 3MTS	Pç	150	--	R\$ 21,90	R\$ 3.285,00
213	POSTE PARA CERCA 2.20M	Pç	200	--	R\$ 21,70	R\$ 4.340,00
214	PREGO 22 X 54 GALVANIZADO	Kg	20	GERDAU	R\$ 8,52	R\$ 170,40
215	PREGO C/ CABECA 12X12 GALVANIZADO	Kg	10	GERDAU	R\$ 7,38	R\$ 73,80
217	PREGO GALVANIZADO 20X42	Kg	20	GERDAU	R\$ 5,65	R\$ 113,00
218	PREGO GALVANIZADO 15X21	Kg	10	GERDAU	R\$ 8,50	R\$ 85,00

221	PREGO GALVANIZADO TELHEIRO 18X36	Kg	5	SERRANA	R\$ 6,00	R\$ 30,00
222	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO C/16 DJUNTOS C/ BARRAMENTO	Unid.	10	TAF	R\$ 30,40	R\$ 304,00
223	REBITE 4,0X10,0	Unid.	500	DURIN	R\$ 0,04	R\$ 20,00
224	REGISTRO DE PRESSÃO 3/4 COMPLETO	Unid.	40	DURIN	R\$ 6,15	R\$ 246,00
225	REGITRO 25MM COM ESFERA SOLDÁVEL	Unid.	50	DURIN	R\$ 6,25	R\$ 312,50
226	REJUNTE CINZA 5 KG	Pacte	50	LIGAFIX	R\$ 1,68	R\$ 84,00
227	ROLDANA DE ISOLAÇÃO 72X72	Pç	20	GERMER	R\$ 9,35	R\$ 187,00
228	ROLDANA PARA PORTAO 50MM	Pç	20	GERMER	R\$ 9,58	R\$ 191,60
229	ROLDANA PARA PORTAO 60MM	Pç	20	--	R\$ 9,50	R\$ 190,00
231	ROLO DE ESPUMA 23CM C/ CABO	Unid.	10	ROMA	R\$ 5,78	R\$ 57,80
232	ROLO DE ESPUMA 5CM C/ CABO	Unid.	10	ROMA	R\$ 2,03	R\$ 20,30
233	ROLO DE ESPUMA 9CM C/ CABO	Unid.	10	ROMA	R\$ 2,63	R\$ 26,30
234	ROLO DE LA 23CM COM CABO	Unid.	10	ROMA	R\$ 6,68	R\$ 66,80
235	ROLO PINTURA, LA 15CM C/ CABO	Unid.	10	ROMA	R\$ 4,95	R\$ 49,50
236	SARRAFO DE PINUS BENEFICIADO	Metro	100	--	R\$ 1,50	R\$ 150,00
237	SARRAFO DE TELHA CAMBARA	Metro	400	--	R\$ 1,39	R\$ 556,00
238	SERROTE	Unid.	5	PARABONI	R\$ 13,85	R\$ 69,25
239	SIFAO SANFONADO 1M	Unid.	40	BLUKIT	R\$ 4,80	R\$ 192,00
240	SIFAO SANFONADO DUPLO DE 1.5 MT	Unid.	10	BLUKIT	R\$ 9,85	R\$ 98,50
241	SILICONE P/ VEDAÇÃO TUBOS C/300gr	Unid.	10	TEKVET	R\$ 7,50	R\$ 75,00
242	SOLVENTE (CONT. GL = 5LT.)	Galão	10	GOL	R\$ 7,48	R\$ 74,80
243	SUPORTE PARA PRATELEIRA EM L 20CM	Unid.	40	THOMPSON	R\$ 5,45	R\$ 218,00
244	SUPORTE PARA PRATELEIRA EM L 30CM	Unid.	40	THOMPSON	R\$ 5,65	R\$ 226,00
245	SUPORTE PARA PRATELEIRA EM L 40CM	Unid.	40	THOMPSON	R\$ 9,05	R\$ 362,00
246	TABUA DE PINUS - SERRADA E BENEFICIADA	m³	1	--	R\$ 416,00	R\$ 416,00
249	TELHA FRANCESA 1ª QUALIDADE	Unid.	1000	--	R\$ 0,72	R\$ 720,00
250	TELHA PORTUGUESA REDONDA	Unid.	2000	--	R\$ 0,72	R\$ 1.440,00
251	TELHAS DE AMIANTO 50X2,44 - 5mm	Unid.	30	ETERNIT	R\$ 12,70	R\$ 381,00

252	TIJOLO 6 FUROS	Unid.	2000	CANELINHA	R\$ 0,30	R\$ 600,00
253	TINTA ACRILICA FOSCA AZUL 18L SEMELHANTE SUVINIL/SHEWILLIAS NOVA COR.	Lata	2	RESICOLOR	R\$ 98,50	R\$ 197,00
254	TINTA ACRILICA FOSCA BRANCO NEVE 18L SEMELHANTE SUVINIL/SHEWILLIAS NOVA COR.	Lata	2	RESICOLOR	R\$ 109,50	R\$ 219,00
255	TINTA ACRILICA FOSCA MARFIM 18 L	Lata	2	RESICOLOR	R\$ 118,50	R\$ 237,00
256	TINTA ACRILICA FOSCA VERMELHO 18L SEMELHANTE SUVINIL/SHEWILLIAS NOVA COR.	Lata	2	RESICOLOR	R\$ 118,50	R\$ 237,00
257	TINTA ACRILICA PARA PISO 18L	Lata	15	RESICOLOR	R\$ 114,60	R\$ 1.719,00
258	TINTA ESMALTE SINT. BRANCO NEVE (GL. 3,6L) 1ª LINHA	Galao	4	RESICOLOR	R\$ 38,20	R\$ 152,80
259	TINTA ESMALTE SINTETICA AZUL FRANCA - 3,6L (1ª QUALIDADE)	Galao	4	RESICOLOR	R\$ 38,20	R\$ 152,80
260	TINTA FUNDO P/ FERRO GALVANIZADO 900ML	Lata	10	RESICOLOR	R\$ 10,10	R\$ 101,00
261	TOMADA COMPUTADOR SOBREPOR	Unid.	30	MECTRONIC	R\$ 5,22	R\$ 156,60
262	TOMADA SISTEMA X	Unid.	50	MECTRONIC	R\$ 4,86	R\$ 243,00
263	TORNEIRA BICA MOVEL	Pç	20	DURIN	R\$ 10,10	R\$ 202,00
264	TORNEIRA JARDIM METAL CROMADO 1/2	Unid.	10	BOGNAR	R\$ 11,50	R\$ 115,00
265	TORNEIRA LAVATORIO 1194 1/2 C50 CLASSI	Unid.	15	BOGNAR	R\$ 14,50	R\$ 217,50
266	UNIAO PVC SOLDAVEL 50MM	Unid.	10	KRONA	R\$ 4,50	R\$ 45,00
267	VALVULA CROMADA CURTA PARA LAVATORIO	Unid.	10	KRONA	R\$ 3,55	R\$ 35,50
268	VASSOURA DE JARDIM	Pç	10	NOVA	R\$ 11,40	R\$ 114,00
TO-TAL	R\$ 111.119,30					

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS E DA FUTURA CONTRAÇÃO

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação, previsto no art. 15, § 3º inciso III da Lei 8.666/93, Art. 4º do Decreto Federal nº 3.931/2001, acórdão nº 991/2009-TCU.

2.1.1. A vigência dos futuros contratos estará adstrita ao tempo necessário à entrega, ao pagamento do objeto licitado e a vigência

do crédito orçamentário, e obedecido os dispostos no art. 4º § 1º do Decreto Federal 3.931/2001.

2.2 - Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Itapoá/SC não será obrigado a adquirir o objeto referido na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

3.1.2 - Os Órgãos e entidades da Administração municipal, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao Órgão Gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

3.1.3 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, quando os quantitativos forem superiores aos previstos em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

3.1.4 - A Unidade de Suprimentos, órgão gerenciador do SRP será responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação e indicará, sempre que solicitado pelos órgãos usuários, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem adquiridos, os fornecedores para os quais serão emitidos os pedidos;

3.2 - O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o especificado nos Anexos, de acordo com a respectiva classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 18/2011.

3.3 - Para cada material de que trata esta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 18/2011, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

3.4 - O preço unitário a ser pago por produto será o constante da proposta apresentada, no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 18/2011, pelas empresas detentoras da presente Ata, as quais também a integram.

CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

4.1 - A Ata de Registro de Preços terá vigência de 01 (um) ano contados da data de sua publicação, previsto no art. 15 da Lei 8.666/93, § 3º inciso III, e Art. 4º do Decreto Federal nº 3.931/2001.

4.2 - A vigência dos futuros contratos estará adstrita ao tempo necessário à entrega, ao pagamento do objeto licitado e a vigência do crédito orçamentário.

4.3 - Os materiais deverão ser entregues parceladamente, mediante requisição das Secretarias de Administração e Finanças, Educação, Obras e Serviços Públicos e/ou Saúde, que automaticamente deverá emitir o empenho do objeto requisitado, com entrega no prazo máximo de 03 (três) dias, contados do recebimento da solicitação, nos endereços indicados na emissão da ordem de entrega do produto/pedido de material/ou ordem de serviço.

CLÁUSULA QUINTA - PRAZOS E CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO

5.1 - A contratação da(s) licitante(s) vencedora(s) do presente Pregão será representada pela expedição do Contrato, emissão

de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme o disposto no art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, e Art. 11 do Decreto Federal nº 3.931/2001, e que no qual constará, no mínimo, identificação da licitação, especificações resumidas do produto licitado, quantitativo, preço unitário e total, fornecedor, local e prazo para entrega dos produtos.

5.2 - Convocação para assinatura do Contrato:

5.2.1 - Concluído o processo licitatório, homologado o seu resultado e adjudicado o objeto à(s) respectiva(s) concorrente(s) vencedora(s), esta(s) será (ão) convocada(s) por e-mail para, no prazo de 5 (cinco) dias contados da data da convocação, assinar o Contrato;

5.3 - Ao assinar a Ata de Registro de Preços, e eventualmente o contrato de fornecimento, a empresa obriga-se a vender os bens registrados, conforme especificações e condições contidas no edital, em seus anexos e também na proposta apresentada;

5.4 - Na oportunidade de assinatura da ata de registro de preços a empresa deverá trazer certidões atualizadas de regularidade fiscal junto aos seguintes órgãos: Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Prova de regularidade para com a Dívida Ativa da União, Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual, Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante, Prova de regularidade relativa à Seguridade Social - INSS e Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, em atendimento ao art. 55, inciso XIII, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetivado de acordo com a(s) proposta(s) de preços apresentada(s) pela(s) empresa(s) contratada, observado o que consta neste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à forma e condições de pagamento.

6.2 - O pagamento será efetivado mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome da Contratante, da qual deverá constar o número desta licitação, acompanhado da liberação da Secretaria Requisitante;

6.3 - O pagamento será efetuado 10 (décimo) dia após a entrega dos produtos e apresentação da nota fiscal no órgão gerenciador.

6.4 - Em caso de atraso no pagamento será aplicado como índice de atualização monetária o INPC - Índice Nacional de Preços de Consumidor.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO OU PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1 - A entrega do objeto ou prestação do serviço só estará caracterizada mediante solicitação do pedido do bem, ou do serviço.

7.2 - O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

7.3 - Os materiais deverão ser entregues acompanhados da Nota Fiscal/Fatura eletrônica correspondente.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 - As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas à Licitante/Contratada são as previstas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, neste Pregão e no Contrato.

8.2 - Penalidades que poderão ser cominadas às licitantes:

I - Multa, que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrados administrativamente ou judicialmente, correspondente a:

a) 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor da proposta por dia que exceder ao prazo para entrega do objeto;

b) 2,0% (dois por cento) do valor da proposta, pela rescisão sem justo motivo, por parte da proponente vencedora;

c) O montante de multas aplicadas à CONTRATADA não poderá ultrapassar a 10,0% (dez por cento) do valor global do Contrato.

Caso aconteça, o MUNICÍPIO terá o direito de rescindir o Contrato mediante notificação.

II - Suspensão, de acordo com o art. 7º, da Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002, a licitante e/ou Contratada, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e suspenso do Cadastro Central de Fornecedores do Município de Itapoá, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, na hipótese de:

- a) recusar-se a retirar a Autorização de Fornecimento ou assinar o contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- b) deixar de apresentar os documentos discriminados no Edital, tendo declarado que cumpria os requisitos de habilitação;
- c) apresentar documentação falsa para participar no certame, conforme registrado em ata, ou demonstrado em procedimento administrativo, mesmo que posterior ao encerramento do certame;
- d) retardar a execução do certame por conduta reprovável da licitante, registrada em ata;
- e) não manter a proposta após a homologação;
- f) desistir de lance verbal realizado na fase de competição;
- g) comportar-se de modo inidôneo durante a realização do certame, registrado em ata;
- h) cometer fraude fiscal demonstrada durante ou após a realização do certame;
- i) fraudar a execução do contrato;
- j) descumprir as obrigações decorrentes do contrato.

8.3 - Na aplicação das penalidades previstas neste Edital, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da licitante ou Contratada, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas da licitante ou Contratada, nos termos do que dispõe o art. 87, caput, da Lei nº 8.666/93.

8.4 - As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da licitante/Contratada.

8.5 - Nenhum pagamento será realizado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

8.6 - Quando comprovada uma dessas hipóteses, o Município de Itapoá poderá indicar o próximo fornecedor a ser destinado o pedido, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para a aplicação de penalidades;

CLÁUSULA NONA - DA ALTERAÇÃO DA ATA

9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

9.2 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bem registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

9.3 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

- a) convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;
- c) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

9.4 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

- a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento.

b) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação

9.5 - A alteração da Ata de Registro de Preços dependerá em qualquer caso da comprovação das condições de habilitação atualizadas do fornecedor convocado.

9.6 - Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

10.1. O restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro, revisão, repactuação ou realinhamento contratual será regido conforme art. 65, inciso II alínea "d" da Lei Federal nº 8.666/93, e poderão ser alterados com as devidas justificativas, para restabelecer a relação que as partes pactuarem inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do serviço, objetivando a manutenção inicial do contrato, mantidas as condições efetivas da proposta, teor do inciso XXI, do art. 37, da Constituição Federal. A Administração poderá ampliar a remuneração devida ao contratado proporcionalmente a majoração dos encargos, se verificada e devidamente comprovada, e restaurar a situação originária, de modo que a CONTRATADA não arque com encargos mais onerosos e perceba a remuneração contratual originária mente prevista.

10.1.1. Para este restabelecimento de equilíbrio econômico financeiro deverá ocorrer fato imprevisível quanto à sua ocorrência ou quanto as suas consequências; fato estranho as vontades das partes; fato inevitável; fato de causa de desequilíbrio muito grande no contrato - instabilidade econômica governamental.

10.2. O restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro, revisão, repactuação ou realinhamento contratual, poderá se dar a qualquer tempo desde que comprovado os pressupostos para sua efetivação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11.1- O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) presentes razões de interesse público.

11.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses acima previstas, assegurados o contraditório e ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

10.3 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

11.4 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos no item nesta cláusula, será feita mediante publicação em imprensa oficial do Município www.diariomunicipal.sc.gov.br, conforme Decreto Municipal nº 1150/2010.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DAS ORDENS DE COMPRA OU SERVIÇO, DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO.

12.1 - As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pelos Órgãos Gerenciadores/ de Administração e Finanças, Educação, Obras e Serviços Públicos e Saúde através do Secretário de Administração e Finanças, o Sr. CARLITO JOAQUIM CUSTÓDIO JÚNIOR, portador do CNPF/ MF nº: 492.980.979-72, e CI.RG: 15.128.741-7/SP e matrícula

nº 60464-0, Secretária de Educação, a Sra. VALCI TEREZINHA DE SOUZA, portadora do CNPF/MF nº: 533.363.309-63, CI.RG. nº 9.109.618-2 e matrícula nº 57844-4, Diretor de Serviços Públicos, o Sr. VILMAR MARIO DA GRAÇA, portadora do CI.RG. nº 3.559.174-5, inscrita no CNPF/MF nº: 650.856.559-15, matrícula nº 101-5, e Secretária de Saúde, a Sra. SUSINEI RIBEITO SCHULTZ, portadora do CNPF/MF nº: 944.334.299-53, CI.RG. nº 3.410.151-9 e matrícula nº 1210-6, ou servidor capacitado no ato designado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 - As questões decorrentes da utilização da presente ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da Cidade de Itapoá - SC, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, ou venha se tornar.

13.2 - E, por estarem assim justos e acordados, assinam a presente juntamente com as testemunhas nominadas.

Itapoá, 12 de setembro de 2011.

ERVINO SPERANDIO

Município de Itapoá

Prefeito Municipal

Material de Construção JPC LTDA ME

JUSSARA MATIOLO LEMONIE

SUSINEI RIBEITO SCHULTZ

Município de Itapoá

Secretária de Saúde

CARLITO JOAQUIM CUSTÓDIO JUNIOR

Município de Itapoá

Secretário de Administração e Finanças

VALCI TEREZINHA DE SOUZA

Município de Itapoá

Secretaria de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME:

CNPF/MF:

VILMAR MARIO DA GRAÇA

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

DIRETOR DE SERVIÇOS PÚBLICOS

NOME:

CNPF/MF:

Notificação

NOTIFICAÇÃO

Às

Empresas:

MATERIAIS DE CONST. TABAMAR LTDA ME CNPJ/MF: 00.263.284/0001-09

VMZ CONSTRUTORA LTDA ME CNPJ/MF: 10.725.870/0001-81

CONSTRULACER COM. E CONST. LTDA CNPJ/MF: 06.123.883/0001-03

EMPREITEIRA KALB LTDA EPP CNPJ/MF: 07.167.107/0001-78

SIFRA CONST. E INCORPORADORA LTDA CNPJ/MF: 05.927.226/0001-56

O Município de Itapoá, através da Comissão Especial de Licitação,

vem se manifestar quanto a licitação na modalidade TOMADA DE PREÇO Nº 03/2011 - Proc. nº 43/2011, para a Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimentos de materiais de construção para a edificação da sede própria da Câmara Municipal de vereadores de Itapoá/SC, não houve apresentação recurso conforme prazo findo em 12/09/2011. Portanto a sessão pública para abertura de envelopes das propostas será 16/09/2011 às 09h:30m.

Atenciosamente,

Itapoá, 13 de setembro de 2011.

CARLITO JOAQUIM CUSTÓDIO JÚNIOR

Presidente da Comissão Especial de Licitação

Decreto Municipal nº1133/2010

Joaçaba

PREFEITURA

Extrato TP 11/2011/PMJ - PL 101/2011/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 101/2011/PMJ

TOMADA DE PREÇO Nº 11/2011/PMJ

Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a manutenção da iluminação pública do Município de Joaçaba. Data da abertura: Dia 03/10/2011, a partir das 15h, na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, na Av. XV de Novembro, 378, Centro, Joaçaba (SC). Entrega dos envelopes: até as 14h30min do dia 03/10/2011, no Setor de Protocolo da Prefeitura de Joaçaba. Tipo: Execução por preço unitário. Forma de Julgamento: Menor Preço Global. Local para aquisição do Edital: O edital estará disponível para consulta no site da Prefeitura (www.joacaba.sc.gov.br) e no Setor de Compras e Licitações. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@joacaba.sc.gov.br.

Joaçaba, 13 de setembro de 2011.

RAFAEL LASKE

Prefeito

SIMAE

Errata

ERRATA

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA - SANTA CATARINA

Na publicação do SIMAE, de 13 de setembro de 2011, DOM/SC, Edição nº 823, página 61
Edital de PR31/2011

Onde lê-se:

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 21/09/2011 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Leia-se:

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser

até dia 22/09/2011 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora Presidente do SIMAE

Lauro Muller

PREFEITURA

Edital de Convocação

Lauro Müller, 14 de setembro de 2011.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Sirvo-me do presente para convocar o senhor, LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA, aprovado no Concurso Público nº 001/2010, para a função de Pedreiro, a comparecer no Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, no prazo de 10 (dez) dias úteis a partir da publicação do presente Edital de Convocação, para conhecimento da documentação necessária para a contratação e posterior tomada de posse no respectivo cargo. O não comparecimento será entendido como desistência. Sendo o que tinha para o momento, subscrevo-me.

Cordialmente,
MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Lindóia do Sul

PREFEITURA

Extrato CREDENCIAMENTO SERVIÇOS MEDICOS ESPECIALIZAÇÃO EM PEDIATRIA

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL PARA CREDENCIAMENTO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS MÉDICOS COM ESPECIALIZAÇÃO EM PEDIATRIA

Genir Loli, Secretário Municipal de Saúde e Ação Social de Lindóia do Sul - SC, torna público para conhecimento dos interessados que, de acordo com as disposições legais, se encontra aberta à possibilidade geral e irrestrita, para proceder ao Credenciamento de Prestadores de serviços médicos com especialização em pediatria. O credenciamento inicia-se a partir do dia 15 de setembro de 2011. O local e horário para retirada do Edital e para esclarecimentos e informações aos interessados, poderá ser obtido junto ao setor de compras, no Prédio da Prefeitura Municipal, situado na Rua Tamandaré, 98, Município de Lindóia do Sul - SC, telefone (0xx49) 3446.11.77, das 8:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas, em dias considerados úteis.

Lindóia do Sul-SC, 13 de setembro de 2011.
GENIR LOLI
Secretario Municipal de Saúde e Ação Social

Macieira

PREFEITURA

Publicações compras diretas mensais - Prefeitura

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Página: 1/4

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2011**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	abraçadeira	1658	4,000	1,9500	7,80
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	abraçadeira	1762	12,000	0,2500	3,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Arrame 18	1638	2,000	10,0000	20,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Botina	1622	1,000	36,0000	36,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Broca 5 mm	1761	1,000	7,0000	7,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Cabo	1704	1,000	7,5000	7,50
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Cabo de enxada	1621	1,000	5,5000	5,50
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Cadeado 40mm	1682	1,000	12,0000	12,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	CADEADO 50MM	1682	1,000	18,5000	18,50
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	cal virgem	1658	1,000	9,5000	9,50
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Carrinho de mão	1658	1,000	79,0000	79,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Cerra p/ cortar ferro	1638	2,000	3,5000	7,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Cola de cano 75g	1762	1,000	2,0000	2,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Corrente	1762	1,000	18,0000	18,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Desengripante	1585	2,000	5,5000	11,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Disco de corte	1658	2,000	7,0000	14,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Disco de Desbaste	1682	4,000	7,0000	28,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Flexinel	1761	1,000	3,0000	3,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Gancho	1762	2,000	7,0000	14,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	GRAMPO	1658	1,000	6,5000	6,50
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Interruptores	1638	1,000	3,9000	3,90
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Lampada Fluorescente	1638	2,000	11,0000	22,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Lampada Fluorescente	1761	6,000	5,0000	30,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Lata de tinta	1639	1,000	39,5000	39,50
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Lima	1682	1,000	9,8000	9,80
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Luva 20mm	1638	10,000	0,7500	7,50
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Luva 25mm	1638	10,000	0,7500	7,50
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Luvas	1622	1,000	3,2500	3,25
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Marreta	1704	1,000	47,0000	47,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	par de luvas	1658	1,000	13,0000	13,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	PARAFUSO	1704	5,000	5,0000	25,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	PARAFUSO	1761	2,000	0,1000	0,20
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Pincel médio	1639	1,000	4,5000	4,50
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Polcas	1658	20,000	0,2500	5,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Redução	1658	2,000	0,7500	1,50
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Redução	1762	2,000	1,5000	3,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Rolo de espuma	1695	1,000	13,8000	13,80
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Solvente	1639	1,000	5,5000	5,50
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Solvente	1695	1,000	5,5000	5,50
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Super triplo	1621	1,000	67,0000	67,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	TINTA BRANCA	1695	1,000	39,5000	39,50

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Página: 2/4

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Tinta Spray	1658	1,000	10,0000	10,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Tinta Spray	1762	1,000	22,0000	22,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Torneira	1638	1,000	2,7500	2,75
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Válvula	1762	1,000	21,0000	21,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	VASSOURA DE RUA GRANDE	1621	2,000	16,5000	33,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Veda rosca	1762	1,000	2,0000	2,00
AUTO POSTO GIUL LTDA	Cola silicone	1640	1,000	7,5000	7,50
AUTO POSTO GIUL LTDA	FILTRO DE AR	1570	1,000	62,0000	62,00
AUTO POSTO GIUL LTDA	FILTRO DE AR	1602	1,000	62,0000	62,00
AUTO POSTO GIUL LTDA	FILTRO DE AR	1651	1,000	17,0000	17,00
AUTO POSTO GIUL LTDA	filtro de diesel	1570	2,000	17,0000	34,00
AUTO POSTO GIUL LTDA	filtro de diesel	1602	2,000	18,0000	36,00
AUTO POSTO GIUL LTDA	filtro lubrificante	1637	1,000	32,0000	32,00
AUTO POSTO GIUL LTDA	filtro lubrificante	1651	1,000	19,8000	19,80
AUTO POSTO GIUL LTDA	MONTAGEM DE PNEU	1652	2,000	15,0000	30,00
AUTO POSTO GIUL LTDA	MONTAGEM DE PNEU	1655	2,000	15,0000	30,00
CASA DAS BATERIAS CAÇADOR LTDA ME	Bateria 160 amperes	1664	1,000	330,0000	330,00
CASA DAS BATERIAS CAÇADOR LTDA ME	Chave de alta e baixa	1611	1,000	150,0000	150,00
CASA DAS BATERIAS CAÇADOR LTDA ME	Chave do pisca	1611	1,000	150,0000	150,00
CASA DAS BATERIAS CAÇADOR LTDA ME	LAMPADA	1611	1,000	22,0000	22,00
CASA DAS BATERIAS CAÇADOR LTDA ME	Lâmpada H 3	1611	1,000	15,0000	15,00
CASA DAS BATERIAS CAÇADOR LTDA ME	MÃO DE OBRA	1612	2,000	30,0000	60,00
CASA DAS BATERIAS CAÇADOR LTDA ME	Relê auxiliar	1611	1,000	28,0000	28,00
CASA DAS BATERIAS CAÇADOR LTDA ME	Serviço de socorro	1612	1,000	110,0000	110,00
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA	Pa Lamina 3/4 x 4 1/4	1706	0,040	1.716,5200	68,66
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA	Porca sx aço 3/4 unc	1706	0,040	215,1800	8,61
CONSTRUVEL COM REPR MAT CONT	AREIA	1620	8,000	90,0000	720,00
CONSTRUVEL COM REPR MAT CONT	Cimento	1620	40,000	22,0000	880,00
CONSTRUVEL COM REPR MAT CONT	Pedra Brita nº2	1620	7,000	52,0000	364,00
DEBORTOLI COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Copia de chaves	1576	5,000	6,0000	30,00
DRESCH & CIA LTDA	Canhão lateral p/ daol	1679	1,000	420,0000	420,00
DRESCH & CIA LTDA	MANGOTE AZUL	1679	0,500	40,0000	20,00
FM PNEUS LTDA	PNEU 235/75 R 15	1641	2,000	325,0000	650,00
IRRIGASOLO SIST. IRRIG LTDA	Mangote azul "4"	1700	12,000	19,0000	228,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Balde	1764	4,000	2,0000	8,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Bateria	1705	2,000	4,9500	9,90
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	CALCULADORA	1603	1,000	8,9000	8,90
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	CALCULADORA	1698	1,000	8,9000	8,90
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Desentupidor	1571	1,000	7,5000	7,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Farinha de trigo especial	1764	1,000	1,9000	1,90
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Funil	1764	4,000	2,0000	8,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Página: 3/4

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Lâmpadas	1665	4,000	2,0000	8,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Panela de pressão	1705	1,000	35,0000	35,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Pilhas	1603	2,000	2,0000	4,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Rodo de espuma 30 cm	1571	1,000	9,0000	9,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Rolo de barbante 6 fios 700gs	1764	1,000	14,9000	14,90
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Suspiro	1764	2,000	3,0000	6,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Vassoura de nylon	1698	1,000	7,5000	7,50
J K PAPELARIA E PANIFICADORA LTDA	Tinta p/ carimbo	1760	2,000	3,5000	7,00
JOACABA PNEUS LTDA	Camara de ar	1584	2,000	72,0000	144,00
JOACABA PNEUS LTDA	Pneus FG 85 900R20	1584	2,000	960,0000	1.920,00
JUNIOR GAZES INDUSTRIAIS	OXIGÊNIO	1632	1,000	300,0000	300,00
LAVANDERIA MARACANA LTDA	Lavagem a seco	1610	1,000	36,0000	36,00
MECANICA DE BASTIANI LTDA	Balanceamento	1650	2,000	6,0000	12,00
MECANICA DE BASTIANI LTDA	Engraxada	1650	1,000	10,0000	10,00
MECANICA DE BASTIANI LTDA	MAÇANETA DE VIDRO	1649	1,000	5,0000	5,00
MECANICA DE BASTIANI LTDA	MÃO DE OBRA	1650	1,000	30,0000	30,00
MECANICA DE BASTIANI LTDA	MONTAGEM DE PNEU	1650	2,000	5,0000	10,00
MECANICA DE BASTIANI LTDA	ROLAMENTO	1649	1,000	90,0000	90,00
MECANICA FARENZENA LTDA	FILTRO DE AR	1701	2,000	35,7500	71,50
MECANICA FARENZENA LTDA	Flexível de freio	1696	1,000	55,0000	55,00
MECANICA FARENZENA LTDA	MÃO DE OBRA	1667	1,000	30,0000	30,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Material de limpeza	1666	1,000	5,0000	5,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Roldana	1666	1,000	70,0000	70,00
MECANICA ZAGO	COMPRESSOR DE AR	1744	1,000	2.015,0000	2.015,00
MECANICA ZAGO	SUPORTE DE PINO	1685	1,000	256,0000	256,00
MEPITA MECANICA PESADA LTDA	Anel trava do pinhão	1579	1,000	5,0000	5,00
MEPITA MECANICA PESADA LTDA	Eletrodo de corte OK 48	1579	1,000	25,0000	25,00
MEPITA MECANICA PESADA LTDA	Eletrodo Esab ok 48 4mm	1579	1,000	18,0000	18,00
MEPITA MECANICA PESADA LTDA	Emenda Corrente	1642	3,000	35,0000	105,00
MEPITA MECANICA PESADA LTDA	Junta Diferencial	1579	1,000	18,0000	18,00
MEPITA MECANICA PESADA LTDA	Junta semi eixo	1579	2,000	3,0000	6,00
MEPITA MECANICA PESADA LTDA	Retentor pinhão	1579	1,000	36,0000	36,00
MEPITA MECANICA PESADA LTDA	Rolamento lateral da coroa	1579	2,000	125,0000	250,00
MEPITA MECANICA PESADA LTDA	Rolamento pinhão	1579	2,000	180,0000	360,00
MEPITA MECANICA PESADA LTDA	Rolamento ponta pinhão	1579	1,000	185,0000	185,00
MEPITA MECANICA PESADA LTDA	Unha concha	1699	5,000	135,0000	675,00
NELSON ANTÔNIO CAMPAGNIM	Locação de imóvel para museu		5,000	480,0000	2.400,00
NOVA ERA COMUNICACAO VISUAL	Placa em chapa 1,25mm 600x600mm	1680	4,000	76,9125	307,65
NOVA ERA COMUNICACAO VISUAL	Placa em chapa 1,25mm 600x600mm	1681	4,000	17,5875	70,35
NOVA ERA COMUNICACAO VISUAL	Placa em chapa 1,25mm 600x600mm	1689	2,000	94,5000	189,00
NOVA ERA COMUNICACAO VISUAL	Placas	1763	2,000	300,0000	600,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Página: 4/4

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
PAULO CEZAR CIVIDINI ME	Alça pré formada 10mm	1624	2,000	1,5000	3,00
PAULO CEZAR CIVIDINI ME	Deslocamento e M.o	1575	1,000	30,0000	30,00
PAULO CEZAR CIVIDINI ME	Disjuntor Trifásico	1624	1,000	42,0000	42,00
PAULO CEZAR CIVIDINI ME	Fio de telefone	1624	10,000	0,3000	3,00
PAULO CEZAR CIVIDINI ME	Lâmpada incand 200w	1574	1,000	2,2000	2,20
PAULO CEZAR CIVIDINI ME	Lâmpada mista 250w	1574	2,000	24,7000	49,40
PAULO CEZAR CIVIDINI ME	MÃO DE OBRA	1625	1,000	140,0000	140,00
PAULO CEZAR CIVIDINI ME	Plug macho	1574	1,000	2,5000	2,50
PAULO CEZAR CIVIDINI ME	Tomada telefone EXT	1624	1,000	4,0000	4,00
PEÇAS E SERVIÇOS ABATTI LTDA	Automático	1647	1,000	154,0000	154,00
PEÇAS E SERVIÇOS ABATTI LTDA	MÃO DE OBRA	1648	1,000	50,0000	50,00
PEÇAS E SERVIÇOS ABATTI LTDA	Parafuso c/ polca	1647	4,000	0,5000	2,00
PEÇAS E SERVIÇOS ABATTI LTDA	Porta	1647	1,000	45,6000	45,60
PEÇAS E SERVIÇOS ABATTI LTDA	Regulador	1647	1,000	45,0000	45,00
PEÇAS E SERVIÇOS ABATTI LTDA	ROLAMENTO	1647	1,000	36,9900	36,99
PEÇAS E SERVIÇOS ABATTI LTDA	rolamento alternador	1647	1,000	89,9000	89,90
PEÇAS E SERVIÇOS ABATTI LTDA	Serviço de alternador	1648	1,000	50,0000	50,00
SALTONET COM. MAT. P/ INFORMÁTICA LTDA	Antena p/ roteador	1646	1,000	45,0000	45,00
SALTONET COM. MAT. P/ INFORMÁTICA LTDA	Cabo de rede	1684	1,000	549,0000	549,00
SALTONET COM. MAT. P/ INFORMÁTICA LTDA	Cabo p/ impressora	1646	2,000	6,0000	12,00
SALTONET COM. MAT. P/ INFORMÁTICA LTDA	Fita dupla face 20mmX12mm	1684	1,000	15,2000	15,20
SALTONET COM. MAT. P/ INFORMÁTICA LTDA	Fonte ATX	1684	3,000	52,0000	156,00
SALTONET COM. MAT. P/ INFORMÁTICA LTDA	Fonte modem	1684	3,000	10,0000	30,00
SALTONET COM. MAT. P/ INFORMÁTICA LTDA	Fonte usada	1684	1,000	45,0000	45,00
SALTONET COM. MAT. P/ INFORMÁTICA LTDA	Micro usado	1684	1,000	150,0000	150,00
SALTONET COM. MAT. P/ INFORMÁTICA LTDA	Modem	1684	1,000	160,0000	160,00
SALTONET COM. MAT. P/ INFORMÁTICA LTDA	Mouse TS2	1684	3,000	23,9000	71,70
SALTONET COM. MAT. P/ INFORMÁTICA LTDA	Ponteira	1684	50,000	0,5000	25,00
TECNICARD LTDA ME	Bico injetor (motor)	1748	1,000	5,0000	5,00
TECNICARD LTDA ME	Cano para ar condicionado	1748	1,000	280,0000	280,00
TECNICARD LTDA ME	FILTRO	1748	1,000	73,0000	73,00
TECNICARD LTDA ME	Geometria	1749	1,000	30,0000	30,00
TECNICARD LTDA ME	Homocinetica	1618	2,000	258,0000	516,00
TECNICARD LTDA ME	Kit estabilizador	1748	2,000	15,0000	30,00
TECNICARD LTDA ME	MÃO DE OBRA	1619	1,000	85,0000	85,00
TECNICARD LTDA ME	MÃO DE OBRA	1749	1,000	40,0000	40,00
TECNICARD LTDA ME	Modulo ar condicionado	1748	1,000	380,0000	380,00
TECNICARD LTDA ME	MONTAGEM DE PNEU	1749	4,000	5,0000	20,00
TECNICARD LTDA ME	Recarga gás ar condicionado	1748	1,000	200,0000	200,00

Total Geral do Mês ---->

19.460,06

Relatório de compras mensais - Saúde

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MACIEIRA

Página: 1/2

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Adaptador	657	1,000	5,0000	5,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Cabo	657	21,000	1,9500	40,95
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Desengripante	657	1,000	5,5000	5,50
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Fio Solido	657	4,000	1,6000	6,40
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Fita isolante	657	1,000	3,9500	3,95
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Fita Isolante 5m	657	1,000	2,5000	2,50
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Plug 3 saídas	657	4,000	6,9000	27,60
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Plug fêmea	657	3,000	3,5000	10,50
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Plug macho	657	3,000	2,9500	8,85
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Reator Convencional	657	2,000	23,0000	46,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Rolo de espuma	657	1,000	3,0000	3,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Tinta p/ carimbo	657	2,000	10,0000	20,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Torneira para jardim	657	1,000	2,7500	2,75
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Verniz fluorenato 15 gramas	657	1,000	19,5000	19,50
BIGGER CAMINHÕES LTDA	ELEMENTO	638	1,000	160,0000	160,00
BIGGER CAMINHÕES LTDA	FILTRO DE AR	638	1,000	60,0000	60,00
BIGGER CAMINHÕES LTDA	filtro lubrificante	638	1,000	58,0000	58,00
BIGGER CAMINHÕES LTDA	Jogo de patilhas	638	1,000	221,7000	221,70
BIGGER CAMINHÕES LTDA	MÃO DE OBRA	639	1,000	73,0000	73,00
BIGGER CAMINHÕES LTDA	Óleo p/ motor	638	8,000	29,5000	236,00
BIGGER CAMINHÕES LTDA	Troca de Oleo	639	0,500	73,0000	36,50
CENTERMEDI COM DE PROD HOSPITALARES LTDA	Amoxicilina 500 mg	656	3.000,000	0,0680	204,00
CENTERMEDI COM DE PROD HOSPITALARES LTDA	Maleato de Enalapril 10 mg	656	3.000,000	0,0320	96,00
CENTERMEDI COM DE PROD HOSPITALARES LTDA	Paracetamol 750 mg	656	5.000,000	0,0400	200,00
DWD SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA- ME	Deslocamento e conserto de radio mono canal	637	1,000	1.413,0000	1.413,00
GRAFICA IMAGEM LTDA	Adesivo colorido	633	50,000	5,0000	250,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Açúcar 5kg	601	4,000	10,0000	40,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Açúcar 5kg	651	1,000	10,0000	10,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Agua sanitária	601	10,000	1,1900	11,90
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Agua sanitária	651	8,000	1,1900	9,52
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Amaciante embalagem de 2 litros	601	4,000	2,7400	10,96
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Bacia plástica 20 litros	651	2,000	4,9800	9,96
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Banana Caturra	610	10,000	0,2130	2,13
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Cabo de rede	589	6,000	0,4000	2,40
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	CAFÉ	601	8,000	4,4900	35,92
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	CAFÉ	651	3,000	4,4900	13,47
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	CAIXA DE GRAMPO	589	3,000	2,0000	6,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Chave do pisca	589	3,000	5,0000	15,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	CLIPS MÉDIOS	589	3,000	1,5000	4,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	LARANJA	610	8,000	0,4011	3,21
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Mamão	610	2,000	2,0000	4,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MACIEIRA

Página: 2/2

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Pinho	651	6,000	1,9000	11,40
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Rodo plástico com borracha	601	1,000	4,6900	4,69
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Vassoura de nylon	651	2,000	5,5000	11,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Veja limpeza pesada 500 ml	601	4,000	3,2000	12,80
MECANICA ZAGO	Antena p/ roteador	603	1,000	0,4500	0,45
MECANICA ZAGO	Arruela de pressão	603	1,000	0,2100	0,21
MECANICA ZAGO	Bateria 160 amperes	603	1,000	89,5600	89,56
MECANICA ZAGO	Cabo p/ impressora	603	1,000	0,3500	0,35
MECANICA ZAGO	MÃO DE OBRA	604	1,750	38,0000	66,50
MECANICA ZAGO	Rolamento cubo trás.	603	1,000	335,3300	335,33
PAULO CEZAR CIVIDINI ME	LAMPADA	605	3,000	4,0000	12,00
PAULO CEZAR CIVIDINI ME	MÃO DE OBRA	606	1,000	80,0000	80,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Chá	602	3,000	1,8900	5,67
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Copo plástico médio	602	5,000	1,8800	9,40
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Copo plástico médio	624	15,000	1,8800	28,20
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	DETERGENTE	652	6,000	0,8900	5,34
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Detergente - 500 ml	602	8,000	0,8900	7,12
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Erva mate pacote 1 Kg	602	8,000	3,4800	27,84
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Escova pequena	602	4,000	1,9900	7,96
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Esponja feita de espuma	602	6,000	0,4400	2,64
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Esponja tipo verde amarela	652	6,000	0,4400	2,64
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Limpa vidro	602	3,000	2,1900	6,57
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Papel Higiênico branco - fardo c/ 64 rolos de 6 mt	602	1,000	34,9400	34,94
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Papel Higiênico branco - fardo c/ 64 rolos de 6 mt	652	1,000	34,9400	34,94
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Saco para lixo 30 litros pacote com 10	624	5,000	1,2900	6,45
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Saco para lixo 50 litros pacote com 10	624	5,000	1,2900	6,45
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	SAPÓLIO LÍQUIDO	602	10,000	1,9900	19,90
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	SAPÓLIO LÍQUIDO	652	5,000	1,9900	9,95
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Toalha de banho	624	2,000	8,9800	17,96
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Toalha de banho	652	2,000	8,6800	17,36
TECNICARD LTDA ME	Correia Dentada	631	1,000	36,9900	36,99
TECNICARD LTDA ME	MÃO DE OBRA	632	1,000	85,0000	85,00
TECNICARD LTDA ME	Panela de pressão	631	1,000	102,0000	102,00
VICENTE DE PIERI ME	Casco da caixa usado	655	1,000	123,0000	123,00
Total Geral do Mês ---->					4.612,28

Maracajá

PREFEITURA

Decreto Nº 051 de 13 de Setembro de 2011.

DECRETO Nº 051 DE 13 DE SETEMBRO DE 2011.

RECONHECE E DECLARA ACEITAÇÃO DA DOAÇÃO ONEROSA DE BEM IMÓVEL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wagner da Rosa, Prefeito Municipal de Maracajá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, a necessidade de ato administrativo declarando aceitação de doação de bem imóvel para lavratura de escritura pública.

Considerando, a declaração unilateral de vontade de Dejair Rossa, em doar bem imóvel destinado à regularização de rua.

Considerando, o interesse público para o desenvolvimento do Município.

Considerando, que a doação acrescenta patrimônio ao Município e que a obrigação decorrente da doação não é de prazo certo e determinado.

DECRETA:

Art. 1º Declara aceitação da doação de bem imóvel com área total de 480,00m², registrado sob a matrícula 39.519, Atual Rua João Carradore, Área Remanescente, com as seguintes Medidas e Confrontações: Ao Norte, onde mede 12,00m, com Companhia de Tecidos Eduviges Souza, atual Rua existente, Rua João Carradore; Ao Sul, onde mede 12,00m, com Companhia de Tecidos Ediviges Souza, atual Rua existente, Rua João Carradore; Ao Oeste, onde mede 40,00m, com as Áreas Desmembradas 03, 04 e 05 conforme memorial descritivo de desmembramento da matrícula 39.519; Ao Leste, onde mede 40,00m, com as Áreas Desmembradas 01 e 02 conforme memorial descritivo de desmembramento da matrícula 39.519.

Art. 2º Declara ciente de que a doação tem por finalidade a regularização da atual rua João Carradore, Centro, neste município de Maracajá, estado de Santa Catarina.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 13 de Setembro de 2011.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração em 13 de Setembro de 2011.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

Decreto Nº 043 de 14 de Julho de 2011.

DECRETO Nº 043 DE 14 DE JULHO DE 2011.

DEFINE ESTRUTURA RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO E HOMOLOGAÇÃO DOS PRODUTOS REFERENTES A CADA FASE DA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal DE MARACAJÁ, no uso das atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica do município de Maracajá e o Termo de Cooperação assinado entre as Partes.

DECRETA:

Art. 1º Fica criado o Grupo Executivo de Saneamento (GES) destinado a acompanhar e homologar os produtos referentes a cada fase da elaboração do Plano de Saneamento Básico deste Município.

Art. 2º O Grupo Executivo de Saneamento (GES) será composto por:

- Alaênio de Oliveira - Câmara de Vereadores.
- Edinei Pedro Rocha - Câmara de Vereadores.
- Gerverson Cleston Luiz - Câmara de Vereadores.
- Ivo Pedro Farias - Câmara de Vereadores.
- Silésio Pedro Gonçalves - Câmara de Vereadores.
- Lisângela Rocha de Souza - Câmara de Vereadores.
- Prezalino Ramos Neto - Câmara de Vereadores.
- Suzana Rocha Borges - Câmara de Vereadores.
- Tiago Hercílio de Souza - Câmara de Vereadores.
- Osmar Minatto - EPAGRI.
- Sônia Cardoso - EPAGRI.
- Antônio Adílio da Silveira - CASAN.
- Juliane Jorge Elias - CASAN.
- Alexandre Barcelos João - Assessor Jurídico - Prefeitura Municipal.
- Valmir Carradore- Secretário de Administração - Prefeitura Municipal.
- Diomar de Souza Machado Júnior - Chefe de Gabinete - Prefeitura Municipal.
- Dener Lucas Casagrande - Dep. De Educação - Prefeitura Municipal.
- Evânio Macalossi - Setor de Engenharia - Prefeitura Municipal.
- Francisco Demétrio da Rocha - Defesa Civil - Prefeitura Municipal.
- Geraldo Leandro - Séc. de Meio Ambiente e Turismo - Prefeitura Municipal.
- Gisele da Silva Garcia Dal Pont - Dep. Meio Ambiente - Prefeitura Municipal.
- Antenor Rocha - Sociedade Civil.
- Alacide Luiz Rocha - Dep. Agricultura - Prefeitura Municipal.
- Vilmar Leandro - Dep. Saúde - Prefeitura municipal.
- José Ailor de Medeiros - Dep. Obras - Prefeitura Municipal.
- Micheline Costa Francisco - Setor de Tributação- Prefeitura Municipal.
- Odécia Almeida de Souza - Dep. De Cultura - Prefeitura Municipal.
- Rinaldo Betcher - Vigilância Sanitária - Prefeitura Municipal.
- Suélen Calegari Monteiro - Dep. De Ass. E Bem Estar Social - Prefeitura Municipal.
- André Luiz Zandonadi - Engenheiro Agrônomo - Prefeitura Municipal.
- Lindomar Marques - Diretor de Transportes - Prefeitura Municipal.

§1º O Grupo Executivo (GES) será coordenado por Evânio Macalossi, tendo como sub-coordenadores, Valmir Carradore e Ivo Pedro Farias.

§2º São atribuições específicas do coordenador do Grupo Gestor:

I - representar o Grupo ou delegar a sua representação;

II - convocar as reuniões do Grupo sempre que solicitado por qualquer dos seus membros;

III - coordenar as reuniões e proferir o voto de qualidade nos casos de empate.

Art. 3º Ao grupo executivo compete:

a) Acompanhar todas as fases do Trabalho e decidir sobre as responsabilidades legais inerentes ao processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), aprovando tarefas, prazos, diretrizes e o resultado dos conteúdos dos trabalhos (validando os produtos referentes a cada Fase);

- b) Acompanhar e facilitar a elaboração do diagnóstico da situação do saneamento básico e de seus serviços no município;
- c) Acompanhar e decidir sobre as avaliações dos estudos, projetos e planos existentes dos diferentes componentes do saneamento, bem como outros que tenha relação com o saneamento básico;
- d) Propor ações para implementação ou melhoria dos serviços de saneamento básico do ponto de vista técnico e institucional;
- e) Colaborar e opinar no processo de construção do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB);
- f) Discutir e avaliar, o trabalho produzido pela Equipe Técnica da Empresa Consultora;
- g) Acompanhar o andamento dos trabalhos do ponto de vista da sua viabilidade técnica, operacional, financeira, social, ambiental e institucional, buscando promover a integração das ações de saneamento ambiental;
- h) Participar das reuniões preparatórias das estratégias de comunicação na mobilização da comunidade para as audiências;
- i) Participar das oficinas preparatórias dos conteúdos das audiências;
- j) Mobilizar e registrar as reuniões, as oficinas e as audiências públicas do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB).

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação

Prefeitura Municipal de Maracajá, 14 de Julho de 2011.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado o presente Decreto na Secretaria de Administração em 14 de Julho de 2011.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

Decreto Nº 045 de 03 de Agosto de 2011.

DECRETO Nº 045 DE 03 DE AGOSTO DE 2011.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, usando da competência que lhe confere a Lei nº 830 de 15 de dezembro de 2010, artigo 6º(Lei Orçamentária).

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) para suplementar no orçamento vigente as dotações abaixo:

01 - CÂMARA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

2.001 - MANUTENÇÃO DO PODER LEGISLATIVO

3.3.90.00.00.00.00.0080 (4) - Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

TOTAL R\$ 25.000,00

Art. 2º Para atender a suplementação de que trata o artigo anterior, ficam anuladas no mesmo orçamento as dotações abaixo:

01 - CÂMARA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

2.001 - MANUTENÇÃO DO PODER LEGISLATIVO

3.1.90.00.00.00.00.0080 (3) - Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

TOTAL R\$ 25.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 03 de Agosto de 2011.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto, na Secretaria de Administração, em 03 de Agosto de 2011.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

Decreto Nº 052 de 14 de Setembro de 2011.

DECRETO Nº 052 DE 14 DE SETEMBRO DE 2011.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal Nº 867 de 14 de Setembro de 2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abertura de Crédito Suplementar no valor de R\$ 155.000,00 (Cento e Cinquenta e Cinco Mil Reais), para suplementar no orçamento vigente as dotações abaixo:

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

2.004 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

3.1.90.00.00.00.00.0080 (12) - Aplicações Diretas R\$ 75.000,00

3.1.91.00.00.00.00.00.0080 (13) - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

07 - DEPTO. DE OBRAS, HABITAÇÃO E SERV.URBANOS

2.038 - ABERTURA E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS E PONTES

3.1.90.00.00.00.00.0080 (79) - Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

TOTAL R\$ 155.000,00

Art. 2º Para atender a suplementação de que trata o artigo anterior, fica anulada no mesmo orçamento a dotação abaixo:

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

0.001 - AMORTIZAÇÃO DO PRINCIPAL, ENCARGOS DA DÍVIDA E PASEP

3.2.90.00.00.00.00.00.0080 (09) - Aplicações Diretas R\$ 75.000,00

05 - DEPTO. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

1.009 - CONSTRUÇÃO DE UM COMPLEXO ESPORTIVO

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (32) - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

07 - DEPTO. DE OBRAS, HABITAÇÃO E SERV. HURBANOS

1.018 - CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS DE PASSAGEIROS

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (68) - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

2.032 - LIMPEZA DE VIAS URBANAS

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (72) - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

TOTAL R\$ 155.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 15 de Setembro de 2011.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração em 15 de Setembro de 2011.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

Lei Nº 866 de 14 de Setembro de 2011.

LEI Nº 866 DE 14 DE SETEMBRO DE 2011.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ (SC), PARA O EXERCÍCIO DE 2011.

Wagner da Rosa, Prefeito Municipal de Maracajá (SC), no uso de suas atribuições legais, faz saber aos habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o poder executivo municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no orçamento do município de Maracajá (SC) para o exercício de 2011, até o valor de R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), para a suplementação do seguinte programa:

Órgão	07	Departamento de Obras Habitação e Serviços Urbanos
Unidade	01	Departamento de Obras Habitação e Serviços Urbanos
Funcional	15.452.0045.1.016	Aquisição de Máquinas, Veículos e Equipamentos Rodoviários
Elemento	449000.00	Aplicações Diretas
Fonte de Recurso	0.1.0105	Outros

Art. 2º - Como recursos para abertura do crédito suplementar de que trata a presente Lei, a ser operada mediante Decretos específicos, serão utilizadas as receitas provenientes da Operação de Crédito autorizada pela Lei nº 855/2011.

§ 1º - Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, atendido o critério disposto no caput deste artigo.

§ 2º O saldo da operação de crédito contratada por força da lei referida no caput deste artigo que não for liberada durante o exercício deverão ser incorporadas na previsão orçamentária do próximo exercício.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Maracajá, 14 de Setembro de 2011.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a Presente Lei na Secretaria de Administração em 14 de Setembro de 2011.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

Lei Nº 867 de 14 de Setembro de 2011.

LEI Nº 867 DE 14 DE SETEMBRO DE 2011.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abertura de Crédito Suplementar no valor de R\$ 155.000,00 (Cento e Cinquenta e Cinco Mil Reais), para suplementar no orçamento vigente as dotações abaixo:

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

2.004 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (12) - Aplicações Diretas R\$ 75.000,00

3.1.91.00.00.00.00.00.0080 (13) - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

07 - DEPTO. DE OBRAS, HABITAÇÃO E SERV.URBANOS

2.038 - ABERTURA E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS E PONTES

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (79) - Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

TOTAL R\$ 155.000,00

Art. 2º Para atender a suplementação de que trata o artigo anterior, fica anulada no mesmo orçamento a dotação abaixo:

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

0.001 - AMORTIZAÇÃO DO PRINCIPAL, ENCARGOS DA DÍVIDA E PASEP

3.2.90.00.00.00.00.00.0080 (09) - Aplicações Diretas R\$ 75.000,00

05 - DEPTO. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

1.009 - CONSTRUÇÃO DE UM COMPLEXO ESPORTIVO

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (32) - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

07 - DEPTO. DE OBRAS, HABITAÇÃO E SERV. HURBANOS

1.018 - CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS DE PASSAGEIROS

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (68) - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

2.032 - LIMPEZA DE VIAS URBANAS

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (72) - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

TOTAL R\$ 155.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 14 de Setembro de 2011.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a Presente Lei na Secretaria de Administração em 14 de Setembro de 2011.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

Massaranduba**PREFEITURA****Decreto Nº. 2258 de 13 de Setembro de 2011**

DECRETO Nº. 2258 DE 13 DE SETEMBRO DE 2011

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1256 de 07 de Dezembro de 2010, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0300 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

0302 - GERÊNCIA DE PATRIMONIO

0302.004.122.0041.2010 - Administração de Serviços Gerais

0302 - 33900000 - Aplicações Diretas

0302 - 30000 - Recursos Ordinários R\$ 5.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão do Superávit Financeiro apurado no exercício de 2010.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 13 de Setembro de 2011
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURICIO PRAWUTZKI
Secretário de Adm. e Finanças

Decreto Nº. 2259 de 13 de Setembro de 2011

DECRETO Nº. 2259 DE 13 DE SETEMBRO DE 2011
Abre Créditos Suplementares

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1256 de 07 de Dezembro de 2010, DECRETA:

Art.1º. Ficam abertos os créditos suplementares no valor de R\$ 21.230,30 (Vinte e um mil, duzentos e trinta reais e trinta centavos), conforme programas e verbas abaixo discriminados:

0700 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
0701 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
0701.008.244.0080.2023 - Assistência Social à Famílias Carentes
0701 - 44900000 - Aplicações Diretas
0701 - 36300 - Bolsa Família R\$ 20.000,00

0701.008.244.0080.2026 - Manutenção do CRAS
0701 - 33900000 - Aplicações Diretas
0701 - 36300 - Bolsa Família R\$ 1.230,30

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão do Superávit Financeiro apurado no exercício de 2010.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 13 de Setembro de 2011
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURICIO PRAWUTZKI
Secretário de Adm. e Finanças

Decreto Nº. 2260 de 13 de Setembro de 2011

DECRETO Nº. 2260 DE 13 DE SETEMBRO DE 2011
Abre Créditos Suplementares

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1256 de 07 de Dezembro de 2010, DECRETA:

Art.1º. Ficam abertos os créditos suplementares no valor de R\$ 13.000,00 (Treze mil reais), conforme programa e verbas abaixo discriminados:

0700 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
0701 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
0701.008.244.0080.2023 - Assistência Social à Famílias Carentes
0701 - 33900000 - Aplicações Diretas
0701 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 3.000,00

0701 - 44900000 - Aplicações Diretas
0701 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 10.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão da anulação no valor de R\$ 13.000,00 (treze mil reais), do seguinte programa e verbas abaixo discriminados:

0700 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
0701 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
0701.008.244.0080.2023 - Assistência Social à Famílias Carentes
0701 - 31900000 - Aplicações Diretas
0701 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 8.500,00
0701 - 33500000 - Transferências a Inst. Privadas sem fins Lucrativos
0701 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 4.500,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 13 de Setembro de 2011
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURICIO PRAWUTZKI
Secretário de Adm. e Finanças

Lei Nº 1333/2011

LEI Nº 1333/2011
Denomina Via Municipal

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso das atribuições legais, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º. A R.080 passa a denominar-se de Rua das Indústrias, cuja rua é marginal da R.029, inicia-se na SC413/474 no Km 58 + 876,20 e termina no KM 58 + 326,20, com 554 metros de extensão no Bairro Industrial do Município de Massaranduba.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, 13 de Setembro de 2011
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

MAURICIO PRAWUTZKI
Secretario de Administração e Finanças

Lei Nº 1334/2011

LEI Nº 1334/2011
Dispõe sobre a Instituição do Programa de Combate ao Bullying, de ação Interdisciplinar e de participação Comunitária nas Escolas Públicas e Privadas do Município de Massaranduba/SC

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso das atribuições legais, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o Programa de Combate ao Bullying, de ação interdisciplinar e de participação comunitária, nas escolas públicas e privadas, no município de Massaranduba/SC.

Parágrafo único. Entende-se por Bullying atitudes agressivas, intencionais e repetitivas, adotadas por um indivíduo (bully) ou grupo de indivíduos contra outro(s), sem motivação evidente, causando dor, angústia e sofrimento e, executadas em uma relação desigual de poder, o que possibilita a vitimização.

Art. 2º O Bullying pode ser evidenciado através de atitudes de intimidação, humilhação e discriminação, entre as quais:

- I - insultos pessoais;
- II - apelidos pejorativos;
- III - ataques físicos;
- IV - grafitagens depreciativas;
- V - expressões ameaçadoras e preconceituosas;
- VI - isolamento social;
- VII - ameaças; e
- VIII - pilhérias.

Art. 3º O Bullying pode ser classificado de acordo com as ações praticadas:

- I - verbal: apelidar, xingar, insultar;
- II - moral: difamar, disseminar rumores, caluniar;
- III - sexual: assediar, induzir e/ou abusar;
- IV - psicológico: ignorar, excluir, perseguir, amedrontar, aterrorizar, intimidar, dominar, tyrannizar, chantagear e manipular;
- V - material: destruir, estragar, furtar, roubar os pertences;
- VI - físico: empurrar, socar, chutar, beliscar, bater; e
- VII - virtual: divulgar imagens, criar comunidades, enviar mensagens, invadir a privacidade.

Art. 4º Para a implementação deste Programa, a unidade escolar criará uma equipe multidisciplinar, com a participação de docentes, alunos, pais e voluntários, para a promoção de atividades didáticas, informativas, de orientação e prevenção.

Art. 5º São objetivos do Programa:

- I - prevenir e combater a prática de Bullying nas escolas;
- II - capacitar docentes e equipe pedagógica para a implementação das ações de discussão, prevenção, orientação e solução do problema;
- III - incluir, no Regimento Escolar, após ampla discussão no Conselho de Escola, regras normativas contra o Bullying;
- IV - esclarecer sobre os aspectos éticos e legais que envolvem o Bullying;
- V - observar, analisar e identificar eventuais praticantes e vítimas de Bullying nas escolas;
- VI - discernir, de forma clara e objetiva, o que é brincadeira e o que é Bullying;
- VII - desenvolver campanhas educativas, informativas e de conscientização com a utilização de cartazes e de recursos de áudio e áudio-visual;
- VIII - valorizar as individualidades, canalizando as diferenças para a melhoria da auto-estima dos estudantes;
- IX - integrar a comunidade, as organizações da sociedade e os meios de comunicação nas ações multidisciplinares de combate ao Bullying;
- X - coibir atos de agressão, discriminação, humilhação e qualquer outro comportamento de intimidação, constrangimento ou violência;
- XI - realizar debates e reflexões a respeito do assunto, com ensinamentos que visem a convivência harmônica na escola;
- XII - promover um ambiente escolar seguro e sadio, incentivando a tolerância e o respeito mútuo;
- XIII - propor dinâmicas de integração entre alunos e professores;
- XIV - estimular a amizade, a tolerância, o respeito às diferenças individuais, a solidariedade, a cooperação e o companheirismo no ambiente escolar;
- XV - orientar pais e familiares sobre como proceder diante da prática de Bullying; e
- XVI - auxiliar vítimas e agressores.

Art. 6º Compete à unidade escolar aprovar um plano de ações para a implantação das medidas previstas no Programa e integrá-lo ao Projeto Político Pedagógico.

Art. 7º Fica autorizada a realização de convênios e parcerias para a garantia do cumprimento dos objetivos do Programa.

Art. 8º A escola poderá encaminhar vítimas e agressores aos serviços de assistência médica, social, psicológica e jurídica, que poderão ser oferecidos por meio de parcerias e convênios.

Art. 9º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de noventa dias a contar da data de sua publicação.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, 13 de Setembro de 2011
MARIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,
MAURICIO PRAWUTZKI
Secretário de Administração e Finanças

Lei Nº 1335/2011

LEI Nº 1335/2011

"Ficha Limpa - Disciplina a nomeação para cargos em comissão no âmbito dos órgãos do Poder Executivo e Legislativo Municipal e dá outras providências"

MARIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso das atribuições legais, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica vedada à nomeação para cargos em comissão no âmbito dos órgãos do Poder Executivo e Legislativo do município de Massaranduba, pessoas que estão inseridas nas seguintes hipóteses:

I - Os que tenham contra a sua pessoa representação julgada procedente pela Justiça Eleitoral, em decisão transitada em julgado, em processo de apuração de abuso do poder econômico ou político, desde a decisão até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos;

II - Os que forem condenados, em decisão transitada em julgado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena, pelos crimes:

- a) contra a economia popular, a fé pública, a administração pública ou o patrimônio público;
- b) contra o patrimônio privado, o sistema financeiro, o mercado de capitais e os previstos na lei que regula a falência;
- c) contra o meio ambiente e a saúde pública;
- d) eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade;
- e) de abuso de autoridade, nos casos em que houver condenação a perda do cargo ou à inabilitação para o exercício de função pública;
- f) de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores;
- g) de tráfico de entorpecentes e drogas afins, racismo, tortura, terrorismo e hediondos;
- h) de redução à condição análoga à de escravo;
- i) contra a vida e a dignidade sexual;
- j) praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando;

III - Os que forem declarados indignos do oficialato ou com ele incompatíveis, pelo prazo de 8 (oito) anos;

IV - Os que tiverem suas contas relativas às exercícios de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure o ato doloso de improbidade administrativa, e por decisão irrecorrível do órgão competente, salvo se esta houver sido suspensa ou anulada pelo Poder Judiciário, aplicando-se o disposto no inciso II do art. 71 da CF, a todos os ordenadores de despesa, sem exclusão de mandatários que houverem agido nessa condição, desde a decisão até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos;

V - Os detentores de cargo na administração pública direta, indireta ou fundacional, que beneficiarem a si ou a terceiros, pelo abuso de poder econômico ou político, que forem condenados em decisão transitada em julgado, desde a decisão até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos;

VI - Os que forem condenados, em decisão transitada em julgado, por corrupção eleitoral, por captação ilícita de sufrágio, por doação, captação ou gastos ilícitos de recurso de campanha ou por conduta vedada aos agentes públicos em campanhas eleitorais que impliquem em cassação do registro ou do diploma, desde a decisão até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos;

VII - Os que forem condenados a suspensão dos direitos políticos, em decisão transitada em julgado, por ato doloso de improbidade administrativa que importe lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito, desde a condenação ou o trânsito em julgado até o prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena;

VIII - Os que forem excluídos do exercício da profissão, por decisão sancionatória do órgão profissional competente, em decorrência de infração ético-profissional, pelo prazo de 8 (oito) anos, salvo se o ato houver sido anulado ou suspenso pelo Poder Judiciário;

IX - Os que forem demitidos do serviço público em decorrência de processo administrativo ou judicial pelo prazo de 8 (oito) anos contado da decisão, salvo se o ato houve sido suspenso ou anulado pelo Poder Judiciário.

X - Os servidores do Poder Executivo e Legislativo, que forem aposentados compulsoriamente por decisão sancionatória, e que tenham perdido o cargo por sentença ou que tenham pedido exoneração ou aposentadoria voluntária na pendência de processo administrativo disciplinar, pelo prazo de 8 (oito) anos;

Parágrafo único: a vedação prevista no inciso II do artigo 1º não se aplicou aos crimes culposos e aqueles definidos em lei como de menor potencial ofensivo, nem aos crimes de ação penal privada.

Art. 2º Todos os atos efetuados em desobediência às vedações previstas nesta Lei serão considerados nulos a partir da sanção desta legislação.

Art. 3º Caberá ao Poder Executivo Municipal e ao Poder Legislativo, de forma individualizada a confirmação de seus atos em obediência a presente lei, com a possibilidade de requerer aos órgãos competentes informações e documentos que entender necessários para o cumprimento das exigências legais.

Art. 4º O nomeado ou designado, obrigatoriamente antes da posse, terá ciência das restrições e declarará por escrito não se encontrar inserido nas vedações do artigo 1º.

Art. 5º O Prefeito Municipal e o Presidente da Câmara de vereadores de Massaranduba dentro do prazo de 90 dias, contados da publicação da lei, promoverão a exoneração dos atuais ocupantes de cargos de provimento em comissão nas situações previstas no art. 1º.

Parágrafo único: Os atos de exoneração produzirão efeitos a contar de suas respectivas publicações.

Art. 6º As denúncias de descumprimento da lei deverão ser encaminhadas ao Ministério Público que ordenará as providências cabíveis na espécie.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, 13 de Setembro de 2011
MARIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

MAURICIO PRAWUTZKI
Secretario de Administração e Finanças

Processo Licitatório Nº. 89/2011
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 89/2011
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 35/2011

A Prefeitura Municipal de Massaranduba, torna público que de acordo com a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial, com adjudicação por item, objetivando a aquisição de INSTRUMENTOS MUSICAIS E ESTOJOS para a Banda Marcial Ministro Pedro Aleixo.

ENTREGA DAS AMOSTRAS: 27/09/2011, até as 10:00 h na Secretaria da Educação Municipal.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 14:00 h do dia 30/09/2011
CREDENCIAMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS: 14:30 h do dia 30/09/2011. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital e outras informações poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Massaranduba, situada na Rua 11 de Novembro, 2765 - Centro, das 7:30h as 11:30h e das 13:00h as 17:00h ou site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 15 de Setembro de 2011.
MARIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Meleiro

PREFEITURA

Decreto n.º 051/2011.
DECRETO n.º 051/2011.
ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro em exercício, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal n.º 1.464/2010, de 25 de Novembro de 2010.

D E C R E T A

Art. 1.º A Dotação Orçamentária abaixo relacionada fica suplementada no valor de R\$ 3.100,00 (Três mil e cem reais), nestes termos:

12 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
120108244.2052 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência

Social
4.4.90.00.00.00.00.00.0132.0 - Aplicações Diretas (179) R\$ 3.100,00
Total R\$ 3.100,00

Art. 2.º Para atender os créditos que trata o artigo 1.º, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação Orçamentária.

12 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
120108244.2053 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social
3.3.90.00.00.00.00.00.0132.0 - Aplicações Diretas (173) R\$ 3.100,00
Total R\$ 3.100,00

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 01 de Setembro de 2011.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças.

Lei Nº. 1514/2011

LEI nº. 1514/2011
TRATA DA AQUISIÇÃO DE BEM IMÓVEL PARA AMPLIAÇÃO DA AVENIDA ANTONIO WALMOR CANELA.

O Prefeito Municipal DE MELEIRO faz saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a desapropriar e comprar amigável ou judicial o seguinte bem imóvel, para fins de ampliação da Avenida Antonio Walmor Canela, conforme discriminado abaixo.

I - "Um terreno urbano com área de cento e doze metros e quarenta e um centímetros quadrados (112,41m²), sito na Cidade de Meleiro, desta Comarca, sendo o lote 02, da quadra 01, com formato irregular, confrontando: ao NORTE medindo (25,00) metros com a Avenida Antonio Walmor Canela; ao SUL com (26,53) metros com o lote 01 de Pedro Weschenfelder; ao LESTE medindo (0,11) metros com a Avenida Antonio Walmor Canela e ao OESTE com (8,89) metros com a Avenida Antonio Walmor Canela, de propriedade de PEDRO WESCHENFELDER, CPF nº. 362.048.540-20, RG nº. 1008040626, registrado sob o Matrícula nº. 26.764, Livro 2, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Turvo-SC."

Art. 2º - O valor total a ser pago pelo Município de Meleiro para aquisição do imóvel citado será no montante de R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais).

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária 4.490.00.0000.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas do orçamento vigente.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Meleiro, 14 de setembro de 2011.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Aviso de Licitação - Pregão Presencial N.º 010/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERV. AUT. MUN. DE AGUA E ESGOTO - SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 010/2011

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO DE MELEIRO - SAMAE torna público para conhecimento dos interessados que no dia 28/09/2011, às 09:30 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas de PREGÃO PRESENCIAL N.º 010/2011, objetivando a AQUISIÇÃO DE UMA BOMBA SUBMERSA DE ALTA VAZÃO (instalada) PARA A ESTAÇÃO DE CAPTAÇÃO DE AGUA DO MUNICIPIO - ETA. A integra do Edital e maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, 371 - Meleiro/SC, no horário das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 as 17:00 horas, de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone 0XX48-5371110. A retirada do Edital poderá ser feita no endereço acima citado, ou solicitado via e-mail.

Meleiro, 14 de setembro de 2011.

EVERALDO MARTINS

Diretor SAMAE

CONVITE

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

CONVITE

Jonnei Zanette, Prefeito Municipal, vem por meio deste convidar Vossa Senhoria para Audiência Publica no dia 27.09.2011, às 18:00 hs, na dependência da Câmara Municipal de Meleiro, para demonstração das metas fiscais do 2º Quadrimestre de 2011, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/00, e a discussão para elaboração da Lei Orçamentária Anual para o Ano de 2012.

Certo de seu comparecimento antecipo agradecimento.

Meleiro (SC), 09 de Setembro de 2011.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Monte Carlo

PREFEITURA

Extrato de Contrato Administrativo de CONTRATAÇÃO de SERVIÇOS de MANUTENÇÃO MECANICA e FORNECIMENTO de PEÇAS Nº 53/2011.

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO MECANICA E FORNECIMENTO DE PEÇAS Nº 53/2011.

Pelo presente instrumento que entre si celebram, de um lado o Município de Monte Carlo, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 95.996.104/0001-04 com sede sito à SC 456 KM 15 - Centro, neste ato representado por seu Prefeito, o Sr. Antoninho Tiburcio Gonçalves, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a empresa DALMASS COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA ME inscrita no CNPJ nº 09.261.131/0002-88 representada neste ato pelo Sr. Tércius Ulisses Dalmass, brasileiro, comerciante, portador da carteira de identidade nº. 12/R- 2.436.863, CPF nº 944.781.129-91, residente e domiciliado em Joaçaba - SC, doravante denominado

simplesmente CONTRATADO, tem justo e contratado o presente Contrato de Prestação de Serviços, e pelas cláusulas e condições que abaixo seguem:

Nos termos do Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial nº 28/2011, bem como, das normas da Lei 8.666/93 e alterações subseqüentes e Lei 10.520/02, firmam o Contrato mediante as cláusulas e condições abaixo.

O presente Pregão tem como objeto à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO DA PÁ CARREGADEIRA MICHIGAM, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS, conforme anexo V do edital.

O valor do LOTE 01 é de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais), e, do LOTE 02 é de R\$ 7.700,00 (sete mil e setecentos reais), totalizando o montante total de R\$ 21.700,00 (vinte e um mil e setecentos reais). Pelos serviços de manutenções e pelas peças, conforme proposta apresentada no processo de licitação a que este contrato se originou.

As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta de dotação própria do orçamento do exercício de 2011 e terá a seguinte classificação orçamentária:

71 09.02 2.023 3.3.90.00.00.00.00
MANUTENÇÃO DO DPTO DE OBRAS PÚBLICAS

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Monte Carlo, 13 de setembro de 2011.

CONTRATADA
DALMASS COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA - ME
TÉRCIUS ULISSES DALMASS

CONTRATANTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARLO/SC
ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES

Pregão Eletrônico Nº 06/2011

AVISO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE MONTE CARLO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO LICITAÇÃO 109/2011 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2011
REGISTRO DE PREÇOS

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE do Município de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, situado na Rodovia SC 456, Km 15 - Centro, Cep.: 89618-000, no Município de Monte Carlo-SC, informa que encontra-se aberta licitação na modalidade pregão eletrônico, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br, com a finalidade de selecionar propostas objetivando o REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras Conforme as necessidades de MEDICAMENTOS DA FARMÁCIA BÁSICA E HOSPITALAR, conforme especificações do ANEXO I.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/02, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, o Decreto MUNICIPAL nº 57/2010, e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

- Recebimento das propostas:
o das 08:00hs do dia 15/09/2011, às 08:45hs do dia 27/09/2011;
- Limite para impugnação ao edital:
o 09:00hs do dia 25/09/2011
- Início da Sessão Pública do pregão:
o 09:00hs do dia 27/09/2011.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições

constantes do edital.

As dúvidas pertinentes à presente licitação poderão ser esclarecidas da seguinte maneira:

- Telefone: (049) 3546 0194

- E-mail: compras@montecarlo.sc.gov.br

- Endereço: Rodovia SC 456, Km 15 - Centro, Cep: 89618-000 - Monte Carlo-SC.

OBS.: O ANEXO OBRIGATÓRIO SOLICITADO PELO SISTEMA É AUTORIZAÇÃO DA ANVISA PARA COMERCIALIZAR, DISTRIBUIR OU FABRICAR OS MEDICAMENTOS.

Monte Carlo-SC, 13 de setembro de 2011

MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA

Gestor do Fundo

Navegantes

PREFEITURA

Aviso de Licitação - CREDENCIAMENTO Nº. 001/2011FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº. 001/2011FMS

O Fundo Municipal de Saúde de Navegantes, torna público que estará credenciando, no âmbito do município de Navegantes, pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços de ÓRTESES, PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS NÃO RELACIONADOS AO ATO CIRÚRGICO AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE.

As empresas interessadas poderão credenciar-se a partir de 26 de setembro de 2011.

O edital completo encontra-se a disposição na internet, no endereço www.navegantes.sc.gov.br, ou não sendo possível, poderá ser obtido através de cópias, as expensas dos interessados, na sede da Prefeitura Municipal de Navegantes, sito a rua João Emílio, nº 100, Centro, neste Município.

O credenciamento somente se efetivará após publicação do extrato do termo de credenciamento no Diário Oficial dos Municípios-DOM.

Navegantes, 08 de setembro de 2011.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Nova Trento

PREFEITURA

DEcreto Nº 089/2011

Decreto nº 089/2011

Designa Aprígio José Botameli, como Pregoeiro.

Orivan Jarbas Orsi, Prefeito Municipal de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o Art. 94, item VIII da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE;

Art. 1º - Designar o servidor público municipal Aprígio José Botameli, concursado, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, nomeado para o cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Serviços de Contabilidade, Nível CC-7, como PREGOEIRO, dos

Certames Licitatórios, na modalidade Pregão, a serem realizados pelo Setor de Licitações, a partir desta data, até 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Designar inclusive, os membros da comissão de licitação, designados pela Portaria nº 001/2011, como Presidente: Aprígio José Botameli; Membros Efetivos: Cátia Maria Burigo e Valdemir Luiz Quaiatto; Membros Suplentes: Valquiria Saramento e Moisés Cipriani, como equipe de apoio, quando da abertura de processos licitatórios, na modalidade PREGÃO.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 14 de setembro de 2011.
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio e publicado no Diário Oficial dos Municípios, nos termos do Art.1º, parágrafo Único do Decreto nº 039/2009.

MOISÉS CIPRIANI
Secretário M. Administração e Finanças

Decreto Nº 090/2011

Decreto nº 090/2011
Designa Aprígio José Botameli, como Leiloeiro.

Orivan Jarbas Orsi, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o Art. 94, item VIII da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE;

Art. 1º - Designar o servidor público municipal Aprígio José Botameli, concursado, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, nomeado para o cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Serviços de Contabilidade, Nível CC-7, como Leiloeiro, dos Certames Licitatórios, a serem realizados pelo Setor de Licitações, a partir da presente data, até 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Designar inclusive, os membros da comissão de licitação, designados pela Portaria nº 001/2011, Aprígio José Botameli - Presidente; Membros Efetivos: Cátia Maria Burigo e Valdemir Luiz Quaiatto; Membros Suplentes: Valquiria Saramento e Moisés Cipriani, como equipe de apoio, quando da abertura de processos licitatórios, na modalidade Leilão.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 14 de setembro de 2011.
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado presente Decreto, em 16 de outubro de 2009.

MOISÉS CIPRIANI
Secretário M. Administração e Finanças

Homologação PL 068/2011 - TP 001/2011

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PL 068/2011 - TP 001/2011
Prefeitura de Nova Trento
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 068/2011 - TOMADA DE PREÇO Nº 001/2011

O prefeito, ORIVAN JARBAS ORSI, no uso de suas atribuições, que

lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

1) HOMOLOGAR e ADJUDICAR o Processo Licitatório nº 068/2011, nos seguintes termos:

Modalidade: TOMADA DE PREÇO Nº 001/2011

Objeto: Execução dos serviços de Drenagem Pluvial a serem executados na Rua Domênico Orsi - cidade de Nova Trento/SC, incluindo o fornecimento dos materiais, mão de obra e equipamentos necessários.

Empresa Vencedora: ANDRADE & AMORIM PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM LTDA ME.

Valor: R\$ 103.999,92 (cento e tres mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e dois centavos).

2) AUTORIZAR a emissão das Notas de Empenho correspondentes

Nova Trento/SC, 22 de junho de 2011.

ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito

Homologação PL 075/2011 - CV 014/2011

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PL 075/2011 - CV 014/2011

Prefeitura de Nova Trento

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 075/2011 - CARTA CONVITE Nº 014/2011

O prefeito, ORIVAN JARBAS ORSI, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

1) HOMOLOGAR e ADJUDICAR o Processo Licitatório nº 075/2011, nos seguintes termos:

Modalidade: CARTA CONVITE Nº 014/2011

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de Serviços de Pavimentação com Lajotas sextavadas, a ser executado na Rua Florianópolis, Trecho Sul, fazendo ligação com SC-411, total de 1.461,94 m², com confecção de 11 (onze) bocas de lobo. Empresa Vencedora: ANDRADE & AMORIM PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM LTDA ME.

Valor: R\$ 76.773,87 (setenta e seis mil, setecentos e setenta e tres reais e oitenta e sete centavos).

2) AUTORIZAR a emissão das Notas de Empenho correspondentes

Nova Trento/SC, 28 de junho de 2011.

ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito

Homologação PL 077/2011 - PP 024/2011

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PL 077/2011 - PP 024/2011

Prefeitura de Nova Trento

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/2011 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2011

O prefeito, ORIVAN JARBAS ORSI, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

1) HOMOLOGAR e ADJUDICAR o Processo Licitatório nº 077/2011, nos seguintes termos:

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2011

Objeto: Contratação de Mão de Obra de Calceteiro para colocação de lajotas, meio-fio e reforma de três bocas de lobo executado na Rua José Minatti no Bairro Trinta Reis, total de 518 m².

Empresa Vencedora: JOSÉ CARLOS BERNARDES ME.

Valor: R\$ 6.886,00 (seis mil oitocentos e oitenta e seis reais).

2) AUTORIZAR a emissão das Notas de Empenho correspondentes

Nova Trento/SC, 13 de julho de 2011.
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito

Homologação PL 078/2011 - CV 015/2011

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PL 078/2011 - CV 015/2011

Prefeitura de Nova Trento

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 078/2011 - CARTA CONVITE Nº 015/2011

O prefeito, ORIVAN JARBAS ORSI, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

1) HOMOLOGAR e ADJUDICAR o Processo Licitatório nº 078/2011, nos seguintes termos:

Modalidade: CARTA CONVITE Nº 015/2011

Objeto: Contratação de empresa especializada em fabricação e instalação de abrigos de passageiros de ônibus, com fornecimento de peças, de acordo com a disponibilidade do produto e, ainda, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas nos anexos.

Empresa Vencedora: APOIO SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA. ME.

Valor: R\$ 23.850,00 (vinte e tres mil, oitocentos e cinquenta reais).

2) AUTORIZAR a emissão das Notas de Empenho correspondentes

Nova Trento/SC, 25 de julho de 2011.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito

Homologação PL 082/2011 - PP 027/2011

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PL 082/2011 - PP 027/2011

Prefeitura de Nova Trento

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 082/2011 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2011

O prefeito, ORIVAN JARBAS ORSI, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

1) HOMOLOGAR e ADJUDICAR o Processo Licitatório nº 082/2011, nos seguintes termos:

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2011

Objeto: Contratação de Mão de Obra de Calceteiro para colocação de 1.815m² lajotas, 330 ML de meio-fio e reforma de 24 bocas de lobo a ser executado na Rua ROSA MILIORIN CECCATO no Bairro Trinta Reis.

Empresa Vencedora: JOSÉ CARLOS BERNARDES ME.

Valor: R\$ 23.200,00 (vinte e tres mil e duzentos reais)

2) AUTORIZAR a emissão das Notas de Empenho correspondentes

Nova Trento/SC, 01 de agosto de 2011.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito

Homologação PL 084/2011 - CV 016/2011

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PL 084/2011 - CV 016/2011

Prefeitura de Nova Trento

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 084/2011 - CARTA CONVITE Nº 016/2011

O prefeito, ORIVAN JARBAS ORSI, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei

8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

1) HOMOLOGAR e ADJUDICAR o Processo Licitatório nº 084/2011, nos seguintes termos:

Modalidade: CARTA CONVITE Nº 016/2011

Objeto: Contratação de Empresa para Execução de serviços, incluindo o fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos necessários, para reforma dos Vestiários Feminino, Masculinos e lanchonete, além da reforma do telhado e partes metálicas que cobrem as áreas a serem reformadas, no Ginásio de Esportes Inácio Gullini.

Empresa Vencedora: CONSTRUTORA JRM LTDA ME.

Valor: R\$ 86.865,32 (oitenta e seis mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e trinta e dois centavos)

2) AUTORIZAR a emissão das Notas de Empenho correspondentes

Nova Trento/SC, 01 de agosto de 2011.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito

Homologação PL 085/2011 - TP 002/2011

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PL 085/2011 - TP 002/2011

Prefeitura de Nova Trento

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 085/2011 - TOMADA DE PREÇO Nº 002/2011

O prefeito, ORIVAN JARBAS ORSI, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

1) HOMOLOGAR e ADJUDICAR o Processo Licitatório nº 085/2011, nos seguintes termos:

Modalidade: TOMADA DE PREÇO Nº 002/2011

Objeto: Contratação de empresa do ramo para execução dos serviços de construção de uma Escola de Educação Infantil - Creche Tipo C, no Bairro Trinta Réis, nesta cidade de Nova Trento, com área total de 564,47 m²., de acordo com os Projetos (disponíveis no site: <http://www.fn-de.gov.br/index.php/proinf-consultas/943-projeto-executivo-unidade-120-criancas>), Memorial descritivo e quantitativo (anexos).

Empresa Vencedora: JLT CONSTRUÇÕES LTDA.

Valor: R\$ 614.597,00 (seiscentos e catorze mil, quinhentos e noventa e sete reais).

2) AUTORIZAR a emissão das Notas de Empenho correspondentes

Nova Trento/SC, 29 de agosto de 2011.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito

Homologação PL 086/2011 - PP 028/2011

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PL 086/2011 - PP 028/2011

Prefeitura de Nova Trento

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 086/2011 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2011

O prefeito, ORIVAN JARBAS ORSI, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

1) HOMOLOGAR e ADJUDICAR o Processo Licitatório nº 086/2011, nos seguintes termos:

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2011

Objeto: Contratação de Mão de Obra de Calceteiro para colocação de 2.162 m² de lajotas a ser executado no Pátio do Ginásio Inácio Gullini (em frente à Rua dos Imigrantes - Bairro Centro).

Empresa Vencedora: JOSÉ CARLOS BERNARDES ME.

Valor: R\$ 17.728,40 (dezessete mil, setecentos e vinte e oito reais)

e quarenta centavos)
2) AUTORIZAR a emissão das Notas de Empenho correspondentes

Nova Trento/SC, 04 de agosto de 2011.
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito

Homologação PL 089/2011 - CV 017/2011

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PL 089/2011 - CV 017/2011

Prefeitura de Nova Trento

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 089/2011 - CARTA CONVITE Nº 017/2011

O prefeito, ORIVAN JARBAS ORSI, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

1) HOMOLOGAR e ADJUDICAR o Processo Licitatório nº 089/2011, nos seguintes termos:

Modalidade: CARTA CONVITE Nº 017/2011

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de Serviços de Pavimentação com Lajotas sextavadas, num total de 1.910,28 m² e colocação de 540 ML de meio fio, com o fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos necessários a serem executados na Rua Domênico Orsi, Bairro Besenello.

Empresa Vencedora: ANDRADE & AMORIM PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM LTDA ME.

Valor: R\$ 92.223,82 (noventa e dois mil, duzentos e vinte e tres reais e oitenta e dois centavos)

2) AUTORIZAR a emissão das Notas de Empenho correspondentes

Nova Trento/SC, 29 de agosto de 2011.
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito

Editais Infracao172311232648866326968_105547

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 153 621/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
MCJ2657	55233923C	OSVALDO JORGE	6920/0	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 30 DE AGOSTO DE 2011

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI

DELEGADO DE POLICIA

Edital Infracao172311232648866326968_105635

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 153 622/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
DYD6505	55233936C	CARMEM ZARDIN	6920/0	233
IGB1848	55233943C	NELSO EMMERT	6920/0	233
KOD3588	55929248C	CARLOS ALBERTO FELIX	5568/0	181 * XIX
LYZ9487	54918672D	EMILI CRISTIE MARCHIORI	5010/0	162 * I
MBG2520	55929138C	JOSE LUIZ PORTO	5568/0	181 * XIX
MER8794	54918606D	VANDERLEY DALMOLIN	5568/0	181 * XIX
MEW5942	54918609D	DJALMA FELIX JUNIOR	5568/0	181 * XIX
MFO0788	54918667D	JOAO ARLINDO BRISOLA	6912/0	232
MFO0788	54918668D	JOAO ARLINDO BRISOLA	5045/0	162 * V
MFP2915	54918612D	SANDRO PAGANI	5460/0	181 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 6 DE SETEMBRO DE 2011

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI

DELEGADO DE POLICIA

Edital Infracao172311232648866326968_105646

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 153 619/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
MBI2052	55929131C	GEOVANE COLZANI	5568/0	181 * XIX
MBQ4500	55929129C	GENESIO COELHO	5568/0	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 30 DE AGOSTO DE 2011

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI

DELEGADO DE POLICIA

Edital Infracao172311232648866326968_105708

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 153 618/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
ABT6151	55929395C	ALTINO QUEVEDO	6599/2	230 * V
ACV4956	55928981C	SIDNEI MANTUANELLI	5568/0	181 * XIX
LWX8180	55233918C	TARCISIO MARINO BATTISTI	6920/0	233
LXB2314	55929068C	MOACIR MONTIBELLER	5010/0	162 * I
LXB2314	55929069C	MOACIR MONTIBELLER	6599/2	230 * V
LXB2314	55929070C	MOACIR MONTIBELLER	6602/0	230 * VI
LXB2314	55929071C	MOACIR MONTIBELLER	6637/1	230 * IX
LXF4325	55679411B	LUCINEI SCHMITT	5185/1	167
LXF4325	55679411B	LUCINEI SCHMITT	5185/2	167
LZW1883	55929330C	TIAGO FERNANDES	6599/2	230 * V
LZX3096	55929265C	VIRGILIO DAROS	6912/0	232
MAH8017	55929431C	CARLOS ALBERTO ELEUTERIO	5568/0	181 * XIX
MBH4245	55929374C	VALDERI LEMOS FERREIRA	5010/0	162 * I
MBX0348	55928982C	JAQUELINE EMANUELE NUNES PACHECO	5568/0	181 * XIX
MCS1939	55929318C	ALCIDES JOSE VOLTOLINI	6912/0	232
MDM0372	55929217C	VIVIANE VENTURA MARQUES	5568/0	181 * XIX
MEO2203	55928787C	HELIETE ARAGAO	5568/0	181 * XIX
MGI4880	55929547C	JERUZA KELIS CIPRIANI RODRIGUES PEREIRA	5568/0	181 * XIX
MGI6815	55929212C	ELVIMAR TEIXEIRA	5568/0	181 * XIX
MGQ7406	55928792C	VILMAR JOSE GIANESINI	5568/0	181 * XIX
MHB3516	55929546C	CLAUDIO ROBERTO BORGES DA SILVA	5568/0	181 * XIX
MHD7747	55929085C	TICIANE TERESINHA SKRINGS	5568/0	181 * XIX
MHK9364	55929483C	MARCIO JOSE MORAES	5568/0	181 * XIX
MHS7757	55929286C	LUIZ MARTINS TSUZUKI	5185/1	167
MJC7440	55929258C	NILO LUCIANO MOROSKI	5568/0	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTA/SC, 30 DE AGOSTO DE 2011

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI

DELEGADO DE POLICIA

Editais Infracao172311232648866326968_105740

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 153 617/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
LZO8218	55679945B	LUIZ FERNANDO PIVA	6610/2	230 * VII
MCY5738	55234257C	ALLAN CARLOS MARCHI	7323/2	252 * II
MCY5738	55234258C	ALLAN CARLOS MARCHI	5185/1	167
MEL8089	54918651D	JAIRO BORGES	5010/0	162 * I
MEL8089	54918652D	JAIRO BORGES	5118/0	164 c/c 162 * I
MEL8089	54918653D	JAIRO BORGES	6599/2	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 30 DE AGOSTO DE 2011

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI

DELEGADO DE POLÍCIA

Editais Infracao172311232648866326968_105821

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 153 615/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
MBL7431	55929118C	CLAUDENIR DOS SANTOS	5568/0	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 30 DE AGOSTO DE 2011

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI

DELEGADO DE POLICIA

Edital Infracao172311232648866326968_105846

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 153 614/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
AGH9531	55679237B	GILMAR ANTUNES	5185/2	167
LXZ9012	55679247B	DOMINGOS MANOEL STEIN	5185/1	167
MEV1180	55929204C	ARTUR PEZZINI	5509/0	181 * XIII
MGK8946	55929027C	CESAR BOSO	5118/0	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 30 DE AGOSTO DE 2011

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI

DELEGADO DE POLICIA

Edital Infracao172311232648866326968_105910

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 153 613/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
LWR9969	55929094C	JAIR JOAO ALVES	5010/0	162 * I
LWR9969	55929095C	JAIR JOAO ALVES	6556/4	230 * I
LYG4092	55929093C	GILMAR KOERICH	6599/2	230 * V
MAL3071	55929407C	CARMEZINE SOARES	5568/0	181 * XIX
MDI7448	55928798C	MARCIO GUESSER	5568/0	181 * XIX
MDO7047	55929230C	ROSEMIR SERAFIM	5525/0	181 * XV
MER6735	55929134C	JAIR GERALDO BETT	5568/0	181 * XIX
MER6735	55929135C	JAIR GERALDO BETT	5525/0	181 * XV
MEX6596	55929130C	OTILIA MARGARIDA COSTA	5568/0	181 * XIX
MFJ1554	55929091C	EDITE MOTTA	5010/0	162 * I
MHH6287	55929128C	ROSELI TAVARES	5568/0	181 * XIX
MHO7082	55929123C	VALERIO LOFY	5010/0	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 30 DE AGOSTO DE 2011

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI

DELEGADO DE POLICIA

Edital Infracao172311232648866326968_105936

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 153 612/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
MBX0387	55928797C	EVELINA DO NASCIMENTO	6599/2	230 * V
MBX0387	55929222C	EVELINA DO NASCIMENTO	5010/0	162 * I
MBX0387	55929223C	EVELINA DO NASCIMENTO	5118/0	164 c/c 162 * I
MDT5605	55929329C	ORLANDO BARRETO NETO	5568/0	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 30 DE AGOSTO DE 2011

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI

DELEGADO DE POLICIA

Editais Infracao172311232648866326968_105959

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 153 611/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
LXI2839	55929235C	AUGUSTO DE SOUSA	5568/0	181 * XIX
MEO6817	55679728B	CLARICE TERESINHA SMANIOTTO CASETT	7455/0	218 * I
MFN4195	55929114C	AILTON JOAO DA SILVA	5568/0	181 * XIX
MJD6759	55929237C	JUCILANO ROSELINDO	5568/0	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 30 DE AGOSTO DE 2011

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI

DELEGADO DE POLICIA

Edital Infracao172311232648866326968_110022

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 153 610/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
AKE1834	55929428C	IDINEI JOAO CASSANIGA	5568/0	181 * XIX
CCI8870	55928933C	ALEX VENERI	5568/0	181 * XIX
LXD0523	55929057C	MARIA ROSELI BOSO	6610/2	230 * VII
LYE0565	55929586C	CLESIO DE SOUZA	6920/0	233
LYK9981	55929528C	LIVIA LEAL MACHADO	5568/0	181 * XIX
LZK1426	55929587C	ORIVAL ANTONIO TOMASI	6920/0	233
MBJ2031	55928944C	MARIA APARECIDA BOSO MARCHIORI	6912/0	232
MBX9933	55929521C	JANAIR DE OLIVEIRA XAVIER	5568/0	181 * XIX
MCC4715	55929278C	TARCISIO LUIZ ECCEL	5568/0	181 * XIX
MCV5852	55929463C	CLADINEI ANTONIO ZAFFARI	5568/0	181 * XIX
MDO7931	55929459C	JOSE TRAINOTTI FILHO	5568/0	181 * XIX
MDQ3211	55929048C	TALES ANTONIO SCALVIN	5010/0	162 * I
MDQ3211	55929049C	TALES ANTONIO SCALVIN	5118/0	164 c/c 162 * I
MEB2865	55928948C	ISIDORO PIANEZZER	5568/0	181 * XIX
MEQ0887	55929058C	GRAZIELI TEREZINHA TILL	6912/0	232
MFO9919	55929515C	THIAGO DALPRA	5568/0	181 * XIX
MFT7995	55929452C	MARIA CAPRARO WOLFF	5568/0	181 * XIX
MGK8946	55929026C	CESAR BOSO	5010/0	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTA/SC, 30 DE AGOSTO DE 2011

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI

DELEGADO DE POLICIA

Editallnfracao172311232648866326968_105620

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 153 620/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
LXK1892	55929340C	JOAO LENO ELIAS FERRARI	6610/2	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 30 DE AGOSTO DE 2011

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI

DELEGADO DE POLICIA

Editallnfracao172311232648866326968_105741

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 153 623/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a e 2a INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
AAO8375	55929417C	LUCIA VILL SUMIK	5185/2	167
AAO8375	55929418C	LUCIA VILL SUMIK	5274/1	175
AKA8282	55929234C	NELSI PAULO DE SOUZA	5568/0	181 * XIX
HRC4105	55929331C	RAFAEL BRUNO DE OLIVEIRA	5169/1	165
HRG6843	55928784C	MARINETE DE SOUZA SILVA	5568/0	181 * XIX
HSA1123	55929388C	EDSON DATTEIN	5568/0	181 * XIX
LWS3283	55929077C	GABRIEL SUMIK	6610/2	230 * VII
LXE3622	55929276C	JOSE CARLOS BONECHER	5568/0	181 * XIX
LXY4830	55929251C	ADALBERTO LUIZ	5568/0	181 * XIX
LYA7517	55929380C	FABIO HOEPERS	5568/0	181 * XIX
LYP5612	55929319C	ALTAIR LACERDA	5010/0	162 * I
LYP5612	55929321C	ALTAIR LACERDA	5118/0	164 c/c 162 * I
LYP5612	55929322C	ALTAIR LACERDA	6599/2	230 * V
LYX3555	55929323C	ISALETE RUBLESKI	5010/0	162 * I
LYX3555	55929324C	ISALETE RUBLESKI	5061/0	163 c/c 162 * I
MAR9034	55929434C	FERNANDO SCHMITT	5118/0	164 c/c 162 * I
MAR9034	55929438C	FERNANDO SCHMITT	5010/0	162 * I
MAR9034	55929439C	FERNANDO SCHMITT	6599/2	230 * V
MAR9034	55929440C	FERNANDO SCHMITT	5169/1	165
MBG8223	55928926C	CELIO COELHO	5568/0	181 * XIX
MCK8812	55929342C	RICHARD MARTINS DE FARIAS	6599/2	230 * V
MDH4216	55929255C	ITAMAR ESTEVAO	5568/0	181 * XIX
MDJ7381	55929105C	SIDNEIA APARECIDA LACERDA CORSI	5010/0	162 * I
MDJ7381	55929106C	SIDNEIA APARECIDA LACERDA CORSI	5118/0	164 c/c 162 * I
MFG8530	55929326C	SANTOLINO AMORIM PEREIRA	5568/0	181 * XIX
MGV6357	55929263C	TADEU MARCHI	5010/0	162 * I

MGV6357	55929264C	TADEU MARCHI	5118/0	164 c/c 162 * I
MHE9059	55929261C	GILBERTO SCHMIDT	5738/0	186 * II
MHQ0665	55233843C	APARECIDA LUCINDA DE FREITAS RAIBIDA	5010/0	162 * I
MHQ0665	55233844C	APARECIDA LUCINDA DE FREITAS RAIBIDA	5061/0	163 c/c 162 * I
MIF6836	55929420C	ANGELINA BERLANDA DAICAMPI	5010/0	162 * I
MIF6836	55929421C	ANGELINA BERLANDA DAICAMPI	5118/0	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 6 DE SETEMBRO DE 2011

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI

DELEGADO DE POLICIA

Editallnfracao172311232648866326968_105758

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 153 616/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
AOV6026	55929366C	ANDRE LUIZ BORGES BARCELLOS	5568/0	181 * XIX
LZD6411	55929441C	ZINALDO IGABRIEL SENCHESCHEN	5568/0	181 * XIX
MEV8597	55929294C	PEDRO WILPERT	5568/0	181 * XIX
MFD0296	55929445C	TATIANA DE FREITAS ME	5185/1	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 30 DE AGOSTO DE 2011

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI

DELEGADO DE POLICIA

Editallnfracao172311232648866326968_110115

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 153 608/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
KMX7553	55929443C	ZANCA TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA	5185/2	167
MCH9518	55929268C	MARIA APARECIDA HEIDEN	5568/0	181 * XIX
MEI8443	55929427C	ALMIR ANTONIO BATISTUZZI	5568/0	181 * XIX
MJD3950	55929590C	JOSE VENTURA	6920/0	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 30 DE AGOSTO DE 2011

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI

DELEGADO DE POLICIA

EditallInfracao172311232648866326968_110140

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 153 607/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
AJV7907	55928793C	JOSE CARLOS ANTUNES EVERS	5568/0	181 * XIX
LYP5252	55929243C	JOAO MANOEL GIROLA	5568/0	181 * XIX
MCQ9715	55929124C	LUIZ DARCY BATISTA MACHADO	5568/0	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 30 DE AGOSTO DE 2011

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI

DELEGADO DE POLICIA

Portaria Nº 680/2011

PORTARIA Nº 680 / 2011

Designa Servidores para Constituir Comissão de Controle de Infecção Hospitalar do Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição.

O Prefeito Municipal de Nova Trento, Sr. Orivan Jarbas Orsi, usando da competência que lhe confere o item VIII do artigo 94 da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores públicos municipais, para compor a Comissão de Controle de Infecção Hospitalar do Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, conforme identificação abaixo:

Presidente: Médico: Dr. Ricardo Damião Campos
Vice Presidente: Farmaceutico: Alisson Dalmolin
Secretária: Auxiliar Administrativo: Deise de Andrade Bezerra
Colaboradores: Bioquímico: Luciano Ferreira Rocha
Enfermeiro: Flavio Antonio Pereira
Técnica de
Enfermagem: Ornélia Almeida

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 12 de setembro de 2011.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios, nos termos do Art.1º, parágrafo Único do Decreto nº 039/2009.

MOISÉS CIPRIANI

Secretário M. Administração e Finanças

Portaria Nº 681/2011

PORTARIA Nº 681 / 2011

Designa Servidora como Responsável Técnica do Serviço de Enfermagem do Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição.

O Prefeito Municipal de Nova Trento, Sr. Orivan Jarbas Orsi, usando da competência que lhe confere o item VIII do artigo 94 da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora municipal Daniela Antonio Francisco, matrícula 5188, ocupante do cargo de Enfermeira, como responsável Técnica do Serviço de Enfermagem do Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 12 de setembro de 2011.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios, nos termos do Art.1º, parágrafo Único do Decreto nº 039/2009.

MOISÉS CIPRIANI

Secretário M. Administração e Finanças

Palhoça**PREFEITURA****Aviso de Licitação CONVITE Nº 42/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO CONVITE Nº 42/2011

O Município de Palhoça, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde de Palhoça, torna público, que se acha aberto edital de licitação, na modalidade Convite nº 42/2011, objeto contratação de empresa especializada para prestação de serviços de instalação de espera para ar condicionado tipo split na Unidade de Pronto Atendimento - UPA, que está sendo construída na Rua São Mateus, s/n - Aririú, neste Município, incluindo mão de obra e fornecimento de todos os materiais necessários, no dia 22 de setembro de 2011, às 13:30h, recebimento e abertura das documentações de habilitação e propostas, na Sala da CPL da Sec. de Saúde, no Centro Administrativo Municipal, sito na Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Res. Pagani - Palhoça/SC. O edital convocatório, encontram-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, bem como no site: www.saudepalhoca.sc.gov.br. Maiores informações fones: (48) 3279-1879 e 3279-1822, das 13:00 às 19:00 horas.

Palhoça, 13 de setembro de 2011.

ERONETE GILDA GOMES OLIVEIRA

Presidenta da Comissão Permanente

de Licitação Sec. de Saúde

Aviso de licitação Pregão Presencial 43/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2011

O Município de Palhoça, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde de Palhoça, torna público, que se acha aberto edital de licitação, na modalidade Pregão Presencial nº 43/2011 - Registro de Preços, objeto aquisição de materiais de consumo e permanente de enfermagem, eletrodoméstico e laboratório para utilização nas Unidades Básicas de Saúde, Estratégia de Saúde da Família - ESF, para atender Ações Judiciais, coloproctologia, otorrinolaringologia e materiais e equipamentos para resgate do SAMU, no dia 27 de setembro de 2011, às 13:30h, recebimento e abertura das propostas e no dia 03 de outubro de 2011, às 13:30h, efetuação de lances e abertura dos envelopes de habilitação, na Sala da CPL da Sec. de Saúde, no Centro Administrativo Municipal, sito na Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Res. Pagani - Palhoça/SC. O edital convocatório, encontram-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, bem como no site: www.saudepalhoca.sc.gov.br. Maiores informações fones: (48) 3279-1879 e 3279-1822, das 13:00 às 19:00 horas.

Palhoça, 15 de setembro de 2011.

ROSIMÉRI HILDA COELHO

Pregoeira Oficial Sec. de Saúde

Palmitos

PREFEITURA

Ata de Registro de Preços Pregão Presencial Nº 16/2011

Pregão Presencial nº 16/2011
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos 25 dias do mês de agosto do ano de 2011, às 16:00 horas, no Departamento de Licitações, localizado no Prédio da Prefeitura Municipal de Palmitos, no Município de Palmitos, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão – Registro de Preços nº 16/2011, na Ata de julgamento de preços, homologada em 25/08/2011, RESOLVE registrar os preços da(s) empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços visando a aquisição de vestuário, para a manutenção e desenvolvimento das atividades da secretaria municipal de educação, cultura e esporte e programa de erradicação do trabalho infantil – peti, conforme especificações constantes no Anexo VI do Edital Pregão Presencial nº 10/2011.

1.2. As licitantes registradas para os itens cotados são as seguintes:

Secretária de Educação, Cultura e Esporte

Item	Especificação	Und.	Quant.	Preço Unit. Máx.
1	CAMISETA PV TAMANHO 06 COM ESTAMPA/BORDADO 67% POLIESTER E 33% VISCOSE. COR: AZUL E BRANCO	UND	160,00	9,00
2	CAMISETA PV TAMANHO 08 COM ESTAMPA/BORDADO 67% POLIESTER E 33% VISCOSE. COR: AZUL E BRANCO	UND	275,00	9,00
3	CAMISETA PV TAMANHO 10 COM ESTAMPA/BORDADO 67% POLIESTER E 33% VISCOSE. COR: AZUL E BRANCO	UND	201,00	11,00
4	CAMISETA PV TAMANHO 12 COM ESTAMPA/BORDADO 67% POLIESTER E 33% VISCOSE. COR: AZUL E BRANCO	UND	190,00	11,00
5	CAMISETA PV TAMANHO 14 COM ESTAMPA/BORDADO 67% POLIESTER E 33% VISCOSE. COR: AZUL E BRANCO	UND	134,00	11,00
6	CAMISETA PV TAMANHO 16 COM ESTAMPA/BORDADO 67% POLIESTER E 33% VISCOSE. COR: AZUL E BRANCO	UND	69,00	11,00
7	CAMISETA PV TAMANHO P COM ESTAMPA/BORDADO 67% POLIESTER E 33% VISCOSE. COR: AZUL E BRANCO	UND	84,00	12,70
8	CAMISETA PV TAMANHO M COM ESTAMPA/BORDADO 67% POLIESTER E 33% VISCOSE. COR: AZUL E BRANCO	UND	72,00	12,70
9	CAMISETA PV TAMANHO G COM ESTAMPA/BORDADO 67% POLIESTER E 33% VISCOSE. COR: AZUL E BRANCO	UND	57,00	12,70
10	CAMISETA PV TAMANHO GG COM ESTAMPA/BORDADO 67% POLIESTER E 33% VISCOSE. COR: AZUL E BRANCO	UND	4,00	12,70

11	JAQUETA EM PL TAMANHO 06 COM DETALHES BORDADO 100% POLIESTER (TECIDO PLANO) 145 GR/M². COR: AZUL E BRANCO	UND	131,00	34,00
12	JAQUETA EM PL TAMANHO 08 COM DETALHES BORDADO 100% POLIESTER (TECIDO PLANO) 145 GR/M². COR: AZUL E BRANCO	UND	212,00	34,00
13	JAQUETA EM PL TAMANHO 10 COM DETALHES BORDADO 100% POLIESTER (TECIDO PLANO) 145 GR/M². COR: AZUL E BRANCO	UND	185,00	38,00
14	JAQUETA EM PL TAMANHO 12 COM DETALHES BORDADO 100% POLIESTER (TECIDO PLANO) 145 GR/M². COR: AZUL E BRANCO	UND	175,00	38,00
15	JAQUETA EM PL TAMANHO 14 COM DETALHES BORDADO 100% POLIESTER (TECIDO PLANO) 145 GR/M². COR: AZUL E BRANCO	UND	147,00	38,00
16	JAQUETA EM PL TAMANHO 16 COM DETALHES BORDADO 100% POLIESTER (TECIDO PLANO) 145 GR/M². COR: AZUL E BRANCO	UND	79,00	38,00
17	JAQUETA EM PL TAMANHO P COM DETALHES BORDADO 100% POLIESTER (TECIDO PLANO) 145 GR/M². COR: AZUL E BRANCO	UND	76,00	41,00
18	JAQUETA EM PL TAMANHO M COM DETALHES BORDADO 100% POLIESTER (TECIDO PLANO) 145 GR/M². COR: AZUL E BRANCO	UND	68,00	41,00
19	JAQUETA EM PL TAMANHO G COM DETALHES BORDADO 100% POLIESTER (TECIDO PLANO) 145 GR/M². COR: AZUL E BRANCO	UND	62,00	41,00
20	JAQUETA EM PL TAMANHO GG COM DETALHES BORDADO 100% POLIESTER (TECIDO PLANO) 145 GR/M². COR: AZUL E BRANCO	UND	04,00	41,00
21	CALÇA EM PL TAMANHO 06 COM DETALHES BORDADO 100% POLIESTER (TECIDO PLANO) 145 GR/M². COR: AZUL E BRANCO	UND	131,00	17,00
22	CALÇA EM PL TAMANHO 08 COM DETALHES BORDADO 100% POLIESTER (TECIDO PLANO) 145 GR/M². COR: AZUL E BRANCO	UND	212,00	17,00
23	CALÇA EM PL TAMANHO 10 COM DETALHES BORDADO 100% POLIESTER (TECIDO PLANO) 145 GR/M². COR: AZUL E BRANCO	UND	185,00	19,00
24	CALÇA EM PL TAMANHO 12 COM DETALHES BORDADO 100% POLIESTER (TECIDO PLANO) 145 GR/M². COR: AZUL E BRANCO	UND	175,00	19,00
25	CALÇA EM PL TAMANHO 14 COM DETALHES BORDADO 100% POLIESTER (TECIDO PLANO) 145 GR/M². COR: AZUL E BRANCO	UND	147,00	19,00
26	CALÇA EM PL TAMANHO 16 COM DETALHES BORDADO 100% POLIESTER (TECIDO PLANO) 145 GR/M². COR: AZUL E BRANCO	UND	79,00	19,00

27	CALÇA EM PL TAMANHO P COM DETALHES BORDADO 100% POLIESTER (TECIDO PLANO) 145 GR/M². COR: AZUL E BRANCO	UND	76,00	23,00
28	CALÇA EM PL TAMANHO M COM DETALHES BORDADO 100% POLIESTER (TECIDO PLANO) 145 GR/M². COR: AZUL E BRANCO	UND	68,00	23,00
29	CALÇA EM PL TAMANHO G COM DETALHES BORDADO 100% POLIESTER (TECIDO PLANO) 145 GR/M². COR: AZUL E BRANCO	UND	62,00	23,00
30	CALÇA EM PL TAMANHO GG COM DETALHES BORDADO 100% POLIESTER (TECIDO PLANO) 145 GR/M². COR: AZUL E BRANCO	UND	04,00	23,00
31	BERMUDA FEMININA TAMANHO 06 94% POLIAMIDO E 6% ELASTANO. COR: AZUL E BRANCO	UND	90,00	8,50
32	BERMUDA FEMININA TAMANHO 08 94% POLIAMIDO E 6% ELASTANO. COR: AZUL E BRANCO	UND	150,00	8,50
33	BERMUDA FEMININA TAMANHO 10 94% POLIAMIDO E 6% ELASTANO. COR: AZUL E BRANCO	UND	110,00	11,00
34	BERMUDA FEMININA TAMANHO 12 94% POLIAMIDO E 6% ELASTANO. COR: AZUL E BRANCO	UND	105,00	11,00
34	BERMUDA FEMININA TAMANHO 14 94% POLIAMIDO E 6% ELASTANO. COR: AZUL E BRANCO	UND	80,00	11,00
36	BERMUDA FEMININA TAMANHO 16 94% POLIAMIDO E 6% ELASTANO. COR: AZUL E BRANCO	UND	38,00	11,00
37	BERMUDA FEMININA TAMANHO P 94% POLIAMIDO E 6% ELASTANO. COR: AZUL E BRANCO	UND	50,00	13,50
38	BERMUDA FEMININA TAMANHO M 94% POLIAMIDO E 6% ELASTANO. COR: AZUL E BRANCO	UND	45,00	13,50
38	BERMUDA FEMININA TAMANHO G 94% POLIAMIDO E 6% ELASTANO. COR: AZUL E BRANCO	UND	30,00	13,50
40	BERMUDA FEMININA TAMANHO GG 94% POLIAMIDO E 6% ELASTANO. COR: AZUL E BRANCO	UND	2,00	13,50
41	BERMUDA MASCULINA TAMANHO 06 100% POLIESTER E TECIDO PLANO. COR: AZUL E BRANCO	UND	70,00	8,50
42	BERMUDA MASCULINA TAMANHO 08 100% POLIESTER E TECIDO PLANO. COR: AZUL E BRANCO	UND	125,00	8,50
43	BERMUDA MASCULINA TAMANHO 10 100% POLIESTER E TECIDO PLANO. COR: AZUL E BRANCO	UND	90,00	11,50
44	BERMUDA MASCULINA TAMANHO 12 100% POLIESTER E TECIDO PLANO. COR: AZUL E BRANCO	UND	85,00	11,50
45	BERMUDA MASCULINA TAMANHO 14 100% POLIESTER E TECIDO PLANO. COR: AZUL E BRANCO	UND	54,00	11,50
46	BERMUDA MASCULINA TAMANHO 16 100% POLIESTER E TECIDO PLANO. COR: AZUL E BRANCO	UND	30,00	11,50
47	BERMUDA MASCULINA TAMANHO P 100% POLIESTER E TECIDO PLANO. COR: AZUL E BRANCO	UND	34,00	13,50

48	BERMUDA MASCULINA TAMANHO M 100% POLIESTER E TECIDO PLANO. COR: AZUL E BRANCO	UND	29,00	13,50
49	BERMUDA MASCULINA TAMANHO G 100% POLIESTER E TECIDO PLANO. COR: AZUL E BRANCO	UND	27,00	13,50
50	BERMUDA MASCULINA TAMANHO GG 100% POLIESTER E TECIDO PLANO. COR: AZUL E BRANCO	UND	3,00	13,50

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

1	CAMISETA PV TAMANHO 06 COM ESTAMPA/BORDADO 67% POLIESTER E 33% VISCOSE. NA COR BRANCA COM FRIZO VERDE NA MANGA NA PARTE SUPERIOR	UND	15,00	9,90
2	CAMISETA PV TAMANHO 08 COM ESTAMPA/BORDADO 67% POLIESTER E 33% VISCOSE. NA COR BRANCA COM FRIZO VERDE NA MANGA NA PARTE SUPERIOR	UND	25,00	9,90
3	CAMISETA PV TAMANHO 10 COM ESTAMPA/BORDADO 67% POLIESTER E 33% VISCOSE. NA COR BRANCA COM FRIZO VERDE NA MANGA NA PARTE SUPERIOR	UND	40,00	11,00
4	CAMISETA PV TAMANHO 12 COM ESTAMPA/BORDADO 67% POLIESTER E 33% VISCOSE. NA COR BRANCA COM FRIZO VERDE NA MANGA NA PARTE SUPERIOR	UND	40,00	11,00
5	CAMISETA PV TAMANHO 14 COM ESTAMPA/BORDADO 67% POLIESTER E 33% VISCOSE. NA COR BRANCA COM FRIZO VERDE NA MANGA NA PARTE SUPERIOR	UND	40,00	11,00
6	CAMISETA PV TAMANHO 16 COM ESTAMPA/BORDADO 67% POLIESTER E 33% VISCOSE. NA COR BRANCA COM FRIZO VERDE NA MANGA NA PARTE SUPERIOR	UND	25,00	11,00
7	CAMISETA PV TAMANHO P COM ESTAMPA/BORDADO 67% POLIESTER E 33% VISCOSE. NA COR BRANCA COM FRIZO VERDE NA MANGA NA PARTE SUPERIOR	UND	15,00	12,70
8	CAMISETA PV TAMANHO M COM ESTAMPA/BORDADO 67% POLIESTER E 33% VISCOSE. NA COR BRANCA COM FRIZO VERDE NA MANGA NA PARTE SUPERIOR	UND	30,00	12,70
9	CAMISETA PV TAMANHO G COM ESTAMPA/BORDADO 67% POLIESTER E 33% VISCOSE. NA COR BRANCA COM FRIZO VERDE NA MANGA NA PARTE SUPERIOR	UND	15,00	12,70
10	CAMISETA PV TAMANHO GG COM ESTAMPA/BORDADO 67% POLIESTER E 33% VISCOSE. NA COR BRANCA COM FRIZO VERDE NA MANGA NA PARTE SUPERIOR	UND	10,00	12,70
11	JAQUETA EM PL TAMANHO 06 COM DETALHES BORDADO 100% POLIESTER (TECIDO PLANO) 145 GR/M². COR: VERDE ESCURO	UND	15,00	34,00
12	JAQUETA EM PL TAMANHO 08 COM DETALHES BORDADO 100% POLIESTER (TECIDO PLANO) 145 GR/M². COR: VERDE ESCURO	UND	25,00	34,00
13	JAQUETA EM PL TAMANHO 10 COM DETALHES BORDADO 100% POLIESTER (TECIDO PLANO) 145 GR/M². COR: VERDE ESCURO	UND	40,00	38,00

14	JAQUETA EM PL TAMANHO 12 COM DETALHES BORDADO 100% POLIESTER (TECIDO PLANO) 145 GR/M². COR: VERDE ESCURO	UND	40,00	38,00
15	JAQUETA EM PL TAMANHO 14 COM DETALHES BORDADO 100% POLIESTER (TECIDO PLANO) 145 GR/M². COR: VERDE ESCURO	UND	40,00	38,00
16	JAQUETA EM PL TAMANHO 16 COM DETALHES BORDADO 100% POLIESTER (TECIDO PLANO) 145 GR/M². COR: VERDE ESCURO	UND	25,00	38,00
17	JAQUETA EM PL TAMANHO P COM DETALHES BORDADO 100% POLIESTER (TECIDO PLANO) 145 GR/M². COR: VERDE ESCURO	UND	15,00	41,00
18	JAQUETA EM PL TAMANHO M COM DETALHES BORDADO 100% POLIESTER (TECIDO PLANO) 145 GR/M². COR: VERDE ESCURO	UND	30,00	41,00
19	JAQUETA EM PL TAMANHO G COM DETALHES BORDADO 100% POLIESTER (TECIDO PLANO) 145 GR/M². COR: VERDE ESCURO	UND	15,00	41,00
20	JAQUETA EM PL TAMANHO GG COM DETALHES BORDADO 100% POLIESTER (TECIDO PLANO) 145 GR/M². COR: VERDE ESCURO	UND	10,00	41,00
21	CALÇA EM PL TAMANHO 06 COM DETALHES BORDADO 100% POLIESTER (TECIDO PLANO) 145 GR/M². COR: VERDE ESCURO	UND	15,00	17,00
22	CALÇA EM PL TAMANHO 08 COM DETALHES BORDADO 100% POLIESTER (TECIDO PLANO) 145 GR/M². COR: VERDE ESCURO	UND	25,00	17,00
23	CALÇA EM PL TAMANHO 10 COM DETALHES BORDADO 100% POLIESTER (TECIDO PLANO) 145 GR/M². COR: VERDE ESCURO	UND	40,00	19,00
24	CALÇA EM PL TAMANHO 12 COM DETALHES BORDADO 100% POLIESTER (TECIDO PLANO) 145 GR/M². COR: VERDE ESCURO	UND	40,00	19,00
25	CALÇA EM PL TAMANHO 14 COM DETALHES BORDADO 100% POLIESTER (TECIDO PLANO) 145 GR/M². COR: VERDE ESCURO	UND	40,00	19,00
26	CALÇA EM PL TAMANHO 16 COM DETALHES BORDADO 100% POLIESTER (TECIDO PLANO) 145 GR/M². COR: VERDE ESCURO	UND	25,00	19,00
27	CALÇA EM PL TAMANHO P COM DETALHES BORDADO 100% POLIESTER (TECIDO PLANO) 145 GR/M². COR: VERDE ESCURO	UND	15,00	23,00
28	CALÇA EM PL TAMANHO M COM DETALHES BORDADO 100% POLIESTER (TECIDO PLANO) 145 GR/M². COR: VERDE ESCURO	UND	30,00	23,00
29	CALÇA EM PL TAMANHO G COM DETALHES BORDADO 100% POLIESTER (TECIDO PLANO) 145 GR/M². COR: VERDE ESCURO	UND	15,00	23,00

30	CALÇA EM PL TAMANHO GG COM DETALHES BORDADO 100% POLIESTER (TECIDO PLANO) 145 GR/M². COR: VERDE ESCURO	UND	10,00	23,00
31	BERMUDA FEMININA TAMANHO 06 94% POLIAMIDO E 6% ELASTANO. COR: VERDE ESCURO	UND	8,00	8,50
32	BERMUDA FEMININA TAMANHO 08 94% POLIAMIDO E 6% ELASTANO. COR: VERDE ESCURO	UND	14,00	8,50
33	BERMUDA FEMININA TAMANHO 10 94% POLIAMIDO E 6% ELASTANO. COR: VERDE ESCURO	UND	20,00	11,00
34	BERMUDA FEMININA TAMANHO 12 94% POLIAMIDO E 6% ELASTANO. COR: VERDE ESCURO	UND	20,00	11,00
34	BERMUDA FEMININA TAMANHO 14 94% POLIAMIDO E 6% ELASTANO. COR: VERDE ESCURO	UND	20,00	11,00
36	BERMUDA FEMININA TAMANHO 16 94% POLIAMIDO E 6% ELASTANO. COR: VERDE ESCURO	UND	14,00	11,00
37	BERMUDA FEMININA TAMANHO P 94% POLIAMIDO E 6% ELASTANO. COR: VERDE ESCURO	UND	10,00	13,50
38	BERMUDA FEMININA TAMANHO M 94% POLIAMIDO E 6% ELASTANO. COR: VERDE ESCURO	UND	15,00	13,50
38	BERMUDA FEMININA TAMANHO G 94% POLIAMIDO E 6% ELASTANO. COR: VERDE ESCURO	UND	8,00	13,50
40	BERMUDA FEMININA TAMANHO GG 94% POLIAMIDO E 6% ELASTANO. COR: VERDE ESCURO	UND	5,00	13,50
41	BERMUDA MASCULINA TAMANHO 06 100% POLIESTER E TECIDO PLANO. COR: VERDE ESCURO	UND	10,00	8,50
42	BERMUDA MASCULINA TAMANHO 08 100% POLIESTER E TECIDO PLANO. COR: VERDE ESCURO	UND	20,00	8,50
43	BERMUDA MASCULINA TAMANHO 10 100% POLIESTER E TECIDO PLANO. COR: VERDE ESCURO	UND	20,00	11,50
44	BERMUDA MASCULINA TAMANHO 12 100% POLIESTER E TECIDO PLANO. COR: VERDE ESCURO	UND	20,00	11,50
45	BERMUDA MASCULINA TAMANHO 14 100% POLIESTER E TECIDO PLANO. COR: VERDE ESCURO	UND	20,00	11,50
46	BERMUDA MASCULINA TAMANHO 16 100% POLIESTER E TECIDO PLANO. COR: VERDE ESCURO	UND	20,00	11,50
47	BERMUDA MASCULINA TAMANHO P 100% POLIESTER E TECIDO PLANO. COR: VERDE ESCURO	UND	10,00	13,50
48	BERMUDA MASCULINA TAMANHO M 100% POLIESTER E TECIDO PLANO. COR: VERDE ESCURO	UND	15,00	13,50
49	BERMUDA MASCULINA TAMANHO G 100% POLIESTER E TECIDO PLANO. COR: VERDE ESCURO	UND	10,00	13,50
50	BERMUDA MASCULINA TAMANHO GG 100% POLIESTER E TECIDO PLANO. COR: VERDE ESCURO	UND	10,00	13,50

1.3. Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações



nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.4. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição somente no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1. Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2. O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5. Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

1.6. A Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração direta ou indireta que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e com anuência do fornecedor.

1.7. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o item anterior não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 16/2011 e seus anexos;
- b) Proposta da(s) Licitante(s).

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará até um ano após homologação.

4. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 Os materiais deverão ser entregues conforme a necessidade da municipalidade, que procederá a solicitação do objeto nas quantidades que lhe convier, realizada dentro do prazo de contratação.

4.2 Após efetuada sua solicitação, a entrega deverá ser efetuada no prazo máximo de até 10 (dez) dias, na unidade solicitante, neste Município, e nas condições estipuladas no presente Edital e seus Anexos.

4.3. No ato da entrega dos materiais a proponente deverá apresentar Nota Fiscal Eletrônica – NF-e correspondente às quantias solicitadas, que será submetida à aprovação do órgão responsável pelo recebimento.

4.4. Os materiais que forem recusados deverão ser substituídos no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Município.

4.5. Se a substituição dos materiais não for realizada no prazo estipulado, a empresa estará sujeita às sanções previstas neste Edital e na Ata de Registro de Preços.

4.6. O recebimento dos materiais, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da empresa pela qualidade e características dos materiais entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo de vigência do Contrato.

5. DA FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 O pagamento será efetuado em até 20 (vinte) dias após a entrega, contados a partir do recebimento dos materiais, mediante a apresentação da Nota Fiscal Eletrônica – NF-e datada e assinada por responsável da Secretaria; através de depósito na conta corrente da licitante vencedora.

5.2 As despesas decorrentes de aquisição dos objetos desta licitação correrão à conta dos recursos especificados no orçamento do Município e nos demais órgãos e entidades usuárias.

6 RESPONSABILIDADES

6.1 A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o Município ou à terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo Município.

6.2 A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.

6.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da CONTRATADA.

6.4 A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos produtos fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer, tenham comprometido os mesmos, fora dos padrões exigidos.

6.5. A empresa registrada autoriza o Município a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

7 OBRIGAÇÕES DAS EMPRESAS FORNECEDORAS

7.1 Constituem obrigações das empresas fornecedoras:

- a) providenciar, no prazo máximo de 03 (três) dias, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos;
- b) Manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;
- c) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas.

7.2 Observado qualquer tipo de não-atendimento das especificações dos produtos exigidos no contrato, a empresa deverá substituí-los sem qualquer ônus para o Município.

8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

8.1. O Município poderá cancelar o Registro de Preços da(s) Empresa(s) nos casos a seguir especificados:

- a) quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- c) quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- e) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

8.2. Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

9. PENALIDADES

9.1 Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas

nesta ata estará a empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa:

1- De 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor estimado para a contratação da empresa;

2- De até 20% (vinte por cento) sobre o valor global estimado para a contratação, no caso de descumprimento das disposições contidas nesta ata e no edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;

3- Impedimento de participação em licitação e de contratar o Município de palmitos pelo período de até 05 (cinco) anos consecutivos.

9.2 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a empresa fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

9.3 Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a fornecedora tiver direito, ou cobrados judicialmente.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. A fornecedora não poderá sub-contratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

10.2. Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Palmitos (SC), em

Paulino Parisotto – Pregoeiro_____

Rodrigo Zemiani – Equipe de Apoio_____

Caroline Gonzatti – Equipe de Apoio_____

EMPRESA: CONFECÇÕES ANNE LTDA ME_____

Contrato: 10/2011

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

Processo Licitatório nº011/11 Modalidade: Convite nº003/11. Contrato: 10/2011. Objeto: Contratação de profissional de psicologia para desenvolvimento do programa municipal de controle de tabagismo. Contratada: Cooperativa de Serviços Profissionais - CO-SERPRO. Valor: 15708. Prazo: 31/12/2011. Palmitos 31/03/2011. Ana Cristina Sangalli Biasi - Gestora do Fundo.

Contrato: 100/2011

PREFEITURA DE PALMITOS

Processo Licitatório nº071/11 Modalidade: Dispensa de Licitação nº020/11. Contrato: 100/2011. Objeto: contratação de serviços profissionais qualificados para limpeza e capina de canteiros, pintura de meio fio, plantio e variação da plataforma de descarga de barcos, poda de árvores, recolhimento de galhos e entulhos no perímetro urbano da ilha redonda. Contratada: Calvete José Flores - ME. Valor: 6.600,00. Prazo: 05/07/2011. Palmitos 04/05/2011. Norberto Paulo Gonzatti - Prefeito Municipal.

Contrato: 115/2011

PREFEITURA DE PALMITOS

Processo Licitatório nº041/11 Modalidade: Convite nº016/11. Contrato: 115/2011. Objeto: Aquisição de flores para embelezamento da cidade de Palmitos. Contratada: Walmor Ertel - ME. Valor: 51.557,00. Prazo: 31/12/2011. Palmitos 09/05/2011. Norberto Paulo Gonzatti - Prefeito Municipal.

Contrato: 116/2011

PREFEITURA DE PALMITOS

Processo Licitatório nº065/11 Modalidade: Convite nº025/11. Contrato: 116/2011. Objeto: Aquisição de materiais e serviços para a pintura do ginásio Municipal Sigfredo Resener. Contratada: Caibi Empreendimento. Valor: 29675,46. Prazo: 06/06/2011. Palmitos 12/05/2011. Norberto Paulo Gonzatti - Prefeito Municipal.

Contrato: 73/2011

PREFEITURA DE PALMITOS

Processo Licitatório nº045/11 Modalidade: Convite nº018/11. Contrato: 73/2011. Objeto: Execução de Serviços de escavação de terra, reaterro e remoção de sarjeta em um trecho de 2.500 M (metros). Contratada: Jandir Polis ME. Valor: 17.050,00. Prazo: 31/08/2011. Palmitos 01/04/2011. Norberto Paulo Gonzatti - Prefeito Municipal.

Passo de Torres

PREFEITURA

Extrato de termo de Contrato Nº 112/2011

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 112/2011

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

Contratada: Bruna Isabel da Silva Me

Objeto: Fornecimento de material de expediente

Valor: R\$ 2.591,00

Vigência: 15/09/2011

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93 e Licitação Modalidade CV 40/2011

Dotação Orçamentária: (13) 2.007.4.4.90.00.00.00.00.00 (52) 2.017.4.4.90.00.00.00.00.00

(55) 2.019.4.4.90.00.00.00.00.00 (37) 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00

Passo de Torres, 12 de agosto de 2011.

JANAINA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal em Exercício

Decreto Nº 128/2011

DECRETO Nº. 128, DE 08 DE SETEMBRO DE 2011.

‘DESGINA MEMBRO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE LEILOEIRO ADMINISTRATIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

Emerson Cardoso Kjillim, Prefeito Municipal em exercício de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Nº 733 de 13 de abril de 2011;

DECRETA:

Art. 1º- Fica designado o servidor Luiz Carlos Hespanhol, membro da Comissão de Licitação, constituída pelo Decreto nº 075,

de 14 de abril de 2011, para o exercício da Função de Leiloeiro Administrativo, nos processos de Leilão de bens móveis que forem editados no exercício de 2011.

Art. 2º - A designação de que trata este Decreto não dá ao designado qualquer direito remuneratório pelo exercício da função.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 08 de setembro de 2011.

EMERSON CARDOSO KJILLIM
Prefeito Municipal em exercício

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 08 de setembro de 2011.

EDSON BORBA MARTINS
Secretário de Administração e Finanças

Lei Nº 760/2011

LEI Nº 760, DE 01 DE SETEMBRO DE 2011.

“DISPÕE SOBRE O QUADRO DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

Emerson Cardoso Kjillim, Prefeito Municipal em Exercício de Passo de Torres, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Fica instituído o quadro de pessoal da Administração da Câmara Municipal de Vereadores de Passo de Torres, integrado por cargos permanentes, classificados na forma desta Lei.

CAPÍTULO II DA ESTRUTURA DOS CARGOS

Art. 2º - Os cargos do quadro de pessoal da Administração da Câmara Municipal de Vereadores de Passo de Torres, são classificados nos seguintes grupos:

- I – Atividades de Nível Superior – ANS.
- II - Atividades Operacionais e de Administração Geral – OAG.
- III - Atividades em Serviços auxiliares – ASA.

Art. 3º - Os cargos que compõe os grupos (Atividade de Nível Superior – ANS, Atividades Operacionais e de Administração Geral – OAG e atividades em Serviços Auxiliares – ASA), distribuem-se pelas categorias funcionais com as respectivas habilitações profissionais e níveis de salários especificados nos anexos.

Art. 4º - Para efeito de classificação considera-se:

I – Cargo: a soma de atribuições e responsabilidades deferidas a servidor, com denominação própria e vencimento pago pelos cofres públicos.

II – Categoria Funcional: O conjunto de atividades desdobráveis, identificadas, pela natureza e pelo grau de conhecimento exigível para o seu desempenho.

III - Grupo: O conjunto de categorias funcionais segundo a correlação e afinidades entre as atividades de cada uma, a natureza do trabalho ou o grau de conhecimento necessário ao exercício das respectivas atribuições.

Art. 5º - Cada grupo abrange as seguintes atividades:

I – Atividades de Nível Superior – ANS: os cargos a que sejam inerentes às atividades na área da compreensão Jurídica que integram a estrutura organizacional da Câmara Municipal de Vereadores.

II – Atividades Operacionais e de Administração Geral – OAG : os cargos inerentes as atividades Técnico-profissionais compreendidas nos campos da tecnologia, Administração e serviços diversos.

III – Atividades em Serviços Auxiliares – ASA : os cargos inerentes às atividades de recepção, conservação de instalações e limpeza.

Art. 6º - Cada grupo de categoria funcional tem fixada sua escala de níveis de salários segundo o critério de importância da atividade, complexidade e responsabilidade, bem como o grau de escolaridade e qualificação exigido para o desempenho das atribuições.

CAPÍTULO III DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS

Art. 7º - Ficam criadas as funções gratificadas – FG, distribuídas em níveis de gratificação, consoante os valores, especificações e quantidades estabelecidas no anexo V, parte integrante desta Lei.

§ 1º - As funções gratificadas são regidas pelo critério de confiança a quem sejam inerentes as atividades de execução e controle.

§ 2º - Ao chefe do Poder Legislativo cabe a designação e dispensa de servidor para ocupar a Função Gratificada – FG.

§ 3º - Poderão ser designados para ocupar Função Gratificada – FG, os servidores do quadro efetivo da Câmara.

CAPÍTULO IV DA PROGRESSÃO FUNCIONAL

Art. 8º - A progressão funcional dar-se-á pela promoção por Antiguidade e por merecimento.

§ 1º - A promoção por Antiguidade é a movimentação do cargo Público de uma referência para a referência imediatamente superior, dentro do mesmo nível, conforme anexos e que o servidor fará jus a cada quatro (4) anos de efetivo exercício, na ordem de seis por cento (6%) sobre o vencimento e sua progressão acontece em linha horizontal.

§ 2º - A promoção por merecimento é o direito que o servidor adquire pelo aprimoramento de sua qualificação profissional oriunda de:

a) participação presencial em cursos de aperfeiçoamentos ou atualização na área, comprovados por apresentação dos respectivos certificados, sendo que o servidor em estágio probatório não fará jus;

b) com a mudança de escolaridade;

c) com a mudança da habilitação profissional na área, através de curso superior.

Art. 9º - Com o aprimoramento da qualificação profissional, o servidor terá seus vencimentos majorados, com rubrica específica, nos seguintes índices:

I – A cada oitenta (80) horas de participação em curso de aperfeiçoamento ou atualização, com autorização da Mesa Diretora, três por cento (3%).

II - Mudança de escolaridade:

a) Conclusão do ensino fundamental, três por cento (3%);

b) Ensino fundamental para o ensino médio, cinco por cento (5%).

c) Do ensino médio para o curso superior, dez por cento (10%).

d) Com a mudança da habilitação profissional em curso de pós graduação, oito por cento (8%).

e) Com a mudança da habilitação profissional em curso de mestrado dez por cento (10%).

f) Com a mudança da habilitação profissional em curso de doutorado quinze por cento (15%).

Art. 10º - Os vencimentos dos atuais servidores do Poder Legislativo Municipal, de Passo de Torres, a partir da publicação desta Lei, enquadrar-se-ão, na tabela constante do anexo III, parte integrante deste diploma legal, computando-se o tempo de serviço

já como promoção por Antigüidade.

Parágrafo Único – O tempo de serviço prestado a Câmara, na condição de ocupante de cargo comissionado após o estágio probatório, contar-se-á para efeito de enquadramento.

CAPÍTULO V DO INGRESSO

Art. 11º - A investidura em cargo público, far-se-á mediante aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei, de livre nomeação e exoneração (artigo 37, item II da Constituição Federal).

Parágrafo Primeiro - O prazo de validade do concurso público será de até dois (2) anos, podendo ser prorrogado uma só vez e por igual período.

Parágrafo Segundo – O estágio probatório será de três (3) anos, a iniciar-se após a posse, e será regulamentado pela resolução 01 de 06 de fevereiro de 2008.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 12º - A implantação da estrutura de classificação de cargos estabelecidos nesta lei será sistemática e gradativa.

Art. 13º - Os cargos ocupados previstos na Resolução Nº 03/96, de 29 de maio de 1996 e Lei Municipal 592 de 20 de março de 2007, ficam enquadrados automaticamente na presente, garantindo aos servidores concursados, os direitos e deveres lá previstos, mantendo-se os resumos das atribuições.

Art. 14º - As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento da Câmara.

Art. 15º - Fica revogada a lei 588 de 13 de fevereiro de 2007.

Art. 16º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres, em 01 de setembro de 2011.

EMERSON CARDOSO KJILLIM
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e registrada nesta Secretaria de Administração e Finanças em, 01 de setembro de 2011.

Edson Borba Martins
Secretario de Administração e Finanças

ANEXO I

GRUPOS OPERACIONAIS

Grupo I – Atividades de Nível Superior – ANS

Procurador jurídico

Grupo II – Atividades Operacionais e de Administração Geral – OAG

Agente Administrativo
Técnico em Contabilidade

Grupo III – Atividades em Serviços Auxiliares – ASA

Recepcionista
Servente
ANEXO II

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

Grupo I – Atividades de Nível Superior – ANS

CATEGORIA FUNCIONAL	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
Procurador Jurídico	Portador de Diploma de conclusão de curso em Bacharel em Direito, com registro no Órgão fiscalizador

Grupo II – Atividades Operacionais e de Administração Geral – AOG

CATEGORIA FUNCIONAL	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
Agente Administrativo	Portador de certificado de conclusão de Ensino Médio.
Técnico em Contabilidade	Portador de Ensino Médio específico com registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional.

Grupo III – Atividades em Serviços Auxiliares – ASA

ANEXO III

GRUPO I - Atividade de Nível Superior – ANS

PADRÃO	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
X	R\$ 1.932,89	R\$ 2.048,86	R\$ 2.171,80	R\$ 2.302,11	R\$ 2.440,23	R\$ 2.586,65	R\$ 2.741,85	R\$ 2.906,36	R\$ 3.080,74	R\$ 3.265,58

GRUPO II – Atividades Operacionais e de Administração Geral - AOAG

PADRÃO	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
VI	R\$ 1.098,55	R\$ 1.166,00	R\$ 1.237,59	R\$ 1.313,58	R\$ 1.394,23	R\$ 1.479,84	R\$ 1.570,70	R\$ 1.667,14	R\$ 1.769,51	R\$ 1.878,15
VIII	R\$ 1.565,57	R\$ 1.661,69	R\$ 1.763,72	R\$ 1.872,00	R\$ 1.986,94	R\$ 2.108,94	R\$ 2.238,43	R\$ 2.375,87	R\$ 2.521,75	R\$ 2.676,58

GRUPO III – Atividades em Serviços Auxiliares – ASA

PADRÃO	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
I	R\$ 600,00	R\$ 636,00	R\$ 674,16	R\$ 714,61	R\$ 757,48	R\$ 802,94	R\$ 851,11	R\$ 902,18	R\$ 956,30	R\$ 1013,68
III	R\$ 698,40	R\$ 741,28	R\$ 786,80	R\$ 835,11	R\$ 886,38	R\$ 940,81	R\$ 998,57	R\$ 1.059,88	R\$ 1.124,96	R\$ 1.194,03

ANEXO IV

QUADRO PERMANENTE

GRUPO	QUANT. VAGAS	CATEGORIA FUNCIONAL	PADRÃO
ANS	01	Procurador Jurídico	X
AOAG	02		
	01	Agente Administrativo Técnico em Contabilidade	VI VIII
ASA	01	Servente	I
	01	Recepcionista	III

ANEXO V

FUNÇÃO GRATIFICADA – FG

VAGAS	ESPECIFICAÇÃO	NIVEL	VALOR (R\$)
01	CHEFE DE EQUIPE	FG -1	400,00
01	AUXILIAR DE SEÇÃO	FG -2	231,00

Lei Nº 761/2011

LEI Nº 761 DE 12 DE SETEMBRO DE 2011.

"ALTERA ARTIGO 1º DA LEI MUNICIPAL Nº 592 DE 20 DE MARÇO DE 2007, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Emerson Cardoso Kjillim, Prefeito Municipal em Exercício de Passo de Torres, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º- O artigo 1º da Lei Municipal nº 592, de 20 de março de 2007, que cria o cargo de procurador jurídico da Câmara Municipal de Vereadores, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 1º - Fica criado no quadro de cargos permanentes da Câmara, conforme consta da Lei nº 588 de 13 de fevereiro de 2007, que ratificou a resolução nº 01/2001, o cargo de procurador jurídico, pertencente ao grupo I. Atividades de nível Superior - ANS, padrão

X, do anexo III, com carga horária de vinte (20) horas semanais, com vencimento de R\$ 1.480,00(um mil quatrocentos e oitenta reais) mensais."

Art. 2º- As despesas decorrentes da execução da presente Lei correm à custa do orçamento da Câmara Municipal de Vereadores.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor, na data de sua publicação.

Passo de Torres, em 12 de setembro de 2011.

EMERSON CARDOSO KJILLIM
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e registrada nesta Secretaria de Administração e Finanças em, 12 de setembro de 2011.

EDSON BORBA MARTINS
Secretário de Administração e Finanças

Lei Nº 762/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

LEI Nº 762, DE 12 DE SETEMBRO DE 2011.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO DE REPASSE DE RECURSOS PARA A ASSOCIAÇÃO IRMÃ CARMEN , E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Emerson Cardoso Kjillim, Prefeito Municipal em Exercício de Passo de Torres, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado firmar convênio de recursos para a ASSOCIAÇÃO IRMÃ CARMEN, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 00.900.930/0001-00, com sede na rua Julio de Souza, nº 361 Bairro Polícia Rodoviária, no Município de Araranguá s/c.

§ 1º - Os recursos a serem transferidos para a Associação serão repassados mensalmente até o valor de R\$ 2.250,00(dois mil duzentos e cinquenta reais) e serão aplicados na manutenção,

melhorias das instalações físicas e manutenção da entidade, conforme convênio em anexo.

§ 20 - A Associação prestará contas ao Município, até o prazo de 60(sessenta) dias, a contar da data do recebimento das parcelas.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, fica revogada a lei Municipal 719 de 03 de fevereiro de 2011.

Passo de Torres, 12 de setembro de 2011.

EMERSON CARDOSO KJILLIM
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e registrada nesta Secretaria de Administração e Finanças em, 12 de setembro de 2011.

EDSON BORBA MARTINS
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 077/2011

PORTARIA Nº 077, DE 01 DE SETEMBRO DE 2011.

“CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICO MUNICIPAL, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Emerson Cardoso Kjillim, Prefeito Municipal, em Exercício, de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1 - Conceder férias aos servidores público municipal, abaixo relacionados :

- Aline Batista da Silva - Período de Gozo(01/09/2011 à 30/09/2011);
- Cristiano Alves - Período de Gozo(01/09/2011 à 30/09/2011);
- Lucia A. Hespanhol - Período de Gozo(01/09/2011 à 30/09/2011);
- Venício P. de Souza - Período de Gozo(01/09/2011 à 30/09/2011);
- Joelma Domingos L. Hespanhol. de Gozo(19/08/2011 à 17/09/2011);

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 075/2011.

Passo de Torres, em 01 de setembro de 2011.

EMERSON CARDOSO KJILLIM
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 01 de setembro de 2011.

EDSON BORBA MARTINS
Secretário de Administração e Finanças

Pinheiro Preto

PREFEITURA

Aviso de Licitação Nº 040/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 040/2011

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, faz saber a todos, que realizará na data de 28/09/2011, licitação modalidade Pregão Presencial nº 040/2011. Objeto: Aquisição de Pedra Brita para a Secretaria de Transportes e Obras.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 28/09/2011, até às 09:45hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 10:00 hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-3562 2000, ou através do site www.pinheiropreto.sc.gov.br

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-Sc, 13 de Setembro de 2011
EUZÉBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Termo Aditivo 017/2011

TERMO ADITIVO 017/2011

OBJETO: Regime de Execução de Empreitada por Preço Integral
LICITAÇÃO: Modalidade Tomada de Preço nº 014/2011
EMPRESA CONTRATADA: Acácia Engenharia Ltda - EPP.
VALOR DO CONTRATO: 13.980,10 (Treze mil noventa e oito reais e dez centavos).
DATA DO CONTRATO: 26/08/2011
PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

Porto Belo

PREFEITURA

Aviso Leilão PÚBLICO 001/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO / SC
AVISO LEILÃO PÚBLICO Nº 001/2011

OBJETO - BENS IMOVEIS
TIPO DE LICITAÇÃO - MAIOR OFERTA
REGIMENTO - Lei Federal nº 8.666/1993 e demais alterações e Lei 8987/1995.
REALIZAÇÃO DE LEILÃO - Às 09:30 hs do dia 07/10/2011, na Sala de Reuniões do Centro Administrativo "Prefeito Antonio Stadler Filho", sito Avenida Governador Celso Ramos, nº 2500, centro de Porto Belo - SC.
MAIS INFORMAÇÕES - Na Secretaria de Administração, sito Av. Gov. Celso Ramos, nº 2.500, Centro - Porto Belo / SC ou pelo fone (47) 3369-4111, ramal 213, no site www.portobelo.sc.gov.br ou ainda com o leiloeiro oficial, pelo fone (47) 3360-9121.

Porto Belo - SC 14 de Setembro de 2011.
AOILTO MOTTA PORTO
Secretário de Administração

Porto União

PREFEITURA

Extrato de Edital de Pregão Presencial 051/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 083/2011

Extrato de Edital de Pregão presencial 051/2011

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições, torna publico que fará realizar processo licitatorio na modalidade de pregão presencial, tipo menor preço por item, para aquisição de pneus, camaras e protetores diversos. Recebimento do credenciamento e dos envelopes será no dia 29 de setembro de 2011 as 14:00 horas na Prefeitura Municipal, com inicio da sessão publicas as 14:15 horas do mesmo dia e local. Maiores informações e copia do edital podem ser retiradas a Rua Padre Anchieta, 126, e mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br, site portouniao.sc.gov.br.

Porto União SC, 15 de setembro de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

Decreto Nº 2.090/2011

DECRETO Nº 2.090, de 14 de Setembro de 2011.

"DETERMINA O RETORNO AO TRABALHO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE RIO DO SUL"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 208, de 28/10/2010, e levando em consideração o Decreto 2.088, de 08 de setembro de 2011,

DECRETA:

Art.1º - Determinar aos servidores públicos municipais de Rio do Sul o retorno ao trabalho em expediente normal a partir de quinta-feira, 15/09/2011.

Parágrafo Único. Caso o servidor citado no caput deste artigo esteja impossibilitado, deverá comunicar imediatamente seu superior para que seja feito o controle.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal

14 de Setembro de 2011

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Secretário Municipal de Administração

Salto Veloso

PREFEITURA

Portaria Nº. DP00370/2011

PORTARIA Nº. DP00370/2011

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE,

Artigo 1º. Conceder 110 dias de Férias, no período compreendido de 06 de Dezembro de 2010 a 25 de Março de 2011, totalizando 110 dias de férias ao Servidor EVANDRO LOURENÇO GAZZI, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 01/11/2005 a 31/10/2006, correspondente a 20 dias, 01/11/2006 a 31/10/2007, correspondente a 30 dias, 01/11/2007 a 31/10/2008, correspondente a 30 dias, 01/11/2008 a 01/11/2009, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroativa do mês de Dezembro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 12 de Setembro de 2011.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

LUCIANA HOELTGEBaum

Responsável pelo Setor de

Recursos Humanos

Portaria Nº. DP00371/2011

PORTARIA Nº. DP00371/2011

Pedrinho Ansiliero, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE,

Artigo 1º. Conceder 120 dias de Licença Gestante, no período compreendido de 13 de Setembro de 2011 a 13 de Janeiro de 2011, a funcionária pública MARIANE MAFIOLETI, de acordo com atestado médico parte integrante desta portaria.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 13 de Setembro de 2011.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

LUCIANA HOELTGEBaum

Responsável pelo Setor de Recursos Humanos

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 104/2011

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 104/2011
ORIGEM: Processo Licitatório Nº 104/2011 - Pregão Presencial Nº 74/2011.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

FORNECEDOR: COMERCIAL ALVORADA LTDA

VALOR: 65.300,00 (sessenta e cinco mil e trezentos reais).

FORNECEDOR: FABIANE MIKOLAJCZYK ME

VALOR: 21.500,00 (vinte e um mil e quinhentos reais).

TOTAL: 86.800,00 (oitenta e seis mil e oitocentos reais).

DATA DE ASSINATURA: 24/08/2011.

VIGÊNCIA: 24/08/2011 à 24/08/2012.

INFORMAÇÕES: licitações@saolourenco.sc.gov.br, ou (49)3344-8588.

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 105/2011

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 105/2011
ORIGEM: Processo Licitatório Nº 105/2011 - Pregão Presencial Nº 75/2011.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, PARA SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, NAS RUAS DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO.

FORNECEDOR: ELDORADO DISTRIBUIDORA DE FERRO E AÇO LTDA

VALOR: 49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais).

FORNECEDOR: SANDRA REGINA FRIESE ME

VALOR: 96.050,00 (noventa e seis mil e cinquenta reais).

TOTAL: 145.550,00 (cento e quarenta e cinco mil quinhentos e cinquenta reais).

DATA DE ASSINATURA: 24/08/2011.

VIGÊNCIA: 24/08/2011 à 24/08/2012.

INFORMAÇÕES: licitações@saolourenco.sc.gov.br, ou (49)3344-8588.

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 109/2011

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 109/2011
ORIGEM: Processo Licitatório Nº 109/2011 - Pregão Presencial Nº 79/2011.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA O CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS.

FORNECEDOR: CLAIRTO RICARDI ME

VALOR: 2.750,00 (dois mil setecentos e cinquenta reais).

TOTAL: 2.750,00 (dois mil setecentos e cinquenta reais).

DATA DE ASSINATURA: 08/09/2011.

VIGÊNCIA: 08/09/2011 à 08/09/2012.

INFORMAÇÕES: licitações@saolourenco.sc.gov.br, ou (49)3344-8588.

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 89/2011

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 89/2011
ORIGEM: Processo Licitatório Nº 89/2011 - Pregão Presencial Nº 63/2011.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DO VEÍCULO SPRINTER, PLACA MDR 3820, PATRIMÔNIO Nº 1883, UTILIZADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

FORNECEDOR: SCARTEZINI & PEDRINI LTDA.

VALOR: 11.250,00 (onze mil duzentos e cinquenta reais).

TOTAL: 11.250,00 (onze mil duzentos e cinquenta reais).

DATA DE ASSINATURA: 11/08/2011.

VIGÊNCIA: 11/08/2011 à 11/08/2012.

INFORMAÇÕES: licitações@saolourenco.sc.gov.br, ou (49)3344-8588.

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 90/2011

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 90/2011
ORIGEM: Processo Licitatório Nº 90/2011 - Pregão Presencial Nº 64/2011.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA, PARA MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR MODELO 420E, SÉRIE KMW1324 E MOTONIVELADORA CATERPILLAR MODELO 120H, SÉRIE 5FM04194.

FORNECEDOR: PARANÁ EQUIPAMENTOS S.A.

VALOR: 56.100,00 (cinquenta mil e cem reais).

TOTAL: 56.100,00 (cinquenta mil e cem reais).

DATA DE ASSINATURA: 11/08/2011.

VIGÊNCIA: 11/08/2011 à 11/08/2012.

INFORMAÇÕES: licitações@saolourenco.sc.gov.br, ou (49)3344-8588.

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 92/2011

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 92/2011
ORIGEM: Processo Licitatório Nº 92/2011 - Pregão Presencial Nº 66/2011.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PLACA DE METAL E POSTES DE CONCRETO PARA USO EM CAMPANHA EDUCATIVA DE TRANSITO, CONFORME PROJETO.

FORNECEDOR: J.F ALGAYER ME

VALOR: 39.000,00 (trinta e nove mil reais).

FORNECEDOR: EMPLEITERRA SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM LTDA

VALOR: 15.000,00 (quinze mil reais).

TOTAL: 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais).

DATA DE ASSINATURA: 12/08/2011.

VIGÊNCIA: 12/08/2011 à 12/08/2012.

INFORMAÇÕES: licitações@saolourenco.sc.gov.br, ou (49)3344-8588.

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 93/2011

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 93/2011
ORIGEM: Processo Licitatório Nº 93/2011 - Pregão Presencial Nº 67/2011.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E MATERIAIS DE CONSUMO A SEREM UTILIZADOS PELO CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL.

FORNECEDOR: ALYSON XAVIER DA SILVA E CIA LTDA

VALOR: 42.000,00 (quarenta e dois mil reais).

FORNECEDOR: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA

VALOR: 36.800,00 (trinta e seis mil e oitocentos reais).

TOTAL: 78.800,00 (setenta e oito mil e oitocentos reais).

DATA DE ASSINATURA: 12/08/2011.

VIGÊNCIA: 12/08/2011 à 12/08/2012.

INFORMAÇÕES: licitações@saolourenco.sc.gov.br, ou (49)3344-8588.

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 96/2011

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 96/2011

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 96/2011 - Pregão Presencial Nº 69/2011.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PAVERS PARA REFORMA DE PASSEIOS PÚBLICOS, DANIFICADOS PELA SUBSTITUIÇÃO DOS CANOS DE AGUA DA CASAN, TRECHO DA RUA JOÃO BEUX SOBRINHO COMPREENDIDO ENTRE AS RUAS DOM PEDRO II E AVENIDA BRASIL. FORNECEDOR: PAVIMENTI BLOCOS E PAVER LTDA.

VALOR: 599.260,00 (quinhentos e noventa e nove mil reais).

TOTAL: 599.260,00 (quinhentos e noventa e nove mil reais).

DATA DE ASSINATURA: 16/08/2011.

VIGÊNCIA: 16/08/2011 à 16/08/2012.

INFORMAÇÕES: licitações@saolourenco.sc.gov.br, ou (49)3344-8588.

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 97/2011

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 97/2011

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 97/2011 - Pregão Presencial Nº 70/2011.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA PARA O CENTRO ADMINISTRATIVO E TINTAS PARA UTILIZAÇÃO EM REPARO NAS VIAS URBANAS.

FORNECEDOR: MULTIAÇÃO - PRODUTOS E EQUIP. PARA LIMPEZA LTDA.

VALOR: 70.000,00 (setenta mil reais).

FORNECEDOR: DECORATIVO TINTAS LTDA EPP.

VALOR: 14.301,50 (quatorze mil e trezentos e um reais e cinquenta centavos).

FORNECEDOR: HD DISTRIB. PRODUTOS HIG. DESC. LTDA.

VALOR: 22.000,00 (vinte e dois mil reais).

TOTAL: 106.301,50 (quinhentos e noventa e nove mil reais).

DATA DE ASSINATURA: 17/08/2011.

VIGÊNCIA: 17/08/2011 à 17/08/2012.

INFORMAÇÕES: licitações@saolourenco.sc.gov.br, ou (49)3344-8588.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO.

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	34.813.225,30	34.813.225,30	5.978.678,80	17,17	25.621.885,01	73,60	9.191.340,29
RECEITAS CORRENTES	31.813.225,30	31.813.225,30	5.709.648,60	17,95	23.780.025,64	74,75	8.033.199,66
RECEITA TRIBUTARIA	4.667.766,50	4.667.766,50	689.563,14	14,77	3.861.782,11	82,73	805.984,39
IMPOSTOS	3.477.500,00	3.477.500,00	525.464,38	15,11	3.046.148,22	87,60	431.351,78
TAXAS	781.092,50	781.092,50	123.046,81	15,75	592.704,02	75,88	188.388,48
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	409.174,00	409.174,00	41.051,95	10,03	222.929,87	54,48	186.244,13
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	679.250,00	679.250,00	121.088,90	17,83	554.447,86	81,63	124.802,14
CONTRIB P/ CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLIC	679.250,00	679.250,00	121.088,90	17,83	554.447,86	81,63	124.802,14
RECEITA PATRIMONIAL	328.986,00	328.986,00	150.240,93	45,67	490.127,61	148,98	-161.141,61
RECEITAS IMOBILIARIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	265,00	0,00	-265,00
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	328.986,00	328.986,00	150.240,93	45,67	489.862,61	148,90	-160.876,61
RECEITA AGROPECUARIA	0,00	0,00	1.131,00	0,00	5.015,22	0,00	-5.015,22
Outras Rec. Agropecuárias	0,00	0,00	1.131,00	0,00	5.015,22	0,00	-5.015,22
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	46.131,78	0,00	162.623,31	0,00	-162.623,31
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	25.565.394,80	25.565.394,80	4.608.866,63	18,03	18.296.700,59	71,57	7.268.694,21
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	25.166.784,80	25.166.784,80	4.469.573,07	17,76	17.984.904,98	71,46	7.181.879,82
Transf. de Conv.	398.610,00	398.610,00	139.293,56	34,94	311.795,61	78,22	86.814,39
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	571.828,00	571.828,00	92.626,22	16,20	409.328,94	71,58	162.499,06
Multas e Juros de Mora	175.978,00	175.978,00	44.693,22	25,40	171.681,31	97,56	4.296,69
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	36.575,00	36.575,00	7.974,22	21,80	16.700,03	45,66	19.874,97
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	259.275,00	259.275,00	23.629,00	9,11	149.337,87	57,60	109.937,13
RECEITAS DIVERSAS	100.000,00	100.000,00	16.329,78	16,33	71.609,73	71,61	28.390,27
RECEITAS DE CAPITAL	3.000.000,00	3.000.000,00	269.030,20	8,97	1.841.859,37	61,40	1.158.140,63
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3.000.000,00	3.000.000,00	0,00	0,00	1.244.447,98	41,48	1.755.552,02
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	3.000.000,00	3.000.000,00	0,00	0,00	1.244.447,98	41,48	1.755.552,02
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	13.500,00	0,00	-13.500,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	13.500,00	0,00	-13.500,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	269.030,20	0,00	583.911,39	0,00	-583.911,39
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	269.030,20	0,00	583.911,39	0,00	-583.911,39
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	34.813.225,30	34.813.225,30	5.978.678,80	17,17	25.621.885,01	73,60	9.191.340,29

Continua 1/3

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	34.813.225,30	34.813.225,30	5.978.678,80	17,17	25.621.885,01	73,60	9.191.340,29
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	34.813.225,30	34.813.225,30	5.978.678,80	17,17	25.621.885,01	73,60	9.191.340,29
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	7.869.075,95	—	—	2.850.359,41	—	—
Superávit Financeiro	—	7.869.075,95	—	—	2.850.359,41	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	34.813.225,30	10.789.393,15	45.602.618,45	5.746.568,81	32.256.892,90	6.161.782,86	24.564.750,14	53,87	21.037.868,31
DESPESAS CORRENTES	27.528.011,80	3.784.511,76	31.312.523,56	4.543.475,88	23.708.388,15	5.210.387,08	19.233.244,33	61,42	12.079.279,23
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	15.028.023,14	-267.480,78	14.760.542,36	2.238.829,40	9.777.212,57	2.371.553,76	9.430.610,53	63,89	5.329.931,83
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	150.000,00	0,00	150.000,00	33.724,67	66.119,25	33.724,67	66.119,25	44,08	83.880,75
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	12.349.988,66	4.051.992,54	16.401.981,20	2.270.921,81	13.865.056,33	2.805.108,65	9.736.514,55	59,36	6.665.466,65
DESPESAS DE CAPITAL	7.280.213,50	7.004.881,39	14.285.094,89	1.203.092,93	8.548.504,75	951.395,78	5.331.505,81	37,32	8.953.589,08
INVESTIMENTOS	6.680.213,50	7.112.881,39	13.793.094,89	1.074.228,63	8.297.919,47	822.531,48	5.080.920,53	36,84	8.712.174,36
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	600.000,00	-108.000,00	492.000,00	128.864,30	250.585,28	128.864,30	250.585,28	50,93	241.414,72
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	34.813.225,30	10.789.393,15	45.602.618,45	5.746.568,81	32.256.892,90	6.161.782,86	24.564.750,14	53,87	21.037.868,31

Continua 2/3

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	34.813.225,30	10.789.393,15	45.602.618,45	5.746.568,81	32.256.892,90	6.161.782,86	24.564.750,14	53,87	21.037.868,31
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	1.057.134,87	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	34.813.225,30	10.789.393,15	45.602.618,45	5.746.568,81	32.256.892,90	6.161.782,86	25.621.885,01	53,87	21.037.868,31

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 13/09/2011

TOMÉ FRANCISCO ETGES
PREFEITO MUNICIPAL

ROBERTO ZOLET
CONTADOR CRC/SC 025.778/0-9

JOÃO EDUARDO LINHARES
CONTROLADOR GERAL

DEMONSTRATIVO da EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO.

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	34.813.225,30	45.602.618,45	5.746.568,81	32.256.892,90	6.161.782,86	24.564.750,14	100,00	53,87	21.037.868,31
Legislativa	1.153.600,00	1.153.600,00	99.330,20	489.582,32	117.231,69	444.490,64	1,81	38,53	709.109,36
Ação Legislativa	1.153.600,00	1.153.600,00	99.330,20	489.582,32	117.231,69	444.490,64	1,81	38,53	709.109,36
Judiciária	590.000,00	590.000,00	45.796,91	391.667,07	47.478,67	384.827,03	1,57	65,22	205.172,97
Defesa do Interesse Púb.No Processo Judiciário	240.000,00	240.000,00	31.455,04	131.216,50	31.572,44	131.012,10	0,53	54,59	108.987,90
Defesa Civil	350.000,00	350.000,00	14.341,87	260.450,57	15.906,23	253.814,93	1,03	72,52	96.185,07
Administração	4.123.363,60	4.108.363,60	544.265,01	2.962.183,34	694.633,66	2.591.971,75	10,55	63,09	1.516.391,85
Administração Geral	3.116.863,60	3.101.863,60	409.167,18	2.338.583,10	530.112,68	2.064.395,58	8,40	66,55	1.037.468,02
Administração Financeira	488.000,00	488.000,00	49.300,27	237.373,87	47.881,42	213.362,80	0,87	43,72	274.637,20
Controle Externo	240.000,00	240.000,00	45.410,56	152.131,37	45.210,56	148.061,37	0,60	61,69	91.938,63
Difusão Cultural	80.000,00	80.000,00	40.387,00	45.387,00	39.347,00	44.347,00	0,18	55,43	35.653,00
Transferências	198.500,00	198.500,00	0,00	188.708,00	32.082,00	121.805,00	0,50	61,36	76.695,00
Defesa Nacional	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
Defesa do Interesse Púb.No Processo Judiciário	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
Segurança Pública	270.000,00	270.000,00	22.789,39	149.038,90	33.410,04	117.710,65	0,48	43,60	152.289,35
Defesa da Ordem Jurídica	270.000,00	270.000,00	22.789,39	149.038,90	33.410,04	117.710,65	0,48	43,60	152.289,35
Assistência Social	1.605.100,00	1.664.600,00	176.571,44	1.197.673,70	252.784,02	973.173,36	3,96	58,46	691.426,64
Assistência ao Idoso	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	195.000,00	175.000,00	26.416,28	105.313,03	38.186,04	103.739,03	0,42	59,28	71.260,97
Assistência Comunitária	1.310.100,00	1.389.600,00	150.155,16	1.092.360,67	214.597,98	869.434,33	3,54	62,57	520.165,67
Saúde	6.909.699,64	7.686.383,04	1.033.892,20	6.002.318,26	1.362.768,36	4.960.620,27	20,19	64,54	2.725.762,77
Atenção Básica	6.034.332,14	6.636.127,78	977.674,20	5.288.178,71	1.151.553,46	4.440.452,96	18,08	66,91	2.195.674,82
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	723.000,00	843.000,00	55.200,00	586.000,00	120.641,90	392.027,76	1,60	46,50	450.972,24
Vigilância Epidemiológica	152.367,50	207.255,26	1.018,00	128.139,55	90.573,00	128.139,55	0,52	61,83	79.115,71
Educação	7.948.996,06	9.651.717,82	1.203.982,34	7.478.882,12	1.555.826,04	5.886.374,87	23,96	60,99	3.765.342,95
Ensino Fundamental	5.555.427,06	7.015.120,30	729.513,72	5.428.641,26	1.150.762,67	4.371.988,43	17,80	62,32	2.643.131,87
Ensino Médio	349.600,00	554.915,82	7.503,46	544.019,28	65.150,34	325.181,67	1,32	58,60	229.734,15
Ensino Superior	192.500,00	192.500,00	180.626,88	180.626,88	72.250,76	72.250,76	0,29	37,53	120.249,24
Educação Infantil	1.851.469,00	1.889.181,70	286.338,28	1.325.594,70	267.662,27	1.116.954,01	4,55	59,12	772.227,69
Cultura	430.000,00	430.000,00	82.553,10	271.080,05	89.441,31	240.553,90	0,98	55,94	189.446,10
Difusão Cultural	430.000,00	430.000,00	82.553,10	271.080,05	89.441,31	240.553,90	0,98	55,94	189.446,10

Continua 1/2

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/2

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	34.813.225,30	45.602.618,45	5.746.568,81	32.256.892,90	6.161.782,86	24.564.750,14	100,00	53,87	21.037.868,31
Urbanismo	7.280.150,00	14.736.811,68	1.840.394,37	9.307.536,94	1.159.050,57	5.461.239,53	22,23	37,06	9.275.572,15
Infra-Estrutura Urbana	7.230.150,00	14.581.811,68	1.746.753,47	9.164.107,02	1.152.960,67	5.405.360,61	22,00	37,07	9.176.451,07
Turismo	50.000,00	155.000,00	93.640,90	143.429,92	6.089,90	55.878,92	0,23	36,05	99.121,08
Habitação	51.750,00	64.698,22	5.689,98	33.181,53	5.689,98	33.181,53	0,14	51,29	31.516,69
Habitação Urbana	51.750,00	64.698,22	5.689,98	33.181,53	5.689,98	33.181,53	0,14	51,29	31.516,69
Saneamento	50.000,00	298.027,96	84.360,33	251.098,63	60.739,34	196.388,69	0,80	65,90	101.639,27
Saneamento Básico Urbano	50.000,00	298.027,96	84.360,33	251.098,63	60.739,34	196.388,69	0,80	65,90	101.639,27
Agricultura	2.374.066,00	3.081.416,13	369.294,84	2.414.313,05	475.920,79	2.083.336,93	8,48	67,61	998.079,20
Promoção da Produção Animal	275.000,00	175.000,00	152,11	55.605,11	5.387,11	34.247,11	0,14	19,57	140.752,89
Defesa Sanitária Vegetal	100.000,00	100.000,00	24.694,72	81.783,44	29.170,03	61.590,26	0,25	61,59	38.409,74
Extensão Rural	1.999.066,00	2.806.416,13	344.448,01	2.276.924,50	441.363,65	1.987.499,56	8,09	70,82	818.916,57
Indústria	437.500,00	386.000,00	0,00	382.955,00	6.391,00	370.173,00	1,51	95,90	15.827,00
Promoção Industrial	437.500,00	386.000,00	0,00	382.955,00	6.391,00	370.173,00	1,51	95,90	15.827,00
Desporto e Lazer	510.000,00	510.000,00	75.059,73	291.677,46	78.752,35	261.780,22	1,07	51,33	248.219,78
Desporto Comunitário	510.000,00	510.000,00	75.059,73	291.677,46	78.752,35	261.780,22	1,07	51,33	248.219,78
Encargos Especiais	1.070.000,00	962.000,00	162.588,97	633.704,53	221.665,04	558.927,77	2,28	58,10	403.072,23
Outros Encargos Especiais	1.070.000,00	962.000,00	162.588,97	633.704,53	221.665,04	558.927,77	2,28	58,10	403.072,23
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	34.813.225,30	45.602.618,45	5.746.568,81	32.256.892,90	6.161.782,86	24.564.750,14	100,00	53,87	21.037.868,31

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 13/09/2011

TOMÉ FRANCISCO ETGES
PREFEITO MUNICIPALROBERTO ZOLET
CONTADOR CRC/SC 025.778/0-9JOÃO EDUARDO LINHARES
CONTROLADOR GERAL

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

DEMONSTRATIVO da RECEITA CORRENTE LÍQUIDA.

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2010 A AGOSTO/2011

RREO – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2011
	Set/2010	Out/2010	Nov/2010	Dez/2010	Jan/2011	Fev/2011	Mar/2011	Abr/2011	Mai/2011	Jun/2011	Jul/2011	Ago/2011	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)	2.650.284,99	2.816.211,30	3.358.225,95	3.609.596,24	3.052.551,15	3.279.341,79	4.018.143,01	3.163.342,05	3.486.971,78	3.270.366,28	3.204.881,77	3.218.303,46	39.128.219,77	35.432.707,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	227.403,21	333.506,33	212.920,79	418.750,55	248.466,32	510.429,11	1.296.493,52	300.818,24	410.755,05	405.256,73	339.300,06	350.263,08	5.054.362,99	4.624.399,00
I.P.T.U.	38.430,58	40.436,39	37.085,43	49.650,04	51.391,70	199.493,64	986.718,25	46.574,66	54.668,92	48.871,68	42.135,97	45.292,26	1.640.749,52	1.500.000,00
I.S.S.	90.244,87	95.873,57	81.029,48	107.631,39	94.696,10	102.933,13	99.078,34	111.766,21	141.555,62	115.368,12	138.479,56	115.570,69	1.294.227,08	1.000.000,00
I.T.B.I.	48.358,49	31.078,24	48.248,67	63.098,93	52.407,46	61.035,72	27.481,97	28.265,07	38.146,20	45.071,77	42.492,04	65.118,47	550.803,03	577.500,00
I.R.R.F	36.563,72	38.463,68	35.695,43	76.970,68	10.609,13	48.824,40	49.812,60	35.749,93	32.255,87	37.907,35	30.676,35	45.699,04	479.228,18	400.000,00
Outras Receitas Tributárias	13.805,55	127.654,45	10.861,78	121.399,51	39.361,93	98.142,22	133.402,36	78.462,37	144.128,44	158.037,81	85.516,14	78.582,62	1.089.355,18	1.146.899,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	58.774,39	3.929,00	57.595,96	65.832,38	61.846,91	66.906,74	116.385,78	65.664,83	59.764,99	62.789,71	59.235,15	61.853,75	740.579,59	679.250,00
RECEITA PATRIMONIAL	64.223,66	60.988,94	62.966,57	54.833,73	12.978,74	46.697,75	58.977,71	55.121,70	62.384,27	59.617,86	64.026,93	74.063,63	676.881,49	328.986,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	860,00	712,00	308,41	573,50	1.244,91	185,40	580,00	551,00	5.015,22	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	240,00	0,00	0,00	0,00	8.864,09	15.931,94	449,00	1.529,38	89.267,12	450,00	28.156,29	17.975,49	162.863,31	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.248.950,85	2.353.745,68	2.978.129,40	3.023.942,02	2.669.276,40	2.585.068,48	2.492.120,27	2.690.762,49	2.789.581,61	2.705.472,38	2.667.165,99	2.667.387,64	31.871.603,21	29.239.739,00
Cota-Parte do F.P.M.	555.996,10	599.083,08	718.159,51	1.248.276,87	867.995,86	935.138,29	610.477,26	809.185,68	928.775,85	838.285,61	713.109,29	735.584,99	9.560.068,39	8.587.530,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	899.141,89	966.661,50	938.865,14	1.005.484,38	954.919,43	861.752,93	979.809,96	973.839,19	951.738,65	954.268,52	1.017.489,34	1.010.078,91	11.514.049,84	10.600.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	142.424,04	126.413,44	99.631,78	44.631,32	98.751,84	119.335,95	170.486,63	170.205,75	195.899,85	167.335,59	179.550,32	165.875,26	1.680.541,77	1.800.000,00
Cota-Parte do ITR.	868,41	6.239,71	19,07	388,48	60,86	61,85	154,97	101,00	18,94	35,66	43,22	138,13	8.130,30	7.931,00
Transferências da LC 61/1989	18.830,17	19.596,91	14.886,09	30.532,85	21.279,58	20.017,78	14.703,45	19.862,70	16.739,67	18.505,91	9.889,34	26.547,47	231.391,92	220.000,00
Transferências da LC 87/1996	5.511,10	5.511,10	0,00	11.022,20	5.517,19	5.517,19	5.517,19	5.517,19	5.517,19	5.517,19	5.517,19	5.517,19	66.181,92	79.310,00
Transferências do FUNDEB	402.464,68	401.156,25	403.914,57	441.150,57	397.178,72	367.150,18	379.678,70	399.689,00	408.643,08	399.471,28	389.781,26	396.849,00	4.787.127,29	4.550.000,00
Outras Transferências Correntes	223.714,46	229.083,69	802.653,24	242.455,35	323.572,92	276.094,31	331.292,11	312.361,98	282.248,38	322.052,62	351.786,03	326.796,69	4.024.111,78	3.394.968,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	50.692,88	64.041,35	46.613,23	46.237,56	50.258,69	53.595,77	53.408,32	48.871,91	73.973,83	36.594,20	46.417,35	46.208,87	616.913,96	560.333,00
DEDUÇÕES (II)	323.960,42	344.781,74	354.824,15	400.835,81	389.704,73	388.364,71	356.229,96	395.742,08	419.737,83	396.789,48	385.119,53	388.748,78	4.544.839,22	4.258.954,20
Rec. Div. Ativ. Tx de Fiscaliz. e Vigil. Sanitária	54,17	80,73	15,80	17,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	168,58	0,00
Transf. Conv. Municípios p/ SUS	248,10	0,00	496,20	1.315,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.059,40	0,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	323.658,15	344.701,01	354.312,15	399.502,83	389.704,73	388.364,71	356.229,96	395.742,08	419.737,83	396.789,48	385.119,53	388.748,78	4.542.611,24	4.258.954,20
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	2.326.324,57	2.471.429,56	3.003.401,80	3.208.760,43	2.662.846,42	2.890.977,08	3.661.913,05	2.767.599,97	3.067.233,95	2.873.576,80	2.819.762,24	2.829.554,68	34.583.380,55	31.173.752,80

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA
SÃO LOURENÇO DO OESTE, 13/09/2011

TOMÉ FRANCISCO ETGES
PREFEITO MUNICIPAL

ROBERTO ZOLET
CONTADOR CRC/SC 025.778/0-9

JOÃO EDUARDO LINHARES
CONTROLADOR GERAL

DEMONSTRATIVO da RECEITA de IMPOSTOS LÍQUIDA e DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES e SERVIÇOS PÚBLICOS de SAÚDE.

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	24.971.481,00	24.971.481,00	18.813.497,22	75,34
Impostos	3.477.500,00	3.477.500,00	3.046.148,22	87,60
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	1.500.000,00	1.500.000,00	1.475.147,08	98,34
Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imóveis e Dir	577.500,00	577.500,00	360.018,70	62,34
Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza	1.000.000,00	1.000.000,00	919.447,77	91,94
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	400.000,00	400.000,00	291.534,67	72,88
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	199.210,00	199.210,00	165.160,00	82,91
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	6.792,50	6.792,50	14.220,11	209,35
Dívida Ativa dos Impostos	154.275,00	154.275,00	98.327,92	63,74
Multas, Juros de Mora, Atual. Mon. e Outros Enc. da Div. Ativa dos Imp.	38.142,50	38.142,50	52.611,97	137,94
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	21.294.771,00	21.294.771,00	15.602.189,00	73,27
Da União	8.674.771,00	8.674.771,00	6.483.304,98	74,74
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	8.587.530,00	8.587.530,00	6.438.552,83	74,98
Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	7.931,00	7.931,00	614,63	7,75
Transf. Financ. ICMS - Desoner. L.C. Nº 87/96	79.310,00	79.310,00	44.137,52	55,65
Do Estado	12.620.000,00	12.620.000,00	9.118.884,02	72,26
Cota-Parte do ICMS	10.600.000,00	10.600.000,00	7.703.896,93	72,68
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	220.000,00	220.000,00	147.545,90	67,07
Cota-Parte do IPVA	1.800.000,00	1.800.000,00	1.267.441,19	70,41
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	14.100.698,50	14.100.698,50	9.928.824,89	70,41
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-4.258.954,20	-4.258.954,20	-3.120.437,10	73,27
TOTAL	34.813.225,30	34.813.225,30	25.621.885,01	73,60

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	6.631.832,14	6.964.166,00	4.635.650,34	66,56
Pessoal e Encargos Sociais	3.989.818,14	4.040.576,29	3.273.223,02	81,01
Outras Despesas Correntes	2.642.014,00	2.923.589,71	1.362.427,32	46,60
DESPESAS DE CAPITAL	277.867,50	722.217,04	324.969,93	45,00
Investimentos	277.867,50	722.217,04	324.969,93	45,00
TOTAL (IV)	6.909.699,64	7.686.383,04	4.960.620,27	64,54

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (e)/ despesas com saúde
DESPESAS COM SAÚDE	6.909.699,64	7.686.383,04	4.960.620,27	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	2.645.977,50	3.422.660,90	1.626.913,13	32,80
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	2.645.977,50	3.422.660,90	1.626.913,13	32,80
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS¹	-	-	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)	4.263.722,14	4.263.722,14	3.333.707,14	67,20

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2011 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	0,00	0,00
PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL <math>\leq \frac{V}{VI} \times 100\%</math> [(V - VI) / VI]		
		17,72

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/2

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/Total i)
Atenção Básica	6.034.332,14	6.636.127,78	4.440.452,96	89,51
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	723.000,00	843.000,00	392.027,76	7,90
Vigilância Epidemiológica	152.367,50	207.255,26	128.139,55	2,58
TOTAL	6.909.699,64	7.686.383,04	4.960.620,27	100,00

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.² Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 13/09/2011

TOMÉ FRANCISCO ETGES
PREFEITO MUNICIPAL

ROBERTO ZOLET
CONTADOR CRC/SC 025.778/0-9

JOÃO EDUARDO LINHARES
CONTROLADOR GERAL

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE.

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2011/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	3.676.710,00	3.676.710,00	0,00	3.274.727,51	89,07
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	1.631.879,00	1.631.879,00	0,00	1.603.165,73	98,24
1.1.1- IPTU	1.500.000,00	1.500.000,00	0,00	1.493.634,02	99,58
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	3.866,50	3.866,50	0,00	6.340,92	164,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	99.275,00	99.275,00	0,00	67.046,54	67,54
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	28.737,50	28.737,50	0,00	36.144,25	125,77
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	577.500,00	577.500,00	0,00	388.269,35	67,23
1.2.1- ITBI	577.500,00	577.500,00	0,00	388.269,35	67,23
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.067.331,00	1.067.331,00	0,00	988.053,38	92,67
1.3.1- ISS	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	929.215,41	92,92
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	2.926,00	2.926,00	0,00	9.141,57	312,43
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	55.000,00	55.000,00	0,00	33.077,73	60,14
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	9.405,00	9.405,00	0,00	17.618,67	187,33
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	400.000,00	400.000,00	0,00	294.239,05	73,56
1.4.1- IRRF	400.000,00	400.000,00	0,00	294.239,05	73,56
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	21.294.771,00	21.294.771,00	0,00	15.911.153,41	74,72
2.1- Cota-Parte FPM	8.587.530,00	8.587.530,00	0,00	6.747.517,24	78,57
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	8.587.530,00	8.587.530,00	0,00	6.747.517,24	78,57
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	10.600.000,00	10.600.000,00	0,00	7.703.896,93	72,68
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	79.310,00	79.310,00	0,00	44.137,52	55,85
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	220.000,00	220.000,00	0,00	147.545,90	67,07
2.5- Cota-Parte ITR	7.931,00	7.931,00	0,00	614,63	7,75
2.6- Cota-Parte IPVA	1.800.000,00	1.800.000,00	0,00	1.267.441,19	70,41
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	24.971.481,00	24.971.481,00	0,00	19.185.880,92	76,83
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.1- Transferências do Salário-Educação	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.2- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	370.800,00	370.800,00	0,00	383.536,91	103,43
6.1- Transferências de Convênios	370.800,00	370.800,00	0,00	383.536,91	103,43
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	775.980,00	775.980,00	0,00	489.605,53	63,10
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	1.146.780,00	1.146.780,00	0,00	873.142,44	76,14

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	4.258.954,20	4.258.954,20	0,00	3.182.229,97	74,72
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.717.506,00	1.717.506,00	0,00	1.349.503,25	78,57
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	2.120.000,00	2.120.000,00	0,00	1.540.748,92	72,68
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	15.862,00	15.862,00	0,00	8.827,44	55,85
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	44.000,00	44.000,00	0,00	29.509,22	67,07
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	1.586,20	1.586,20	0,00	122,85	7,74
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	360.000,00	360.000,00	0,00	253.518,29	70,42
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	4.550.000,00	4.550.000,00	0,00	3.138.441,22	68,98
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	4.550.000,00	4.550.000,00	0,00	3.138.441,22	68,98
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	291.045,80	291.045,80	0,00	-43.788,75	-15,05
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

Continua 1/3

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2011/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS				INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	%(g)=((e+f)/d)x100
			LIQUIDADAS		Até o Bimestre (e)			
			No Bimestre					
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	3.468.300,00	3.188.300,00	0,00	1.862.109,99	0,00	58,40		
13.1- Com Educação Infantil	1.202.469,00	1.102.469,00	0,00	623.856,24	0,00	56,59		
13.2- Com Ensino Fundamental	2.265.831,00	2.085.831,00	0,00	1.238.253,75	0,00	59,37		
14- OUTRAS DESPESAS	1.092.000,00	1.462.761,07	0,00	1.093.615,74	353.416,92	98,92		
14.1- Com Educação Infantil	342.000,00	442.000,00	0,00	350.687,71	77.287,68	96,83		
14.2- Com Ensino Fundamental	750.000,00	1.020.761,07	0,00	742.928,03	276.129,24	99,83		
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	4.560.300,00	4.651.061,07	0,00		3.309.142,65	71,15		
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO							VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB							—	
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							0,00	
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)							0,00	
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %							59,33	
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE							VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2010 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS							0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2011 ²							0,00	
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB								
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			%(c)=(b/a)x100		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)				
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)³	6.242.870,25	6.242.870,25	0,00	4.796.470,23		76,83		
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS			INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	%(g)=((e+f)/d)x100	
			LIQUIDADAS					
No Bimestre	Até o Bimestre (e)							
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.851.469,00	1.951.698,19	0,00	1.153.908,23	187.331,66	68,72		
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.544.469,00	1.544.469,00	0,00	974.543,95	77.287,68	68,10		
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	307.000,00	407.229,19	0,00	179.364,28	110.043,98	71,07		
24- ENSINO FUNDAMENTAL	4.867.747,06	4.958.508,13	0,00	2.941.094,66	724.129,48	73,92		
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.015.831,00	3.106.592,07	0,00	1.981.181,78	276.129,24	72,66		
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.851.916,06	1.851.916,06	0,00	959.912,88	448.000,24	76,02		
25- ENSINO MÉDIO	349.600,00	349.600,00	0,00	165.574,30	173.129,16	96,88		
26- ENSINO SUPERIOR	192.500,00	192.500,00	0,00	72.250,76	108.376,12	93,83		
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	7.261.316,06	7.452.306,32	0,00		5.525.794,37	74,15		
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL							VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)							-43.788,75	
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO							—	
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 i)							—	
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							90.761,07	
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS							0,00	
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴							—	
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 h)							—	
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)							46.972,32	
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))							4.959.491,71	
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %							25,85	
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE								
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS				INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	%(g)=((e+f)/d)x100
			LIQUIDADAS		Até o Bimestre (e)			
			No Bimestre					
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	336.480,00	515.889,00	0,00	370.583,93	134.414,24	97,89		
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS P/ FINANCIAMENTO DO ENSINO	351.200,00	1.683.522,50	0,00	1.340.600,15	230.712,47	93,33		
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	687.680,00	2.199.411,50	0,00		2.076.310,79	94,40		
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	7.948.996,06	9.651.717,82	0,00		7.602.105,16	78,76		
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO		SALDO ATÉ O BIMESTRE			CANCELADO EM 2011 (h)			
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE		0,00			0,00			

Continua 2/3

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2011/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (i)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	90.761,07	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	3.138.441,22	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	2.864.356,52	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	364.845,77	0,00

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 13/09/2011

TOMÉ FRANCISCO ETGES
PREFEITO MUNICIPAL

ROBERTO ZOLET
CONTADOR CRC/SC 025.778/0-9

JOÃO EDUARDO LINHARES
CONTROLADOR GERAL

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do acréscimo do FUNDEB foi de R\$ 90.761,07, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS e DESPESAS
PREVIDENCIÁRIAS do REGIME PRÓPRIO de
PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES.**

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo V (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2011	Até o Bimestre/2010
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2011	Até o Bimestre/2010
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2011	Até o Bimestre/2010
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2011	Até o Bimestre/2010
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
Valor			0,00		

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 13/09/2011

TOMÉ FRANCISCO ETGES
PREFEITO MUNICIPAL

ROBERTO ZOLET
CONTADOR CRC/SC 025.778/0-9

JOÃO EDUARDO LINHARES
CONTROLADOR GERAL

DEMONSTRATIVO do Resultado NOMINAL.

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2010 (A)	Em 30 Jun 2011 (B)	Em 31 Ago 2011 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	284.169,60	1.406.896,60	1.567.135,10
DEDUÇÕES (II)	8.692.589,72	9.837.810,87	9.600.189,57
Disponibilidade de Caixa Bruta	8.692.589,72	11.055.785,77	11.324.587,61
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	1.217.974,90	1.724.398,04
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-8.408.420,12	-8.430.914,27	-8.033.054,47
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-8.408.420,12	-8.430.914,27	-8.033.054,47

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Ago 2011 (C - A)
VALOR	397.859,80	375.365,65

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	5.545.000,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2010 (A)	Em 30 Jun 2011 (B)	Em 31 Ago 2011 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 13/09/2011

TOMÉ FRANCISCO ETGES
PREFEITO MUNICIPAL

ROBERTO ZOLET
CONTADOR CRC/SC 025.778/0-9

JOÃO EDUARDO LINHARES
CONTROLADOR GERAL

DEMONSTRATIVO do Resultado PRIMÁRIO.

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2011	Até o Bimestre 2010
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	31.484.239,30	5.559.407,67	23.290.163,03	19.529.970,21
Receita Tributária	4.667.766,50	689.563,14	3.861.782,11	2.989.786,89
I.P.T.U.	1.500.000,00	87.428,23	1.475.147,08	1.302.525,98
I.S.S.	1.000.000,00	254.050,25	919.447,77	577.974,40
I.T.B.I.	577.500,00	107.610,51	360.018,70	300.359,32
I.R.R.F.	400.000,00	76.375,39	291.534,67	229.237,76
Outras Receitas Tributárias	1.190.266,50	164.098,76	815.633,89	579.689,43
Receita de Contribuição	679.250,00	121.088,90	554.447,86	496.902,22
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	679.250,00	121.088,90	554.447,86	496.902,22
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	265,00	0,00
Receita Patrimonial	328.986,00	150.240,93	490.127,61	369.861,65
(-) Aplicações Financeiras	328.986,00	150.240,93	489.862,61	369.861,65
Transferências Correntes	25.565.394,80	4.608.866,63	18.296.700,59	15.557.122,60
F.P.M.	6.870.024,00	1.158.955,49	5.150.842,45	4.060.360,33
I.C.M.S.	8.480.000,00	1.622.054,79	6.163.148,01	5.234.655,93
Convênios	398.610,00	139.293,56	311.795,61	411.369,41
Outras Transferências Correntes	9.816.760,80	1.688.562,79	6.670.914,52	5.850.736,93
Demais Receitas Correntes	571.828,00	139.889,00	576.967,47	486.158,50
Dívida Ativa	259.275,00	23.629,00	149.337,87	221.557,97
Diversas Receitas Correntes	312.553,00	116.260,00	427.629,60	264.600,53
RECEITAS DE CAPITAL (II)	3.000.000,00	269.030,20	1.841.859,37	5.292.774,11
Operações de Crédito (III)	3.000.000,00	0,00	1.244.447,98	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	13.500,00	111.250,00
Transferências de Capital	0,00	269.030,20	583.911,39	5.181.524,11
Convênios	0,00	269.030,20	583.911,39	5.181.524,11
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	0,00	269.030,20	583.911,39	5.181.524,11
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	31.484.239,30	5.828.437,87	23.874.074,42	24.711.494,32
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2011	Até o Bimestre 2010
DESPESAS CORRENTES (VIII)	31.312.523,56	5.210.387,08	19.233.244,33	15.986.076,56
Pessoal e Encargos Sociais	14.760.542,36	2.371.553,76	9.430.610,53	8.663.654,63
Juros e Encargos da Dívida (IX)	150.000,00	33.724,67	66.119,25	26.319,39
Outras Despesas Correntes	16.401.981,20	2.805.108,65	9.736.514,55	7.296.102,54
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	31.162.523,56	5.176.662,41	19.167.125,08	15.959.757,17
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	14.285.094,89	951.395,78	5.331.505,81	5.366.178,67
Investimentos	13.793.094,89	822.531,48	5.080.920,53	5.069.913,92
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	492.000,00	128.864,30	250.585,28	296.264,75
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	13.793.094,89	822.531,48	5.080.920,53	5.069.913,92

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2011	Até o Bimestre 2010
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	5.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	44.960.618,45	5.999.193,89	24.248.045,61	21.029.671,09
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-13.476.379,15	-170.756,02	-373.971,19	3.681.823,23
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	2.850.359,41	0,00
Superávit Financeiro	-	-	2.850.359,41	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				-2.578.986,00

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 13/09/2011

TOMÉ FRANCISCO ETGES
PREFEITO MUNICIPAL

ROBERTO ZOLET
CONTADOR CRC/SC 025.778/0-9

JOÃO EDUARDO LINHARES
CONTROLADOR GERAL

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER e ÓRGÃO.

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS					RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2010				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2010			
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 13/09/2011

TOMÉ FRANCISCO ETGES
 PREFEITO MUNICIPAL

ROBERTO ZOLET
 CONTADOR CRC/SC 025.778/0-9

JOÃO EDUARDO LINHARES
 CONTROLADOR GERAL

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

Decreto Nº 105/2011

DECRETO Nº 105/2011

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 603/2010.

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.12.365.04.2008 - Funcionamento e Manutenção da Ensino Infantil R\$ 3.000,00

Anula:

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.081 - Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

Suplementa:

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.081 - Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

06 - SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA

06.01.13.392.06.2014 - Funcionamento e Manutenção da Cultura R\$ 4.000,00

Anula:

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.000 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.000 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

Suplementa:

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000 - Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

06.02.23.695.19.2015 - Funcionamento e Manutenção do Turismo R\$ 3.000,00

Anula:

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.000 - Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

Suplementa:

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000 - Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 12 de setembro 2011.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal.

Schroeder

PREFEITURA

Extrato do Contrato Nº. 147/2011-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 147/2011-PMS

Dispensa de Licitação nº. 47/2011-PMS - Processo nº. 123/2011-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: ESTOFARIA ZEM INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 85.104.420/0001-70, estabelecida na Rodovia BR 280, KM 58, nº 13.357, Centro, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.270-000.

Objeto: Constitui o presente contrato a contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) de reforma do assoalho e poltronas do veículo microonibus, placa MBX 0626, lotado na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, sendo:

Item	Descrição	Quantidade	Unidade	Valor unitário R\$	Valor total R\$
01	REFORMA E COLOCAÇÃO DE CAPA PARA POLTRONAS, MATERIAL A UTILIZAR SERÁ COURVIN COR ESCURA COM TRATAMENTO ANTI MOFO, E RECUPERAÇÃO DE ESPUMA	19	Peça	187,00	3.553,00
02	REFORMA E COLOCAÇÃO DE SOBRE CAPA EM TECIDO ESPECIFICO PARA ASSENTOS DE VEICULOS, E RECUPERAÇÃO DE ESPUMA.	1	Peça	47,00	47,00
TOTAL R\$					3.600,00

Valor do contrato: R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais).

Data da Assinatura: 14/09/2011 - Vigência: 31/12/2011

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº. 147/2011-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 147/2011-PMS
Dispensa de Licitação nº. 47/2011-PMS - Processo nº. 123/2011-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: ESTOFARIA ZEM INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 85.104.420/0001-70, estabelecida na Rodovia BR 280, KM 58, nº 13.357, Centro, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.270-000.

Objeto: Constitui o presente contrato a contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) de reforma do assoalho e poltronas do veículo microonibus, placa MBX 0626, lotado na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, sendo:

Item	Descrição	Quantidade	Unidade	Valor unitário R\$	Valor total R\$
01	REFORMA E COLOCAÇÃO DE CAPA PARA POLTRONAS, MATERIAL A UTILIZAR SERÁ COURVIN COR ESCURA COM TRATAMENTO ANTI MOFO, E RECUPERAÇÃO DE ESPUMA	19	Peça	187,00	3.553,00
02	REFORMA E COLOCAÇÃO DE SOBRE CAPA EM TECIDO ESPECÍFICO PARA ASSENTO DE VEÍCULOS, E RECUPERAÇÃO DE ESPUMA.	1	Peça	47,00	47,00
TOTAL R\$					3.600,00

Valor do contrato: R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais).
Data da Assinatura: 14/09/2011 - Vigência: 31/12/2011

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº. 148/2011-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191
89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 148/2011-PMS
Inexigibilidade de Licitação nº. 05/2011-PMS - Processo nº. 124/2011-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: RBS - ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S.A., inscrita no CNPJ nº. 92.821.701/0057-64, na Rua Caçador nº. 112, Bairro Atiradores, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.203-610.

Objeto: Constitui o presente contrato a contratação de uma assinatura diária do jornal A Notícia, jornal de circulação estadual para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Planejamento,

Gestão e Finanças da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, no período de 12 meses, conforme segue:

Item	descrição	Qtd.	Unidade	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
01	Assinatura diária do jornal A Notícia, jornal de circulação estadual para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC.	1	Assinatura	536,54	536,54
Total R\$					536,54

Valor do contrato: R\$ 536,54 (Quinhentos e trinta e seis reais e cinquenta e quatro centavos).

Data da Assinatura: 14/09/2011 - Vigência: 31/12/2011

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Notificação referente ao Contrato Nº. 150/2010-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191
89275-000 - SCHROEDER - SC
e - mail: compras@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

NOTIFICAÇÃO

A
Sr. José Roberto Gomes
CONSTRUTORA GOMES E GOMES LTDA
CNPJ: 82.135.567/0001-30
(49) 3647-1461

Cumprimentando-o inicialmente, venho por meio deste, em cumprimento de determinação do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Felipe Voigt, NOTIFICAR a empresa CONSTRUTORA GOMES E GOMES LTDA, pelo não cumprimento da LEI FEDERAL n.º 8.666/93, art. 87, bem como o Contrato nº. 150/2010 - PMS - DO PRAZO DE ENTREGA E DO LOCAL, tendo em vista que o prazo final da execução (25/05/2011), não foi cumprido.

Pela inexecução dos termos contratuais, a multa lançada será a prevista na Cláusula Sétima, Parágrafo Terceiro do Contrato n.º 150/2010 - PMS:

Parágrafo terceiro - Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá garantir defesa prévia, aplicar à Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do artigo 87 da Lei Federal que rege este instrumento e multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total contratado.

A penalidade lançada será a aplicação de multa contratualmente estabelecida, e rescisão do contrato administrativo prevista na cláusula nona, artigo 9.1.2 do Contrato n.º 150/2010- PMS:

9.1.2 - A inexecução total ou parcial do presente enseja sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas nos itens 11.1 a 11.1.3 deste Edital;

Diante disso, concede-se prazo de 05 dias úteis para defesa prévia da Contratada, a contar do dia imediatamente posterior à efetiva entrega desta notificação, que será publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

Atenciosamente,
Schroeder, 13 de setembro de 2011.
ORLANDO TECILLA
Diretor de Recursos Materiais

Timbó

PREFEITURA

Decreto Nº 2.395 de 01 de Julho de 2011. DECRETO Nº 2.395 DE 01 DE JULHO DE 2011.

Aprova o DESMEMBRAMENTO de área urbana.

O Prefeito Municipal de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso XXV, e art. 70, inciso I, alínea "m" da Lei Orgânica do Município e Leis Complementares n.ºs 335/2007 e 345/2007.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aprovado o DESMEMBRAMENTO denominado "STREY", situado no lado par da Rua Tirolezes, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 204,50 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Palmas, edificado com uma casa residencial em enxaimel, com um pavimento, com a área de 132,96m², sob o nº 2.722, nesta Cidade, com a área de 205.087,88m² (Duzentos e cinco mil, oitenta e sete metros e oitenta e oito décimos quadrados), processo D-038/2007 tudo conforme documentação apresentada pelo requerente ORLANDO STREY, acompanhando o requerimento protocolado sob nº 3.469, datado de 01 de outubro de 2007.

Artigo 2º - O desmembramento a que se refere o art. 1º deste Decreto é do imóvel urbano matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, sob nº 16.421, livro 2, que encontra-se cadastrado neste órgão fazendário sob nº 01.02.060.0730.001 e está assim constituído:

a) Desmembrar 05 (cinco) áreas, e mais uma área remanescente;

01 - Lote nº 01 (um) - com área de 20.574,76m² (Vinte mil, quinhentos e setenta e quatro metros e setenta e seis décimos quadrados), situado no lado par da Rua Tirolezes, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 204,50 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Palmas; estremando na frente, em linha quebrada, em segmentos de 25,70 metros com o lado par da Rua Tirolezes, em 39,29 metros, 25,00 metros e em 39,38 metros com o lote nº 02, e em 49,82 metros com o lado par da Rua Tirolezes; fundos, em linha quebrada, estrema em 75,25 metros, 46,58 metros e 38,42 metros com a área remanescente; lado direito estrema em 9,38 metros na curva de transição com o lote nº 03, e em 146,42 metros, sendo em 84,18 metros com o lote nº 03 e em 62,24 metros com a área remanescente; e, lado esquerdo, em linha quebrada, estrema em 122,35 metros com terras de José Conti, matrícula nº 12.763, livro 2 e em 95,82 metros com terras do Município de Timbó, matrícula nº 6.814, livro 2;

02 - Lote nº 02 (dois) - com área de 983,31m² (Novecentos e oitenta e três metros e trinta e um décimos quadrados), situado

no lado par da Rua Tirolezes, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 230,20 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Palmas; estremando na frente em 25,00 metros com o lado par da Rua Tirolezes; fundos estrema em 25,00 metros com o lote nº 01; lado direito estrema em 39,38 metros com o lote nº 01; e, lado esquerdo estrema em 39,29 metros com o lote nº 01;

03 - Lote nº 03 (três) - com área de 2.720,10m² (Dois mil, setecentos e vinte metros e dez décimos quadrados), situado no lado par da Rua Tirolezes, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 305,02 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Palmas; estremando na frente em 24,31 metros com o lado par da Rua Tirolezes; fundos estrema em 30,07 metros com a área remanescente; lado direito estrema em 90,86 metros, sendo em 75,38 metros com o lote nº 04 e em

continuação do Decreto n.º 2.395/2011, fls.02.

15,48 metros com a área remanescente; e, lado esquerdo, estrema em 9,38 metros na curva de transição com o lote nº 01 e em 84,18 metros com o lote nº 01;

04 - Lote nº 04 (quatro) - com área de 2.261,87m² (Dois mil, duzentos e sessenta e um metros e oitenta e sete décimos quadrados), situado no lado par da Rua Tirolezes, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 329,33 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Palmas; estremando na frente em 24,06 metros com o lado par da Rua Tirolezes; fundos estrema em 30,00 metros com a área remanescente; lado direito estrema em 9,56 metros na curva de transição com a área remanescente e em 69,31 metros com a área remanescente; e, lado esquerdo estrema em 75,38 metros com o lote nº 03;

05 - Lote nº 05 (cinco) - com área de 12.410,37m² (Doze mil, quatrocentos e dez metros e trinta e sete décimos quadrados), situado no lado par da Rua Tirolezes, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 734,68 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Palmas; estremando na frente em 21,83 metros com o lado par da Rua Tirolezes; fundos estrema em 55,34 metros com a área remanescente; lado direito estrema em 242,19 metros com terras de Adelirio Longo, Ademir Longo e Annair Longo, matrícula nº 11.302, livro 2; e, lado esquerdo, em linha quebrada, em segmentos, em 188,21 metros, em 27,14 metros e em 85,78 metros com a área remanescente. Neste imóvel fica reservada a área de 8.303,93m² constituída da faixa de 30,00 metros de largura, situada ao longo das margens do riacho, destinada à Área de Preservação Permanente, conforme Lei nº 4.771 de 15/09/65, com as seguintes confrontações: estremando na frente, em linha curva, estrema em 236,64 metros com terras do proprietário; fundos estrema em 55,34 metros com a área remanescente; lado direito estrema em 36,67 metros com terras de Adelirio Longo, Ademir Longo e Annair Longo, matrícula nº 11.302, livro 2 e com terras do proprietário; e, lado esquerdo, em linha irregular, estrema em 292,05 metros com a área remanescente;

06 - Área remanescente - com área de 166.137,47m² (Cento e sessenta e seis mil, cento e trinta e sete metros e quarenta e sete décimos quadrados), situado no lado par da Rua Tirolezes, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 353,39 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Palmas; estremando na frente, em linha curva, em segmentos de 38,46 metros, em 15,35 metros, em 21,95 metros, em 22,15 metros, em 13,75 metros, em 43,78 metros, em 64,96 metros, em 52,16 metros, em 58,92 metros e em 49,81 metros com o lado par da Rua Tirolezes; fundos estrema em 532,01 metros, sendo, em 39,87 metros com o lote nº 04 de propriedade de Gherold Klitzke, matrícula nº 3.297, livro 2, em 46,68 metros com terras de Neusa Elrita Zimath Bitelbrun, matrícula nº 9.868, livro 2, em 46,68 metros com terras de Inês de Carvalho Bertram, matrícula nº 9.867, livro 2, em 46,68 metros

com terras de Iraci Bertram, matrícula nº 9.862, livro 2, em 193,07 metros com terras do Município de Timbó, matrícula nº 1.525, livro 2 e em 159,03 metros com terras do Município de Timbó, matrícula nº 6.814, livro 2; lado direito, estrema em linha quebrada, em segmentos de 188,21 metros, em 27,14 metros, em 85,78 metros e em 55,34 metros com o lote nº 05, e em 337,85 metros com terras de Adelirio Longo, Ademir Longo e Annair Longo, matrícula nº 11.302, livro 2 e, lado esquerdo, em linha quebrada, em segmentos, estrema em 9,56 metros na curva de transição com o lote nº 04, em 69,31 metros e em 30,00 metros com o lote nº 04, em 15,48 metros e em 30,07 metros com o lote nº 03, em 62,24 metros, em 75,25 metros, em 46,58 metros e em 38,42 metros com o lote nº 01. Edificado com uma casa residencial em enxaimel, sob o nº 2.722, com um pavimento, contendo 132,96m2 de área construída, edificada no ano de 1926. Neste imóvel fica reservada a área de

continuação do Decreto n.º 2.395/2011, fls.03.

28.344,17m2 constituída da faixa de 30,00 metros de largura, situada ao longo das margens do riacho, e num raio de 50,00 metros ao redor da nascente, destinada à Área de Preservação Permanente, conforme Lei nº 4.771 de 15/09/65, com as seguintes confrontações: estremando na frente, em linha irregular, estrema em 501,13 metros com terras do proprietário; fundos, em linha irregular, estrema em 351,74 metros com terras do proprietário; lado direito, em linha irregular, estrema em 328,39 metros com o lote nº 05; e, lado esquerdo estrema em 60,30 metros, sendo em 31,29 metros com terras de Iraci Bertram, matrícula nº 9.862, livro 2, e em 29,01 metros com terras do Município de Timbó, matrícula nº 1.525, livro 2;

Artigo 3º - Apesar da aprovação do desmembramento feito por este decreto, o proprietário requerente está obrigado a atender todas às exigências a que está sujeito, conforme Lei n.º 666/76 e suas regulamentações, dentro do prazo estabelecido no respectivo processo de desmembramento.

Artigo 4º - O proprietário, bem como seus herdeiros ou sucessores na titularidade do imóvel parcelado, ficam obrigados a atender o que determina a legislação Federal pertinente, mais precisamente às Leis n.ºs 4771/65 - Código Florestal, e 6766/79 - Parcelamento do Solo Urbano.

Artigo 5º - O presente Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Município de Timbó, 01 de julho de 2011.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó

O Decreto n.º 2.395/2011, foi publicado na forma da lei.
Timbó/SC, 01 de julho de 2011.

SERGIO ALBERTO BARRETO FILHO
Assessor Executivo de Gabinete

Lei Complementar Nº 406, de 14 de Setembro de 2011

REPUBLICADO POR ERRO DE DIGITAÇÃO

LEI COMPLEMENTAR Nº 406, DE 14 DE SETEMBRO DE 2011

Altera a Lei Complementar nº 138, de 02 de julho de 1998 e revoga a Lei Complementar nº 386, de 14 de julho de 2010.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC.
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º A carga horária semanal estabelecida para o cargo de provimento efetivo de Educador Infantil estabelecida na Lei Complementar nº 138, de 02 de Julho de 1.998 e demais alterações, fica modificada sem redução de vencimentos, para 30 horas/semanais, passando o caput do artigo 9º-A e o inciso II do artigo 31, a vigorar com a seguinte redação:

"

Art. 9º-A O vencimento dos cargos de Educador Infantil pertencentes ao Grupo Ocupacional Magistério, com regime de 30 horas semanais, é fixado em níveis e referências segundo os valores constantes do ANEXO III desta Lei Complementar".

Art. 31. A jornada normal de trabalho dos profissionais em educação será de:

II - 30 (trinta) horas semanais, para os ocupantes do cargo de Educador Infantil.

"

Parágrafo único. Ficam mantidos o vencimento inicial e de carreira, atualmente devidos aos servidores ocupantes do cargo de Educador Infantil, nos termos disciplinados na Lei Complementar nº 138 de 02 de julho de 1998.

Art. 2º O anexo I da Lei Complementar nº 138, de 02 de julho de 1998 e alterações posteriores, passa a vigorar com a seguinte redação:

DENOMINAÇÃO	REFERÊNCIA INICIAL	QUANT DE CARGOS	JORNADA SEMANAL
EDUCADOR INFANTIL			30

Art. 3º A Lei Complementar nº 138 de 02 de julho de 1998, fica acrescida do artigo 16-A e parágrafos 1º e 2º, com a seguinte redação:

"Art. 16-A. Respeitados os prazos e demais regras estabelecidas nos artigos 15 e 16 da presente lei, fica admitida aos servidores estáveis integrantes do quadro de carreira do magistério público, a realização da progressão funcional de forma direta, passando da letra "C" para a letra "E" ou "F", conforme comprovada a habilitação necessária à progressão para estas letras.

§1º Para fins de aplicação do disposto neste artigo, bem como do disciplinado nos artigos 15 e 16 desta Lei, serão considerados os títulos obtidos antes do acesso ao cargo público, desde que tais títulos não constituam pré-requisito para acesso ao cargo ocupado pelo servidor.

§2º Exclui-se da exigência contida no parágrafo anterior, os servidores que, já integrem o quadro de servidores públicos efetivos e que não tiveram, quando do acesso ao cargo, a exigência da qualificação mínima hoje vigente para o ingresso no quadro."

Art. 4º Esta Lei entra em vigor 30 (trinta) dias a partir de sua publicação.

Art. 5º Fica revogada a Lei Complementar nº 386, de 14 de julho de 2010.

Município de Timbó, em 14 de setembro de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Ata da Licitação JulgamentoN2-2011FRBM ATA DA LICITAÇÃO Nº 0002/2011

Às nove horas e dez minutos do sexto dia do mês de setembro do ano de dois mil e onze, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Timbó, SC, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº.1747, de 10 de janeiro de 2011, sob a presidência do Sr. Sergio Alberto Barreto Filho, estando presentes os membros Jean Messias Rodrigues Vargas e Benno Adam Netto, para o ato de abertura e julgamento da habilitação e propostas da Carta Convite nº. 0002/2011, que tem por objetivo a aquisição de móveis sob medida para a Polícia Militar. Entregaram, tempestivamente, os envelopes Documentação e Proposta, as seguintes empresas: 3ª COM. DE MÓVEIS E REFRIGERAÇÃO LTDA ME e DIONE MICHELA GRACH FRONZA. Após a devida análise dos documentos foram habilitadas as empresas, 3A COM. DE MÓVEIS E REFRIGERAÇÃO LTDA ME e DIONE MICHELA GRACH FRONZA. O Senhor Presidente solicitou aos presentes que rubricassem os envelopes e que conferissem sua inviolabilidade. Aberta a palavra, não houve manifestação. O Senhor Presidente, em prosseguimento, passou à abertura dos envelopes Documentação, colocando à disposição dos presentes os documentos neles contidos para exame e rubrica. Aberta a palavra não houve manifestação dos presentes. Da análise dos documentos resultou que estavam de acordo com as exigências do edital, portanto, deliberou habilitar todos os licitantes, ou seja, as empresas 3ª COM. DE MÓVEIS E REFRIGERAÇÃO LTDA ME e DIONE MICHELA GRACH FRONZA. Em prosseguimento aos trabalhos, o Presidente divulgou o resultado do julgamento, ficando as partes intimadas do resultado. Não houve nenhuma solicitação para manifestação e registro em ata. A sessão teve prosseguimento com a abertura dos envelopes Proposta, tendo o seu conteúdo sido lido e colocado à disposição dos presentes para rubrica e análise. Da análise e exame das propostas, à vista das exigências constantes do edital, a Comissão deliberou: classificou as propostas das empresas 3A COM. DE MÓVEIS E REFRIGERAÇÃO LTDA ME com valor de R\$ 6.720,00, DIONE MICHELA GRACH FRONZA com valor de R\$ 5.609,00. Sendo assim a Comissão julgou vencedora a proposta da empresa DIONE MICHELA GRACH FRONZA. Fica aberto o prazo para apresentação de recurso nos termos da lei a contar da publicação do resultado do julgamento das propostas no Diário Oficial dos Municípios no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br. Nada mais havendo, o Senhor Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão e pelos representantes legais.

Assinaturas:

Assinaturas:

SERGIO ALBERTO BARRETO FILHO
Presidente

JEAN MESSIAS RODRIGUES VARGAS
Secretário

BENNO ADAM NETTO
Membro

Errata CONCORRÊNCIA CONCESSÃO 04-2011 FCT ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ ERRATA DE EDITAL CONCORRÊNCIA PARA CONCESSÃO Nº 04/2011

A Fundação Cultural de Timbó leva ao conhecimento dos interessados que o edital Concorrência para Concessão n.º 04/2011, do tipo maior lance ou oferta, que trata de Aquisição de venda de chope claro e escuro, refrigerante e água mineral com e sem gás, para a 21ª Festa do Imigrante, a ser realizada junto às

dependências do pavilhão municipal de eventos Henry Paul, no período compreendido entre os dias 07 a 12 de outubro de 2011, foi publicado com data para entrega e abertura das propostas em seu preâmbulo com a data de 20/09/2011 e em seu extrato de publicação a data de 21/09/2011. Sendo assim, a data correta para entrega e abertura dos envelopes é 21/09/2011 às 09h00min. Permanecem inalteradas as demais cláusulas.

Timbó 13/09/2011.
JORGE REVELINO FERREIRA
Diretor Presidente FCT

Três Barras

PREFEITURA

Ata de Registro de Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2.011.
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 100/2.011.
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 58/2.011.

Interessado: * SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
* SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
* FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
* FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Finalidade: Registro de Preços para eventuais aquisições de material de limpeza e produtos copa/cozinha para atender as Escolas Municipais e os Centros Municipais de Educação Infantil.

Aos cinco dias do mês de setembro do ano de 2.011, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 – Centro – Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa FUTURAMA SUPERMERCADO LTDA, CNPJ nº. 03.409.551/0001-00, com sede a Rua Abrahão Mussi, 2.600, Distrito São Cristovão, Cidade de Três Barras – SC, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente ao(s) item(ns) abaixo discriminado(s), com seu(s) respectivo(s) preço(s) unitário(s).

Item	Qtde	Unid	P. Unitário	Preço Total	Descrição
001	200,00000	FRAS	4,5500	910,00	AMACIANTE PARA ROUPA (FRASCO COM 2 LITROS)
Marca: 0001 BELGA					
002	400,00000	FRAS	2,6900	1.076,00	AGUA SANITARIA (FRASCO C/ 1000 ML)
Marca: 0001 BELGA					
010	15,00000	CAIX	95,0000	1.425,00	COPO PLASTICO DESCARTAVEL 180 ML (CX. C/ 2.500 UN)
Marca: 0001 COPOBRAS					

012	50,00000	ROLO	3,4000	170,00	SACO PLAS- TICO PARA FREEZER 3 KG
Marca: 0001 FUTURAMA					
016	10,00000	UNID	118,0000	1.180,00	GARRAFA TERMICA (CAPACID. 1,8 LITROS) SERVE JATO.
Marca: 0001 INVICTA					
017	50,00000	FRAS	18,4000	920,00	LIMPA FORNO
Marca: 0001 BELGA					
019	100,00000	UNID	3,8700	387,00	PA PARA LIXO (PLASTICO MEDIA)
Marca: 0001 PLASVALE					
020	100,00000	ROLO	9,7000	970,00	PAPEL ALU- MINIO
Marca: 0001 FUTURAMA					
022	300,00000	UNID	6,9000	2.070,00	PANO DE CHÃO ALVEJADO - unidade
Marca: 0001 SA CASA					
024	400,00000	UNID	12,4000	4.960,00	PANO DE LOUÇA BRANCO - unidade
Marca: 0001 SANTA TEREZINHA					
028	200,00000	UNID	1,1000	220,00	SABONETE (50 GR.)
Marca: 0001 IARA					
029	200,00000	UNID	1,7600	352,00	SABONETE (APROX.90 GRS) NEU- TRO
Marca: 0001 PROTEX					
030	150,00000	FRAS	5,9000	885,00	SAPO- NACEO LIQUIDO
Marca: 0001 ASSIM					
031	50,00000	UNID	16,9000	845,00	TOALHA DE BANHO FELPUDA
Marca: 0001 SANTA TEREZINHA					
032	50,00000	UNID	14,9000	745,00	TOALHA DE ROSTO FELPUDA DE BOA QUALIDA- DE COR ESCURA
Marca: 0001 SANTA TEREZINHA					
033	200,00000	UNID	12,8500	2.570,00	VASSOURA DE NYLON COM CABO
Marca: 0001 PEROVINHA					
035	200,00000	LATA	13,9000	2.780,00	CERA EM PASTA INCOLOR (LATA 375 GRS)

Marca: 0001 BELGA					
036	150,00000	PACO	8,0000	1.200,00	SACO PLAS- TICO PARA LIXO (30 LITROS)
Marca: 0001 FUTURAMA					
037	150,00000	PACO	8,0000	1.200,00	SACO PLAS- TICO PARA LIXO (50 LITROS).
Marca: 0001 FUTURAMA					
038	150,00000	PACO	8,0000	1.200,00	SACO PLAS- TICO PARA LIXO (100 LITROS)
Marca: 0001 FUTURAMA					
039	100,00000	PACO	2,1000	210,00	ESPONJA LA DE ACO (PACOTE 60 GRS)
Marca: 0001 BELGA					
042	100,00000	FRAS	6,5000	650,00	ALCOOL 92 GRAUS (FRASCO 1000 ML) - LIQUIDO
Marca: 0001 COOPERALCOOL					
049	200,00000	FRAS	12,6000	2.520,00	TALCO PARA BEBÊ - frasco 200 gr
Marca: 0001 YORK BABY					
063	8,00000	UNID	29,9000	239,20	GARRAFA TERMICA 1 LITRO
Marca: 0001 INVICTA					
064	10,00000	UNID	29,9000	299,00	LIXEIRA COM TAMPA - APROX. 30 LITROS
Marca: 0001 PLASVALE					
065	1,00000	UNID	39,7000	39,70	BOTIJAO TERMICO 5 LITROS
Marca: 0001 INVICTA					
066	12,00000	UNID	2,8600	34,32	COPO LONG DRINK 360 ML
Marca: 0001 CRISTAL					
067	3,00000	UNID	19,9000	59,70	TABUA PARA CORTE DE PLASTICO
Marca: 0001 PLASVALE					
069	2,00000	UNID	83,8500	167,70	CALDEIRAO POLIDO Nº. 30
Marca: 0001 PARANA					
070	1,00000	UNID	99,0000	99,00	BATEDEIRA DE MAO 5 VELOCIDA- DES COM TURBO 220 W - 220 V
Marca: 0001 ARNO					

071	12,00000	CONJ	5,1500	61,80	XICARA COM PIRES PARA CAFE
Marca: 0001 CRISTAL					
072	1,00000	UNID	27,6800	27,68	CANECAO POLIDO Nº. 16
Marca: 0001 PARANA					
073	2,00000	UNID	8,7900	17,58	POTE PARA MANTI- MENTOS Nº4 (5,5 LITROS)
Marca: 0001 PLASVALE					
074	1,00000	UNID	13,5800	13,58	POTE PARA MANTIMEN- TO Nº. 5 (8 LITROS)
Marca: 0001 PLASVALE					
075	12,00000	UNID	2,8000	33,60	GARFO DE MESA 100% INOX
Marca: 0001 TRAMONTINA					
079	6,00000	CONJ	32,0000	192,00	XICARA E PIRES 220 ML
Marca: 0001 CRISTAL					
083	1,00000	QUIL	14,9900	14,99	FERVEDOR DE LEITE
Marca: 0001 PARANA					
084	1,00000	UNID	39,9000	39,90	FRUTEIRA 02 ANDA- RES
Marca: 0001 BRILHINOX					
085	1,00000	UNID	149,3000	149,30	PANELAO BAIXO Nº. 50
Marca: 0001 PARANA					
086	2,00000	UNID	32,9000	65,80	BACIA PLASTICA GIGANTE - 30 LITROS
Marca: 0001 TRAMONTINA					
087	1,00000	UNID	13,5000	13,50	RALADOR INOX 4 FACES
Marca: 0001 PARANA					
Total :- FUTURAMA SUPERMERCADO LTDA				31.013,35	
Julgamento: MEN. PREÇO					

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (ano) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epígrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital nº. 58/2.011 – Procedimento Administrativo nº. 100/2.011, e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste de Preço: Os preços registrados serão fixos e irredutíveis.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 05 de setembro de 2.011.

ELOI JOSE QUEGE

Prefeito Municipal

FUTURAMA SUPERMERCADO LTDA

CNPJ nº . 03.409.551/0001-00

CONTRATADA

Testemunhas:

1 _____
NILTON AVANIR HURMUS

2 _____
JACY DE FÁTIMA ABUDA

Ata de Registro de Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2.011.
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 100/2.011.
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 58/2.011.

Interessado: * SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
* SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
* FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
* FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Finalidade: Registro de Preços para eventuais aquisições de material de limpeza e produtos copa/cozinha para atender as Escolas Municipais e os Centros Municipais de Educação Infantil.

Aos cinco dias do mês de setembro do ano de 2.011, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 – Centro – Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA, CNPJ nº. 02.672.502/0001-94, com sede a Rua Gustavo Brandes, 484, Jardim Esperança, Cidade de Canoinhas – SC, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente ao(s) item(ns) abaixo discriminado(s), com seu(s) respectivo(s) preço(s) unitário(s).

Item	Qtde	Unid	P. Unitário	Preço Total	Descrição
003	10,00000	PARE	41,9700	419,70	BOTA DE BORRACHA BRANCA Nº 36
Marca: 0001 BRACOL					
004	10,00000	PARE	41,9700	419,70	BOTA DE BORRACHA BRANCA Nº 37
Marca: 0001 BRACOL					
005	10,00000	PARE	41,9700	419,70	BOTA DE BORRACHA BRANCA Nº 38
Marca: 0001 BRACOL					
006	10,00000	PARE	41,9700	419,70	BOTA DE BORRACHA BRANCA Nº 39
Marca: 0001 BRACOL					

007	10,00000	PARE	41,9700	419,70	BOTA DE BORRACHA BRANCA Nº 40
Marca: 0001 BRACOL					
008	10,00000	PARE	41,9700	419,70	BOTA DE BORRACHA BRANCA Nº.41
Marca: 0001 BRACOL					
009	10,00000	PARE	41,9700	419,70	BOTA DE BORRACHA BRANCA Nº. 42
Marca: 0001 BRACOL					
011	200,00000	FRAS	9,7700	1.954,00	DESODORIZADOR DE AMBIENTES (FRASCO APROX. 400 ML)
Marca: 0001 GLADE					
013	50,00000	ROLO	3,1700	158,50	SACO PLASTICO PARA FREEZER 02 KG
Marca: 0001 BOM PACK					
014	50,00000	ROLO	3,9700	198,50	SACO PLASTICO PARA FREEZER 05 KG
Marca: 0001 BOM PACK					
015	100,00000	UNID	2,0800	208,00	ESPONJA P/BANHO - GRANDE E MACIA
Marca: 0001 BETANNIM					
018	100,00000	PARE	11,9800	1.198,00	LUVA DE BORRACHA P/LIMPEZA TAMANHO MEDIO
Marca: 0001 LUVA TEX					
021	300,00000	UNID	2,8600	858,00	PALHA DE ACO No. 2
Marca: 0001 ASSOLAN					
023	200,00000	UNID	5,3800	1.076,00	PANO PARA LIMPAR CHAO NAO ALVEJADO (GRANDE)
Marca: 0001 FLABOM					
025	400,00000	UNID	4,1800	1.672,00	PEDRA SANITÁRIA - unidade
Marca: 0001 SUAVELAR					
026	200,00000	UNID	9,1700	1.834,00	PASSADOR DE CERA SEM BORRACHA - unidade
Marca: 0001 CANADA					
027	700,00000	CAIX	7,7800	5.446,00	SABAO EM PO (CAIXA DE 1 KG)
Marca: 0001 ASSIM					

034	100,00000	UNID	9,7800	978,00	VASSOURA PARA LIMPAR VASO SANITARIO
Marca: 0001 HANNA LIS					
040	50,00000	UNID	5,8800	294,00	ESCOVA DE CHÃO COM CABO - unidade
Marca: 0001 CANADA					
041	50,00000	UNID	11,9700	598,50	BALDES PLASTICOS COM ALCA (CAP. 20 LITROS)
Marca: 0001 TRITEC					
043	300,00000	PEDA	6,8400	2.052,00	SABAO EM PEDRA (PEDACO DE 200 GR)
Marca: 0001 RAZZO					
044	100,00000	MACO	3,3700	337,00	FOSFORO (MACO COM 10 CAIXAS COM 40 FOSFOROS)
Marca: 0001 GABOARDI					
045	50,00000	UNID	14,7400	737,00	RODO DUPLO PARA AGUA C/ CABO (GRANDE)
Marca: 0001 PLANALTO					
046	100,00000	FRAS	8,8700	887,00	QUEROSENE
Marca: 0001 DA ILHA					
047	200,00000	UNID	2,7800	556,00	ESPONJA DE ESPUMA DUPLA FACE - unidade
Marca: 0001 BRITHUS					
048	200,00000	FRAS	9,3700	1.874,00	SHAMPOO (FRASCO DE APROX. 200 ML)
Marca: 0001 SUAVE					
050	100,00000	DUZI	2,8700	287,00	GRAMPOS PLASTICOS PARA ROUPA
Marca: 0001 BELPLAST					
051	2,00000	UNID	16,2500	32,50	CACAROLA Nº. 20
Marca: 0001 CAMBE					
052	6,00000	UNID	39,9500	239,70	PANELA DE PRESSAO POLIDA 7 LITROS
Marca: 0001 PANELUX					
053	6,00000	UNID	71,5800	429,48	CHALEIRA POLIDA 6 LITROS
Marca: 0001 CAMBE					

054	5,00000	UNID	18,9500	94,75	ASSADEIRA RETANGU- LAR FOSCA 40 X 28
Marca: 0001 CAMBE					
055	1,00000	UNID	5,4800	5,48	FACA PARA COZINHA 8 INOX COM CABO EMBORRA- CHADO
Marca: 0001 CAMBE					
056	13,00000	UNID	3,4800	45,24	FACA DE MESA 100% INOX - LINHA RE- FORCADA
Marca: 0001 CAMBE					
057	25,00000	UNID	4,4800	112,00	PRATO FUNDO
Marca: 0001 MARINEX					
058	2,00000	UNID	69,8500	139,70	GARRAFA PRESSAO 1 LITRO
Marca: 0001 INVICTA					
059	1,00000	UNID	18,7400	18,74	ASSADEIRA DE VIDRO 39 X 24 X 5 CM
Marca: 0001 MARINEX					
060	3,00000	UNID	12,1000	36,30	ESCUMA- DEIRA POLIDA
Marca: 0001 CAMBE					
061	3,00000	UNID	16,3700	49,11	CONCHA POLIDA
Marca: 0001 CAMBE					
062	3,00000	UNID	13,6300	40,89	FRIGIDEIRA COM CABO LIXADO
Marca: 0001 CAMBE					
068	3,00000	UNID	65,6600	196,98	BULE POLIDO 5 LITROS
Marca: 0001 CAMBE					
076	12,00000	UNID	1,9800	23,76	COLHER DE SOBREME- SA
Marca: 0001 ZANATTA					
077	1,00000	UNID	10,8600	10,86	COLHER PARA AR- ROZ
Marca: 0001 ZANATTA					
078	1,00000	UNID	8,0800	8,08	BACIA PLASTICA GRANDE 15 LITROS
Marca: 0001 JUNDIAI					
080	1,00000	UNID	19,8700	19,87	PANELA EXTRA Nº. 16
Marca: 0001 CAMBE					
081	1,00000	UNID	4,8700	4,87	TIJELA FLORIE
Marca: 0001 MARINEX					

082	1,00000	UNID	8,1200	8,12	JARRA FRANCESI- NHA
Marca: 0001 IMPLAST					
Total:- JULIAN ODACHOWOSKI E FILHOS LTDA				27.657,83	
Julgamento: MEN. PREÇO					

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital nº. 58/2.011 – Procedimento Administrativo nº. 100/2.011, e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste de Preço: Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 05 de setembro de 2.011.

ELOI JOSE QUEGE

Prefeito Municipal

JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA CNPJ nº. 02.672.502/0001-94
CONTRATADA

Testemunhas:

1 _____
NILTON AVANIR HURMUS

2 _____
JACY DE FÁTIMA ABUDA

Videira

PREFEITURA

Edital de Convocação Nº 084/11

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 084/11

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionados para, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação do presente Edital, comparecerem no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumirem o emprego público para o qual foram nomeados, em razão de aprovação no Concurso Público para Emprego Público nº 001/2011:

CONVOCADOS	EMPREGO	PORTARIA ÇÃO	NOMEA- ÇÃO
1. LUIZ FELIPE SCARIOT GRAZZIOTIN	MÉDICO - ESF	0671/11, 13/09/2011	DE
2. HERALDO METZKER FILHO	MÉDICO - ESF	0672/11, 13/09/2011	DE

Os convocados deverão apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- Carteira de Trabalho;

- PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Comprovante de Residência;
- Declaração de dependentes para Imposto de Renda;
- Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- Certidão de Antecedentes da 1ª e 2ª Varas (Fórum);
- Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso);
- Comprovante de inscrição no órgão de classe (quando exigido no Edital de Concurso);
- Avaliação Cardiológica;
- Avaliação Neurológica;
- Avaliação Audiométrica;
- RX Tórax;
- RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- Hemograma;
- VDRL;
- ABO RH;
- Glicemia;
- Ex. Quant. Urina;
- EPF.

Obs: Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência.

O não atendimento a presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Videira, 13 de setembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Decreto Nº 9.798/11

DECRETO Nº 9.798/11, DE 12 DE SETEMBRO DE 2011

Homologa as inscrições referentes ao Processo Seletivo - Edital nº 04/2011.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e atendendo ao Disposto no Edital de Processo Seletivo nº 04/2011;

DECRETA

Art. 1º Ficam homologadas as inscrições dos candidatos, por cargo, conforme segue:

01 – Auxiliar de Serviços Gerais - 01 vaga

Número da Inscrição	Nome do Candidato
004	Daiane Padilha
003	Carmem Teresinha Weiss
002	Cenira Pires
005	Winy Kaiana Klann
006	Eliane Antunes Moreira
009	Rosane Att
008	Scheila de Moraes Heemann
013	Elizete Antunes Moreira
012	Acenilda Pelentier Trevisol
011	Mayara Natascha Padilha
015	Angelita Neves de Moraes
023	Carolina Gonçalves
021	Débora de Miranda Girardi
025	Eunice Daniela Hoier
028	Miria Fernandes da Rocha
027	Lessandra Fortes
034	Eliane de Miranda Girardi

033	Daiana Cristina Pedro
036	Monica dos Santos da Silva
038	Adriana da Cruz
048	Cristiane de Freitas Casagrande
047	Goreti Daiana Calis Til
046	Marizete Pereira da Silva
045	Marilia Pereira Candido
044	Neiva Perottoni Lopes Duarte
043	Jucélia Teresinha Zanol
042	Cristiane Rigo Tomazi
041	Laide Moreira
040	Marileine da Silva
050	Iara Novello Zago Gheller
064	Marilena Calza
063	Marlei Moreira Cardoso
062	Daiane Gonçalves de Quadro
061	Roseli Aparecida Dias Roque
060	Viviane Moraes Nunes
059	Valdete Lucia Franzosi
058	Ana Paula Rodrigues
057	Osana Vieira Mello
056	Alessandra Silvana Dias
055	Marisa Rodrigues Machado Beilner
054	Ivonete Pereira dos Santos
053	Fabiane Suelyn Alves
052	Leticia Borges de Oliveira
077	Marines Gomes
076	Elisane Benedetti
075	Marcia Miranda
074	Fátima de Jesus Barbosa
073	Jheniffer Lins Thibes
072	Roseli Alves de Bolba
071	Lucimar Trindade
070	Maria Antonia Fogassa
069	Anair Pelentir
068	Miranda Roberti de Castro
067	Eliane Borges
079	Jaqueline Aparecida Medeiros Thibes Rissardi
082	Maria Salte Pin Moreira
096	Simone Varela
095	Natalina Gelinski
094	Cinthia Aparecida Ribeiro
093	Matilde Doraci dos Santos
092	Miriam Rigo Demori
091	Ivanir Maria Silva Ev
090	Marirse Paulo da Silva
099	Julhana Cristina de Mattos
106	Marli Moreira Cardoso
105	Santina Olga Schneider
104	Cassiana Varela Munaro
103	Jiane Cristina Mussatto
111	Magda Aparecida de Moraes dos Santos
110	Maria Antonia Ribeiro dos Santos
109	Leonice Pimel Salgado
108	Fabiani Brezolim
120	Marizete Fantin
119	Stefani Dias Alves Lopes
118	Mairalline Pereira Frgozo
117	Michele Catarina de Souza
116	Cristiane Brancalione
115	Silmara Ferreira
114	Cintia Serrati Ferreira
113	Kelly Pellizzari
129	Goretti Aparecida de Campos

128	Ines Rodrigues
127	Luana Cristina Moreira
126	Juliana Rodrigues
125	Marcia Aparecida Iurkevitz Verones
124	Juceli de Fátima Rodrigues
123	Ana Joaquina Ribeiro dos Santos
131	Dirlene Aparecida Thibes Alves Laidnes
135	Miriam Baseggio
134	Alevina Cristina Leite
133	Daluz Nunes da Rosa
147	Maristela Conceição Carlesso
146	Elaine Carolina da Silva Kiatkoski
145	Marisete Dias
144	Terezinha Salete de Lima
143	Juliana Pinto
142	Misleine Terezinha Polezo Weiss
141	Helen Maira Araldi
140	Soeli da Motta Rodrigues de Bolba
139	Maria Marlene Correa
138	Teresinha Lucia Pereira Fragozo
137	Cristiane Michele Moraes
150	Noeli Fatima Botegal Peretti
155	Ricele Maria Duarte
157	Salete dos Santos Otto
161	Sonia Claudia Domingues de Moraes da Silva
160	Marlise Gorete Pasquali Camargo
165	Kelly Serafini
164	Laura Silvana Martinez Bello
172	Renata dos Anjos
171	Rosane Aparecida Almeida de Andrade
170	Vania Aparecida Padilha
169	Delaize Trindade
168	Juliana Débora Pereira
167	Marli dos Prazeres Rodrigues
180	Ana Paula Sambonin
179	Nilson de Oliveira
	Simone Aparecida Ferreira Cantelli Zimmermann
178	
177	Rita Salete Hafner
176	Lorides Terezinha Reolon
175	Nilseia Cossul Epeling
182	Caciane Seibel
185	Leonardo Peliccioli
184	Kelly Ana Mühlbrandt
204	Kelly Adryana Greef dos Santos
203	Giovana Motta
202	Noélli Ribeiro Pontes
201	Angelita Dal Pizzol
200	Sandra Terezinha Ribeiro Pontes
199	Camila Osvaldina Ribeiro Pontes
198	Doraci Maria de Moraes
197	Joziane Fatima Alves da Silva
196	Marciana Ribeiro
195	Carla Zemar Ramski Iurkevitz
194	Noemi da Silva Machado
193	Márcia Aparecida de Moraes
192	Elaine Brando
191	Marilde Fátima dos Santos Prado
190	Eliane Bisol
189	Eleni Elia Nawroski
188	Glacy da Silva Freitas
187	Lilian Maria Fernandes da Silva
206	Poliana Antunes de Lima
213	Katia Regina Masiero

212	Vanessa Alves dos Santos
211	Daiane Dias Souza
219	Sirlei Maria Tomaz da Silva
218	Maria Eliz Dias
217	Ana Lucia Castanheiro dos Santos Schlosser
216	Daniela Sofia de Oliveira
215	Angelita de Fátima Godoi Gris
226	Marli Aparesida Teske de Deus
225	Zenair Rodrigues de Camargo
224	Denise Antunes de Meira Barboza Vieira
223	Maria Dorvalina Domingues de Souza
231	Maria Olga Att
235	Salete Bazei Franciscatto
234	Jucilene Maria Favarin
233	Aparecida Fátima Deon Polli
238	Rosangela Riberio Alves dos Santos
237	Ana Cristina Correa
244	Rosemari de Barros Silva
243	Karolini Fantin
241	Elizangela Aparecida Ribeiro
240	Clarissa Maria Meisterlin
245	Adriana Bresciani
252	Idete Marcheti
260	Cleuza Zanotti
259	Célia Aparecida Nunes
258	Roseli Alves Pereira Veiga
257	Denise dos Santos
256	Leila Oliveira Borges
276	Verani Fiorelli Freire
275	Eliane Alves Moreira Betiato
274	Glácia Guiomar Pereira
273	Maria Ferreira Ramos da Silva
272	Lourdes Maziero
271	Raquel da Silva de Lima
270	Rosângela Maria Moresco Sonalho
269	Ana Paula Lamonatto
268	João Luiz Maciel
267	Dulcimar Terezinha Cardoso
266	Lourdes Aparecida Pelentir
265	Nadir Aparecida Capote Campos
264	Fernanda Batista
263	Fernanda de Oliveira
262	Ana Carolina Lascoski
284	Mery Angella Muhlbranodt
283	Maria Carmem Cordeiro dos Santos
282	Edina Cordeiro dos Santos
281	Daniela Fachi de Oliveira
280	Marinete Fachi
279	Sandra Roberti Demiciano
288	Marlene Weis Pereira de Jesus
290	Creusa das Chagas
293	Kalme Ap. Cordeiro
292	Jéssica Diana Cardoso
295	Maria Salete Moriggi
299	Fátima Aparecida Carvalho Bolzan
306	Leonida Wuerzius
305	Senoir Terezinha Ribeiro Pontes
304	Juliana Eloisa Sinigaglia
303	Gabriele Regina Sinigaglia
302	Aline Gonçalves
301	Janice Lira
318	Viviane Aparecida Grando
317	Dirlei Zuffo
316	Dayane Deike

315	Lucena Zancanaro
314	Lucia Coreia de Menes Rossi
313	Raquel Perrone Anselmo
312	Micheli Souza Duarte
311	Masiane Turkevitz
310	Evanir Oliveira de Mattos
309	Vilmair Olivo Deon
308	Monica Paula Danielli
323	Salete Boniatti Grassi
322	Gilvana de Souza
321	Sirley de Deus de Campos
320	Tatiana Aparecida Moraes
329	Eliane Rodrigues de Mello
328	Marilene Schmidt
327	Eliane Rute Andrin Alves
326	Eveline Cristine Ribeiro
336	Alini Rissi
343	Sandra Aparecida de Oliveira
342	Solávia Cristina dos Santos Lins
341	Zenilda Alves das Neves
353	Karine Machado
352	Debora Honorato Ferreira
351	Luciana Aparecida Varella
350	Eliane de Fátima Vaz Machado
349	Maribel Maria Carlesso
348	Zenin Teresinha da Silva
347	Géssica Aparecida Marques
346	Rosane dos Santos Ribeiro
345	Aline Maria Vieira Barroso Ribeiro
357	Daniela Cristina Thibes de Campos
356	Silvana Rodrigues da Silva Muller
362	Rosalina da Rosa Serafim
361	Marta Cadore Boeira
367	Carla Marlene Gasparello Rizzolli
370	Jaine Patricio
387	Carmem Maria Guel Fiorelli
386	Mariazinha Pires
385	Suzete de Oliveira
384	Nelci dos Santos da Silva
383	Neivanir Rodrigues
393	Daniela Aparecida dos Santos Siqueira
392	Lindamir de Fátima Zambonin
391	Ana Cristina Ferreira de Lima
398	Ivete Pereira dos Santos Amorim
397	Sirlene Pereira Bolzani
396	Sirlene Twardowski
400	Tais Aparecida da Silva Machinski
403	Cassiani Guedes de Freitas Pereira
402	Patricia Mendes dos Santos
406	Juilde Salette Lins
413	Naila do Carmo Lemos
412	Maria Salette Souza
411	Janete Francisca Lemos
410	Grotilde Bettoni Amazonas
409	Iria Ines Goularte
408	Sonia Rodrigues da Silva
416	Patricia Fernandes França
421	Cleila Salette Vink Closs de Moraes
434	Ana Carolina Soares dos Santos
431	Adriana Lelis Donadel
438	Marli da Silva
437	Rosilene Maria Dall'Agnol
443	Sandra Zanon Bettu Bechi
442	Simone Siebert

441	Alice Aparecida da Rosa
440	Bruna Bettega
447	Diana Meerholz
446	Waldomira Maria Klein
445	Marília Trevisan
450	Angela Aparecida Lopes
456	Elaine Fernandes
455	Dilonete Libardoni
463	Odiséia Batista dos Santos
462	Lucilene Cordeiro dos Santos
461	Adriana Maia
460	Joceleia Rufino
459	Ivete Salette Zago Rossi
472	Andreia Patrícia Gomes
471	Robson Rodrigues
470	Débora Jackeline Benker
469	Ivonete Aparecida Cordeiro Sotel
468	Rosenilda Domingues de Souza
467	Salete Aparecida Alves da Veiga
466	Eliana Barbosa
476	Angel Ellen Loof
475	Noranei Carmem Loof
474	Zilda Miranda Alves
479	Julce Maria Mattana Saorin
483	Francieli Pontes
491	Eunice da Aparecida Sales
490	Cristina Maria Caon Grando
489	Aline Taruhn Gheller
488	Clarice Ramos da Cunha
487	Marli Moraes
486	Eliane Salette Delazzari
493	Caroline Koslow
496	Francieli Pissoli
495	Maria Aparecida Ribeiro Loss
503	Marcia Aparecida Menez de Lima
502	Divanir Aparecida Ferreira
501	Vanessa Almeida de Lima
500	Luceia de Almeida Camargo
499	Samara Magaldi
508	Alessandra Martim Batista
507	Odete Maria Crotti Testolin
506	Silvana Aparecida Falchetti Antunes Ribeiro
505	Daiana Genis
510	Carmen Terezinha Deon
513	Franciely de Fátima Brancalione
512	Valneize Aparecida Toigo
517	Adelaide Rossi
516	Rosalina Aparecida da Silva
520	Gesica Pereira Ferreira
519	Albertina de Matos
528	Debora de Paula Miranda
527	Vanderleia Alves de Gois
526	Luciana Dalves Bevilaqua
524	Neusa Gielinski
523	Damiele Benedetti
522	Deidi Mari Rodrigues
536	Célia Martins Piroli
541	Kelly Aparecida Brancalione
540	Andressa Guzzi
543	Carine Terezinha Rosa
546	Lucia Fernandes
549	Adriana Varela Olivério Di Domênico
553	Lucimar Aparecida Mattana Saorin
552	Ilze Wurster Lascoski

551	Antonia Miotelli Rissardi
558	Jiovana Silvia Aperandio
569	Larisse Fabíola Bressiani
573	Marizete Ribeiro dos Santos
572	Jessica Alves
580	Dagmar Maria Schossler
586	Jane Medeiros
585	Claudia Regina Dalla Zen Alves
584	Eliane Silva Capistrano
583	Lidia Vidal de Miranda
582	Maria Eorelia Rissardi Piroli
589	Deize Werner Barbosa
593	Thais Francini da Silva
592	Ana Paula Monari
596	Cristiane Alves dos Santos
598	Giovani Terezinha dos Santos
610	Maria Cristina Nunes dos Santos
609	Claudete Dias Heinemann
608	Giseli da Silva
619	Suzana Aparecida de Oliveira
618	Rosinei Serafini Rathje
622	Joclei Machado de Quadros
621	Michele Kós
628	Luana Ragadalli Melo
627	Solange Rissardi Zarpelon
626	Nilce Panatta Brolese
625	Jussara Trindade Rizzi
624	Terezinha Salete Bavaresco
630	Josiane Aparecida Zago
634	Elenite Norma Iurkevicz
633	Ediana de Oliveira Pinto Domingues
640	Luciana Machado de Quadros Huber
649	Josiane Pereira de Araujo
648	Sirlei Twardowski
652	Jucimara Aparecida de Souza Borges
658	Meri Terezinha Alves dos Santos Macimavicius
666	Nelsi Rosa Moura
665	Dorvalina Claudia dos Santos
664	Alessandra de Lima Feltrin
677	Jucelia dos Santos Lima
676	Sonia Maria Ribeiro dos Santos
675	Keila Maria Ribeiro Pontes
674	Silmara de Fatima Ferreira
673	Luciana dos Anjos Rodrigues
672	Fernanda Leite da Fonseca
671	Lais Aparecida da Silva
670	Silvia Regina Tedesco
680	Nelci Terezinha Mayer Scheid
693	Jaqueline Rizzi
692	Giane Teixeira de Paula
697	Marcia Simone Guzzi Rigo
696	Ana Marilde Garcia Milan
695	Jociane Kokowic Piroli
702	Clauri Inês Andriolli Ghizzoni
701	Inete Teles de Souza
706	Janete da Silva Campos Venson
708	Suziane Francis Petry
711	Simone Rodrigues de Oliveira
710	Samia Gabriela dos Santos
715	Daniela Antunes de Castro
714	Cassiane Moraes
713	Jédina Miranda Bolsani
729	Ivete Beatriz Lins

728	Grisilda Liesemberg Bergamo
732	Eloisa Celestina Munaro
738	Juliane de Camargo Zimmermann
740	Ivani do Nascimento Andriolli
746	Ana Paula Xavier de Oliveira
745	Adriane Barbacovi Perazzoli
744	Sabrina Roberta Brunetta
743	Marcia Fagundes das Chagas
742	Generci Aparecida Ortigara Moro
755	Sandra Alves de Paula
754	Fabiane Lopes Duarte da Rosa
753	Olinda Zanini Alves
752	Maristela Alves dos Santos
751	Marcileia Aparecida Rodrigues dos Santos
750	Francieli Fernanda dos Santos
760	Eliane Aparecida Fantin de Assis
759	Neoli Genis Melere
758	Angelita Rampon Kramer
763	Sonia Regina Cesco Pazin
762	Karine Rodrigues
769	Maristela Cecatto Danielewicz
772	Fabiana Amancio da Silva
782	Gemanir Calis Til
779	Ilaci Soares Nardo Ogliari
798	Marli Terezinha Gomes Mokfa
797	Sonia Mara Albuquerque Padilha
796	Micheli Cristina Polli
795	Dirlei Alves da Silva
800	Kelly Moreira
803	Bianca Maria Albuquerque
807	Hellen Cristina Kunze
819	Lucimara de Souza Borges
818	Erléa Cristina Garbin
817	Marisa Padilha dos Santos
816	Francielle dos Santos Att
815	Janete Dal Pizzol
814	Katia Pisa
813	Aline Lais Weber
812	Bêtanía Terezinha Battistella
811	Jaine de Fatima Otto
810	Jocelia Fernanda Otto
809	Cristiane dos Santos
823	Mariane Pasqualin
827	Cleder Maria Benedetti Cardozo dos Santos
826	Luiza Fátima Deon
825	Clasilde Pasold Meireles
829	Martha Schror
834	Thais Eduarda Pontes
843	Simone Aparecida da Silva
842	Samanta Stupp
849	Teresa Muller
848	Viviane Borges
847	Marly Elenice Zwierewicz
846	Julia Maria Thibes de Barros
845	Andreia Costa
853	Daiane Guzzi
855	Luciani Cristini Gomes
863	Ivone Faber
862	Aline Antunes
861	Patricia de Oliveira
867	Tatiane Rodrigues Coeli
866	Nilva Salete Perdoncini
871	Emeline Aparecida Klein
870	Jessica Thais dos Santos

876	Daiana da Silva Laidnes
875	Sirlene Domingos
874	Elizabeth Cristine Gomes de Goes
873	Tatiani Marcelino
879	Tatiane Fantin Menegon
878	Soeli Aparecida Corrêa
880	Jaqueline dos Santos de Oliveira
886	Gislaine Ferreira
890	Marilize Tibola
899	Juliana Ribeiro da Cruz
902	Leonice Dias Nogueira
901	Noemi Lanzana
906	Egner Merluci Gomes de Oliveira
905	Samanta de Souza Bonatto
909	Fernanda Melek
908	Suzana Rodrigues da Silva Batistini
915	Fabiane Varella da Silva
914	Loiri de Fátima de Oliveira
913	Édila da Silva Furtado
918	Francieli Sofia Milan
920	Ana Paula dos Santos
925	Viviane Araci de Andrade Fidencio
924	Roseli de Fátima dos Santos
923	Daniela da Veiga Farquimbá
930	Tatiane Toniazzo
929	Cristiane Rampom Bruch Maculan
933	Silvana Gomes Alves Martins
932	Terezinha Lopes Cardozo
937	Elaine Barbosa dos Santos
940	Rosa Cristina Dutra
947	Maiara da Silva
946	Simone Siqueira
Total = 495	

02 – Especialista Educacional - 01 vaga

Número da Inscrição	Nome do Candidato
181	Ivanete Rissardi
359	Maria Inês Colombo Oltramari
369	Fabiana Candido Bonez de Mello
390	Arielly de Kássia Durlí Fonseca
650	Ariane Spanholi
689	Claudia Aparecida Soares Bromer
733	Angela Maria Lopes Ronnau
775	Rosangela Maurer Kath
832	Marlene Maboni
881	Scheila Aparecida Rosa
Total = 10	

03 - Bibliotecário – CR

Número da Inscrição	Nome do Candidato
136	Aline Segalin
518	Fabiana Mara Rubini
808	Evanete Terezinha Bussacaro
Total = 03	

04 – Professor de Educação Infantil 0 a 5 anos (HABILITADO) – 01 vaga

Número da Inscrição	Nome do Candidato
001	Lenita Aparecida Vicente Bonetti
007	Terezinha Conceição de Moraes Silva
020	Roseli de Oliveira Dias da Motta
019	Ivanize Comerlato Gregolon

018	Claudia Juliana Morales Membrive
035	Lourdes Felchicher
037	Tatiane Ogliari
049	Drieli Finger Moresco
051	Gisele Pontes Boeira
083	Bernardete Conceição dos Santos
086	Elisângela Meira dos Santos
089	Ivanir Bridi Landsteiner
107	Clarisse de Oliveira
132	Márcia Aparecida Ferranti Gemelli
153	Juliana Silva Domingos
156	Daniela Gemelli
222	Roseli de Assis Haupt
221	Vanessa Cátia Mafessoni
228	Andrea Santos de Oliveira
239	Maria Gorete Galon Martins
	Giovana Alves de Barros Meira dos Santos
254	Sandra Aparecida Barbosa
277	Janildete Leite dos Santos
294	Lilian Denize Bogoni
324	Neiva Dutra Borge
335	Juliana Salete de Moraes
340	Marli Holdefer
354	Douglas Branco de Camargo
365	Renata Miozzo
379	Juliana Lang
380	Sirlei Leonilde Turco Viecei
395	Cláudia Medeiros
414	Leli Janaine Cenci
422	Ivanilde Alves de Góis Dallariva
444	Dirlei Fadanni
453	Ceres Midding
457	Lillian Carina Thibes Ribeiro de Oliviera
481	Francieli Zago
514	Veridiana Zanetti
539	Ivete Aparecida Galon
544	Juseles Deon Ariotti
547	Mari Fatima Gonçalves Schipanski
550	Maristela Dal'Molin Perosa
555	Jucione Aparecida José Petry
560	Simone Luiza Manenti Serafini
559	Josefina Grzegozeski Schneider
566	Patricia Fabiula Bresciani
570	Lediane Raquel Lunardi de Matos
581	Ester Alves Duarte
588	Neuser Bolico Joaquim
591	Gracieli Mezaroba
599	Teresinha Lourdes Ceron
605	Rosimar Pereira da Silva
604	Ivana Regina Verza Horn
613	Gisele Aparecida Carelli
617	Roseli Aparecida Telles
631	Sirlei Cristina Zago
636	Edelgarth Irma Moldenhauer
638	Giselly Magyar Antunes Rigo
641	Jiseli de Fátima Oliveira
643	Tatiane Aparecida Scuciato Meza-robba
645	Karina Feitosa de Sousa
653	Marcia Patricia Vargas Buyno
657	Arlete Melo Ribeiro
668	Claudia Regina Freire de Freitas
669	

681	Patrícia Carmem Schneider Piccinin
683	Josiane Francio Miranda
686	Elizéti Zani Frarão
688	Carla Campanharo Bavaresco
690	Rose Schoffen Pergher
694	Fabiana Carniel Rigo
699	Aline Aparecida da Silva Tedesco
698	Daniella Biscolli Ribeiro
707	Andreia Teresinha Moresco
712	Naiara Borin Thibes de Campos
716	Luana Cristina Bairo
722	Maiuli Keli da Silva
730	Rosangela Soares Rubini
727	Ana Claudia Ribeiro
726	Rosangela Dornelles
735	Mirian Luiza Pellin Bertuol
749	Bruna Mantoani
764	Maria Celia Albuquerque Padilha
777	Luciana Maria de Oliveira
776	Delyria Bento de Andrade
781	Lucimar Casagrande dos Reis
780	Graciela Aparecida Meisterlim
784	Regina Lucia Telegen
788	Geane Cristina Ferreira Mendes
787	Bernadete Melo Zenere
792	Nilse Pontes Fernandes
820	Sheila Regiane Staeger Malinoski
822	Pamela Regina Gambato
854	Juliana Nunes
858	Patrícia Gonçalves Dias
860	Andrea Vicente
884	Renata Perin dos Santos
888	Diva Maria Bom Guse
	Jociane de Fátima de Moraes Cachoeira
898	
900	Teresinha Lazaris Palhano
928	Fabiane Frenzel
938	Franciele Fátima Weber
942	Silvana Aparecida Andrighetti
944	Patrícia Martins Lofagem
Total = 104	

05 – Professor de Educação Infantil 0 a 5 anos (NÃO - HABILITADO) – CR

Número da Inscrição	Nome do Candidato
039	Simone Gorisch Rosinek
081	Eleane Teresinha Koeffer Boesing
087	Anilde Anzanello De Bortoli
122	Juliana Aparecida Martins
227	Marilene Scussiato Carlesso
232	Janete Batista dos Santos
255	Keila Girardi
296	Ivonete Aparecida Vicente
368	Miria Aparecida Guzi
376	Amanda Godinho
375	Fabiane Sovrani Fernandes
377	Cirlei Verana
399	Joceneia Maria Gelinski
425	Derli de Oliveira Corrêa
429	Franciele Alves de Gois
449	Caroline de Andrade Machado
478	Aline Mezaroba
509	Patrícia faquim

521	Enidir Leonor Zanini Padilha
556	Marta Fernandes da Rocha
578	Cassandra Soares Balestieri
594	Reni Santos de Souza
615	Fabiane Jardim
644	Ana Camila Ribeiro de Deus
662	Eliane Ribeiro de Goes
661	Divonete Thibes Estreme Duarte
703	Mariele Marli Perico
705	Rachel Simone Meneguzzi Manenti
720	Gláucia Perazzoli
741	Laura Pasqual
747	Patrícia Bilhalva
778	Franciele Testolin
785	Maria Teresinha Milan
794	Josiane de Souza Borges
821	Katiane Roberti
824	Juliana Coser
838	Ivete Fátima Segala Puhl
839	Marisa Aparecida Schissi Ferreira
841	Eliane Appi Leite
850	Sônia Siqueira
891	Carmelita Scussiato Vanz
896	Patricia de Oliveira
895	Sandra Regina dos Santos
912	Silvana Lins Bergamo
	Maria Aparecida de Oliveira de Araujo
931	
934	Rosana Aparecida Testa
936	Nilséia Aparecida Lemos
Total = 47	

06 – Professor de Ensino Fundamental Séries Iniciais 1º ao 5º ano (HABILITADO) – 01 vaga

Número da Inscrição	Nome do Candidato
022	Andreia Chaves Ferreira Krieguer
031	Kátia Gottselig
066	Rosângela Zancan
084	Marcele Ribeiro
085	Juliana Tasca
101	Beatriz Padilha dos Santos
112	Elaine Fátima de Andrade Matias
130	Neli Terezinha Ceron da Rosa
158	Claudia Raquel da Silva
163	Ana Carolini Gomes Vanz
	Eliane dos Santos de Souza Mezaroba
183	
209	Marisa Alves da Cruz Prigol
214	Cristiane Aparecida Rubini
230	Jonassa Mezarobba
236	Marli Terezinha Riedi
242	Santina Geni Panazzolo
251	Glaci Busanello Ganasini
250	Charlene Francescatto Gieseler
248	Jedeli Taiane Marcheti
247	Nilson Alixandre de Souza
246	Cláudia Walber Novello
278	Ivanir Salete Wartha Balbinot
300	Eunice Aparecida Guarnieri
298	Elizete Aparecida Ferlin
307	Teolinda Padilha Schneider Kaul
332	Tânia Maria de Morais
334	Mayara Maria Ariotti

339	Fernanda Cristina Pozzan
338	Flaviane Marafon Balem Canônica
355	Marilene Pereira de Freitas
358	Elizabeth Maziero
360	Fernanda Aparecida Ferreira de Deus
364	Ângela Antônia Moresco
371	Lucimara Aparecida Lentes
374	Bruna Brandalise
373	Maria Salete Maraschin Kramer
381	Andrea Juliana Gomes de Oliveira
401	Marisa Terezinha Damo Conci
417	Fernanda Elena Favero
419	Fabiana Ramos Pereira
424	Rodrigo dos Anjos Motta
433	Fernanda Isabel Bom Morando
436	Silviane Regina Maboni Barichello
452	Rita de Cássia Heberle de Araújo
451	Gilvaní Aparecida Ramos de Souza Busanello
477	Adriana Cristina Alves PNE
492	Eliza Kozlow Nesi
485	Maria Salete Betttega
529	Berenice Peretti
535	Patricia Faé Mendonça Bennemann
534	Ilse Maria Koroll Sônego
542	Sirlei Aparecida Dal Lago Cenci
563	Angela Olinda Stirma Demori
562	Simone Crestani Perazzoli
561	Tais Crestani
565	Fernanda de Bortoli
568	Marlene de Lima Grutzmann
577	Gisele Trancoso dos Santos
602	Sandra de Fátima de Souza
606	Mirte Poli
607	Andréia Gemelli Simioni
612	Olivete Peroza de Mello
637	Rosana de Oliveira
647	Antonia Maria Antunes
655	Elisangela Teodoro
684	Luciane Aparecida de Lima Cordeiro
685	Ana Maria Setti
731	Sandra Rosilene Stoekle
734	Susana Salete da Silva Sommer
756	Janice Marcon
770	Claudia Regina da Costa
799	Eliane Ribeiro Prazeres
801	Jaqueline Cristina Schneider da Costa
804	Ana Andrea Welicz Leoni
806	Elaine Aparecida Lesniesky Maus
828	Monalisa Aparecida Batista
831	Joice Fatima Borlin Grigolo
851	Adenir Zanotti Vieira de Souza
869	Maria Carolina Prates Zenere
877	Josiane Gheller
921	Márcia Barbara Schizzi Ribeiro de Deus
948	Dayane Benedetti
Total = 82	

07 – Professor de Ensino Fundamental Séries Iniciais 1º ao 5º ano (NÃO HABILITADO) – CR

Número da Inscrição	Nome do Candidato
014	Sabrina Pessin
017	Katiane Rodrigues de Almeida
148	Thais Ivete Kusinski
154	Arianny Durli Fonseca
319	Vanusa Aparecida Correa
333	Marilda Wolinger de Paula
378	Marcos Jose Ferreira
404	Viviana Worma de Souza
415	Marisa da Silva Brando de Oliveira
611	Rosa Cristina Alves de Mello Rech
654	Giovana Cardoso Patricio
719	Fernanda Aparecida Scussiato
718	Talita Pellicoli
737	Bruna Gaio Serafini
802	Camila Regina Rostiola
767	Inês Bavaresco
865	Lhana Karina da Silva
887	Lucimara de Araujo Silva
889	Melânia de Fatima Sutil de Oliveira de Bairros
907	Marta Aparecida Goes Cachinski
910	Eliane Ponte Zamprônio
922	Silvana de Souza
927	Adiles Salute Stirma Bevilacqua
935	Sandra Luiza Carlesso
945	Paula Raquel Viergutz
Total = 25	

08 – Professor de Ensino Fundamental Séries Finais Língua Portuguesa 6º ao 9º ano/série (HABILITADO) – 01 vaga

Número da Inscrição	Nome do Candidato
121	Joelma Fernanda Paz de Oliveira
159	Isolda Aparecida Friedermann
229	Ana Flávia Fernandes Moro Pasqualetto
448	Adriana Ramos de Souza Gusi
530	Fabiane Berté
538	Vania Regina Frizon
587	Nilve Lucia Fantin Gottselig
595	Nadia Margarida Martins
597	Camillo Spinelli
639	Marceli Jakobczynski Brancher
700	Lindamir Aparecida Visentin
830	Adriane Sabai
Total = 12	

09 – Professor de Ensino Fundamental Séries Finais Língua Portuguesa 6º ao 9º ano/série (NÃO -HABILITADO) – CR

Número da Inscrição	Nome do Candidato
174	Marlova Ramos Mezalira
537	Hariana Cristina Schumacker
678	Vanderleia Conceição de Oliveira
766	Eliane Borges
943	Taise Marta Pazin
Total = 05	

10 – Professor de Ensino Fundamental Séries Finais Matemática 6º ao 9º ano/série (HABILITADO) – 01 vaga

Número da Inscrição	Nome do Candidato
152	Daiane Nunes de Oliveira Maurício
289	Samanda Gomes Frozza

344	Juliana Nunes
427	Rafaela Segalin
428	Valdecir Baretta
576	Leonice Maria Coito
600	Andressa Moreira Pereira
610	Adriana Motter
651	Vanderleia Weiss Sommariva
659	Valéria Piacentini Di Domenico
682	Melita Sônia De Marco Misturini
687	Osmarilda Cariolatto Lis
757	Patrícia de Deus e Silva
783	Neiva Lucila Carelle
833	Leidi Cristina Knecht
856	Elizabeth Maria Lavratti
857	Márcia Juçara de Oliveira
859	Ravel Ribeiro
882	Andréa Ribas de Matos
950	Marcia Juçara de Oliveira
Total = 20	

11 – Professor de Ensino Fundamental Séries Finais Matemática 6º ao 9º ano/série (NÃO -HABILITADO) – CR

Número da Inscrição	Nome do Candidato
717	Laís Boniatti
Total = 01	

12 – Professor de Educação Infantil e Ensino Fundamental - Educação Física (HABILITADO) – 01 vaga

Número da Inscrição	Nome do Candidato
016	Fleber Luís Oliveira
065	João Marcos Locatelli
100	Graziela de Souza Maidana
102	Carla Santin Manenti
208	Endy Lucy Muller
285	Juliana Benedetti
287	Suelyn Cristina Gomes
297	Sibele Santin
366	Alex Bruno Gasparello Rizzolli
372	Luciana Kramer
382	Laressa Pazin
405	Daniela Cogo
432	Ariela Fantin Cavalli
435	Vanusa Oliveira Duarte
458	Daiany da Silva Montarroyos
464	Sérgio Antonio Ozelami
482	Ritchele Pires de Brito
497	Gabriele Baran
525	Valdenir Granetto
603	Susana Danielewiz Zardo
614	Camila Nodari Stirma
629	Daniela Formaio de Oliveira
635	Ana Claudia Carvalho dos Anjos
646	Thaíse Zanotti
679	Carla Luci Padilha
704	Jaqueline Maria Meneguzzi
736	Emanuele Araldi
739	Adalberto Bail de Andrade Segundo
748	Edemilson Jair Correa Couto
761	Jose Vilmar Lopes
	Merisleny de Paula Moraes de Oliveira
765	
771	Camila Michellon Guazzelli Bandeira
791	Michéli Breda de Oliveira

836	Leonice Scapinello
864	Carina de Souza Machado
904	Edson de Souza
Total = 36	

13 – Professor de Educação Infantil e Ensino Fundamental - Educação Física (NÃO - HABILITADO) – CR

Número da Inscrição	Nome do Candidato
026	Dionata Bacher
032	Fabiano Gonçalves Dias
080	Ana Paula Mecabô
097	José Carlos Chaves
151	Josiane Bisol
173	Gisele Maria Arenhart
220	Sabrina do Amaral
291	Daniela Zago
363	Maria Francieli Koleska
394	Bruna Zanella
418	Alysson Woigt
430	Marina Elena Buss
454	Luiz Antonio Deluque
590	Damiana Benedetti
616	Augusto Tiago Corrêa
623	Débora Turmina
656	Giovani Torchatto
893	Marcio Ricardo Bondan
916	Douglas Wanderson Uliano
919	Roselaine Maciel Martins
Total = 20	

14 – Professor de Ensino Fundamental Séries Finais de Ciências 6º ao 9º ano/série (HABILITADO) – 01 vaga

Número da Inscrição	Nome do Candidato
325	Maria Aparecida Cristo Anciutti
337	Priscylla Oliveira
465	Eliane Margareth Silva Alves
473	Maria Cristiane Alves
494	Ednéia Ana Ungaratto
601	Daisy Nice Ugolini Rigo
	Elisangela de Fátima Aparecida Paravi Duquese
663	
709	Cristiane Carinhato
768	Francieli Martini
793	Juliana Maria Soares dos Santos
885	Tayane Cristina Buggenhagen
903	Gisele Hauwetter
949	Evelin de Fátima Monteiro
Total = 13	

15 – Professor de Ensino Fundamental Séries Finais de Ciências 6º ao 9º ano/série (NÃO - HABILITADO) – CR

Número da Inscrição	Nome do Candidato
205	Viviane Santin
389	Franceline Amélia de Souza
723	Fabiula Reif
786	Simone Pereira Dias
805	Taciani Karina Ribeiro
835	Márcia Willer Vieira Sarmento
894	Alexandre Empinotti
Total = 07	

16 – Professor de Ensino Fundamental Séries Finais de Língua

Inglesa 6º ao 9º ano/série (HABILITADO) – 01 vaga

Número da Inscrição	Nome do Candidato
439	Luciane Balestieri Moura
511	Ana Paula Michelin Menegon
545	Mirian Terezinha Dellani
632	Graziele Aparecida Novakoski de Oliveira
660	Beatriz Maria de Barba
852	Eleticia Marciane Dal Magro Perazzoli
Total = 06	

17 – Professor de Ensino Fundamental Séries Finais de Língua Inglesa 6º ao 9º ano/série (NÃO -HABILITADO) – CR

Número da Inscrição	Nome do Candidato
166	Fabiane Pivotto Bondan
574	Leomara Simone Dissegna Zancanelli Galafassi
480	Jaqueline Thibes de Barros
790	Camila Dalmolin
Total = 04	

18 – Professor de Ensino Fundamental Séries Finais de Geografia 6º ao 9º ano/série (HABILITADO) – 01 vaga

Número da Inscrição	Nome do Candidato
024	Vanderlei Pires
098	Claudete de Quadros Santos
186	Naura Scur
286	Adriana Aparecida de Oliveira Oliari
407	Juliana Perazzoli
642	Fabício Cássio Tonial
667	Neusa Aparecida Gonçalves Lins
897	Edgar Pitt
939	Mônica Lopes Schneider
Total = 09	

19 – Professor de Ensino Fundamental Séries Finais de Geografia 6º ao 9º ano/série (NÃO - HABILITADO) – CR

Número da Inscrição	Nome do Candidato
Total = 00	

20 – Professor de Ensino Fundamental Séries Finais de História 6º ao 9º ano/série (HABILITADO) – 01 vaga

Número da Inscrição	Nome do Candidato
149	Cristóvão José Schneider
253	Elias Machado
261	Karine de Souza
484	Bhárbara Ceccon de Melo
567	Francislaine Graciele Baldo
868	Ires Lithieri Medeiros da Silva
883	Christiane Oliveira de Jesus
Total = 07	

21 – Professor de Ensino Fundamental Séries Finais de História 6º ao 9º ano/série (NÃO - HABILITADO) – CR

Número da Inscrição	Nome do Candidato
388	Sara Trindade Dias
426	Rafael Ascari
531	Silmara Aparecida Souza de Camargo Subtil
724	Gleici Fatima Lins Maurer

774	Geise Elizana Brandino
926	Roni Pereira
Total = 06	

22 – Professor de Ensino Fundamental Séries Finais de Ensino Religioso 6º ao 9º ano/série (HABILITADO) – 01 vaga

Número da Inscrição	Nome do Candidato
840	Doglas Ansiliero
872	Messias Consoni
Total = 02	

23 – Professor de Ensino Fundamental Séries Finais de Ensino Religioso 6º ao 9º ano/série (NÃO -HABILITADO) – CR

Número da Inscrição	Nome do Candidato
420	Moacir Canônica Sobrinho
941	Gilmar Ribas Into
Total = 02	

24 – Professor de Ensino Fundamental Séries Finais de Artes 6º ao 9º ano/série (HABILITADO) – 01 vaga

Número da Inscrição	Nome do Candidato
423	Ana Paula Pontel
498	Iromar Antonio dos Santos
515	Sueli Perazzoli Trindade
548	Ana Carla Correa da Rocha
571	Clacir Stieven Araldi
691	Maria Luiza Deluque de Oliveira
725	Ivania Aparecida de Oliveira Schuck
844	Janete Aparecida de Souza Ribeiro
Total = 08	

25 – Professor de Ensino Fundamental Séries Finais de Artes 6º ao 9º ano/série (NÃO - HABILITADO) – CR

Número da Inscrição	Nome do Candidato
Total = 00	

Art. 2º A prova escrita objetiva será realizada no dia 02 de outubro de 2011, com início as 8h30m (oito horas e trinta minutos) e término as 11h30m (onze horas e trinta minutos), nas dependências da Escola Básica de Educação Municipal Prefeito Paulo Fioravante Penso, localizada na Rua Saul Brandalise, 1656, Bairro II Pinheiros e na Escola de Educação Básica Municipal Prefeito Waldemar Kleinubing, localizada na Rua Frederico Bortolaz, 50, Bairro Floresta.

Art. 3º A distribuição dos cargos por escola será da seguinte forma:

Nº Cargo	Nome do Candidato
01	E.E.B.M. Prefeito Waldemar Kleinubing 02 de outubro de 2011, com chegada as 8h15min Auxiliar de Serviços Gerais

Nº Cargo	Nome do Candidato
02	E.E.B.M. Prefeito Paulo Fioravante Penso 02 de outubro de 2011, com chegada as 8h15m Especialista Educacional

CARGOS	03	Bibliotecário
	04 e 05	Professor de Educação Infantil 0 a 5 anos (HABILITADO e não-habilitado)
		Professor de Ensino Fundamental Séries Iniciais 1º ao 5º ano (HABILITADO e não Habilitado)
	06 e 07	Professor de Ensino Fundamental Séries finais Língua Portuguesa 6º ao 9º ano/serie (HABILITADO e não habilitado)
	08 e 09	Professor de Ensino Fundamental Séries Finais Matemática 6º ao 9º ano/serie (HABILITADO e não habilitado)
	10 e 11	Professor de Educação Infantil e Ensino Fundamental - Educação Física (HABILITADO e não habilitado)
	12 e 13	Professor de Ensino Fundamental Series Finais de Ciências 6º ao 9º ano/serie (HABILITADO e não habilitado)
	14 e 15	Professor de Ensino Fundamental Series Finais de Língua Inglesa 6º ao 9º ano/serie (HABILITADO e não-habilitado)
	16 e 17	Professor de Ensino Fundamental Series Finais de Geografia 6º ao 9º ano/serie (HABILITADO e não habilitado)
	18 e 19	Professor de Ensino Fundamental Series Finais de Historia 6º ao 9º ano/serie (HABILITADO e não-habilitado)
CARGOS	20 e 21	Professor de Ensino Fundamental Series Finais de Ensino Religioso 6º ao 9º ano/serie (HABILITADO e não habilitado)
	22 e 23	Professor de Ensino Fundamental Series Finais de Artes 6º ao 9º ano/serie (HABILITADO e não habilitado)
	24 e 25	Professor de Ensino Fundamental Series Finais de Artes 6º ao 9º ano/serie (HABILITADO e não habilitado)

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 12 de setembro de 2011.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 12 dias de setembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Decreto Nº 9.799/11

DECRETO Nº 9.799/11, DE 13 DE SETEMBRO DE 2011.
Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.457/10, de 15 de dezembro de 2010.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

03 - Secretaria Municipal de Administração

03 - Segurança Pública

2.022 - Convênio Polícia Civil

3.3.9.0.00.00.00.00.00.0.3.0155.0 Aplicações Diretas 40.000,00

09 - Secretaria Municipal de Infraestrutura

01 - Departamento de Obras e Serviços Urbanos

2.044 - Manutenção da Secretaria de Infraestrutura

3.3.9.0.00.00.00.00.00.0.3.0000.0 Aplicações Diretas 120.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 160.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro do exercício de 2.010.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 13 de setembro de 2011.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de setembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Decreto Nº 9.800/11

DECRETO Nº 9.800/11, DE 13 DE SETEMBRO DE 2011.
Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.457/10, de 15 de dezembro de 2010.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, crédito adicional no valor de R\$ 23.500,00 (vinte e três mil e quinhentos reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

15 - Fundo Municipal da Saúde - FMS
01 - Fundo Municipal da Saúde
2.064 - Atenção de Média e Alta Complexidade
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0065.17 - Aplicações Diretas
23.500,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 23.500,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação de 2011.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 13 de setembro de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de setembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Pregão Presencial Nº 134/2011 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 134/2011 - PMV

O Prefeito Municipal torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 134/2011. 1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFEÇÃO DE MATERIAIS IMPRESSOS PARA SEREM UTILIZADOS PELA POLÍCIA MILITAR, PROCON, SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E INFRAESTRUTURA. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 16:00 horas do dia 28 de Setembro de 2011, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 16:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9032/3566-9012/3566-9034.

Videira/SC, 13 de Setembro de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 0667/11

PORTARIA nº 0667/11
Nomeia Técnico de Enfermagem

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município, RESOLVE,
NOMEAR

DÉBORA LUCIA RIBEIRO, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 001/2008, para exercer o cargo de provimento efetivo de Técnico de Enfermagem, nível CE04A, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício junto ao Município de Videira.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 12 de setembro de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de setembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0668/11

PORTARIA nº 0668/11
Nomeia Técnico de Enfermagem

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município, RESOLVE,
NOMEAR

FRANCIELY RIBEIRO, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 001/2008, para exercer o cargo de provimento efetivo de Técnico de Enfermagem, nível CE04A, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício junto ao Município de Videira.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 12 de setembro de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de setembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0669/11

PORTARIA nº 0669/11
Torna sem efeito Nomeação de Servidor

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 12222/2011,

RESOLVE
Tornar, sem efeito, a Portaria nº 0496/11, que nomeou IGOR RANGEL AMARAL NATALIO, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público para Emprego Público referente ao Edital nº 001/2011, para exercer o emprego público de Médico - ESF.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 12 de setembro de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de setembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0670/11

PORTARIA nº 0670/11

Torna sem efeito Nomeação de Servidor

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e à vista do que consta no Memorando nº 046/11, da Secretaria Municipal de Administração,

RESOLVE

Tornar, sem efeito, a Portaria nº 00547/11, que nomeou JOSÉ GUILHERME ROMERO DE SOUZA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público para Emprego Público referente ao Edital nº 001/2011, para exercer o emprego público de Médico - ESF.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 12 de setembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de setembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0671/11

PORTARIA nº 0671/11

Nomeia Médico - Estratégia Saúde da Família

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 1.942/07, RESOLVE, NOMEAR

LUIZ FELIPE SCARIOT GRAZZIOTIN, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público para Emprego Público referente ao Edital nº 001/2011, para exercer o emprego público de Médico - Estratégia Saúde da Família, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 13 de setembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de setembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0672/11

PORTARIA nº 0672/11

Nomeia Médico - Estratégia Saúde da Família

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 1.942/07, RESOLVE, NOMEAR

HERALDO METZKER FILHO, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público para Emprego Público referente ao Edital nº

001/2011, para exercer o emprego público de Médico - Estratégia Saúde da Família, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 13 de setembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de setembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0673/11

PORTARIA nº 0673/11

Autoriza o Uso das dependências da Praça Nereu Ramos

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município e, à vista do contido no Processo Administrativo nº 12298/11,

RESOLVE

Autorizar o uso das dependências da Praça Nereu Ramos, pela Telefonia e Lojas Meiter Ltda, nos dias 21 e 23 de setembro de 2011, a partir das 08:30h às 18:00h, para realização de uma ação de marketing da VIVO.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 13 de setembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de setembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0674/11

PORTARIA nº 0674/11

Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 102 do Estatuto dos Servidores Públicos e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 12.135/11,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a IVETE ZILDA GALLI, Agente Serviços Técnicos Administrativos II, CE02, de 03 de outubro de 2011 até 03 de janeiro de 2012, referente ao quinquênio de 1º de julho de 2004 até 30 de junho de 2009.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 03 de outubro de 2011.



Videira, 13 de setembro de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de setembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0675/11

PORTARIA nº 0675/11
Autoriza Interdição de Rua

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do contido no Processo Administrativo nº 12324/11,

RESOLVE

Autorizar a Interdição da Avenida Antônio Nico Fávero (Beira Rio), das 12:00h até às 18:00h, do dia 08 de outubro de 2011, para a realização de Rua do Lazer em comemoração ao Dia da Criança pela Master Agropecuária Ltda.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 13 de setembro de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de setembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0676/11

PORTARIA nº 0676/11
Autoriza o Uso do Largo da Estação Ferroviária

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município e, à vista do contido no Processo Administrativo nº 12.276/11,

RESOLVE

Autorizar o uso do Largo da Estação Ferroviária, pela Pastoral da Criança e a Rede do Bem, no dia 15 de outubro de 2011, das 08:00h até as 12:00h, para realização do lançamento do Projeto Solidariedade Premiada.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 13 de setembro de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de setembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

CÂMARA MUNICIPAL**Resolução**

RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 002/2011.
CONCEDE LICENÇA A VEREADORA MARIA ENEIDA FURLIN DRESCH

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Videira, Estado de Santa Catarina.

Faço saber que a Edilidade, em Sessão Plenária, aprovou e eu sanciono a seguinte Resolução Legislativa:

Art. 1º. Fica Concedida a Vereadora Maria Eneida Furlin Dresch, licença para tratamento de saúde, durante 30 dias, a partir do dia 1º de setembro do ano em curso.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura condicionada a sua validade a sua publicação.

Sala das Sessões, 30 de agosto de 2011.

CLARIMAR RAIMUNDO BETTONI

Presidente

A presente Resolução foi publicada na data supra no Mural Oficial da Câmara de Vereadores e no DOM.

NARCISIO KUMM

Secretário

Vitor Meireles**PREFEITURA****Extrato do Contrato Nº. 15/2011**

Extrato do Contrato Nº. 15/2011
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL VITOR MEIRELES.
CONTRATADO: CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUCAO J C LTDA.

OBJETO: Construção de um mirante na Rodovia Pedro Fossa - SC 421, na cidade de Vitor Meireles decorrente do Processo de licitação 36/2011, no Município de Vitor Meireles. PRAZO VIGÊNCIA até 15/11/2011: VALOR: R\$ 69.887,78 (sessenta e nove mil oitocentos e oitenta e sete reais e setenta e oito centavos).

Vitor Meireles - SC, 15 de setembro de 2011.

IVANOR BOING

Prefeito Municipal.

Portaria Nº 167/2011

P O R T A R I A Nº 167/2011

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONTRATAR:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 049/2009 e nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: JUAREZ LIMA VARELLA

Cargo: ASSISTENTE SOCIAL - ACT

Do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/

SC, em Regime de Admissão em Caráter Temporário - ACT, para exercer suas funções na Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir do dia 05 de setembro de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 05 de setembro de 2011, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

Prefeitura Municipal De Vitor Meireles (Sc), 13 De Setembro De 2011.

IVANOR BOING
Prefeito Municipal
Registrada e Publicada na Data
Vitor Meireles/SC, 13/09/2011

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Portaria Nº 168/2011
P O R T A R I A Nº 168/2011

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com o Artigo 47, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003, e Lei Complementar Municipal nº 019/2005, de 18/11/2005,

Nome: VALCIR PEREIRA
Cargo: OPERADOR DE MÁQUINAS

Do Quadro de Pessoal de Provimento Admitido em Caráter Temporário - ACT, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Adicional Mensal de Insalubridade, num total de 20%, tendo por Base de Cálculo o Salário Mínimo vigente, dentro da Secretaria de Obras e Serviços Públicos, com vigência a partir de 13 de setembro de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 13 de setembro de 2011, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 13 de Setembro de 2011.

IVANOR BOING
Prefeito Municipal
Registrada E Publicada Na Data
Vitor Meireles/Sc, 13/09/2011
Publicado De Acordo Com O Decreto Nº 055/2011.

Consórcios

CIGA

Extrato Contrato 98 - Rateio PGT - São José do Cedro
Extrato de Contrato nº 98/2011
Contrato de Rateio - Programa de Gestão Tributária - São José do Cedro

CONTRATANTE: Município de São José do Cedro
CNPJ: 83.026.781/0001-10

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 88/2011

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, para gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN); gestão da nota fiscal eletrônica conjugada (NF-e conjugada).

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 400,00 (quatrocentos reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2011.

Florianópolis, 31 de agosto de 2011.

EDINANDO BRUSTOLIN
Diretor Executivo do CIGA